

A Política Revolucionária do PCdoB



Editora Anita Garibaldi



2ª Edição

A Política Revolucionária do PCdoB

Informes ao 7º Congresso
Realizado em maio de 1988

Editora Anita Garibaldi
São Paulo
1989

A Política Revolucionária do PCdoB

Diagramação, composição: Compuarte Produções Gráficas Ltda.

Editora Anita Garibaldi

Rua dos Bororós, 51 – 3º andar

São Paulo – SP

Telefone: (011) 278-3220

Dados de Catalogação na Publicação (CIP) internacional
Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

**A Política Revolucionária do PCdoB: informes
ao 7º Congresso realizado em maio de 1988.
--São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1989.**

**1. Partido Comunista do Brasil I. Congresso do
Partido Comunista do Brasil (7.: 1988: São Paulo).**

89-0098

CDD-324.281

Índice

Homenagem	Página 5
O Brasil numa Encruzilhada Histórica	
João Amazonas	Página 7
Sobre o Programa do Partido	
Renato Rabelo	Página 53
O Programa do PCdoB	Página 69
Sobre Questões de Organização	
Dynéas Aguiar	Página 79
Estatutos do PCdoB	Página 97
Intervenções especiais:	
Organizar e Elevar a Luta de Ideias a um novo Patamar	
Rogério Lustosa	Página 117
Sobre o Trabalho de Educação dos Comunistas	
Walter Sorrentino	Página 131
A Frente Sindical e nossas Tarefas	
Ronald Freitas	Página 145
A propósito da Experiência dos Comunistas na Constituinte Brasileira de 1987-1988.	
Haroldo Lima	Página 157
Socialismo para a Juventude, Juventude para o Socialismo	
Aldo Rebelo	Página 169
A Luta pela Emancipação da Mulher	
Jô Moraes	Página 179
Mensagens de Solidariedade.....	Página 191
Fotos do Congresso	Página 230

Homenagem Maurício Grabois, Presidente de Honra do Congresso

Elza Monnerat

Camaradas Delegados ao 7º Congresso do Partido Comunista do Brasil.

Camaradas delegados fraternais dos partidos marxista-leninistas,
A indicação do nome do nosso inesquecível camarada Maurício Grabois à presidência de honra do 7º Congresso é a homenagem que desejamos prestar a um dos maiores revolucionários do nosso país, um verdadeiro combatente de vanguarda do proletariado, morto nas selvas do Araguaia, defendendo a liberdade e os direitos do povo e erguendo bem alto a gloriosa bandeira do Partido Comunista do Brasil.

Maurício Grabois militou no Partido desde os vinte anos de idade até o momento de sua morte, aos 61 anos, vividos na dura luta de classes. Foi militante de base, dirigente intermediário, membro do Comitê Central. Coube a ele a liderança da bancada comunista na Assembleia Nacional Constituinte de 1946. A marca de sua atividade política foi a fidelidade ao Partido e a abnegação sem limites no cumprimento das tarefas partidárias. O caráter da sua militância foi a honradez e a dignificação do título de membro do Partido Leninista.

Maurício prestou relevantes serviços à causa da revolução e do socialismo científico. Intrépido defensor da teoria marxista-leninista, nunca deu trégua ao oportunismo, foi um gigante no combate ao revisionismo kruschevista. Ergueu-se com toda a força da sua brilhante inteligência para desmascarar os traidores, tanto no plano nacional como na esfera internacional.



Seu nome é inseparável do processo de reorganização do Partido Comunista do Brasil, em 1962, quando os revisionistas tentaram liquidá-lo. Ainda que fosse pequeno o número dos militantes que se congregaram para manter a organização revolucionária da classe operária, Maurício tinha ilimitada confiança no futuro grandioso do Partido. Acreditava nele, com a convicção de que o PCdoB era o único instrumento de luta pela libertação nacional e social do nosso povo.

Homem de decisão, coragem e firmeza na luta política, ideológica e teórica, Maurício Grabois foi um dos principais organizadores do movimento guerrilheiro do Araguaia. Sabia que seria uma batalha de cem contra cem mil. Pouco lhe importava. Era preciso enfrentar a ditadura, indicar o caminho da luta armada ao povo, já que os generais não permitiam o menor movimento de resistência pacífica.

Trabalhou e lutou a vida inteira pela causa dos trabalhadores e do nosso povo, pela vitória dos ideais revolucionários dos clássicos do marxismo, para tornar coeso e poderoso o partido da classe operária, o PC do Brasil. É por tudo isto, camaradas, que colocamos com orgulho na presidência de honra do nosso Congresso o nome do saudoso camarada Maurício Grabois.

O Brasil numa encruzilhada histórica

João Amazonas

Camaradas delegados ao 7º Congresso.

Camaradas delegados fraternais dos Partidos marxista-leninistas

Faz algum tempo que se realizou, numa situação de semiclandestinidadade, o 6º Congresso do Partido Comunista do Brasil. Desde então, no plano político, travaram-se duros embates em duas fases da vida da nação: a da parte final da ditadura militar e a do início de um regime pretendidamente liberal. Na primeira fase, alcançou-se importante vitória: ruiu o sistema arbitrário dos generais. Até agora, porém, não se conseguiram modificações substanciais no país, embora se tenham logrado certos avanços democráticos.

O Partido Comunista do Brasil (PCdoB) reconquistou a legalidade depois de trinta e oito anos de cassação do seu registro. Sua bandeira, a bandeira vermelha da foice e do martelo, símbolo da aliança dos trabalhadores da cidade e do campo, voltou a tremular em grandes manifestações de massas. Somos hoje um partido conhecido de largas camadas do povo. Os comunistas estiveram presentes, durante a ditadura, como elementos ativos e destacados, nas inúmeras lutas verificadas. Muitos foram presos, milhares perseguidos e discriminados, numerosos outros assassinados pela reação. Todavia, as questões defendidas pelo PCdoB ganharam realce no quadro político nacional. Chegamos ao 7º Congresso com um balanço positivo de realizações alcançadas nas refregas políticas e sociais, dentro do quadro geral da luta de classes que se desenrola na sociedade brasileira. E com um êxito significativo: ultrapassamos a casa dos cem mil filiados ao Partido. Saudamos os militantes de base, os dirigentes intermediários, os quadros nacionais que se empenharam a fundo na aplicação criadora da linha partidária. São todos eles, em conjunto, os construtores das vitórias obtidas pelo PCdoB, pela classe operária, pelo povo.



No decorrer dos anos que nos separam do 6º Congresso, a situação do país dirigido pela burguesia e pelos latifundiários aburguesados, de mãos dadas com os militares, tornou-se ainda mais difícil. Amarrado ao capital financeiro internacional, o Brasil não consegue desvencilhar-se da crise econômico-financeira que provoca tremendos desajustes sociais e conduz à dependência sempre maior da nossa pátria aos banqueiros e monopolistas estrangeiros. A denominada Nova República, implantada nos albores de 1985, envelheceu prematuramente. Resultou num governo indeciso, entreguista e falto de credibilidade. As crises políticas se repetem. Milhões de brasileiros levam uma vida de miséria. Contudo, grandes massas dão mostras de inconformismo com essa situação, realizam lutas vigorosas, elevam sua consciência política.

Na esfera internacional, aprofundou-se a crise geral do capitalismo, cujo espectro abrange um acentuado processo de decomposição da sociedade burguesa. A economia e as finanças mundiais enredam-se em problemas insolúveis. A riqueza concentra-se em poucas mãos, enquanto a pobreza se estende ao infinito. Os gastos improdutivos com a corrida armamentista atingem níveis inimagináveis. A espoliação feroz dos países menos desenvolvidos pela oligarquia financeira internacional não tem limites.

A degenerescência moral toma amplitude desmedida. Face à luta em crescimento da classe operária e dos povos, a burguesia utiliza métodos sofisticados de repressão. Os Estados Unidos e a União Soviética revisionista juntam-se no combate ao socialismo e à revolução. Por toda parte, desenvolve-se intensa campanha anticomunista, visando ao descrédito das nobres ideias do socialismo e do comunismo.

Avaliados em sua essência, os fenômenos contraditórios que ocorrem no plano mundial revelam a exacerbação da luta de classes que tem dimensões universais. Neles, se pode ver o capitalismo morrendo, numa agonia lenta, mas irreversível, e o socialismo proletário tentando romper em definitivo a envoltura reacionária política e ideológica do sistema moribundo.

I

O Mundo Burguês em crise profunda

É incontestável a decomposição do sistema capitalista. Essa decomposição verifica-se em múltiplos aspectos – econômico, político, so-

cial, cultural e moral. Parece-nos necessário examiná-los, ainda que sucin-
tamente, a fim de conhecer melhor como modificam a realidade, e em que
sentido, e a sua inter-relação com a solução revolucionária.

a) Particularidades da crise econômica e financeira

Observam-se importantes mudanças no processo da reprodução capi-
talista que tem na crise seu ponto de partida para o desenvolvimento ulterior
do capitalismo em nível mais elevado. Desde algum tempo, o ciclo clássico
das quatro fases que vai de uma crise a outra mostra-se sensivelmente al-
terado. Amplia-se a fase da depressão e reduz se a da reanimação e auge
da produção. Há muito não existe crescimento contínuo, durante certo pe-
ríodo, do sistema produtivo que, normalmente, conduz à eclosão da crise.
Os indicadores dos níveis de subida e descida da produção variam de ano
para ano. Nos Estados Unidos, por exemplo, a produção industrial de 1976 a
1987 teve índice mais alto somente em dois anos: 1976 (10.9) e 1984 (11.5).
Nos demais, oscilou entre 5.9 (1977) e 0.6 (1986), sendo que em dois anos,
1980 e 1982 os índices foram negativos de 3.4 e 3.3, respectivamente. Nesse
período de onze anos a economia norte-americana passou a maior parte do
tempo no ciclo da depressão. O mesmo se observa na Alemanha Ocidental.
O nível mais elevado (8.0) foi registrado em 1976. Nos anos posteriores, o
crescimento baixou, variando de 5.4, em 1979, a 0.0 em 1980, sendo que
em 1981 (1.7) e 1982 (3.4) são números negativos. As crises manifestam-se
dentro de um ciclo deformado e a prazos curtos. Apareceram em 1970-1971,
1974-1975, 1981-1982 e também em 1986. No relatório do Fundo Monetário
Internacional (setembro/outubro de 1987) se diz que “no balanço geral da
economia mundial em 1986 e no primeiro semestre de 1987 observaram-se
a desaceleração do crescimento econômico dos países industrializados, a
redução dos preços dos produtos primários, o aumento dos desequilíbrios
externos.”. As crises atingem igualmente os países menos desenvolvidos,
sobretudo os que recorreram a projetos industriais baseados no capital es-
trangeiro, e a União Soviética que anteriormente fora socialista. Em 1985,
Gorbachev declarou no Comitê Central do PCUS que o país estava diante
da crise. As dificuldades para sair das crises aumentaram. Ao contrário de
períodos anteriores nos quais, durante a crise de superprodução, caíam os
preços das mercadorias e as taxas de juros, na atualidade, preços e taxas de
juros conservam-se elevados devido à monopolização da economia. Por sua
vez, a renovação do capital fixo que possibilita o incremento da produção
num nível técnico superior, se efetua com certa lentidão em vista de essa
renovação exigir altíssimos investimentos, além de que a sofisticação das



máquinas agrava os problemas sociais com desemprego. Essa renovação não acompanha, nem aproveita, o rápido desenvolvimento da tecnologia avançada. A automatização completa das empresas está emperrada. Desse modo, a reprodução ampliada faz-se em estreitos limites, não usa toda a potencialidade existente para multiplicar o volume e o valor da produção. É significativa a redução do ritmo de crescimento do segmento industrial dos Estados Unidos. Segundo a publicação norte-americana *Scientific American*, o setor de serviços estadunidense representa 71% do total da produção nacional, e 75% de todos os empregos. A totalidade da mão de obra utilizada pela indústria de bens está declinando notoriamente há mais de quinze anos. Regra geral, a economia capitalista mantém-se relativamente estanca da. Ainda que o capitalismo continue se desenvolvendo, são claros os sintomas de estancamento do qual falava Lênin, reportando-se aos monopólios imperialistas. Se considerarmos as três últimas décadas, o ritmo de crescimento da produção industrial vem caindo: 54.5 nos anos de 1957-1967; 37.1 no período 1967-1977; 31.2 na década de 1977-1987, isto nos Estados Unidos. Na Alemanha Ocidental, o mesmo quadro de queda: 52.0 em 1957-1967; 44.6, em 1967-1977; e 17.0 em 1977-1987. No Japão o fato se repete: 148.7, em 1957-1967; 91.5 em 1967-1977; e 46.4 em 1977-1987. O capitalismo já não apresenta períodos razoáveis de relativa estabilidade e de crescimento seguro.

Simultaneamente, a crise financeira, reflexo do estancamento econômico, acompanha e complica o desenvolvimento capitalista. Abarca quase todo o mundo, principalmente os Estados Unidos, detentores de vultosos recursos, assim como a imensa área das nações empobrecidas. Manifestação dessa crise é a dívida externa norte-americana. De país credor, que sempre foi, passou à categoria de país devedor. Sua dívida externa é a maior do Planeta, atingirá 700 bilhões de dólares nos próximos dois anos. O déficit do seu balanço de pagamentos em transações correntes eleva-se a mais de 160 bilhões de dólares anuais e o déficit público, em 1987, chegou a 148 bilhões. Tal situação influencia todo o processo da economia mundial e cria impasses perigosos. Expressão potenciada dessa crise é igualmente a dívida externa dos países menos desenvolvidos. Atinge quantia superior a um trilhão e cem bilhões de dólares que rendem anualmente juros escorchantes de 110 bilhões de dólares. Esse endividamento não trouxe, no fundamental, benefício aos países devedores. Agravou sobremodo os seus problemas internos, levou-os a um estado de insolvência técnica ou real, impossibilitando-os de pagar compromissos tão exorbitantes. Contudo, são forçados a fazê-lo sob a pressão dos governos dos países credores. Em consequência, vão à recessão, caem na crise econômica e social. Joga papel saliente na cri-

se financeira a desvalorização continuada do dólar como moeda padrão de curso internacional. A Alemanha Ocidental e o Japão veem-se obrigados a comprar somas gigantescas de moedas e títulos, em depreciação, dos Estados Unidos, a fim de sustentar o valor do dólar. São recursos imobilizados que se apartam da produção.

Na esteira da crise financeira avança a inflação, determinando aumentos consideráveis nas taxas de juros e nos preços dos bens de consumo. Isso reduz mais ainda o já baixo poder aquisitivo da maioria dos consumidores, contribuindo para estreitar o mercado interno. Particularmente os países do chamado terceiro mundo registram altos índices inflacionários ligados, em geral, ao pagamento da dívida externa. Fenômeno conhecido nas fases de depressão, avolumam-se capitais disponíveis nos grandes centros financeiros que não encontram aplicação segura devido à instabilidade econômica e principalmente à situação de insolvência dos países pouco desenvolvidos. Tudo isso demonstra a decomposição acelerada do sistema capitalista. A situação que atravessa, de crises constantes, não é casual, nem temporária. Responde ao apodrecimento gradativo e ininterrupto do regime econômico-social dominante que precisa ser substituído.

b) A crise social e moral

A consequência inevitável da deterioração do sistema econômico-financeiro é o agravamento das condições de vida da maioria da população do Globo. As taxas de desemprego são bastante altas em todo o mundo. Quanto mais o capitalismo se desenvolve, maior o contingente dos sem trabalho. Diferentemente de épocas passadas – quando, após a crise, na fase da reanimação e do auge, os desempregados eram em parte absorvidos pelas empresas em progressão –, na atualidade isso não ocorre. Nos países desenvolvidos, os operários de mais de 35 anos são marginalizados. As forças jovens que chegam ao mercado de trabalho dispõem de pouca possibilidade de arranjar emprego. As áreas de fome e de miséria vão crescendo e alcançam os grandes países industrializados. Na África e em várias outras regiões, a cada minuto uma criança morre de fome. Há milhões de pessoas sem teto para abrigar-se. De acordo com um estudo da Universidade de Harvard, “pelo menos vinte milhões de norte-americanos estão passando fome”, “oito milhões e duzentos mil operários recebem salários abaixo do chamado nível de pobreza nos Estados Unidos.”. A ajuda aos desempregados diminui cada vez mais. Os serviços de saúde, de instrução escolar, de construção de moradias populares tornam-se precários. Sem meios de vida



e sem perspectiva, vítimas das injustiças sociais, muitos elementos de origem popular acabam ingressando no bandoleirismo que abrange também os órgãos de segurança da burguesia. Policiais e bandidos se confundem. A criminalidade em aumento transforma-se em sério problema social e moral que o capitalismo não consegue debelar.

c) A luta operária e popular

Reagindo contra essa situação calamitosa, surgem numerosas lutas de grandes massas. Milhões de trabalhadores entram em greve, geralmente de caráter econômico, mas igualmente de conteúdo político. Na Argentina, no Brasil, Equador, Peru e em muitos outros países, o movimento grevista se desenvolve com rapidez. Revoltas populares explodem na Coreia meridional, nas Filipinas, nas terras palestinas ocupadas por Israel, na Índia, em Formosa, no Líbano, no Oriente Médio. Atinge proporção de guerra civil a heroica e dramática luta da maioria negra da África do Sul contra o racismo e a opressão da minoria branca. Na América Central eclodem movimentos revolucionários, de modo geral voltados contra a espoliação e a agressão do imperialismo norte-americano. Cresce a resistência democrática às ditaduras militares do Chile, do Paraguai, do Paquistão, da Indonésia e de outros países. Avolumam-se os movimentos nacionalistas e patrióticos contra o saque e a exploração imperialista e o pagamento das dívidas externas. No mundo inteiro, tomam feição combativa as ações em defesa do meio ambiente, em oposição às armas nucleares. A par dessas lutas estende-se um vasto campo de descontentamento popular, de inconformismo generalizado que se traduz em protestos esporádicos ou em manifestações de repulsa ao atual estado de coisas. Centenas de milhões de pessoas, atiradas à miséria e sem nenhuma possibilidade de melhorar de vida, constituem virtual fator de convulsão profundo da sociedade.

d) As diretrizes contrarrevolucionárias da burguesia

A burguesia imperialista se dá conta do elemento explosivo que ela tem espalhado pelo mundo e toma medidas preventivas. Faz a guerra a seu modo – social, comercial ou militar. Ataca na América Central, no Golfo Pérsico, na América do Sul, no Afeganistão, no Oriente Médio. Intervém em toda parte para sustentar as forças reacionárias e esmagar os movimentos democráticos e anti-imperialistas (ou antissocial-imperialistas). Pratica retaliações comerciais e retrocede ao protecionismo dos velhos tempos. Chega a acordos enganadores como os de Reagan e Gorbachev que, pretext-

tando reduzir os armamentos nucleares, se propõem a dividir o mundo em áreas de influência das duas superpotências.

Mas a preocupação fundamental da burguesia monopolista é o comunismo. Pressente o perigo (para ela) de que as grandes dificuldades e os sofrimentos por que passam a classe operária e as massas populares possam transformar-se em poderosos movimentos revolucionários, sob a direção dos comunistas. Nota que o descontentamento se dirige contra o sistema capitalista e que este acabará sendo substituído pelo socialismo proletário. Após o capitalismo, disse Marx, é o socialismo, em transição para o comunismo.

Trata, assim, de dividir e corromper a classe operária. Investe largamente no suborno e na corrupção de setores combativos do proletariado e do povo, tentando comprar a consciência de operários que perderam o sentimento de classe e se dispõem a servir de agentes diretos do capital no seio das massas. Essa ação corruptora se faz sentir, em particular, no movimento sindical. As centrais sindicais norte-americanas e europeias – AFL-CIO, CIO, FSM, CMT – prodigalizam abundantes recursos financeiros ao sindicalismo de muitos países, buscando submetê-lo ao controle patronal ou reformista. Isso faz parte do planejamento estratégico da burguesia, objetivando paralisar ou neutralizar a ação decidida da classe explorada e oprimida e impedir a sua unidade.

e) A campanha anticomunista

A burguesia sabe, por experiência própria, que o elemento fundamental na realização da tarefa histórica de derrocar o capitalismo é a atividade dos comunistas, dos marxista-leninistas, junto às massas. Somente eles têm condições de guiar os trabalhadores e os povos para a emancipação nacional e social. As ideias do socialismo têm força de verdade, ímpeto mobilizador. Daí por que a burguesia leva a cabo furiosa campanha anticomunista no mundo inteiro. Nunca como nos dias atuais gastou-se tão grandes recursos e convocou-se tantos mercenários da pena para atacar o comunismo e desacreditar a teoria revolucionária da classe operária. A campanha abrange todos os campos – político, ideológico, social, moral etc. –, dirige-se contra o socialismo científico, contra o Estado de ditadura do proletariado com redobrado ódio de classe. É que este sistema provou, na União Soviética, até meados dos anos 1950, ser possível construir um mundo de progresso e justiça social sob a direção da classe operária revolucionária em aliança com os camponeses.



Utilizando em larga escala o retrocesso ocorrido na URSS, na China e em países de Democracia Popular, onde o revisionismo triunfou, a oligarquia financeira imperialista difunde a ideia da inviabilidade do socialismo. Quer fazer crer que o socialismo proletário é sinônimo de tirania, de injustiças gritantes, de assassinato em massa dos que a ele se opõem. Stálin, que esteve à frente do Partido Bolchevique no período crucial da construção socialista, é apresentado como criminoso sedento de sangue. Os expertos da burguesia recorrem a meios sofisticados, pretensamente científicos, para distorcer a verdade e assim corromper a consciência dos trabalhadores. Dispondo de vasto aparelho de comunicação social difundem falsidades, como a de que o socialismo é um regime tacanho, atrasado, dirigido por burocratas incorrigíveis. As teorias de Marx e Engels, segundo eles, teriam perdido valor face à revolução tecnológica e ao suposto novo perfil do capitalismo humanizado, sem crises. A classe operária já não jogaria papel de força impulsionadora da transformação social, pois se reduzira em relação aos trabalhadores qualificados das áreas de serviço etc. Simultaneamente, dado que as massas simpatizam com a ideia de uma nova sociedade, fazem propaganda social-democrata do “socialismo humano”, “cristão”, “renovador” etc., formas que não passam de variantes políticas do regime capitalista em decomposição.

A ciência social, fundada por Marx e Engels, comprovada pela vida, desenvolve-se incessantemente, demonstra toda a sua vitalidade, é a grande e insubstituível arma do proletariado para conseguir sua emancipação e o progresso da sociedade. Elucida questões da maior importância da época presente, entre as quais a correlação dos fatores objetivos e subjetivos no processo revolucionário, a luta de classes no socialismo, a relação entre ditadura do proletariado e a democracia socialista, a prevenção do surgimento de camadas privilegiadas, onde impere o socialismo. A única força efetivamente revolucionária da sociedade é a classe operária, que nada tem a perder, mas um mundo a ganhar. O socialismo é o regime dos que trabalham, enquanto o capitalismo é o sistema dos parasitas, daqueles que vivem da exploração brutal dos que produzem e dos povos que oprime. Não é o socialismo que rejeita a liberdade, mas a burguesia que a aniquila. A reação em toda a linha é da natureza mesma do capitalismo na fase imperialista.

Os oportunistas de toda laia, os socialdemocratas, os trotskistas e seitas afins, os renegados da causa proletária, todos eles auxiliam a burguesia nesta infame campanha. Colaboram na adulteração do marxismo, no desvirtuamento da história do movimento revolucionário, na difamação abjeta do sistema social que existiu na União Soviética de Lênin e de Stálin. Entre

esse rebotalho humano encontram-se em plano destacado os revisionistas contemporâneos com Gorbachev à frente. Não se deve subestimar essa intensa campanha anticomunista que precisa ser desmascarada para ajudar os trabalhadores e os povos a forjarem sua união e marcharem no caminho da emancipação social.

f) O socialismo vive e triunfa

Não obstante os esforços da burguesia reacionária com o propósito de negar o socialismo, este vive e floresce na Albânia, que resiste firmemente à pressão imperialista-revisionista. Ali, a classe operária e seu partido de vanguarda, o PTA, dirigem com êxito a construção da nova vida de progresso, cultura, liberdade e justiça social. Toda a sua atividade fecunda guia-se pela lei econômica fundamental do socialismo, assim expressa: “assegurar a máxima satisfação das necessidades materiais e culturais, em constante ascenso, de toda a sociedade, mediante o desenvolvimento e o aperfeiçoamento ininterrupto da produção socialista sobre a base da técnica mais elevada.”. Muitas têm sido as conquistas obtidas. Presentemente, a Albânia realiza grande façanha relacionada com o bem-estar do seu povo – a canalização de água potável em todas as aldeias. Ontem, o mesmo se fez com a energia elétrica. Novas vias férreas são construídas. O país amplia o comércio exterior e mantém relações diplomáticas com mais de cem nações dos diversos Continentes. Contrastando com o mundo capitalista em decadência, na Albânia os trabalhadores vivem sem os sobressaltos do desemprego, da fome, da inflação. Os índices de crescimento de sua economia são ultrapassados de ano para ano. Sob a direção do camarada Ramiz Alia, que ocupa com destemor o posto deixado pelo saudoso camarada Enver Hoxha, o Partido dos Comunistas Albaneses, o PTA, projeta e realiza à frente do proletariado e do povo a gigantesca obra da edificação socialista, que estimula, pelo exemplo, a luta revolucionária de todos os povos.

g) Algumas conclusões

Desse quadro tumultuado do panorama internacional que espelha o aprofundamento da crise geral do capitalismo pode-se avançar, com certa prudência, algumas conclusões relacionadas com a perspectiva revolucionária.

1) Na atualidade, parece-nos improvável a guerra mundial em curto ou médio prazo, sem que isso signifique descartar os conflitos mundiais. Enquanto existir o capitalismo haverá guerras de menor ou maior alcance.



Um confronto armado interimperialista entre os Estados Unidos e a União Soviética não se afigura próximo. A URSS necessita de trégua objetivando reorganizar de forma capitalista sua economia, a fim de garantir-lhe competitividade no mercado mundial; os Estados Unidos precisam de uma paz armada, temporária, para pôr ordem na casa em sérias dificuldades financeiras, e para esmagar os movimentos progressistas em qualquer parte. As superpotências procuram entender-se visando a dividir o mundo em esferas de influência soviético-norte-americanas. As contradições mais agudas no campo econômico dão-se na concorrência com o Japão e a Alemanha Ocidental, que buscam ocupar espaços dominados por aquelas potências. Estes dois países imperialistas, entretanto, não têm condições militares no presente de ir a um conflito bélico global.

2) Também as crises mundiais econômicas de superprodução, do tipo da de 1929-1933 parecem pouco plausíveis. Sem excluir a crise cíclica, em alguns países, a crise econômica de âmbito mundial vai tomando outras formas, entre as quais a do estancamento continuado da economia em persistente estado de depressão, uma espécie de agonia lenta e prolongada do sistema capitalista. Ainda em processo de desenvolvimento, a produção do capitalismo restringe-se, concentrando-se preferentemente nas áreas de serviços. Influencia fortemente esse processo a baixa demanda devido ao empobrecimento relativo e absoluto de grande parte da população transformada em subconsumidora. Entrementes, agrava-se a crise monetária e financeira que atinge em particular os Estados Unidos. O dólar desvaloriza-se crescentemente. Os Estados Unidos já exibem déficits nos chamados rendimentos de capital (pagam mais juros e lucros do que recebem) e tendem a deter o processo de importação de capitais ali investidos. De outra parte, as dívidas dos países menos desenvolvidos tornam-se impagáveis, acarretando sérios problemas para as oligarquias financeiras dado que esse pagamento é imprescindível ao imperialismo em seu conjunto. Como moeda-padrão de curso internacional, o dólar, em via de desvalorização, acha-se em situação insustentável. Os meios até agora usados de compra do dinheiro americano pelo Japão e pela Alemanha Ocidental, a fim de manter o seu valor, não podem durar largo tempo.

3) O capitalismo não consegue sair do atoleiro em que se meteu. Este sistema oferece razoáveis condições de vida somente a uma pequena parcela da população. Marginaliza constantemente, e em massa, enormes segmentos da sociedade, nos quais se incluem dezenas de milhões de desempregados oriundos da classe operária. Jamais foi tão vasto, em termos

mundiais, o número de pessoas sem trabalho efetivo, vivendo em condições subumanas, forças que contêm imenso potencial explosivo. Apesar disso, não há presentemente ascenso revolucionário. Vive-se um período de descenso que vem desde os retrocessos verificados na União Soviética e na China. Não ocorrem poderosas ações revolucionárias em confronto com o regime da burguesia. Acumulam-se, porém, fortes elementos de crise revolucionária que podem, em diferentes países, transformar-se em verdadeiro ascenso da revolução. Objetivamente, amadurecem condições favoráveis à eclosão de lutas revolucionárias.

4) Que fatores poderiam determinar uma crise política mundial capaz de levar as massas a ações de maior envergadura? A rigor, não se pode determiná-los com precisão. Há elementos diversos a considerar, entre os quais a possibilidade do aprofundamento de crise financeira seguida da reação que possam tomar os Estados Unidos visando a manter a sua hegemonia. A questão nacional relacionada com a violenta espoliação dos países mais débeis pela oligarquia financeira internacional seria outro elemento a levar em consideração. O confronto dos povos desses países com os monopólios e os banqueiros internacionais vai-se tornando inevitável. Eles não podem pagar as absurdas dívidas externas, nem aceitam a situação de dependência absoluta que lhes querem impor. Também é fator a ser tido em conta o avanço da revolução num grande país, partindo do agravamento das contradições internas do seu desenvolvimento. Uma reviravolta na União Soviética contra o revisionismo no poder, em defesa do socialismo proletário, jogaria importantíssimo papel na revolucionarização dos trabalhadores em todo o mundo. Em que pese o capitalismo na URSS sufocar os anseios revolucionários e reprimir as ações antirrevisionistas, o povo soviético tem tradição de luta contra o capitalismo e conserva sentimentos de fidelidade às ideias de Outubro. Qualquer um desses fatores em ação poderia ser o detonador de um poderoso movimento revolucionário no mundo.

5) A direção da classe operária e do seu partido de vanguarda, baseada na teoria marxista-leninista, é indispensável ao processo de conscientização dos trabalhadores e dos povos. Somente uma direção revolucionária, hábil na condução das lutas e firme nos princípios que defende, poderá enfrentar com sucesso a repressão burguesa e desmascarar sua atividade anticomunista. Mais do que nunca, os revolucionários devem manter a vigilância de classe e não conciliar com os oportunistas de direita e de “esquerda”, que numa situação como a que vive o mundo, tudo fazem para impedir que os trabalhadores ingressem no verdadeiro caminho da luta.



II

O Brasil numa Encruzilhada Histórica

Parte integrante do quadro mundial em degradação, o Brasil passa por situação muito difícil. Atravessa uma crise não apenas econômica e financeira, mas também política, social e moral. Crise que não surge propriamente agora, já vem de longe. Agravou-se sobremodo nesta última década. O país reclama objetivamente mudanças de fundo na sua estrutura econômica e na superestrutura política. À medida que as forças conservadoras e reacionárias se opõem por todos os meios a essas transformações, mais profundos se tornam os desajustes na sociedade brasileira.

a) Recessão e crise financeira

A economia mantém-se estagnada há vários anos. Alicerçada em boa parte no capital estrangeiro que domina importantes setores da produção, ressentido-se do recuo nos investimentos que rareiam faz algum tempo. Se bem que o PIB (Produto Interno Bruto) tenha alcançado 300 bilhões de dólares, 1/12 do norte-americano, uma parcela considerável da produção agroindustrial destina-se à exportação, vinculada à necessidade de adquirir divisas para o pagamento de obrigações no exterior. Isso não representa efetivo progresso do país que trabalha em função de interesses alienígenas. Semelhante tipo de atividade não vitaliza a economia genuinamente nacional. Com o produto total desfalcado de razoável porção da renda que vai parar nas mãos dos capitalistas estrangeiros, pouco sobra para incrementar a produção e desenvolver o Brasil. Na década de 1970, grande soma dos investimentos veio de fora: em 1971, 453 milhões de dólares; em 1979, 2 bilhões e 422 milhões de moeda norte-americana. Depois começou a declinar, chegando a zero em 1987. Daí os esforços desesperados dos governantes visando a atrair o capital forâneo que exige maiores concessões e garantias contra eventuais medidas de cunho nacionalista. A recessão se acentua, particularmente na indústria siderúrgica e na de construção naval, abrangendo ainda o setor têxtil, o de calçados e outros. Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a produção industrial do país registrou este ano queda de 8,8 em janeiro e de 8,7 em fevereiro, relativamente a iguais meses de 1987. As multinacionais dos ramos em crise no plano mundial reduzem a produção, embora desfrutem de vantagens na concorrência internacional por contar com mão de obra barata, câmbio subsidiado e benefícios fiscais generosamente concedidos pelo governo.

Mas o Brasil vive também gravíssima crise financeira que se entrelaça com a crise econômica. O epicentro dessa crise encontra-se na dívida externa de 130 bilhões de dólares que consome anualmente mais de dez bilhões de dólares de juros, quase metade do valor das exportações brasileiras. Acresce a esse desfalque dos recursos nacionais, a remessa de lucros e dividendos das multinacionais que somou, em 1987, um bilhão e trezentos milhões de dólares. Enorme é o déficit do orçamento federal. As previsões para este ano são de 7,9% do Produto Interno Bruto. A fim de cobri-lo, o governo recorre à emissão de papel moeda e de títulos do Tesouro. Somente no mês de março foram emitidos Cz\$ 205,9 bilhões que representam um aumento do dinheiro em circulação de 43,8% em relação a fevereiro. A dívida interna decorrente dos empréstimos via títulos negociáveis alcança cifras consideráveis que sobrecarregam o orçamento com o pagamento de juros a taxas elevadas. A falta de meios do Tesouro agrava-se com gastos desnecessários, como os da manutenção de um Exército de mais de 200 mil homens (em tempo de paz). O projeto FT/90- (Forças Terrestres/1990) de expansão do militarismo absorve enormes verbas, em desproporção com as disponibilidades financeiras do país. O mesmo sucede com a construção da ferrovia Norte-Sul que não representa exigência prioritária do progresso nacional. A corrupção sem freios intensifica mais ainda a crise financeira. Os escândalos de roubos dos dinheiros públicos transformaram-se em rotina. A decorrência inevitável desse caos nas finanças é a inflação, ou melhor, a hiperinflação estimada em 800% até o final do ano. Os preços disparam, gerando tremenda carrestia de vida. A especulação financeira, na qual entra também a captação de recursos para o governo, adquire proporções inusitadas. O cruzado se desvaloriza rapidamente e a cotação do dólar em ascensão rompe todas as barreiras.

b) Problemas sociais em agravamento

Essa situação conduz a uma profunda crise social. O desaquecimento da economia leva ao desemprego e à redução do mercado de trabalho. Os salários acham-se fortemente defasados diante do processo inflacionário galopante. Pioram as condições de existência, desde a questão da moradia, sempre mais difícil para o povo, até os problemas de saúde, do ensino público etc. Fato grave e insolúvel é o crescimento contínuo do número de menores abandonados, filhos da miséria, que ingressam facilmente no caminho do crime. No campo, as dificuldades são ainda maiores. Milhões de camponeses não possuem terra para trabalhar; muitos labutam como



“biscateiros” ou boias-frias, mal pagos e sem garantias legais. As camadas médias das cidades defrontam nítido rebaixamento do seu nível de vida. Sobre elas recai o ônus principal dos impostos cobrados pelo Estado. Os profissionais liberais entram no rol dos que vivem de salários. Há grandes áreas de fome e de penúria no país. A tensão social reflete-se no rápido aumento dos desajustados que buscam o caminho da criminalidade ou o dos denominados meios fáceis de vida em que hoje se inclui o tráfico de drogas.

c) A crise institucional e política

A crítica situação por que passa o país entrosa-se com a crise política, não somente de caráter conjuntural, mas igualmente de natureza institucional, que perdura há muitos anos. Envelheceu todo o arcabouço da sociedade brasileira. As instituições criadas no século passado, quando era débil o capitalismo no país, estão inteiramente superadas, converteram-se em sérios entraves ao desenvolvimento político, cultural e social da nação. Ainda que tenham sofrido ligeiras modificações após o movimento liberal de 1930, conservam todo o ranço autoritário e elitista da monarquia, atrasada e escravista. A forma de governo, presidencialista, adotada em 1891, revelou-se um sistema autocrático, no qual predomina a vontade soberana do Poder Executivo, melhor dito, do presidente da República que, por sua vez, é submetido ao controle e às exigências dos militares. A organização judiciária segue o padrão cartorial das antigas cortes portuguesas. É uma justiça extremamente morosa, separada do povo. Os juizes, indicados e nomeados pelo Executivo, não têm suficiente independência, decidem conforme os interesses das classes dominantes reacionárias. Todo o aparelho do Judiciário está emperrado e em crise. O Legislativo não representa o conjunto da nação; dele estão praticamente excluídos os camponeses e pouquíssimos são os operários ali presentes. A existência desnecessária do Senado lhe dá feição ainda mais reacionária. O Legislativo é um órgão homólogo dos atos do Executivo. Não tem suficiente personalidade. Cada vez que tenta adotar posições progressistas é agredido pelo Executivo ou ameaçado pelas Forças Armadas, submetendo-se, em geral, a exigências arbitrárias. Todo o mecanismo institucional brasileiro está em crise. Não corresponde às necessidades objetivas do avanço da sociedade. É rejeitado pela imensa maioria da nação.

No terreno conjuntural, as crises políticas ressurgem, umas após outras. Em fins de 1986, José Sarney, sob pressão das forças mais reacionárias, volta-se para a direita e põe em prática uma orientação contrária ao

povo e aos interesses nacionais. Perde rapidamente a base política de apoio e entra em crise. Esta aparece como consequência do injusto caminho que segue, combatido pelas forças democráticas. Contrariado em seus propósitos, o governo insiste em manter suas posições, isola-se e recorre a ameaças de toda ordem, utilizando também a corrupção e o fisiologismo descarado. Ultimamente, tornaram-se mais frequentes as crises políticas de conjuntura. É grande a instabilidade governamental. Depois de cada crise, o governo se reconstitui reforçando a tendência direitista, estabelecendo assim as premissas de novos desentendimentos de maior gravidade.

d) Estrutural a crise brasileira

A causa fundamental da crise generalizada que se abate sobre o país encontra-se na sua estrutura econômico-social, atrasada e dependente. Embora formalmente emancipado do ponto de vista político, o Brasil conserva uma estrutura econômica pouco desenvolvida. É inegável que progrediu. Surgiram importantes ramos industriais, o capitalismo penetrou no campo e desenvolveu a produção de determinado gênero. O comércio exterior avançou, chegando com altos e baixos aos 26 bilhões de dólares anuais. Mas o capitalismo que se estendeu tem nítido caráter dependente, e a penetração capitalista no campo se fez mantendo o latifúndio: 1% dos proprietários rurais domina a metade da superfície agrícola. Essa monopolização da terra prejudica cerca de 16 milhões de camponeses sem ou com pouca terra, entrava o livre desenvolvimento das forças produtivas, além de sobrecarregar o conjunto da nação com o pagamento da renda absoluta do solo. Boa parte da produção industrial e agrária destina-se à exportação ligada a interesses alienígenas. Esse tipo de desenvolvimento serve menos ao Brasil, favorecendo essencialmente o capital estrangeiro. Não gera benefícios substanciais ao país, nem contribui para fortalecer uma economia brasileira na verdadeira acepção do termo. O endividamento externo agravou ainda mais a crise estrutural. Dívida de 130 bilhões de dólares, contraída no interesse das oligarquias financeiras internacionais, que não trouxe maior proveito à nação. Elevada soma dos empréstimos foi aplicada em projetos improdutivos ou relacionados com a espoliação estrangeira. Parcela importante da dívida é constituída por juros capitalizados, dinheiro que não entrou no país. Tal dívida representa pesado ônus ao Tesouro Público. Nos últimos cinco anos, o Brasil pagou somente de juros, com imensos sacrifícios para o desenvolvimento nacional e a vida do povo, cerca de 60 bilhões de dólares aos banqueiros norte-americanos e europeus. No endividamento exter-



no reside basicamente o pivô da crise financeira em que nos debatemos. Agregam-se à estrutura antiquada o sistema bancário fundamentalmente usurário e os grupos monopolistas da grande burguesia brasileira associados ao capital imperialista.

Esse anacronismo da estrutura econômico-social reflete-se na superestrutura política. Explica as instituições caducas, o reacionarismo obtuso do regime político, os ataques constantes à democracia, a intervenção militar arbitrária na vida pública. Elucida de igual modo o atraso cultural, a precariedade da universidade brasileira.

e) Governo antipovo e antinacional

O governo atual é uma expressão desse conservadorismo obstinado e também um produto da crise estrutural que se aprofunda. José Sarney chegou ao poder acidentalmente. Sem apoio político próprio escora-se, desde o início, nos militares aos quais serviu durante a época ditatorial. Em princípio viu-se forçado a cumprir, pelo menos em parte, a plataforma de Tancredo Neves. Convocou a Assembleia Constituinte, facilitou a legalização dos partidos clandestinos, pôs termo às intervenções nos sindicatos. Chegou mesmo a decretar a moratória da dívida externa. Dizia-se governo de transição democrática. Esse procedimento, aparentemente liberal, durou pouco. Não custou muito a evidenciar-se que a Nova República, por ele dirigida, não cumpriria os objetivos proclamados. Investiu contra os movimentos populares, as greves e as lutas camponesas. Descarregou o peso das dificuldades oriundas da inflação sobre as costas dos trabalhadores e do funcionalismo público. Neste último período, Sarney inseriu-se completamente nos planos da reação e do imperialismo. Diante das pressões do capital estrangeiro, suspendeu vergenhosamente a moratória e voltou à sujeição ao FMI. Curva-se submisso às exigências dos banqueiros internacionais. Ao mesmo tempo que põe em leilão as empresas estatais, de interesse do país, preconiza a conversão de parte da dívida externa em capital de risco, abrindo espaço para a compra de empresas nacionais pelos capitalistas de fora. É um governo corrupto, antipovo e antinação. Está envolto pelo mar de lama da roubalheira escandalosa de recursos do Estado. Na defesa de um mandato de cinco anos, que não lhe é devido pois sua presença no Planalto termina com a promulgação da Carta Magna, recorre a toda sorte de chantagens, ameaças, trapaças políticas. Apela inclusive para o golpe militar. Sua permanência por mais tempo na presidência da República será catastrófica para a nação.

f) Assembleia Constituinte, maioria reacionária

A transição preconizada após a queda do regime militar tinha na Assembleia Nacional Constituinte seu ponto culminante. Ela devia elaborar nova Carta, substituindo a que promulgara, em 1969, uma Junta Militar. Sua instalação criou expectativas de que essa Assembleia pudesse, na esfera de suas atribuições, realizar mudanças significativas na ordem jurídica e política. A nação esperava, senão uma Constituição avançada, pelo menos uma Carta democrática e progressista. Isso não sucedeu. A maioria da Assembleia revelou-se afinada com as posições de direita. Em contraposição às conquistas democráticas obtidas parcialmente no projeto da Comissão de Sistematização, organizou-se o CENTRÃO, incentivado pelo empresariado que se transformou num bloco majoritário reacionário. Daí em diante, a Constituinte se distanciou do povo. No episódio da votação da forma de governo, desmoralizou-se. Ficou evidente que muitos constituintes, em troca de favores do Planalto, mudaram de posição. Afinal, a substituição do presidencialismo era, por assim dizer, questão fundamental na elaboração da Nova Lei Magna. Esse sistema de governo, aplicado há cem anos no Brasil, não passa de uma ditadura disfarçada, é autoritário, imperial, dependente dos militares. Ainda que o parlamentarismo seja também um instrumento de domínio da burguesia, no caso brasileiro, se adotado, golpearia as forças da reação, sobretudo o militarismo, possibilitaria a educação política das massas populares. A Constituição a ser aprovada, ainda que registre algumas conquistas democráticas é, em essência, reacionária, antiquada, inadaptada às necessidades do país. Nega a extinção do latifúndio, conceitua como empresa brasileira as multinacionais, recusa a semana de quarenta horas. Introduce novo elemento repressivo, antidemocrático: além do Estado de Sítio, cria o “Estado de Defesa”, que é um Estado de sítio camuflado a ser posto em prática em qualquer lugar, sempre que se avolumem as lutas populares. As Forças Armadas continuam a desempenhar o papel de algozes da democracia, cabe-lhes “defender” a ordem e a lei segundo os seus próprios critérios. Manteve-se praticamente irretocável o Poder Judiciário retrógrado. Colocada no centro da vida política nacional, a Assembleia Constituinte vivenciou várias crises nas quais ficou em defensiva. Um ensinamento importante para os proletários e as massas populares, que resulta dos trabalhos da Constituinte, é o de que as mudanças necessárias e profundas que o país reclama não advirão por via parlamentar, mas através de poderoso movimento revolucionário de massas.



g) O movimento operário e popular

Sofrendo ainda as consequências da sanguinária repressão do regime militar, o movimento operário, democrático e popular se reconstrói e obtêm algumas vitórias. Cerca de dez milhões de operários e servidores públicos recorreram à greve em 1987. Choques violentos no campo marcaram a presença dos camponeses no combate aos grileiros e latifundiários, em prol da reforma agrária. Em busca de um teto para morar, massas populares ocuparam, em luta com a polícia, terrenos baldios. Os estudantes foram às ruas em ações vigorosas a fim de impedir o aumento brutal das taxas escolares. As mulheres e os jovens realizaram concorridos atos públicos e campanhas diversas por reivindicações próprias e por objetivos políticos e sociais. Tiveram repercussão nacional os comícios efetuados em diversos estados pró-eleição direta em 1988.

Não obstante os êxitos, o movimento democrático e popular apresenta debilidades em relação às exigências do momento. Não alcançou estruturar-se devidamente, como se faz necessário, atua de maneira dispersa e em função de problemas específicos. Embora tenha dado passos no caminho da unidade, mostra-se dividido em questões importantes, refletindo discordâncias existentes entre o PT, o PDT e o PCB, reformistas, e o PCdoB, consequentemente revolucionário.

As forças conservadoras e os agentes do imperialismo empenham-se a fundo em dividir o movimento operário e popular. Na frente sindical há evidentes sintomas de corrupção. Várias entidades e vários dirigentes sindicais recebem dinheiro do exterior, supostamente destinado a ajudar a organização dos trabalhadores. Esse dinheiro reforça a pelegagem do velho e do novo tipo. E tenta atrair os sindicatos brasileiros à filiação a entidades internacionais, como a CIOSL e a FSM, de origem europeia, ou a CMT, ligada ao Vaticano, que não representam os interesses da classe operária.

A CUT e a CGT disputam a preferência do proletariado sindicalizado. A CUT, que filiou maior número de sindicatos, proclama-se independente e classista. Entretanto, procede como apêndice do PT no qual atuam correntes sectárias, anticomunistas. A CGT não conseguiu desvencilhar-se de dirigentes apelegados, alguns deles agentes do sindicalismo reacionário dos Estados Unidos. Não defende os reais interesses dos trabalhadores. Politicamente, aproxima-se dos setores mais reacionários, tipo CEN-TRÃO. Há pouco, surgiu uma corrente classista que rompeu com a direção

da CGT, e busca formar um movimento sindical unitário e independente. Reúne a maioria das CGT's estaduais.

O movimento estudantil está dividido. Tem fraca atuação. A UNE, no momento, acha-se em mãos de forças antiunitárias, em parte aparelhada pelo PT. A corrente denominada VIRACÃO, que congrega universitários mais avançados, tem prestígio, mas não se encontra bastante enraizada nas escolas superiores.

As organizações que lutam pela emancipação das mulheres avançam em quase todo o país. Sua atividade, porém, é ainda limitada. Realizam com sucesso encontros, seminários, debates etc., mas não conseguiram maior penetração entre as mulheres operárias, camponesas e de origem popular.

A União da Juventude Socialista (UJS) tem progredido e se afirma como organização de vanguarda dos jovens. Promoveu encontros e congressos juvenis com brilhantismo. Fez a campanha pelo voto aos 16 anos que chegou a obter o apoio de considerável número de parlamentares na Assembleia Constituinte. Tomou várias iniciativas políticas de repercussão. Contudo, é débil na atração de jovens da classe operária, do campesinato e mesmo de setores populares.

As associações de moradores, embora cumprindo importante papel no sentido da união, organização e mobilização de milhões de brasileiros, em torno principalmente da luta pela conquista do direito à moradia, a melhoramentos urbanos, serviços e obras públicas, encontram-se ainda dispersas e com caráter bastante heterogêneo. Caracterizam-se, no geral, pela baixa intervenção na luta política. A força e a influência do Partido nessa frente têm obtido certos avanços.

Apreciado em conjunto, o movimento operário e popular, em que pesem os resultados positivos, está aquém das necessidades atuais. Ainda não responde à altura a ofensiva dos reacionários. Mas reflete, até certo ponto, o estado de espírito das massas, seu inconformismo e sua repulsa à política das classes dominantes. Pode, no entanto, desenvolver-se com rapidez.

h) Encruzilhada histórica

De tudo quanto foi exposto, salta à vista a clara e profunda contra-



dição entre a maioria da nação que quer e precisa progredir e as forças do conservadorismo e da exploração estrangeira que freiam o avanço da sociedade. A prosseguir o país no caminho atual, torna-se inevitável a degradação de sua vida econômica, política, social e cultural. A independência e a soberania da nação perderão cada vez mais suas características essenciais. Crescerá o exército da fome, dos sem trabalho, dos sem teto, dos carentes de qualquer perspectiva de melhora. O regime político acentuará a falta de liberdade e o elitismo das classes opressoras.

O Brasil encontra-se numa encruzilhada histórica. Ou rompe radicalmente com o atual estado de coisas e assegura um desenvolvimento econômico independente, abre clareiras para o progresso efetivo, para a democratização e a modernização da vida nacional ou se afunda no pântano da decadência e da submissão à oligarquia financeira imperialista.

Trabalhar pela vitória das forças progressistas, da classe operária e de seus aliados, nesse grande embate com a reação e os monopolistas estrangeiros – orientando com justeza a luta das massas e indicando-lhes o caminho seguro da libertação – é a principal tarefa do Partido Comunista do Brasil.

III

A Tática do Partido

A conduta política e sua natureza, as indicações e a maneira de atuação do Partido têm-se mostrado corretas. No espaço de tempo que nos distancia do 6º Congresso, o PCdoB enfrentou sérios problemas táticos e os resolveu acertadamente. Não cometeu erros graves de direita ou de esquerda em sua orientação. Teve sempre em conta a necessidade de participar dos acontecimentos políticos com posições definidas ajustadas à realidade. Isso possibilitou a conquista de importantes êxitos.

Presentemente, criam-se condições objetivas favoráveis ao avanço do movimento revolucionário. Condições objetivas que surgem em grande parte independentemente da vontade dos homens, resultados de processos contraditórios que se verificam na sociedade, consequência também da política das classes dominantes. O Brasil vive momentos críticos. Mal saiu da ditadura militar, volta a se defrontar com ameaças golpistas. Tem um governo entreguista, desmoralizado, incompatibilizado com a ampla maioria

da nação. Sob esse governo, a moralidade administrativa chega a seu ponto mais baixo, com o alargamento da corrupção que afeta o aparelho estatal e as instituições ditas respeitáveis. A desestabilização do poder é um fato que a burguesia considera alarmante. O país está diante de séria crise política, ligada à sucessão presidencial.

Todavia, os fatores subjetivos que atuam a favor de uma saída progressista estão retardados. Certamente, esses fatores se desenvolvem unidos às condições objetivas, mas apenas ganham vigor quando impulsionados por uma atividade consciente dos partidos e das organizações de vanguarda. Ocorre, às vezes, que, por circunstâncias adversas, atrasam-se e acabam não jogando o papel decisivo.

Não há ascenso revolucionário no país. Existe enorme descontentamento entre a população, realizam-se muitas lutas, principalmente de caráter econômico. Os brasileiros demonstram, de várias formas, seu repúdio ao governo federal e aos governantes estaduais aliados de Sarney. Entretanto não sucede um movimento político de massas que se compare com o de 1984 na campanha das Diretas-Já. A pressão popular sobre a Constituinte é um exemplo. Se bem que tenham chegado a essa Assembleia dezenas de proposições contendo milhões de assinaturas, têm sido fracas as ações contra a direita da Constituinte que trata de impor sua vontade na votação do projeto constitucional. O desejo de mudanças é generalizado no seio do povo. Não obstante, ainda é pequeno o contingente da população que vislumbra a solução revolucionária. A maioria acredita, em certa medida, na simples substituição de pessoas no governo da República. Seguramente são numerosos também os que se mostram desiludidos com os políticos e descrentes de soluções eleitorais.

Ativar os fatores subjetivos para colocá-los à altura das condições objetivas é muito importante. Nessa questão, a tática do Partido de vanguarda do proletariado representa elemento essencial. Uma tática realista, flexível, que saiba aproveitar as contradições e as divergências, mesmo secundárias, no campo adversário, sem os comunistas se deixarem confundir com aliados temporários e que ajude a elevar a consciência política dos trabalhadores e do povo, permitindo o avanço do movimento revolucionário.

Para isso torna-se indispensável examinar a correlação de forças no momento atual. Esta se expressa em dois grandes blocos: o das forças conservadoras, reacionárias, geralmente ligadas ao capital estrangeiro; e o das



forças democráticas e progressistas de múltiplas tendências. Entre esses dois blocos localizam-se as correntes de centro que ora se inclinam à direita, ora formam com as posições de centro-esquerda. Em termos de classe, no primeiro bloco estão a grande burguesia e os latifundiários aburguesados; no segundo, encontram-se, de modo geral, o proletariado, o campesinato pobre, boa parte da classe média, e as amplas massas populares. Ao centro, a burguesia média e setores das profissões liberais. Os militares, que influem como casta, arbitrariamente, na situação política, alinham-se com a direita. Politicamente, predomina, por enquanto, o bloco das forças conservadoras.

Há que se ter em conta também o estado das organizações da classe operária e dos trabalhadores do campo. O movimento sindical acha-se dividido e nele atuam “pelegos”, agentes do patronato, que dirigem, inclusive, grandes sindicatos operários, e igualmente divisionistas de todo tipo. A CUT e a CGT são débeis. A CGT tem uma direção desmoralizada e em desintegração; a CUT, algo mais forte, sem, contudo, suficiente força de mobilização. Surge agora uma corrente classista, lutando por um sindicalismo de combate, e não de colaboração de classes. Os sindicatos rurais, que jogam certo papel na luta do campo, agrupam boa parte dos assalariados agrícolas e dos camponeses, mas têm pouco poder mobilizante. Praticam um sindicalismo reformista e conciliador. Junto a camponeses pequenos e médios cresce a influência da UOR, organização de latifundiários, de tendência fascista.

No que respeita aos partidos políticos, enquadram-se na divisão da correlação de forças apontada, considerando-se, porém, que esses partidos não são homogêneos. A maior parte do PMOB, o PFL e o POS são esteios das forças reacionárias. Os dissidentes do PMOB, o PDT, o PT, o PCdoB e outros partidos menores compõem o setor progressista. Entre estes, no entanto, há desacordos. Em questões essenciais se dividem. O PT e o PDT votaram na Constituinte pelo presidencialismo autoritário, juntamente com a direita. Deram a vitória a Sarney. O PT propugna o pluralismo sindical, de interesse da burguesia, e o seu principal dirigente manifesta-se a favor do capital estrangeiro. A dissidência do PMDB atua somente na área parlamentar, mostra indecisão em problemas fundamentais do país.

Tendo presentes todos esses fatores, o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) define a sua orientação tática. Esta decorre não somente do quadro político em evolução, mas está intimamente ligada com as posições

estratégicas do Partido. É do nosso Programa a conquista de um regime e de um governo democrático popular, em direção ao socialismo; a liquidação da dependência e da subordinação ao capital estrangeiro imperialista; a extinção do latifúndio; o golpeamento da grande burguesia, associada ao capital forâneo; a vitória da classe operária e de seus aliados sobre as forças da reação e da dependência, visando à construção de nova vida, democrática e socialista, no Brasil. Isso faz parte da nossa luta cotidiana.

A defesa da liberdade, de um regime democrático, é elemento importante da nossa tática no período que vivemos. As classes dominantes já não podem governar sem recorrer constantemente à violação dos direitos do povo. Toda vez que o movimento progressista adquire certa envergadura, as liberdades e o sistema democrático são golpeados pelas Forças Armadas. Assim aconteceu em 1935-1937, 1945-1947, 1961-1964. Faz pouco que o Brasil saiu da ditadura militar de vinte e um anos e já recomeçam as ameaças golpistas, tentando impedir que a Constituinte aprove medidas de maior importância, democráticas e patrióticas. Pugar pela democracia não significa aperfeiçoar o regime político das classes dominadoras. Seria ilusão. A luta pela liberdade deve ser fator de desmascaramento das classes reacionárias que não têm condições de assegurar e respeitar os direitos dos cidadãos. Para que haja liberdade, essas classes precisam ser derrotadas e substituídas por correntes progressistas. A liberdade é componente indispensável da organização e da conscientização do povo, tendo em vista a solução revolucionária. Lênin dizia ser “um erro crasso julgar que a luta pela democracia pode desviar o proletariado da revolução socialista, mascarar-la, encobri-la.” E acentuava que “o proletariado não pode se preparar para vencer a burguesia sem conduzir uma luta minuciosa, consequente e revolucionária, pela democracia.” Não somos indiferentes a que exista ou não democracia no país. Colocamo-nos permanentemente contra qualquer golpe, em defesa da liberdade para o povo.

A tática do Partido é de firme oposição ao governo José Sarney. Essa decisão foi tomada há algum tempo. Persistiremos nela. Responde ao sentimento de grande parte da população, que quer se ver livre o quanto antes de um dos mais detestados governos da República. A oposição a Sarney desdobra-se na contestação ao militarismo que o sustenta, às forças reacionárias, aos governadores estaduais que se alinham inteiramente com o Planalto. E se estende aos partidos políticos que o apoiam. O combate ao governo Sarney é fator de aproximação e ligação com as massas populares, ajuda a elevar o nível de consciência política do povo que se interessa em



saber como libertar-se desse governante e quais as forças em que pode confiar.

A sucessão presidencial transforma-se na batalha política mais importante da atualidade. Seja este ano, como querem os trabalhadores e o povo, seja no próximo, os embates sucessórios estão em marcha. Indicam que haverá crise política séria. Esta já transparece nas preliminares em torno da fixação do prazo do mandato de Sarney. O grupo palaciano, apoiado nos militares, insiste em cinco anos. A oposição não admite mais do que quatro. O confronto entre estas duas tendências se acentua. Eleitoralmente, a direita encontra dificuldade para indicar candidato com alguma chance de vitória. O centro apresenta-se enfraquecido com o deslocamento de parte do PMDB para a direita. As correntes de centro-esquerda estão divididas e até agora com candidatos controversos: Leonel Brizola, tentando ganhar as boas graças dos militares retrógrados; Luiz Ignácio Lula da Silva procurando ajuda do empresariado reacionário. Nossa tática, na sucessão presidencial, objetiva influir no surgimento de um concorrente democrático e progressista, capaz de reunir o apoio da esquerda e também do centro. E que facilite a criação de amplo e combativo movimento democrático, nacional e popular. A plataforma do candidato poder-se-á converter em bandeira de unidade e de luta por mudanças efetivas no país. Em certo sentido, uma retomada num nível mais elevado da campanha de 1984-1985 que levou à derrocada o regime militar. Essa solução, no entanto, requer grande trabalho político junto às massas e às correntes progressistas. Não será fácil. Caso não se consiga êxito nesse propósito, o Partido deverá indicar candidato próprio no primeiro turno a fim de fazer propaganda democrática e progressista e difundir as ideias do socialismo. No segundo turno, será examinada a possibilidade de alianças políticas contingenciais.

Importância tática de primeiro plano representa a mobilização contra a espoliação do capital estrangeiro, em defesa dos interesses nacionais, da soberania e da independência do país. Esse problema envolve setores amplos da população, tem forte apelo de massas. Tarefa estratégica da primeira etapa da revolução, a libertação nacional da dependência estrangeira exige ser encarada de modo concreto e objetivo no campo tático. A parte mais sensível desta questão situa-se na dívida externa ligada à submissão ao FMI. O pagamento de juros e amortizações aos banqueiros internacionais repercute duramente na vida do povo, torna-se insuportável para a nação. O centro da luta é o não pagamento dos juros e da dívida externa. O Brasil não pode, nem deve pagar, essa dívida resultante de transações usurárias,

já paga muitas vezes, o que impõe a realização de rigorosa auditoria que seguramente comprovará o verdadeiro assalto à economia nacional praticado por supostos credores, inescrupulosos. É inadmissível também a conversão da dívida externa em capital de risco, concorrendo para a desnacionalização da economia brasileira. Na luta contra a exploração imperialista, é igualmente ponto sensível a resistência à entrega escandalosa das riquezas minerais aos monopólios estrangeiros. Boa parte do subsolo, sobretudo na Amazônia desprotegida, foi açambarcada por mineradoras internacionais, especialmente norte-americanas. O projeto Carajás retrata a alienação organizada das riquezas do país.

Esquemáticamente, pode-se dizer que a tática do Partido visa a agrupar as forças democráticas e progressistas, sem sectarismo ou rígidas limitações; neutralizar os setores intermediários vacilantes e inconsequentes; e derrotar o bloco conservador e reacionário da grande burguesia e dos latifundiários aburguesados, aliados do capital forâneo. O objetivo é romper a forte barreira do conservadorismo, da reação e da pressão imperialista, abrindo espaço à democracia, a um novo regime político.

O caminho para tornar vitoriosa a tática do Partido é a criação de um vigoroso movimento de massas amplo e combativo, tendo por base a unidade da classe operária e a união das forças democráticas e progressistas. Esse movimento precisa tomar formas concretas, a partir da realização de campanhas e de lutas por objetivos determinados, procurando-se, ao mesmo tempo, o ponto de convergência que facilite as ações comuns e de envergadura. O movimento pelas Diretas-Já, em 1984, apesar de não ter chegado a estruturar-se organicamente, revelou a possibilidade do agrupamento de amplas massas em torno de propósito único. A unidade da classe operária, sentimento generalizado, necessita encontrar expressão real. Não se dará, porém, à base do exclusivismo sindicalista ou partidário. Há que buscar um meio de unificação efetiva dos trabalhadores, tanto no campo sindical como no político, que permita o seu desenvolvimento como classe explorada em luta contra a classe capitalista exploradora. A verdadeira unidade sindical, agrupando trabalhadores de várias tendências, pressupõe a exclusão dos agentes descarados e corrompidos da burguesia.

O movimento de massas progride na medida em que luta e eleva sua consciência política, que o partido de vanguarda utiliza as ações espontâneas dos trabalhadores e do povo procurando dar-lhes direção e encaminhamento corretos. A dinâmica desse movimento massivo envolve o justo



método de **ampliar e radicalizar**. Para crescer precisa ampliar, mas a ampliação deve conduzir à elevação do nível das lutas. É falso tentar radicalizar sem ter presente a ideia de ampliar. Contudo, é igualmente falso tratar apenas de ampliar, rebaixando o grau de consciência política ou freando a sua ascensão. As massas descrentes das soluções rotineiras querem ouvir algo que as conduza adiante, para outros caminhos.

Variadas são as formas de luta a empregar no estágio atual da situação política. O importante é que sejam ações de massas, de grandes massas. As greves, de caráter econômico e também político, são particularmente valiosas. Passeatas, demonstrações públicas, comícios, atos de protesto merecem muita atenção. Não se excluem, evidentemente, ações de nível alto.

No campo, em particular, os lavradores tendem a contestar as agressões e os assassinatos organizados pelos latifundiários com a complacência da polícia, recorrendo ao confronto com seus inimigos e respondendo, em alguns casos, na mesma medida. A ocupação pelo povo de terrenos baldios para a construção de casas, ou de locais públicos para realizar protestos contra arbitrariedades, tem a sua razão de ser. É preciso levar em conta que as formas de luta evoluem conforme o acirramento das contendas políticas. E podem chegar a plano superior. O Partido liga os embates pelos objetivos táticos com a propaganda da solução apresentada no seu Programa. Não há dúvida de que o Brasil, para sair da situação em que se acha e propiciar uma vida de progresso, independência, liberdade e justiça social à sua população de mais de 130 milhões de habitantes, tem de adotar providências radicais contra o capital estrangeiro, o sistema de monopolização da propriedade da terra, os monopólios da grande burguesia associada aos imperialistas. Deve estabelecer novo regime político de democracia popular descortinando horizontes socialistas. A propaganda da saída revolucionária é indispensável.

IV

As Tarefas do Partido

Ao proletariado e ao seu partido marxista-leninista compete assumir posição de vanguarda não apenas em teoria, mas na prática, no sentido de dirigir com justeza as massas trabalhadoras e populares. É necessário pôr em tensão todas as energias e reunir o máximo de esforços a fim de en-

frentar a intensificação da luta de classes. As crises políticas se amiúdam, tendem a transformar-se em crises de poder. Não se deve desprezar a oportunidade de fazer o país avançar no rumo do progresso, da democracia, da independência nacional, do socialismo. Maiores responsabilidades contrai o nosso Partido com a classe operária e o povo brasileiro. A nação vive momentos de descrença, de desilusão nos políticos e nos partidos omissos ou corrompidos que nada fazem de proveitoso. Essa descrença generalizada, em determinadas circunstâncias, tanto pode conduzir ao caminho revolucionário como descambar para tendências fascistas ou militaristas.

A luta que é forçoso travar estende-se a numerosas frentes e toma variadas feições, exigindo flexibilidade política, combate ao espontaneísmo oportunista e à rigidez sectária. A orientação do PCdoB é de união de amplas forças políticas e sociais, de frente única com as correntes democráticas e progressistas.

Muitas são as nossas tarefas e certamente os comunistas se mobilizarão com o entusiasmo e a dedicação de sempre para realizá-las vitoriosamente. Ei-las:

No campo Internacional:

- Desmascarar o conluio soviético-norte-americano que visa ao domínio do mundo pelas duas superpotências.
- Denunciar a corrida armamentista dos Estados Unidos e da URSS. Combater suas experiências nucleares que envenenam o ambiente e levam à criação de novos engenhos bélicos.
- Repudiar as agressões militares dos Estados Unidos na América Central, no Golfo Pérsico e em outras regiões.
- Condenar o racismo que ensanguenta a África do Sul, denunciar a violência fascista do governo sul-africano contra a população negra. Exigir do governo brasileiro a ruptura de relações com esse país.
- Apoiar a luta dos povos que pugnam por sua libertação, em especial a dos palestinos contra a opressão e a agressão israelenses; a dos nicaraguenses face à intervenção dos Estados Unidos; a dos guerrilheiros salvadorenos pela democracia e independência de El Salvador. Todo apoio



aos povos do Chile e do Paraguai que combatem as ditaduras militares de seus países.

- Defender a Albânia Socialista que constrói com sucesso uma vida de liberdade, progresso e justiça social e mantém vivas e resplandecentes as ideias de Marx, Engels, Lênin e Stálin, bem como as do fundador do Estado Socialista Albanês, o camarada Enver Hoxha. Denunciar os atos hostis do imperialismo e do social-imperialismo para com a Albânia, as atitudes agressivas e provocadoras dos revisionistas iugoslavos. O Brasil deve estreitar as relações diplomáticas, comerciais e culturais com a Albânia Socialista e Popular.

Na esfera política brasileira:

- Realizar enérgica política de oposição ao governo Sarney, denunciando a corrupção que medra em setores governamentais. Desmascarar sua política entreguista, antinacional, de retorno ao FMI, de pagamento da dívida externa. Repudiar o combate à inflação a expensas dos trabalhadores e do povo. Repelir as maquinações golpistas do Planalto e a sua interferência arbitrária nos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte. FORA SARNEY, DIRETAS/88!

- Promover firme defesa das liberdades e de um regime democrático, opor-se aos golpes militares ou palacianos e aos atentados aos direitos do povo.

- Repudiar o militarismo que continua interferindo abusivamente na vida nacional. As Forças Armadas não têm o direito de fazer ameaças à democracia para impedir os avanços progressistas e democráticos.

- Desenvolver esforços por criar amplo movimento de massas de caráter democrático e progressista, abrangendo distintas forças políticas e organizações populares, bem como entidades sindicais das cidades e do meio rural, objetivando responder às provocações reacionárias e golpistas, quebrar as barreiras do conservadorismo e da pressão imperialista, conquistar novo regime político.

- Participar ativamente da sucessão presidencial. Examinar a possibilidade do surgimento de um candidato capaz de unificar largos setores democráticos e progressistas, mobilizar o povo para derrotar a reação e

os agentes do capital estrangeiro. Na inviabilidade do candidato de frente única, o PCdoB terá candidato próprio à presidência da República a fim de fazer propaganda do seu Programa e defender uma saída real para a crise.

Em Relação à Questão Nacional:

- Incentivar uma campanha de defesa dos interesses nacionais, contra o pagamento da dívida externa e dos respectivos juros, assim como contra a conversão da dívida em capital de risco.

- Defender os recursos minerais da União que deverão ser explorados unicamente por empresas genuinamente nacionais e sob controle federal.

- Protestar contra a privatização das empresas estatais, necessárias ao desenvolvimento independente do Brasil. Assegurar a reserva de mercado para a informática e outros setores industriais de natureza estratégica.

Acerca da Questão Agrária:

- Propugnar a imediata realização de uma reforma agrária que golpee o latifúndio e garanta terras às famílias camponesas sem ou com pouca terra.

- Reclamar a fixação de limites máximos de propriedade da terra, segundo as diferentes regiões do país, visando à extinção do latifúndio.

- Reivindicar ajuda do Estado aos camponeses pobres e médios a fim de proporcionar-lhes condições econômicas e técnicas de produção e de escoamento das safras, meios de vida dignos com a implantação de escolas, assistência e previdência social, e construção de moradias.

- Desmascarar a UDR como organização do latifúndio, de tipo fascista que procura arrastar os camponeses médios no intento de atirá-las contra a reforma agrária antilatifundiária e o regime democrático.

Na Frente Sindical:

- Lutar pelas reivindicações específicas dos trabalhadores, opor-se decididamente a qualquer forma de congelamento de salários que precisam ser reajustados conforme o crescimento da inflação e o nível de produtivi-



dade das empresas.

- Defender os direitos e as conquistas sociais dos trabalhadores.

• Tomar parte ativa na reestruturação do movimento sindical de modo a pô-la em concordância com a nova Constituição que assegura a liberdade de organização, unicidade sindical em todos os níveis, desentrosamento do aparelho do Estado. Lutar pela unificação classista do proletariado, sustentando a bandeira da unicidade sindical. Desmascarar os pelegos e os agentes do capital estrangeiro que trabalhem pela divisão do movimento operário, bem como os reformistas e os divisionistas partidários da colaboração de classes. Nem CUT, nem CGT, nem USI: Por uma central única, classista, democrática, voltada para a defesa dos interesses da classe operária, contra o patronato e pelo avanço político do país.

• Trabalhar decididamente no sentido de garantir a unidade sindical dos trabalhadores rurais. Empenhar os sindicatos rurais na luta ativa pela reforma agrária, contra a violência dos latifundiários, em defesa das reivindicações específicas das massas do campo.

• Lutar pela aplicação das leis trabalhistas no campo de forma a assegurar aos assalariados rurais os mesmos direitos do proletariado urbano.

• Desenvolver a luta teórica e prática contra as concepções trade-unionistas, anarco-sindicalistas, social-cristãs, socialdemocratas e outras que entorpecem a luta dos trabalhadores por sua verdadeira emancipação.

Quanto ao Movimento Popular:

• Desenvolver a organização popular, as associações de bairros, os núcleos de moradores de ocupações de terrenos, os centros de luta contra a carestia etc. Reforçar e consolidar a CONAM.

• Dar todo apoio à organização do movimento das mulheres. Contribuir para ligar o movimento emancipacionista com a luta das mulheres por seus direitos e reivindicações nas empresas, nos bairros, nos serviços públicos, nas escolas etc. Incentivar a criação de um movimento nacional unificado das mulheres brasileiras.

- Apoiar decididamente o movimento juvenil. Fortalecer a União da

Juventude Socialista (UJS) que agrupa os jovens de vanguarda e atua lado a lado com as forças progressistas. Estimular sua campanha democrática pelo voto aos 16 anos.

- Reforçar o movimento secundarista e universitário.
- Combater dentro da União Nacional dos Estudantes a ala grupista e sectária, anticomunista, inimiga da unidade do movimento estudantil. A UNE deve ser organização ampla de todos os estudantes, com plataforma de atuação democrática e progressista.

Na Frente de Agitação e Propaganda:

- Reorganizar e reaparelhar a Seção de Agitprop do Comitê Central. Sistematizar as experiências de agitação e propaganda do Partido. Estudar novas formas e novos métodos de agitprop mais atraentes e acessíveis ao povo. Incentivar a agitação e a propaganda destinadas a setores específicos, em particular à classe operária e às massas camponesas .

- Divulgar amplamente a linha política e o Programa do Partido, bem como difundir o socialismo científico proletário.

- Reorganizar a imprensa do Partido de maneira a colocá-la ao nível das necessidades partidárias e da possibilidade de sua manutenção.

- Assegurar a periodicidade de *A CLASSE OPERÁRIA* e da revista *PRINCÍPIOS*, melhorando sua apresentação e seu conteúdo. Fortalecer os órgãos de imprensa dos jovens, das mulheres e do movimento sindical.

- Regularizar a atividade editorial do Partido, com a publicação de livros e folhetos que sirvam à educação dos militantes e à propaganda das ideias progressistas.

Na Frente Ideológica:

- Prosseguir na luta em defesa do marxismo-leninismo contestando a propaganda contrarrevolucionária e a campanha anticomunista em curso. Responder a tempo aos ataques à doutrina de Marx, Engels, Lênin e Stálin. Questionar o reformismo, o revisionismo, a socialdemocracia com suas particularidades no Brasil. Atenção especial merece o desmascaramento



da nova versão revisionista-capitalista contida no livro *PERESTROIKA*, divulgado pelos norte-americanos objetivando corromper a consciência dos trabalhadores com a pregação do “socialismo” burguês.

- Ativar o Instituto Maurício Grabois.

Na Frente de Educação Comunista:

- Consolidar a Escola Nacional de Formação de Quadros. Aprimorar os cursos, elevando sempre mais o seu conteúdo teórico e ideológico, relacionando-os com a aplicação da linha do Partido. Criar e orientar Escolas do Partido nos estados, de modo a assegurar a educação em nível médio e elementar à massa de militantes. Elaborar apostilas dos temas a estudar a fim de facilitar a aprendizagem dos alunos.

- Organizar seminários, debates, conferências sobre a ciência marxista-leninista. Orientar a autoeducação dos quadros e dos militantes.

- Organizar o coletivo de professores das escolas do Partido com elementos inteiramente dedicados a essa tarefa e com professores eventuais, nestes incluídos dirigentes do Partido em nível nacional e regional.

Sobre as Frações Parlamentares:

- Elevar o nível das assessorias técnicas dos parlamentares comunistas no Congresso Nacional, nas Assembleias Legislativas e nas Câmaras Municipais. Intensificar a assistência política do Comitê Central, dos Comitês Regionais e Municipais às Frações Parlamentares, tendo em conta que não são os parlamentares que dirigem o Partido, mas é o Partido que dirige a atividade dos parlamentares. Realizar balanços periódicos do trabalho dos comunistas nos diversos órgãos legislativos.

- A atividade política de massas dos parlamentares comunistas é orientada e controlada pelos órgãos dirigentes do Partido nos diferentes níveis.

A Respeito do Movimento Comunista Mundial:

- Defender a unidade marxista-leninista do movimento comunista mundial, princípio básico do internacionalismo proletário, questão essen-

cial ao avanço do processo revolucionário no mundo.

- Pôr em relevo a grande contribuição teórica e prática que dá o Partido do Trabalho da Albânia à luta da classe operária e dos povos por sua libertação nacional e social.

- Desenvolver o intercâmbio de experiências e de opiniões políticas com os partidos marxista-leninistas a fim de reforçar a atividade geral do movimento comunista.

Sobre o Partido:

- Trabalhar pelo fortalecimento orgânico, político e ideológico do PCdoB. O Partido cresceu numericamente, e torna-se imprescindível estruturar milhares de novas Organizações de Base. Quanto maior e mais forte, melhor o Partido cumprirá suas tarefas, ligar-se-á às massas, incentivará a união do povo, contribuirá eficazmente para a derrota das forças da reação.

- Desenvolver permanente atividade entre os trabalhadores e o povo, em especial no seio da classe operária. Somente participando das ações de massas e impulsionando-as decididamente, o Partido será reconhecido como uma organização de luta. A atuação do Partido significa a direção da classe operária sem a qual não avançará o movimento revolucionário.

- Preservar, acima de tudo, a unidade marxista-leninista do Partido. O grupismo, o trabalho paralelo, as insinuações malévolas nas fileiras partidárias, a indisciplina são incompatíveis com o caráter revolucionário da organização de vanguarda do proletariado.

- Combater as manifestações de cunho subjetivista. O Partido é um organismo vivo, solidário; ao coletivo partidário repugna o individualismo, o carreirismo, o criticismo pequeno-burguês.

- Exercitar permanentemente a crítica e a autocrítica em relação à atividade partidária de modo a corrigir os erros e as deficiências que nela se revelem. A crítica deve ser construtiva, concreta e fraternal, objetivando o aperfeiçoamento do trabalho dos comunistas.

- Aprofundar a convicção comunista dos militantes e dirigentes, avigorando o espírito de partido que deve impregnar toda atividade partidária.



V

A Socialdemocracia a serviço do Capitalismo

Diante da situação por que passa o país e da possibilidade de desdobramentos políticos radicalizados, o Partido Comunista do Brasil, PCdoB, necessita reforçar ideologicamente suas fileiras tendo em vista alianças mais amplas no campo tático. Isso exige maior compreensão teórica e prática do papel da socialdemocracia que é força atuante no seio da classe operária e das massas populares.

Já no informe ao 6º Congresso essa questão foi abordada. Naquela oportunidade, dizíamos que o PDT e o PT eram correntes socialdemocratas. Nos cinco anos transcorridos, o PDT aproximou-se mais da tendência de tipo populista, com uma direção caudilhesca. O PT, no entanto, afeiçoou-se como portador da corrente socialdemocrata. Também o PSB a defende, embora sem maior penetração na classe operária. Entre setores divergentes do PMDB surgem intenções dessa natureza. O Partido Comunista do Brasil, PCdoB, tem realizado alianças restritas com esses agrupamentos políticos, especialmente na Assembleia Constituinte.

Será correto fazer alianças temporárias, delimitadas, com a socialdemocracia que está a serviço do capitalismo? Sim, desde que o Partido preserve a sua identidade de classe, não perca de vista seus objetivos revolucionários, nem se confunda com os aliados. Por isso, o PCdoB deve conhecer o verdadeiro significado da socialdemocracia.

A partir da bancarrota da II Internacional, nos anos 10 deste século, a socialdemocracia transformou-se num grosseiro instrumento de defesa do capitalismo contra o movimento revolucionário da classe operária. Prega a colaboração de classes e a paz social. No plano político acena com o socialismo burguês dito democrático. Ocupou o governo de muitos países e não fez mais do que administrar os negócios falidos da burguesia. Coadjuvou a ascensão do fascismo na Alemanha e em outras nações. Desenvolveu intensa atividade no movimento sindical com o objetivo claro de dividir os trabalhadores no interesse do capital. Na atualidade, suas centrais sindicais de âmbito internacional – a CIOSL e a FSM, com o apoio da AFL-CIO – recorrem ao suborno, financiando sindicatos e entidades populares de vários países com o fim de colocá-los sob o seu controle e de atraí-los à política de colaboração de classes. Desse modo, a socialdemocracia caracteriza-se

como corrente contrarrevolucionária mascarada de socialista e de portavoz do proletariado.

No Brasil, a socialdemocracia encontra-se em fase de implantação. É representada, principalmente, pelo Partido dos Trabalhadores, PT, que congrega sindicalistas, lideranças operárias, dirigentes estudantis e também trotskistas, renegados do marxismo-leninismo e setores anticomunistas da Igreja Católica. Seguindo orientação geral da socialdemocracia, aquele partido cria organizações de massas a ele subordinadas, como é o caso da CUT, e procura controlar e submetê-las à sua direção entidades como a UNE, a ANDES, a FASUBRA, a CPB. Onde isso ocorre, divide o movimento de massas. Politicamente, em questões essenciais, o PT adota posições coincidentes com as da direita mais reacionária. Na eleição de Tancredo Neves, recusou-se a votar no Colégio Eleitoral, aliando-se indiretamente com o Planalto militarista. Considerou ilegítima a posse do vice-presidente após a morte de Tancredo com o que fazia o jogo dos generais, interessados em promover nova eleição a fim de manter-se no poder. Na Assembleia Constituinte, votou com a direita a forma de governo presidencialista. Sua orientação sindical é abertamente de colaboração de classes. “O papel do sindicato” – disse recentemente Lula da Silva – “é o de representar os interesses da classe trabalhadora, *tentando estreitar cada vez mais o relacionamento entre o capital e o trabalho*”. (O grifo é nosso). “Defendo também” – diz ele – “o ‘sindicalismo de resultados’”, fórmula do sindicalismo reacionário dos Estados Unidos, relançada no Brasil por agentes descarados do capital e dos monopolistas norte-americanos, como Magri e Luiz Antonio Medeiros, presidentes, respectivamente, dos Sindicatos dos Eletricitários e dos Metalúrgicos de São Paulo. Isso tudo define a fisionomia socialdemocrata do Partido dos Trabalhadores.

É indispensável considerar todos esses aspectos para fixar corretamente nossa conduta face a essa corrente. Não pode o nosso Partido deixar de combater com firmeza a socialdemocracia enquanto tendência contrarrevolucionária (apesar de sua linguagem de esquerda) e divisionista do movimento operário e popular. Fazemo-lo com o objetivo de elevar a consciência política dos trabalhadores, de ganhá-los para as posições de classe do proletariado consciente e de forjar a verdadeira unidade da classe operária.

Seria erro tático, no entanto, atacar em bloco o PT. Nele militam homens e mulheres progressistas, contingentes consideráveis de proletários dispostos a defender seus interesses e que se mostram subjetivamente a



favor do socialismo. Não são poucos os que propugnam a unidade de ação concreta com o Partido Comunista do Brasil. Naquele partido também atuam rancorosos inimigos da unidade da classe operária e das massas populares, furiosos anticomunistas.

Em tais condições, tem toda oportunidade a política de frente única para ações comuns que visem ao combate decidido às forças reacionárias de direita, que incentivem a resistência de classe à exploração capitalista. Frente única que não pode ser a simples adesão dos comunistas às organizações “aparelhadas” pelo PT. Nem a abdicação de nossa orientação independente e da atuação de nossas lideranças. Os comunistas quando atuam em organizações de massas dirigidas pelo PT não aderem, nem se acomodam à orientação petista, criticam firmemente o divisionismo, a colaboração de classes e defendem a unidade classista do proletariado e a união independente das amplas massas populares.

É conhecida a recusa categórica do PT e das organizações de massa por ele controladas em fazer frente única com os comunistas e mesmo com outras forças. O caso da eleição do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo é exemplo. Chegou a surgir, com a chapa 2, uma frente ampla para derrotar os pelegos. A CUT rompeu a unidade, lançou chapa própria e o resultado foi a derrota dos trabalhadores e a vitória de um agente descarado dos patrões, das multinacionais e da reação política. Esse mesmo fato tem-se repetido em outros sindicatos, embora recentemente haja também casos de aceitação de frente única com os comunistas em eleições sindicais. O PT e a CUT querem a unidade petista dos trabalhadores, e não a unidade classista do proletariado. Em outras frentes de luta estudantil, popular etc. o PT recusou a frente única. Esse exclusivismo redundou em divisionismo. Os comunistas são partidários da unidade da classe operária à base, porém, da luta de classes e não da colaboração de classes. Isso de sindicalismo de resultados é a política burguesa de conseguir migalhas do patronato ou do Estado, mantendo os trabalhadores na condição de explorados, de escravos do capital. Somente através da luta de classes, e de sua sólida unidade, o proletariado conquistará seus direitos, melhoria de vida, e avançará no caminho de sua emancipação social.

O Partido Comunista do Brasil, PCdoB, propugna uma ampla política de frente única. Procura a ação comum, no campo sindical, mas sobretudo na esfera política com outras correntes e organizações representativas dos setores organizados da sociedade, a fim de dar consistência a

um poderoso movimento democrático e progressista capaz de derrotar os inimigos dos trabalhadores e da nossa pátria e garantir um futuro melhor para o Brasil. A frente única com o PT, visando ações a comuns concretas enquadra-se nesta orientação geral. Objetiva ampliar a luta dos trabalhadores e do povo e fazer avançar a unidade da classe operária e das massas populares. Isso ajuda as massas a comprovarem na prática a justeza das posições dos comunistas.

VI

A Contrarrevolução Revisionista

No plano mundial, aprofundam-se as divergências no campo ideológico entre o revisionismo contemporâneo, contrarrevolucionário, e o marxismo-leninismo vivo e atuante, teoria científica da classe operária. Atualmente, há nova versão e nova ofensiva do revisionismo soviético contra o movimento revolucionário, que se expressa particularmente na política da PERESTROIKA, de Mikhail Gorbachev.

De revisionismo envergonhado que procurava passar o contrabando burguês disfarçadamente a revisionismo sem máscara que adere abertamente ao capitalismo – eis a trajetória dos renegados soviéticos agora adeptos da PERESTROIKA. Com grande estardalhaço, em todos os Continentes, no mesmo dia e traduzida em dezenas de idiomas, a editora Harper & Row, Publishers, Inc., dos Estados Unidos, lançou no mercado livreiro internacional a obra encomendada a Mikhail Gorbachev por ele intitulada *Novas Ideias para o meu País e o Mundo*. Tal cartão de visita é suficiente para identificar o conteúdo do livro tão badalado pela burguesia. Se os monopolistas norte-americanos mostram tanto empenho em divulgar o receituário oportunista do manda-chuva russo é porque não contém absolutamente na da de socialismo e de revolução, muito, porém, de antissocialíssimo e contrarrevolução. Não se conhece exemplo de que o imperialismo gastasse um único centavo para propagandear favoravelmente a política da classe operária no poder.

Mas é bom não subestimar. O que é claro para nós, revolucionários, não o é para as grandes massas da população. Há muita gente “entusiasmada” com o PERESTROIKA. Particularmente, a pequena burguesia que sonha com o socialismo burguês, dirigido pela **inteligentsia**. Nessa área, o livro faz “estragos”, conquista adeptos, partidários da socialdemocra-



cia. Este, um dos objetivos da Publishers. O outro, mais contundente, é demonstrar pela pena de Gorbachev que o socialismo fracassou, que está em franco retrocesso e tornou-se inviável. Visa com isso a alcançar a classe operária, que é a força historicamente destinada a derrotar o capitalismo e edificar uma nova sociedade. Por esse motivo vale a pena desmascarar até o fim as teses de Gorbachev, em *PERESTROIKA*. Os marxista-leninistas já haviam desmantelado, em grande parte, o kruschevismo da década de 1950, bem como o maoísmo dos anos 1960-1970. Ocorre que o revisionismo reaparece agora com novos disfarces, outra roupagem, ainda que com o mesmo conteúdo oportunista, a mesma traição de Krushev e companhia à causa revolucionária.

a) A ideia central

Negar a luta de classes e o materialismo histórico é a ideia central do livro de Gorbachev. E com isso ele renega a revolução e o socialismo. As armas nucleares que, por sua quantidade e poder destrutivo, poderiam arrasar o mundo servem de base à falsa argumentação do autor da *PERESTROIKA*. E não somente essas armas, também as convencionais que, com a nova tecnologia, diz o traidor, se equiparam em destruição às armas nucleares. Face ao apocalipse, por ele inventado, Gorbachev se propõe salvar a humanidade. Esta, no entanto, não poderia ser salva se “continuássemos a pensar em termos de classe e luta de classes”. Agora, o humanismo ascende a primeiro plano. Evitar a guerra a todo transe e manter o **status quo** seria a questão decisiva. “A filosofia marxista” – afirma o renegado – “foi dominada no referente às questões da vida social, por uma abordagem inspirada na divisão de classes.” Atualmente, acentua, “com a emergência das armas nucleares, com o risco iminente de total destruição da vida, surge o limite à confrontação dos interesses de classe.” Desse modo, desaparece aquilo que Marx, Engels, Lênin e Stálin indicavam como o motor do desenvolvimento da sociedade humana – a luta de classes. Até agora, porém, não se conhece outra maneira de passar de uma formação econômico-social a outra que não seja através da luta de classes, da violência revolucionária. É evidente que, se a questão essencial passa a ser eludir a guerra e os confrontos de classe, então deverá ser mantido o **status quo**: o capitalismo explorando, oprimindo, e o proletariado curvado à triste sorte de escravo do capital. A humanidade, para não sucumbir no holocausto nuclear, estaria fadada a perecer na dor profunda da fome, da miséria, da pauperização relativa e absoluta dos trabalhadores, na degradação dos costumes, no aviltamento da moral, no aquilamento da liberdade.

O que domina a cena histórica, em qualquer sistema econômico-social, são as leis objetivas que existem independentemente da vontade dos homens. No capitalismo reina a lei econômica fundamental da mais-valia que permite a determinada classe apoderar-se do trabalho de outra classe. O desdobramento dos efeitos desta lei são as crises, o monopólio, o imperialismo, o domínio de um punhado de ricos sobre a imensa maioria da população mundial, a guerra etc. Esta contradição, entre a burguesia e o proletariado, como todas as que existem na natureza e na sociedade, tem de ser superada. Não pode manter-se em repouso, em estado de equilíbrio. Porque então não haveria desenvolvimento, a vida estancada desapareceria.

A verdade é que não há nada parado nem em situação de equilíbrio duradouro na natureza e na sociedade. Nesta, a superação inevitável dá-se unicamente por meio da luta de classes, da revolução social. Para efeito de raciocínio, suponhamos que uma parcela, a parte explorada, deserdada, da sociedade decidisse não contestar os seus inimigos, permanecesse quieta para que houvesse paz. A outra parte, a dos exploradores, deixaria de explorar, de submeter mais e mais os trabalhadores, os povos? Cessaria de saquear as nações débeis? Seguramente não. Porque essa é a lei da selva do capitalismo, a razão de ser da sua existência.

Entretanto, não é apenas a argumentação falaciosa de Mikhail Gorbachev que carece de apoio na realidade, mas igualmente o seu plano de acomodação das classes antagônicas, dos conflitos políticos e sociais.

b) As proposições enganosas de Gorbachev

Que propõe o descarado defensor do capitalismo? Como pensa pôr em prática a sua nova filosofia política?

Antes de mais nada, sugere o abandono da luta revolucionária. “O povo” – escreve Gorbachev – “está cansado de tensões e confrontações.”. Aqui cabe a pergunta: quem provoca as tensões e os confrontos? São os trabalhadores, o povo, ou os capitalistas e seu regime político-social? O renegado não tem o mínimo pudor de recomendar que se evite levar às últimas consequências as diferenças (ou contradições?) entre o capitalismo e o socialismo, últimas consequências que toda gente sabe ser a revolução. Segundo ele, “o povo prefere buscar o mundo mais seguro.”. E aqui cabe outra pergunta: onde? Na submissão completa às feras que sugam as suas



energias e lhe roubam a própria vida? Fora da luta de classes, dos confrontos sociais, não existe nada seguro, nem bom, para o proletariado. A luta revolucionária é a condição **sine qua non** da existência da classe operária e das massas trabalhadoras. À violência contrarrevolucionária da burguesia e dos latifundiários aburguesados os trabalhadores são obrigados, se não quiserem ser totalmente esmagados, a responder com a violência revolucionária. Não há argumento capaz de destruir a verdade contida nessa tese inquestionável de Marx e Engels.

A partir da negação da luta decidida do proletariado, Gorbachev chega à conclusão lógica de que se deve dar prioridade ao que ele denomina de “princípios comuns a toda a humanidade”, colocando em segundo plano o princípio de classe. Não faltava mais nada! O antimarxista empunha a bandeira do humanismo e posa para a História como o Dom Quixote da involução social. Finge desconhecer que a noção de humanidade encerra a ideia de classe e de luta de classes. Porque até o atual estágio de desenvolvimento da sociedade, exceto a comunidade primitiva, inexistiu humanidade fora das classes, separada das classes. A humanidade não é composta simplesmente de homens e mulheres, mas igualmente de pessoas que dominam os meios de produção e vivem à custa de outras pessoas que não dispõem senão da sua força de trabalho e, para sobreviver, convertem-se em escravos do capital. Gorbachev, porém, quer que todos se identifiquem unicamente como gênero humano. Entretanto, no conjunto do gênero humano existem exploradores e explorados, ricos e pobres, parasitas e trabalhadores. Nessa unidade de contrários há luta de opostos irreconciliáveis. Enfim, a cessação da luta de classes é o que ele prega.

Na mesma linha de raciocínio, Gorbachev apaga as contradições entre os imperialistas e os povos. “É hora” – recomenda – “de esquecer (!) qualquer aspiração imperialista em termos de política externa.”. Clauzewitz estaria fora de moda. Isso de que a guerra é a política por outros meios seria coisa do passado. Contudo, a aspiração imperialista integra a natureza mesma dos monopólios. O imperialismo não pode viver sem explorar os povos, sem saquear nações débeis (e mesmo fortes). A guerra que desencadeia é a continuação da política de rapinagem e violência que pratica durante largo período. Tampouco se pode olvidar que há guerras nacionais, de libertação, e guerras civis de emancipação da classe operária. Neste caso, a guerra é a continuação da política revolucionária que os operários e as massas populares põem em prática por longo tempo antes dos conflitos definitivos.

E o revisionista soviético arvorado em defensor do capitalismo humanizado vai adiante em sua arenga imbecil. Afirma que “pela primeira vez na História tornou-se exigência vital a ideia de se elaborarem normas de política internacional baseadas na ética e na moral, comuns a toda a humanidade.”. Se algum dia ele leu marxismo, nada entendeu. Porque ali se diz muito claramente que a ética e a moral refletem a base econômica de determinado regime social. Qual pode ser a moral e a ética dos monopólios capitalistas? Hitler considerava moral matar os judeus e exterminar os adversários nos fornos crematórios. Reagan julga moral agredir a Nicarágua através de mercenários a seu serviço. Não existe moral comum a toda a humanidade. Porque a humanidade acha-se dividida entre exploradores e explorados, entre oligarquia financeira e povos vítimas do saque e da espoliação dos arquimilionários imperialistas. A moral do burguês não é a mesma da classe operária. Lênin assinalou que “moral é tudo o que serve para destruir a velha sociedade alicerçada na exploração e para unir todos os trabalhadores em torno do proletariado chamado a criar a nova sociedade dos comunistas.”. Gorbachev discorre sobre normas políticas internacionais baseadas na ética e na moral... Mas de que classe? De que segmento social? Certamente, refere-se à moral e à ética dos exploradores e opressores que pretende impor como sendo a de toda a sociedade humana. Não há meio de conciliar a ética dos banqueiros internacionais com a dos povos por eles saqueados. A moral do imperialismo é espoliar outras nações, submeter as mais fracas, calcá-las sob o seu tacão de ferro.

Toda essa falsa arguição tem por fim, em última instância, justificar acordos da União Soviética com os Estados Unidos para dividir o mundo em zonas de influência entre as duas superpotências. Gorbachev declara cinicamente, em *PERESTROIKA*, que o destino dos povos será “decidido conjuntamente pelos Estados Unidos e pela URSS.”. É incrível, mas ele asseverou que “tanto a União Soviética como os Estados Unidos poderiam dedicar-se a grandes projetos conjuntos, reunindo esforços, recursos e potencial científico e intelectual para trabalhar no sentido de resolver os grandes problemas que afligem a humanidade.”. Categoricamente, afirma não ter dúvida de que os Estados Unidos encontrem um modo de “redirecionar suas energias e seus capitais (...) para ajudar a resolver os problemas econômicos e sociais do mundo moderno.”. Gorbachev anuncia assim que o imperialismo deixou de ser imperialismo. Agora, passa a ser benfeitor dos povos. Com semelhantes sandices, tem em vista amainar a luta dos trabalhadores contra o imperialismo e o social-imperialismo, espalhar a ilusão de que o lobo virou cordeiro. Mas o proletariado e os povos não se



deixarão enganar pelo canto de sereia desse traidor da classe operária e do socialismo.

c) Do capitalismo semicamuflado ao capitalismo às escâncaras

No concernente à situação interna da União Soviética, a questão central em destaque no livro de Gorbachev é também a negação da revolução, das classes e da luta de classes. Porém, há uma nuance. O capitalismo semicamuflado dá lugar ao capitalismo às escâncaras. PERESTROIKA é a condenação global das leis próprias do socialismo e a exaltação das leis objetivas do sistema capitalista reintroduzido na URSS.

Na época de Krushev, passando por Brejnev, já se faziam presentes tais leis. No curto período de Gorbachev entraram plenamente em ação a lei da mais-valia, a lei do valor, a lei da concorrência e da anarquia da produção, a lei da pequena produção individual que gera, a cada minuto, a cada hora, o capitalismo em massa. A busca do lucro, que provém da mais-valia, é o objetivo fundamental. As empresas autofinanciadas baseiam-se nesse objetivo. Os colcoses no novo regime econômico transformam-se em grandes cooperativas capitalistas, e dissemina-se o livre comércio capitalista.

Gorbachev fala claro. “Muitas coisas são estranhas em nosso país atualmente?”. Estranhas porque são plantas exóticas brotadas no solo renegado pelo socialismo proletário no jardim agora coberto de urzes que muita gente acreditava ser ainda a terra da promessa comunista. Eis a relação das coisas estranhas: “empreendimentos conjuntos com empresas estrangeiras”; “indústrias e fábricas, fazendas estatais e coletivas, todas autofinanciadas”; “suspensão de restrições quanto a produtos alimentícios produzidos em fazendas para empresas administradas por elas”; “encorajamento de empresa individual com produção e comércio em pequena escala” “fechamento de fábricas e indústrias que operem com prejuízos” etc. Tudo isso seria estranho numa sociedade socialista, mas perfeitamente normal no regime capitalista, como o que a União Soviética passou a adotar há muitos anos.

PERESTROIKA apresenta outras coisas singulares. “Nos últimos quinze anos” – afirma Gorbachev – a taxa de crescimento da renda nacional caíra para mais da metade e, no início dos anos 1980, chegara a um nível próximo da estagnação econômica.” Em 1985, diz ainda, “o país

estava à beira de uma crise.”. Essa constatação exige um esclarecimento. É possível ocorrer tais fatos numa economia socialista? Evidentemente não. Podem surgir dificuldades momentâneas, não, porém, nesse nível. Os casos assinalados pertencem a categorias capitalistas. Tentando confundir os trabalhadores, declara que as raízes desses acontecimentos estão nos anos 1930. É um contrassenso. Qualquer leigo em economia sabe que as crises não acontecem de 50 em 50 anos, mas de 10 em 10, de 8 em 8, ou mesmo de 5 em 5 anos. Dá também outra explicação subjetiva, idealista, superficial à situação calamitosa da URSS. Vejam só. “A atmosfera da complacência e a interrupção do processo normal de mudanças de lideranças fizeram surgir a estagnação e o atraso no país.”. Refere-se à subida de Kruschev e, depois de sua queda, à de Brejnev. Não há uma gota de verdade nessa esdrúxula afirmação. Stálin substituiu o insubstituível chefe da revolução, Lênin, e não sucedeu nada do que é alegado. A URSS continuou avançando. A causa real da estagnação e do atraso atual está no abandono do socialismo, na volta ao capitalismo. Os fenômenos referidos têm a ver com o sistema burguês. Vêm da época de Krusceov, justamente do 20º Congresso do PCUS que trocou o regime econômico-social da União Soviética.

d) A nova classe dirigente

‘O proletariado perdeu o seu papel de força dirigente da sociedade quando Kruschev e seus seguidores se apoderaram da direção do Partido Comunista da União Soviética (PCUS). A burguesia passou a dirigir o Partido e o Estado através da pequena burguesia burocrática. Não por acaso, Gorbachev se desmancha em elogios à **inteligentsia**. “Está na hora de parar de tyrannizar a intelligentsia, isto é prejudicial e inadmissível”, exclama. Ele atribui, na realidade, à classe operária no poder até meados dos anos 1950 essa pretensa tyrannização dos intelectuais que, diga-se de passagem, nunca suportaram a ditadura do proletariado. “A **intelligentsia** (...) sofreu enormes e irreparáveis perdas devido às violações da legalidade socialista e às repressões da década de 1930”, sentencia o escriba da Publisher.

Agora – preceitua – “a classe intelectual (classe?) deu sinceras boas-vindas ao programa de renovação democrática da sociedade.”. É compreensível que o renegado do socialismo fale dessa maneira. Ele pertence a essa “classe” que, na atualidade, substituiu o proletariado no poder. Nos anos 1930, essa espécie de gente tentou, até mesmo em aliança com Hitler, destruir o poder dos trabalhadores. Foi derrotada. A classe operária ven-



ceu. O reverso ocorreu após a morte de Stálin. Os apóstatas revisionistas, num golpe de força bem arquitetado, assumiram a direção do Estado e do Partido. Triunfaram os inimigos do socialismo. O proletariado da URSS precisa adquirir uma compreensão mais profunda da realidade soviética dos nossos dias a fim de ajustar contas com os traidores e retomar o comando da sociedade e do país que fez a gloriosa revolução de 1917.

e) A transição do socialismo ao capitalismo

Mikhail Gorbachev alude ao período de 1930 para atacar o regime proletário existente na época. A sua nova filosofia está essencialmente impregnada de rancor centuplicado contra o socialismo científico. E como não pode hostilizar abertamente o socialismo, agride Stálin que faleceu há trinta e cinco anos. Gorbachev assevera que a PERESTROIKA se baseia “no princípio de mais socialismo e mais democracia.” Admite críticas a certos defeitos da economia, a deficiências da produção, a relações pessoais etc., coisas que o capitalismo também permite. O que não aceita é que se conteste o novo regime implantado na URSS na década de 1950. E nesse particular a questão se liga à figura de Stálin, precisamente porque as fronteiras entre o socialismo e o capitalismo na URSS desapareceram após a sua morte. Referir-se a Stálin, à sua obra, à sua contribuição científica é falar do socialismo que ele defendia e construía com sucesso. O ataque raivoso ao dirigente máximo da fase da construção socialista é, na realidade, a investida colérica contra a ditadura do proletariado. As mentiras e as calúnias difundidas pelos revisionistas a respeito daquela fase traduzem o ódio profundo da burguesia, e também da pequena burguesia inconformada, ao regime dirigido pela classe operária. A democracia gorbacheviana nada mais é do que o respaldo à transição do socialismo ao capitalismo que se vem efetuando na URSS.

Eis aí, em resumo, as novas e falsas ideias do novo porta-voz do social-imperialismo. Elas têm um mérito, vão direto ao assunto da implantação em larga escala do capitalismo na URSS. Não resta nada dos ideais revolucionários de 1917, da teoria marxista-leninista; desaparecem as verdades irretorquíveis do materialismo histórico. As classes e a luta de classes deixam de existir. Por isso, Gorbachev proclama: “a espinha dorsal do novo pensamento é o reconhecimento da prioridade dos valores humanos ou, para ser mais exato, da necessidade de sobrevivência da humanidade.” De braços dados com os imperialistas norte-americanos, ele pretende salvar não propriamente a humanidade, mas o capitalismo, o imperialismo

em decomposição. Os povos, e em primeiro lugar o proletariado da União Soviética, dar-lhe-ão a resposta merecida: abaixo os traidores revisionistas, viva o marxismo-leninismo que guia a classe operária e os oprimidos de todo o mundo para a revolução, para o socialismo!

Camaradas

Permitam-me, ao final do Informe político, render preito de sauda-
de e tributar homenagens aos inesquecíveis companheiros tombados na
luta de classes contra os ferozes inimigos do povo. São muitas centenas
de comunistas que deram a vida à causa da revolução e do socialismo. Nos
fins dos anos 1940, entre outros, lembramos William Gomes e Lambari,
mineiros de Morro Velho, Zélia Magalhães e Angelina Gonçalves, o jorna-
lista Jaime Calado, os operários Marmo e Rossi, de São Paulo, e Lafayette
Fonseca, do Rio de Janeiro. No período sinistro da ditadura militar, mais
de cem heróicos combatentes da classe operária e do povo, integrantes do
PCdoB, foram vítimas do banditismo fascista. Queremos, neste instante,
recordar alguns nomes: Maurício Grabois, Carlos Danielli, Lincoln Oest,
Luis Guilhardini, Ângelo Arroyo, Pedro Pomar, Diógenes Arruda Câmara,
João Batista Drummond, Lincoln Bicalho, todos membros do Comitê Cen-
tral. Rui Frazão, assassinado no Nordeste. Entre os gloriosos guerrilheiros
do Araguaia, que ergueram bem alto a bandeira da liberdade e dos direitos
do povo, relembremos Osvaldo Orlando da Costa, Dinalva Teixeira, Hele-
nira Rezende, Sueli Nakaiaama, André Grabois, Miguel Pereira dos Santos,
Idalísio Aranha, João Haas Sobrinho, Francisco Chaves, Líbero Giancar-
lo Castiglia, Antônio Ribas, Cilon Brum, Daniel Callado, Lúcio, Jaime e
Maria Petit, Paulo Rodrigues, Luiza Garlipe, Manuel José Nurchis, José
Huberto Bronca, Jane Moroni e os camponeses Alfredo, Luizão, Carretel;
perto de uma centena os que morreram nos combates na selva contra vinte
mil soldados da ditadura.

Inclinamos nossas bandeiras de luta em memória dos camaradas re-
centemente assassinados por sicários do latifúndio: Paulo Fonteles, Rai-
mundo Nonato, João Canuto, Felipe Soares, Juscelino Rodrigues dos San-
tos, João Fernandes. Eles defendiam a reforma agrária, reclamavam a terra
para os que nela trabalham.

Os comunistas trucidados pela repressão da burguesia e dos latifun-
diários não morreram em vão. Seus exemplos de luta e de coragem inspi-
ram milhões de brasileiros a continuarem a batalha histórica da libertação



nacional e social do povo brasileiro até a derrocada final dos exploradores e opressores da maioria da nação.

Glória eterna aos comunistas que morreram lutando pelos ideais revolucionários da classe operária!

Camaradas

Chegamos ao término do Informe do Congresso. Examinamos a situação do mundo e as perspectivas revolucionárias. Focalizamos o panorama nacional, situando as diversas forças em ação. Pusemos em relevo o grave momento que o Brasil atravessa e indicamos caminhos de luta para conjurar o perigo mortal que o ameaça. Fixamos as tarefas do Partido em todas as frentes de nossa atividade. E procuramos desmascarar os artificios utilizados por Gorbachev, de parceria com os imperialistas norte-americanos, visando a iludir os trabalhadores e os povos. Debatidas, e depois aprovadas no Congresso, as ideias e orientações traçadas servirão de guia à militância do PCdoB em seu trabalho revolucionário. .

Resta-nos exprimir a confiança de que as decisões aqui tomadas serão levadas à prática com grande entusiasmo. Cem mil filiados ao Partido, mobilizados e conscientes do significado das tarefas apontadas, saberão conquistar as massas para ajudar a executá-las cabalmente.

O Partido não teme as dificuldades. Reúne grande experiência e compreende que, armado com uma correta linha política e estreitamente unido à classe operária e às massas populares, poderá remover todos os obstáculos erguidos em seu caminho. Não poupará energias para realizar o objetivo fundamental de unir o povo e criar poderoso movimento de frente única democrático e progressista.

O Partido Comunista do Brasil sai do seu 7º Congresso fortalecido em suas posições revolucionárias amplamente apoiadas pelo coletivo partidário em todo o país. A força do Partido reside na sua unidade inquebrantável, nas ideias marxista-leninistas que defende.

Adiante, camaradas! Para novas batalhas, para novas vitórias!

Informe sobre o Programa do Partido

Renato Rabelo

O Programa atual do Partido foi elaborado em meados de 1985, aprovado em reunião ampliada do Comitê Central, tendo em vista atender às exigências legais e, ao mesmo tempo, atualizar e aprimorar o último Programa da época da reorganização partidária em 1962. O Programa, que agora apresentamos, foi debatido e enriquecido em seu conteúdo nas Assembleias, Conferências e Reuniões de preparação do Congresso.

1 — O papel e a importância do Programa

O Programa desenha a fisionomia do Partido. O Partido aparece diante das massas e de todos os trabalhadores como organização de vanguarda através de seu Programa. Este define os princípios orientadores da sua política. Não se amolda a certas necessidades táticas ou conjunturais, mas, ao contrário, estas acham-se subordinadas ao Programa.

A experiência percorrida em longa caminhada demonstra que o Programa, fixando-se nas questões estratégicas, relaciona-se com os problemas práticos fundamentais, com a tática geral, para não se tornar abstrato. O Programa é uma proclamação de intenções e princípios revolucionários. Mas, como afirmava Lênin, nele “tem que se escrever com absoluta precisão o que realmente existe.”. Afirma somente o necessário, não é uma coletânea de teses diversas, deve ser curto e preciso tanto quanto possível. Indica as transformações que já se encontram maduras, formula as tarefas necessárias e os objetivos a serem alcançados.

O Programa deve basear-se nos princípios do marxismo-leninismo, ter em conta as condições históricas concretas do Brasil e as suas particularidades, refletir essencialmente o conjunto da realidade econômica, social e política, procurando ater-se sobretudo ao processo estrutural. Deve enfrentar os



problemas teóricos e estratégicos para toda uma etapa da revolução, da forma mais compreensível e acessível pelas massas operárias e populares. O Programa é um instrumento de atuação prática. É a bússola no caminho da revolução e da conquista do poder político para a classe operária e seus aliados.

2 – A evolução do pensamento e da linha programática do Partido permitiu reunir rico ensinamento para os comunistas brasileiros

Longa trajetória percorreu o nosso Partido até chegar ao Programa de hoje. Nosso Partido, desde a sua fundação em 1922, guiava-se pelo Programa da Internacional Comunista, que se constituía em Partido único do proletariado internacional. A Terceira Internacional foi dissolvida em 1943. Somente no começo da década de 1950 vão surgir em nível nacional os primeiros programas dos Partidos Comunistas fora do poder. Vivemos durante muito tempo sem programa próprio. Os militantes não tinham clareza dos objetivos partidários. As ideias programáticas eram genéricas girando em torno da revolução e do socialismo.

O primeiro passo na elaboração do Programa partidário é dado em 1950 com o surgimento do denominado *Manifesto de Agosto*, que já define algumas conclusões estratégicas e aponta o caminho revolucionário. Mas ainda encara a realidade de forma estreita e sectária. O 4º Congresso do Partido, realizado em 1954, é que vai aprovar o nosso primeiro Programa, representando um grande avanço político no Brasil, com repercussão internacional.

O Programa de 1954 analisou em profundidade a situação de nosso país e procurou indicar uma saída revolucionária. O Brasil de mais de 30 anos atrás era predominantemente agrário, contando com uma população rural de 63,8% do total nacional. A indústria não alcançava 20% da produção nacional bruta. Não existiam ainda grupos monopolistas nacionais na economia. A industrialização, sob controle do capital imperialista, vai ser implantada logo adiante. A economia tinha forte domínio do imperialismo norte-americano. Numa realidade como essa o Programa define corretamente a etapa da revolução anti-imperialista e antilatifundiária e aponta para a necessidade de um novo regime democrático e de libertação nacional, sob a direção da classe operária e do seu Partido.

Mas, o Programa de 1954 tem debilidades. Está calcado na conjuntura mundial desse período. Assim, tudo se resume à luta contra o imperialismo ianque, sendo esta a questão essencial do Programa. Mais precisamente, essa luta se fixa em função da posição desse imperialismo no mundo,

quando então se realizava ampla preparação de guerra, mantinha o monopólio das armas nucleares, invadia a Coreia e buscava cercar militarmente a União Soviética. Baseada nisso, está a conclusão central do Programa, expressa na ideia da luta contra a “militarização intensiva” da economia e da vida política brasileira, porque o Brasil poderia tornar-se importante aliado militar do imperialismo estadunidense, nos seus intentos de guerra. Ultrapassada a realidade conjuntural daquele período, o Programa perdeu sua argumentação principal, sua ideia central ficou superada. Além disso, o Programa acentuava em demasia a necessidade de certo desenvolvimento capitalista, alimentava a ideia de que a burguesia nacional seria aliada para toda a etapa da revolução democrática e anti-imperialista. Alimentava ilusões com referência ao capital estrangeiro. No ponto 31 do Programa afirma que “é preciso atrair a colaboração de governos e capitalistas estrangeiros, cujos capitais possam ser úteis ao desenvolvimento da economia nacional, sirvam à industrialização e se submetam às leis brasileiras.”. O Programa ainda trata de forma mecanicista a saída revolucionária, não apresentando as formas viáveis de como abordá-la.

Apesar destas debilidades, o Programa de 1954 foi o primeiro grande passo na sistematização de nossas conclusões programáticas, indicava o caminho revolucionário e fazia uma razoável análise da realidade brasileira. Este Programa, contudo, durou muito pouco. Em 1956, o XX Congresso do PCUS provocou o surto revisionista, negando as posições revolucionárias, marxista-leninistas. O Programa de 1954 foi posto à margem. Em março de 1958 era lançada uma Declaração que definia nova linha programática para o Partido, essencialmente de direita. Intensificava-se a partir daí a luta ideológica e teórica mais importante no seio do movimento comunista e operário brasileiro. Aqui vai se formando a corrente revisionista, que passa a defender posições decalcadas no Informe de Kruschev ao XX Congresso. Em contraposição aos revisionistas e reformistas foi sendo forjado na luta um núcleo revolucionário, marxista-leninista, que passou a desmascarar tais posições. A linha da Declaração de 1958 é aprovada integralmente em 1960, no 4º Congresso do Partido. As novas posições programáticas são moldadas na concepção revisionista contemporânea. Embelezam o capitalismo, proclamam que a burguesia é uma força revolucionária capaz de defender até o fim os interesses nacionais. Apresentam o caráter da revolução como sendo exclusivamente nacional e as tarefas apenas anti-imperialistas. A frente única proposta na Declaração inclui até mesmo os latifundiários e a burguesia monopolista associada ao capital estrangeiro. A conquista do poder seria alcançada por alterações gradativas na política e na modificação da composição dos governos nos marcos do regime vigente, através da



acumulação de “reformas profundas e consequentes”. A democratização é compreendida como decorrência do próprio desenvolvimento do capitalismo. Esta linha programática apresentava o Partido para as massas como o Partido do nacionalismo e não como o Partido do socialismo.

Toda essa orientação política de base revisionista foi combatida no plano teórico e prático pelos defensores do marxismo-leninismo dentro do Partido. O aprofundamento dessa luta colocou diante dos verdadeiros comunistas a enorme tarefa de reorganizar o autêntico Partido revolucionário. Sendo assim, foi preciso elaborar novo Programa que levasse em conta as novas ideias na luta contra o revisionismo e reafirmasse os princípios revolucionários. A Conferência Nacional de fevereiro de 1962, que reorganizou o Partido, aprovou tal programa. Este surge no auge da luta contra o revisionismo contemporâneo, nas condições do Brasil. Ele expressa um salto qualitativo do nosso conhecimento teórico e político.

O Programa de 1962 está profundamente voltado para os problemas do país e a experiência vivida pela classe operária e o povo brasileiro. Analisa a realidade nacional sem preocupação exagerada com a conjuntura internacional. Chega a conclusões justas da situação econômica e social do país. O Brasil do início da década de 1960 vai adquirindo novo perfil econômico. A população rural e urbana se divide por igual. O crescimento industrial se acentuou e o capitalismo penetra amplamente no campo. Os monopólios estrangeiros montam várias indústrias de ponta sob o seu controle. Vão se formando grupos monopolistas e os consórcios financeiros. Cresce a indústria dos meios de produção e de matérias-primas básicas. A dívida externa já atingia o montante de 4 bilhões de dólares.

Pela primeira vez o Partido indica que as dificuldades para o avanço social se encontram localizadas em três elementos fundamentais: o imperialismo, particularmente o norte-americano; os latifundiários; e os grupos monopolistas nacionais associados ao capital estrangeiro. Estes grupos estavam, nesse período, surgindo e se desenvolvendo no processo de concentração e centralização de nossa economia. O Programa está centrado na necessidade de liquidar o regime atual e construir um novo regime anti-imperialista, antilatifundiário e antimonopolista. Acentua como linha dominante a impossibilidade de resolver os problemas fundamentais do povo nos marcos do então regime vigorante. E afirma que somente a luta revolucionária poderia dar o poder à classe operária e a seus aliados fundamentais. Define também corretamente a etapa e as tarefas da revolução. O Programa de 1962 representa grande avanço do Partido. Entretanto, persis-

tiram ainda algumas limitações, ligadas às questões conjunturais da época do governo Goulart. Os objetivos imediatos não são suficientemente considerados. Acentua somente a conquista do governo democrático e popular pela revolução, não havendo uma relação dinâmica entre os objetivos estratégicos e as tarefas políticas fundamentais que estavam na ordem do dia.

3 – O Programa atual expressa de forma concentrada, rica experiência política, elevado nível teórico e maior domínio da realidade brasileira

O Programa atual avança em uma série de questões sobre os programas anteriores. E leva em conta a experiência passada. Encerra elevada crítica teórica em relação à estratégia e à tática. Manifesta compreensão maior do conhecimento dialético. Reflete uma concepção mais avançada, marxista-leninista, de como encarar o caminho estratégico. Busca situar as conclusões programáticas na evolução da realidade objetiva da história e no desenvolvimento estrutural de nossa sociedade, relacionando-as com a situação de hoje, com as questões imediatas fundamentais. Define os objetivos estratégicos superando a visão acanhada. Considera que não se alcançará o socialismo fugindo do curso da vida política, mas participando ativamente de todos os movimentos democráticos, patrióticos e sociais.

O Programa atual é direto e simples. Analisa de forma sintética, mas em profundidade, as questões principais que precisam ser enfrentadas no Brasil. Está composto de três partes essenciais. A primeira localiza os males que afligem a nação nas condições de nosso desenvolvimento histórico e de seu processo estrutural, não se baseando em fatores passageiros ou conjunturais. Situa, desse modo, as diversas fases históricas, suas particularidades e contradições que impedem o verdadeiro progresso social. Conclui dizendo que estas contradições não podem ser resolvidas nos marcos do capitalismo, sendo a única saída o caminho do socialismo. Nessa parte estão as bases e o objetivo maior do Programa. A segunda esclarece o caráter do novo regime a ser alcançado – nacional, democrático e popular – e dos objetivos programáticos, interligando-os com o curso da vida política e com os objetivos práticos fundamentais. Nessa parte procura articular os objetivos estratégicos com as questões táticas. A terceira define o caráter da frente única contra o imperialismo, contra o latifúndio e contra a grande burguesia ligada ao capital estrangeiro, para realizar as tarefas programáticas e sua relação com a tática, com a política conjuntural. A formação dessa frente dar-se-á no curso da luta e envolve alianças políticas permanentes e temporárias.

Na análise do desenvolvimento histórico, o Programa demonstra de



forma clara as particularidades de cada fase do domínio do capital estrangeiro em nosso país. Caracteriza o desenvolvimento do capitalismo no Brasil como capitalismo dependente. Define corretamente a etapa atual da revolução como nacional, democrática e popular, e sua maior aproximação ou entrelaçamento com a etapa socialista. Reafirma posição revolucionária de que a libertação da dependência imperialista, a realização da reforma agrária antilatifundiária e a liquidação da grande burguesia associada ao capital estrangeiro não serão possíveis nos marcos dos governos da burguesia e dos latifundiários aburguesados. Por fim, defende a construção do socialismo com base nos princípios científicos e nas condições concretas do Brasil, levando em conta sua formação histórica, suas tradições de luta, sua estrutura social, os aspectos culturais, nacionais e morais progressistas da vida brasileira.

4 – Questões essenciais que definem o rumo do nosso Programa

a) Permanecem as duas etapas estratégicas da revolução

As transformações capitalistas produzidas no país, sobretudo a partir da década de 1960, não modificaram, no fundamental, a existência de duas etapas estratégicas da revolução no Brasil.

Em nosso país a subordinação aos monopólios e ao capital financeiro se aprofundou, adquirindo formas mais aperfeiçoadas de dominação, constituindo-se num tipo de capitalismo dependente. A economia nacional passou a ser mais subordinada à economia capitalista mundial. Hoje, no Estado brasileiro, as questões fundamentais são enfocadas do ponto de vista do capital imperialista. Do mesmo modo, o desenvolvimento capitalista não alterou o procedimento do monopólio da terra, mas, ao contrário, ampliou-o e exacerbou a contradição entre o latifúndio e as massas camponesas e os demais trabalhadores rurais. Por isso, continuam atuais as tarefas nacional e democrática, anti-imperialista e antilatifundiária. Estas duas tarefas revolucionárias têm cunho democrático-burguês. Além disso, o desenvolvimento capitalista dependente no seu processo de concentração e monopolização provoca mudanças no perfil da burguesia. A antiga burguesia nacional transformou-se em boa parte em grande burguesia e esta, em sua maioria, formou grupos monopolistas, absorvendo vasta camada de médias e pequenas empresas. Os grupos monopolistas brasileiros e os consórcios financeiros representam na atualidade a principal força econômica do setor privado nacional e têm sob seu controle parcela importante da economia. Não chegaram a atingir a fase de fusão do capital industrial com o capital bancário. Conquistaram grande força política e hoje têm

hegemonia no governo nacional. Nas condições do desenvolvimento capitalista dependente, esses grupos e consórcios da grande burguesia surgem ligados ao Estado do qual dependem. Estão associados, de uma ou de outra forma, ao capital estrangeiro; alguns provêm do setor latifundiário, como resultado da acumulação da renda fundiária, e da exploração capitalista no campo. Eles consideram o capital estrangeiro uma necessidade para o “desenvolvimento nacional”, preservam a grande propriedade territorial como base do desenvolvimento agrícola. A grande burguesia ligada ao capital forâneo, com seus grupos monopolistas, forma com o imperialismo e o latifúndio a base que sustenta e mantém a estrutura dependente e reacionária da economia brasileira. Compõem, assim, um bloco contra os interesses da maioria da nação, são inimigos da revolução desde a primeira etapa. Desse modo, decorre uma terceira tarefa programática contra a grande burguesia aliada do capital estrangeiro, como extensão da luta anti-imperialista. Esta tarefa atinge uma parte importante do capitalismo, mas não o liquida, e interessa à classe operária e seus aliados na presente etapa.

Tendo em vista o objetivo da conquista do socialismo, o proletariado não pode confundir a revolução essencialmente democrática e nacional com a revolução socialista. Como dizia Lênin, “confundir estas duas coisas tão diferentes seria aventureirismo, testemunho de uma absoluta falta de clareza teórica que poderia dificultar o cumprimento das medidas práticas fundamentais que aproximam a classe operária da luta pelo socialismo na república democrática.” A classe operária ajustará primeiramente as contas com o imperialismo, a grande burguesia a ele associado e o latifúndio. As tarefas predominantes da primeira etapa da revolução brasileira são nacionais e democráticas, as quais decorrem da realidade objetiva, que reflete também o nível das contradições de classe e determinadas condições subjetivas. O grau de consciência e organização das grandes massas do proletariado não está no estágio da compreensão e necessidade do poder operário socialista, porque elas se encontram ainda sob a influência das ideias políticas burguesas. Não se pode desconhecer essa realidade. O proletariado na primeira etapa precisa estabelecer ampla aliança com os camponeses e com a pequena burguesia urbana, podendo neutralizar a média burguesia nacional. Sua aliança fundamental é com os camponeses em geral e não com uma parte destes. O tipo de poder equivalente à primeira etapa da revolução é expressão dessas alianças, corresponde a uma República Democrática de cunho popular e não uma República Socialista, ou mais precisamente, será em essência, uma ditadura democrático-revolucionária do proletariado e das massas camponesas, sob a direção da classe operária.



Podemos constatar também que as transformações das últimas décadas ocorridas na sociedade brasileira provocaram certas modificações no caráter da primeira etapa. O capitalismo dependente gerou uma economia heterogênea, convivendo em estágios de desenvolvimento desiguais, mesclando formas de propriedade atrasadas com relações sociais avançadas. No estudo do Programa do Partido do 7º Congresso do PC da URSS, Lênin dizia: “Em nenhum país, nem no mais desenvolvido, se encontrará o capitalismo exclusivamente em sua forma mais acabada.” Isto é verdade, e mais ainda nos países capitalistas dependentes. Ao levar em conta nossa realidade na sua inteireza e complexidade, o nosso entendimento sobre as tarefas programáticas e a relação entre a primeira e a segunda etapas da revolução fica melhor estabelecido. Primeiro, a profundidade das tarefas democrática e nacional leva a que elas não possam ser realizadas nos marcos do sistema capitalista ou por governos burgueses. A sua completa realização só será possível com um governo democrático-popular a caminho do socialismo. Segundo, já será atingida na primeira etapa a grande burguesia ligada ao imperialismo, por conseguinte, uma parte capitalista de importância. Além disso, as empresas estatais que compõem outra parte significativa da economia nacional, deixariam de estar sob a direção das classes dominantes e do imperialismo e passariam ao controle do novo governo operário-campônês. Prevaecem, portanto, de todo modo, as tarefas democrática e nacional. O entrelaçamento com a luta popular e de certo modo anticapitalista atua no sentido de aproximar as duas etapas da revolução e facilitar a passagem mais rápida à segunda etapa. À medida que se consolidam e ampliam as conquistas revolucionárias, o proletariado procura atrair para o seu lado os aliados mais próximos – os semiproletários e os camponeses pobres –, visando à passagem à revolução socialista. Desde a 7ª Conferência Nacional de 1978, acentuávamos a existência do entrelaçamento das duas etapas da revolução, demonstrando maior aproximação entre elas, expressa na posição de regime democrático-popular, rumo ao socialismo. Este é o caminho estratégico indicado pelo nosso Programa.

b) A luta contra o imperialismo adquire maior importância

Já afirmávamos desde o 6º Congresso em 1983, que o Brasil, apesar do desenvolvimento do capitalismo, sofre atualmente o jugo da opressão e da espoliação estrangeira, num grau mais elevado que anteriormente. Esse processo acentuou-se, atingindo no momento situação de extrema dependência de nosso país ao capital estrangeiro. O Programa demonstra que a história da subordinação do Brasil ao imperialismo tem fases bem demarcadas. Do começo deste século até o final da década de 1920, o capital

financeiro inglês estabeleceu seu domínio hegemônico no Brasil. Utilizando várias formas de controle econômico e político, impediu o desenvolvimento da indústria, visto que o atraso econômico ajudava-o a manter o seu poder no nosso país. Em princípio dos anos 1930, o imperialismo norte-americano assume essa hegemonia. Os primeiros passos para a criação da base industrial, com a construção do parque siderúrgico, somente foram possíveis no início da década de 1940 por meio de acordo com os Estados Unidos. Após a Segunda Grande Guerra, com a mudança da correlação de forças no plano mundial, onde se destaca a vitória da União Soviética e o crescente processo de libertação nacional nas antigas colônias semicolônias, e também por necessidade de o capital financeiro e os monopólios ampliarem as áreas de investimentos dos seus capitais, o imperialismo vê-se forçado a substituir as velhas formas de dominação colonial por novas formas mais aperfeiçoadas e sofisticadas. A partir dessa fase, o capitalismo avançou em nosso país. A economia desenvolveu-se com a intensificação da industrialização, sobretudo no início da década de 1950. A base econômica se alargou e seu perfil modificou-se. O Estado montou importante estrutura da indústria pesada. A produção energética e de insumos básicos adquiriu grandes proporções. O capitalismo se estendeu em larga escala no campo. A população urbana tornou-se maior que a população rural. O comércio exterior atingiu níveis mais altos e se diversificou. O Produto Interno Bruto chegou a ser o 9º do mundo. Se, antes, o imperialismo freava a industrialização nos países subjugados, agora, em certo sentido, passou a incrementá-la sob sua direção e seu controle.

A dominação imperialista mudou de forma, fazendo-se por processos diferentes, mais rentáveis. A exportação do capital financeiro adquiriu enormes proporções. Os monopólios estrangeiros montaram indústrias de geração relativamente mais atrasadas e poluidoras nos países dominados. Passaram a explorar as riquezas naturais desses países, **diretamente ou associados ao Estado ou a empresas nacionais**, ou através dos contratos de risco. Por meio dos investimentos diretos, principalmente do reinvestimento dos lucros, ou do fornecimento de tecnologia, associam-se vantajosamente a grandes empresas nativas. As empresas estrangeiras prevalecem em todos os setores econômicos de tecnologia mais avançada. As empresas estatais dominam duas áreas específicas, serviços públicos e indústria de base, enquanto as empresas nacionais privadas estão nos setores de tecnologia mais simples. Importante salientar que as estatais não fazem concorrência direta com as multinacionais. O Brasil passou a ser um mercado importantíssimo para as corporações multinacionais. A maioria das que operam aqui coloca o Brasil entre os cinco maiores mercados no âmbito mundial. E,



o que é mais importante, afirma ser o mercado brasileiro capaz de proporcionar lucros acima dos padrões internacionais, na maioria dos segmentos econômicos. O capital estrangeiro ainda avançou amplamente numa área estratégica – a dos minerais. Hoje, os grupos estrangeiros controlam 38,1% do total dos lotes do subsolo concedidos a empresas de mineração, o que corresponde a 401.757 km², área equivalente aos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Paraná juntos. E mais, esses grupos detêm no Brasil 86% da produção de alumínio, 58% de níquel, 100% de tungstênio, 100% de nióbio, 100% de chumbo, 65 % de prata, 44% de titânio, 34% do ferro e 80% do ouro, a maioria desses considerados “minerais estratégicos”.

Porém, o instrumento principal de subordinação e espoliação do nosso país, utilizado amplamente pelo imperialismo, nas condições atuais, são os empréstimos a juros flutuantes. O endividamento externo já existia anteriormente. Mas as proporções que alcançou nos últimos 15 anos criam uma realidade completamente nova. A dívida externa do Brasil já atingiu a casa dos 130 bilhões de dólares, sendo a maior do mundo entre os países em vias de desenvolvimento. Desde 1968, quando se iniciou maior incremento de empréstimos, até 1982, a dívida já tinha crescido 23 vezes, e até fins do ano passado cresceu 32 vezes, e não para de crescer.

A vinda do capital estrangeiro, inicialmente, favoreceu a relativa rapidez do desenvolvimento capitalista. Já em 1968, o PIB deu um salto de 11,2%, enquanto no ano anterior tinha crescido 4,8%. No fim de 1968 os juros com a dívida externa aumentavam em seis vezes e hoje em mais de 20 vezes em relação à fase inicial do seu incremento. O desenvolvimento capitalista que ganhou grande impulso na década de 1960 gerou extrema dependência do Brasil ao capital estrangeiro. Vivemos num sistema de capitalismo dependente, em que as crises conjunturais refletem a crise estrutural profunda.

A resistência da maioria da nação ao capital estrangeiro espoliador vai aumentando. Um número cada vez maior de brasileiros toma consciência do nível de submissão a que chegou o país. A dependência do nosso país às potências imperialistas aprofundou-se. Assim, a tarefa programática anti-imperialista torna-se ainda mais importante.

c) A luta contra o latifúndio ganha maior dimensão

A luta contra o latifúndio é outra tarefa fundamental no nosso Programa, que adquire maior significação nos dias de hoje. A expressão mais antidemocrática da estrutura econômica do país está na elevada concentra-

ção da propriedade fundiária, manifestação do atraso e freio para o progresso. Existem no Brasil enormes latifúndios, onde a maior parte de suas terras não é cultivada, não se produz quase nada.

A penetração capitalista em nosso país realizou-se mantendo e ampliando o monopólio da propriedade da terra. Desde o 6º Congresso do Partido, em 1983, afirmamos que a concentração dessa propriedade, que já era uma das maiores do mundo, ampliou-se ainda mais. Milhões de hectares passaram às mãos de antigos ou novos proprietários. No Brasil existem aproximadamente 5 milhões de propriedades agrícolas com uma superfície de quase 490 milhões de hectares (4,9 milhões de km²). Somente 1,7% dos proprietários possui 255 milhões de hectares, que correspondem a 52% da área total das propriedades. Dados do INCRA demonstram que apenas 27 grandes proprietários existentes no país controlam 25 milhões e 500 mil ha de terra, enquanto 2 milhões e 460 mil proprietários dispõem da mesma quantidade de terra, ou seja, 24 milhões e 900 mil ha, e 16 milhões de trabalhadores do campo nada possuem. Esta é uma prova de extraordinária concentração da propriedade territorial no Brasil. Para compreender melhor o atraso e a barreira que o latifúndio representa para o desenvolvimento mais amplo e rápido do próprio capitalismo no país, basta acentuar que a sua produtividade é ínfima. Segundo o Censo Agropecuário do IBGE de 1980, as propriedades de até 100 ha são responsáveis por 87,48% da produção de mandioca, 78,63% de feijão, 68,16% de milho, 64,64% de algodão, 46,41% de soja, 37,10% de arroz e 25,58% do rebanho bovino do país. Por outro lado, tomando por base as propriedades com mais de 10 mil ha, portanto latifundiárias, o rendimento cai para 0,13% na produção de mandioca, 0,12% na de feijão, 0,36% na de milho, 6,28% na de algodão, 1,06% na de soja, 3,18% na de arroz e 6,16% do rebanho bovino. Esta é a demonstração inequívoca do freio ao desenvolvimento da produção agrícola provocada pelo latifúndio.

O avanço do capitalismo no campo desenvolveu a grande burguesia rural que, em parte, é também latifundiária e ligada à burguesia industrial e financeira, e igualmente expandiu-se o capital estrangeiro no campo, com a compra de grandes extensões de terra. O papel do latifúndio “puro” que vivia exclusivamente da renda fundiária, sem exercer atividade produtiva, reduziu-se sensivelmente. Desenvolveu-se simultaneamente uma camada da burguesia média rural (camponeses ricos) ligada à produção interna e de exportação, surgindo daí empresas altamente capitalizadas e com alto índice de produtividade, fundadas no trabalho familiar ou com pouca utilização de trabalho assalariado. Os projetos capitalistas no campo estão ligados fundamentalmente com a exportação. Vastas áreas são ocupadas



com o plantio de cana de açúcar, de soja, de café, de cacau, de plantas oleaginosas. A pecuária também se adapta ao comércio exterior. Desse modo, a produção para o mercado interno diminui e o país importa trigo, arroz, feijão, batata, cebolas e outros gêneros alimentícios.

Apesar do avanço do capitalismo, a agricultura brasileira é ainda atrasada, formando saliente contraste de vastas regiões de cultura extensiva e rudimentar, com zonas de desenvolvimento intensivo e de alta produtividade. A quantidade de tratores por hectare é seis vezes menor que a dos países de agricultura mais avançada. A produtividade em geral é baixa, sobretudo no milho, gado de abate e leiteiro, cana de açúcar etc. Destaca-se o fato de que a maior parte da produção para o consumo interno é feita com base na economia familiar, antiquada. Esse processo de penetração do capitalismo no campo não permitiu ampla expansão do mercado interno, nem liquidou certas formas atrasadas de relações sociais. Milhões de camponeses expulsos de suas glebas não encontram trabalho e diminui a área ocupada pelas pequenas propriedades. O número de posseiros (principalmente camponeses médios e pequenos) elevou-se para mais de um milhão e quinhentos mil. Em termos absolutos, cresceu rapidamente o número de assalariados agrícolas, composto em grande parte por mulheres e menores de 16 anos.

Tendo em vista o quadro do conjunto do campo brasileiro, ele expressa: 1) elevado nível de concentração fundiária que se inter-relaciona com o desenvolvimento do capitalismo; 2) este desenvolvimento realiza-se com a manutenção do latifúndio ocupando grandes extensões das melhores terras, freando o crescimento mais amplo das forças produtivas e restringindo o mercado interno; 3) formou-se uma camada de camponeses ricos capitalizados, reduziu-se o número de camponeses médios e pequenos, aumentou o contingente de camponeses sem terra ou com pouca terra e cresceu o número absoluto de assalariados agrícolas. Assim, a questão latifundiária e camponesa no Brasil agravou-se sobremodo.

O atraso político em nosso país é produto, em grande parte, do domínio das oligarquias agrárias. Estas buscam todos os meios de exercer sua força no terreno político. Criaram uma organização fascista, de caráter paramilitar, a UDR, com o objetivo de combater em todas as frentes qualquer iniciativa de reforma agrária. Os camponeses trabalhadores rurais em geral resistem e intensificam a luta pela conquista da terra e por melhores condições de trabalho. A luta no campo assume contornos de grande radicalização. Em 1971 foram assassinados 20 trabalhadores rurais pelos capangas

do latifúndio. Em 1985, esse número elevou-se para 261 e, em 1986, chegou a 298 trabalhadores. A tarefa programática antilatifundiária, democrática, ganha dimensão maior. A sua realização abre caminho ao progresso do país e à construção de efetivo regime democrático.

d) A classe operária é a força motriz e dirigente da revolução.

O capitalismo dependente e monopolista que se desenvolveu no Brasil levou ao rápido aumento do proletariado. A classe operária industrial avançou quantitativamente. Em 1976 já era 5 milhões, hoje aproxima-se dos 7 milhões. O proletariado tornou-se a maioria da população brasileira economicamente ativa, atingiu elevado grau de concentração e aumentou sua qualificação profissional e seu nível cultural. Com a existência dos monopólios, a produção tornou-se mais concentrada, determinando objetivamente maior peso dos operários fábriis em relação aos trabalhadores em geral. No conjunto da classe operária industrial, aumentou o percentual de operários qualificados jovens e com maior nível de escolaridade. Em décadas passadas, os camponeses arruinados constituíam no fundamental parcela maior do operariado. Hoje reduziu-se relativamente a importância da origem rural nesse crescimento, enquanto as camadas pobres da pequena burguesia urbana e os filhos de operários vão se tornando a fonte mais importante para a ampliação do exército do proletariado industrial, sobretudo nos setores mais especializados.

A classe operária cresceu com o rápido aumento dos assalariados agrícolas, que se multiplicaram principalmente na região Sudeste do Brasil, atingindo atualmente a cifra de quase 11 milhões. Nas cidades, a pequena burguesia passa por um processo de diferenciação. Os setores médios e baixos dessa camada transformaram-se em assalariados. Essas modificações no perfil e na força da classe dos proletários têm grande importância objetiva para a revolução.

O nível político e de organização dos trabalhadores vem se elevando e aumenta sua combatividade. A classe operária tem resistido e se levantado contra a brutal exploração de que é vítima. Somente no ano passado foram registradas mais de mil greves, envolvendo aproximadamente 12 milhões de trabalhadores. Isso é sinal de exacerbação da exploração capitalista. Os monopolistas estrangeiros e nacionais auferem grandes lucros às custas da redução constante do salário real. O Brasil está entre os países de custo de mão de obra mais barato do mundo. Em 1986, o custo médio foi de 1,60 dólares a hora, mas baixou para 1,49 dólares no ano passado. Em contrapartida, a mão de obra custa nos Estados Unidos em média 9 vezes mais



que no Brasil, e 10 a 12 vezes mais nos países desenvolvidos da Europa.

Com o rápido crescimento da classe operária e a avanço de suas lutas, a burguesia intensifica sua pressão ideológica, utiliza a corrupção e todos os meios para quebrar a unidade do proletariado, tentando impedir que ele possa jogar o seu papel revolucionário. A burguesia estimula as correntes revisionistas, socialdemocratas, trotskistas e democrata-cristãs no movimento sindical, buscando corromper, com grandes somas de recursos, os sindicatos. Incentiva a despolitização da classe operária, desvia-a do caminho revolucionário e divide suas fileiras. Tudo isso demonstra o papel crescente do proletariado na luta de classes e a tentativa da burguesia de desviá-lo do rumo consequente. Os inimigos de classe sabem que sua sobrevivência depende da divisão e desorientação da classe operária.

O proletariado do Brasil precisa elevar seu papel de força motriz e dirigente da revolução, sendo a classe mais combativa e consequente. No caminho revolucionário traçado no Programa, afirma-se ser a única força capaz de dirigir o cumprimento das tarefas da primeira etapa da revolução e caminhar para o socialismo. Sem essa direção, nem mesmo as tarefas da primeira etapa serão realizadas completamente. Nesse sentido, Lênin acentuava: “só o proletariado é capaz de marchar seguro até o fim, pois vai muito adiante da revolução democrática.”. O crescimento e o fortalecimento de nosso Partido, o único que no Brasil se guia pelo socialismo científico e se baseia na experiência do movimento operário e comunista mundial, contribuem grandemente para garantir a direção revolucionária do proletariado nessa primeira etapa.

5 – Programa de ação imediata pela democracia, pelo progresso e pela independência nacional

No Programa está contido um programa de ação imediata pela democracia, pelo progresso e pela independência nacional.

As tarefas programáticas não podem estar desligadas das questões práticas fundamentais. Sendo assim, o nosso Programa dá um grande passo ao buscar inter-relacionar nossos objetivos estratégicos com a tática geral. Faz isso ao apresentar um Programa de ação imediata que resume a luta por um Brasil independente, democrático e progressista.

Neste programa de ação imediata destacam-se a defesa da democracia e a luta pela liberdade contida na nossa tática geral. O embate pela conquista de um novo e mais avançado regime para o Brasil, o poder de-

mocrático-popular, se desenvolve na luta concreta pela livre organização partidária, formação de sindicatos classistas, sem interferência governamental, reforçamento da união dos camponeses e de qualquer tipo de organização popular; nas disputas eleitorais, na defesa da liberdade de pensamento e de palavra, no direito de contestar, criticar, reunir, realizar greves e manifestações públicas; na inviolabilidade da pessoa humana e do domicílio; na liquidação do militarismo; na supressão dos órgãos de repressão política, na extinção da justiça militar para julgamento de imputações de natureza política etc. A luta pela conquista da liberdade se une, e em certo sentido se funde, com a luta contra o imperialismo e o latifúndio, contra os grupos monopolistas brasileiros, pela independência nacional e pela reforma agrária. Essa luta vincula-se, de igual modo, com a defesa intransigente dos interesses imediatos das massas e liga-se estreitamente ao combate ao hegemonismo das duas superpotências, contra seus planos bélicos e de opressão dos povos. O alcance das conquistas democráticas, no processo da luta, é vital para fortalecer a organização e a unidade da classe operária e dos povos no caminho por seus objetivos maiores. A luta pela liberdade é um ponto vulnerável para as classes dominantes do regime capitalista. Faz parte do cotidiano das massas nas conquistas dos objetivos imediatos e permite abrir caminho para alcançar as metas fundamentais. A classe operária em sua longa experiência sempre lutou pelas liberdades que permitem ao proletariado e às massas populares acumular suas forças para as grandes batalhas. Na prática revolucionária do proletariado russo, Lênin dizia que “quem queira ir ao socialismo por outro caminho, que não seja o do democratismo político, chegará inevitavelmente a conclusões absurdas e reacionárias, tanto no sentido econômico como no político.”.

Diante do exposto, o nosso Programa procura relacionar a conquista do poder com a importância da luta pelas liberdades, componente fundamental da nossa orientação tática. Os objetivos e as tarefas programáticas se articulam com um conjunto de questões práticas fundamentais, traduzidas em reivindicações tais como: a luta contra o militarismo e pela democratização das Forças Armadas; justiça rápida e gratuita; defesa dos interesses nacionais; reforma agrária com definição clara do que é latifúndio; garantia dos direitos sociais levando em conta a luta sindical em curso; problemas da reforma urbana; do ensino público e gratuito, das atividades científicas e literárias; dos direitos da mulher, da abolição das discriminações; da defesa do meio ambiente; etc. Tudo isso expressando a luta democrática e popular em andamento. Nesse sentido, muitas contribuições vieram das Conferências ao 7º Congresso. Levamos em conta parte delas. Assim, nas reivindicações programáticas fizeram-se pequenas alterações



para torná-las mais vivas e melhor condizentes com o nível da luta operária e das massas populares.

O Programa do Partido precisa tornar-se conhecido das massas. Sendo um programa do Partido é igualmente um programa do povo. Por seus objetivos e tarefas, é o Programa mais avançado e consequente da luta operária e popular em nosso país. São imperativos o estudo e a assimilação do Programa por todos os dirigentes e militantes do PCdoB. Deve ser divulgado intensamente entre filiados e amigos, difundido amplamente entre a população.

O Programa do Partido é a base de orientação para a construção da frente única na atual etapa revolucionária. Serve de parâmetro à formação em todos os momentos das alianças temporárias ou das alianças duradoras. É a nossa bússola no caminho da luta política.

O Programa é um instrumento prático de trabalho para os comunistas, porque ajuda a levar as ideias do Partido às massas. É a ferramenta de trabalho número um na atividade com as massas e na campanha de filiação partidária. Os Comitês Regionais, Municipais, as Organizações de Base devem manter permanentemente em suas sedes e locais principais de atuação exemplares do Programa sempre disponíveis.

Aprovado o Programa, torna-se necessário organizar cursos rápidos e práticos, utilizando métodos vivos e criativos, para auxiliar a assimilação do seu conteúdo pelos militantes do Partido. É preciso organizar palestras, debates sobre o Programa nas universidades, escolas, em sindicatos, associações, auditórios públicos etc. Com ampla e persistente divulgação do Programa, conseguiremos melhores êxitos. As massas estão ansiosas por conhecer as ideias difundidas no Programa do Partido. Cada comunista é responsável pela divulgação do Programa em todo lugar. Hoje, nas condições de legalidade, o Partido deve aparecer em todo canto e em todas as lutas com sua fisionomia. Sabemos ser esta uma tarefa essencial que não podemos subestimar. Temos que aproveitar todo o espaço de atuação conquistado. Sendo assim, são imprescindíveis a apresentação, divulgação e discussão do Programa em todas as frentes de atividades.

O nosso Partido chega ao 7º Congresso mais coeso, temperado e unido em torno da sua Direção Nacional. Temos hoje um Programa mais avançado e mais justo. Temos um eficaz instrumento de luta e destacadas bandeiras de combate. Reunimos melhores condições de avançar e crescer mais ainda. A nossa vitória é inevitável!

O Programa do PCdoB

O Brasil vive situação muito difícil. Nestas duas últimas décadas, inúmeras promessas foram feitas pelos governantes, chegaram a falar de milagre brasileiro, afirmaram que o país se transformava numa potência emergente. A realidade é bem outra. O panorama nacional revela crise profunda e geral, dívidas insuportáveis, inflação desmedida, dependência, subordinação aos monopólios imperialistas. E tudo isto acompanhado de sérias dificuldades para o povo: desemprego, fome e miséria, precariedade do ensino em todos os níveis, agravamento das condições de saúde e moradia, criminalidade em ascenso.

De onde provêm os males que afligem a nação?

Seria incorreto dizer que procedem unicamente de erros e defeitos de determinadas políticas tomadas isoladamente. Nem surgem de fenômenos puramente conjunturais. Em boa parte, estão ligados a fatores objetivos relacionados com a evolução histórica do Brasil. Têm caráter estrutural.

- I -

O Brasil tornou-se independente no início do século XIX, quando o capitalismo avançava a passos acelerados na Europa e nos Estados Unidos, substituindo as antigas formações feudais e escravistas. Esse sistema progredia na medida em que liquidava a velha estrutura atrasada da sociedade criando novas relações de produção. Não obstante a independência política brasileira, episódio importante na vida nacional, foi mantida a estrutura herdada do colonialismo. Conservou-se o escravismo até 1888 e não se tocou na forma de propriedade da terra constituída por imensos latifúndios. Se os colonizadores portugueses impediram durante séculos o aparecimento da indústria, o Estado monárquico surgido após a Independência tampouco criou condições para o advento industrial. O mercado interno, muito restrito, abastecia-se em geral com a importação de produtos estrangeiros. Defendia-se a opinião de que o Brasil devia ser essencialmente agrário. Aí se encontram as causas mais remotas do atraso do país.

Somente a partir das primeiras décadas deste século, especialmente



após a Primeira Guerra Mundial, a industrialização adquire maior impulso, concentrando-se, porém, na indústria leve e na de mineração. Nesse tempo, já o capitalismo se transformara em imperialismo, que domina e submete a grande maioria das nações, convertendo-as em colônias e semicolônias das metrópoles europeias e norte-americanas, em simples fornecedoras de matérias-primas e produtos agrícolas. Mesmo nações que gozavam de independência formal, como o Brasil, não escapavam a esse tipo de dominação. O capital financeiro, primeiramente inglês, que chega ao nosso país coloca em suas mãos os portos, os transportes ferroviários e urbanos, a energia elétrica e organiza o saque das riquezas naturais. Nos fins dos anos 1920, juntam-se a ele na espoliação do povo brasileiro os monopolistas norte-americanos que, pouco a pouco, estabelecem o seu domínio hegemônico no Brasil. Interessados no atraso econômico dos países subjulgados, uma vez que isto os ajudava a manter o seu poder sobre os mesmos, os imperialistas impedem por todos os meios o desenvolvimento da indústria nacional das colônias e nações dependentes. De tal modo procederam no Brasil. Não por acaso, a grande siderurgia, apesar de fortes exigências internas, aparece somente na década de 1940 e assim mesmo como resultado de um acordo com os Estados Unidos. A questão da propriedade da terra não foi resolvida. O latifúndio permaneceu intocável. Dessa maneira, o desenvolvimento do país no sentido capitalista chocava-se essencialmente com dois obstáculos: o domínio estrangeiro e a conservação do latifúndio dedicado em boa parte à monocultura cafeeira. Tais as causas principais do atraso do Brasil na primeira metade deste século.

No período posterior o capitalismo avançou. O Brasil adquiriu novo perfil econômico, destacando-se o crescimento industrial. O capitalismo penetrou acentuadamente no campo, sem alterar no fundamental a estrutura latifundiária, mas introduzindo formas modernas de exploração da terra e criando grandes empresas agropecuárias. Formaram-se grupos monopolistas e consórcios financeiros, em geral associados com o capital de fora. Ampliou-se largamente a produção de energia elétrica, produziu-se maior volume de combustíveis. O Estado organizou importantes setores industriais de base. O comércio exterior alcançou níveis elevados. Todavia, esse relativo progresso das forças produtivas verificou-se quando o imperialismo, acuado pelas lutas de libertação nacional, interessado em abrir novos mercados e alargar as áreas de investimento de seus capitais, pôs termo ao velho sistema colonial, substituindo-o por outras formas de exploração, neocolonialistas. Se, antes, freava a indústria nos países subjulgados, passava, de certo modo, a incrementá-la sob sua direção e seu controle. Criou

a chamada multinacional que aí opera aproveitando a mão de obra barata e o custo reduzido das matérias-primas, explorando também as riquezas nacionais. Simultaneamente, o *capital* financeiro internacional, imperialista, estendeu vasta rede mundial de espoliação nos países atrasados, mediante um processo de endividamento forçado de tais países que lhe assegura enormes lucros e condena os endividados a viverem submetidos ao interesse daquele capital. O Brasil sofreu e sofre ação nefasta dessa brutal exploração. O capital estrangeiro avassala o país. Predomina nos principais ramos da economia, diretamente ou associado aos grupos monopolistas da grande burguesia brasileira, beneficia-se dos altos e escorchantes juros da dívida externa, cada vez maior, contraída à revelia da nação. Saqueia as riquezas naturais exploradas fundamentalmente em seu proveito. Essa espoliação alcança anualmente somas astronômicas transferidas para o exterior, não permite a acumulação de recursos nacionais para o desenvolvimento independente da economia, restringe o mercado interno, cria sérios problemas econômicos e financeiros, provoca situação grave na esfera social. As estatísticas indicam que o Brasil ocupa a 9ª posição na economia mundial e a 64ª no que respeita ao consumo *per capita*, o que demonstra o caráter deformado, antinacional, do desenvolvimento brasileiro processado segundo as conveniências dos exploradores imperialistas. Assim, o capitalismo que aqui medrou tomou a forma de um capitalismo dependente, apêndice das grandes potências. Em consequência, aprofunda-se a crise no país, que não é apenas conjuntural, mas fundamentalmente estrutural, abrangendo todos os setores da atividade, sejam econômicos, financeiros, sociais, culturais etc. Ela não obedece rigorosamente às fases do ciclo da reprodução capitalista, é um processo de desgaste continuado na vida brasileira que produz rebaixamento relativo, e mesmo absoluto, das condições de existência da esmagadora maioria da população e atinge seriamente independência e a soberania do país. É justo afirmar, portanto, que o capital estrangeiro imperialista, a grande burguesia a ele aliada, sobretudo seus grupos monopolistas, bem como a propriedade latifundiária da terra, constituem os principais entraves ao real e efetivo progresso do Brasil na fase atual.

Contudo, esse progresso não será obtido nos marcos do regime capitalista, por governos da burguesia. O capitalismo é um sistema obsoleto, historicamente superado. Minado por contradições inerentes ao seu desenvolvimento, já não oferece condições para o avanço da sociedade. Gera o desemprego crônico, as guerras de conquista, a degradação do nível de vida dos trabalhadores, a marginalização de populações numerosas, o abastardamento da cultura, as restrições sempre maiores à liberdade dos



cidadãos. O futuro da humanidade está no socialismo que adquiriu expressão científica na obra de Karl Marx e Friedrich Engels. Baseado na propriedade coletiva dos meios de produção, o socialismo suprime a exploração do homem pelo homem, põe em harmonia as relações de produção com o caráter das forças produtivas possibilitando rápido e seguro crescimento econômico e, em relação com isto, o progressivo aumento do bem-estar dos trabalhadores e do povo, o avanço da técnica e da ciência a serviço da coletividade, o florescimento material e espiritual da nação. Forja uma existência livre, digna e feliz para todos. É o estágio superior do processo evolutivo e revolucionário da sociedade humana. O Partido Comunista do Brasil (PCdoB), que se norteia pelos valores universais da ciência social fundada por Marx e Engels, tem por objetivo maior, programático, a instauração do socialismo em nosso país. Esse novo regime, originário da luta contra a opressão e a exploração, promoverá a liberdade e a justiça, será construído a partir das condições concretas do Brasil, tendo em conta a sua formação histórica, suas tradições de luta, sua estrutura social, os aspectos culturais, nacionais e morais progressistas da vida brasileira.

– II –

A conquista de um novo e mais avançado regime para o Brasil passa pela luta da classe operária e do povo contra os fatores adversos que obstaculizam, na atualidade, o progresso do país – a espoliação imperialista, o monopólio da propriedade da terra e a grande burguesia ligada ao capital estrangeiro, em particular seus grupos monopolistas. Exige a defesa da democracia, o respeito à livre organização e ao funcionamento dos partidos políticos representativos de distintos segmentos da sociedade, a garantia dos direitos do cidadão, a ampla organização das massas populares. Demanda uma ordem constitucional democrática, a formação de um governo de base popular.

Não se alcançará o socialismo fugindo ao curso da vida política, mas participando ativamente de todos os movimentos democráticos, patrióticos e sociais, nas formas condizentes com os direitos e interesses das grandes massas da população. E opondo-se conseqüentemente aos sistemas arbitrários, ao militarismo, às forças políticas reacionárias, inimigas da liberdade, ao entreguismo e à corrupção, às leis e procedimentos antidemocráticos.

Na presente etapa do desenvolvimento brasileiro, o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) orienta-se por um PROGRAMA de caráter nacional,

democrático e popular em consonância com a realidade e as aspirações da imensa maioria do povo. Propugnará os objetivos seguintes:

1. GOVERNO DEMOCRÁTICO E POPULAR comprometido com a causa da libertação do país de todo tipo de dependência e subordinação ao capital imperialista, da realização da reforma agrária em benefício das amplas massas dos que trabalham a terra, da liquidação da grande burguesia ligada ao capital estrangeiro, e com o desenvolvimento econômico independente que abra caminho ao socialismo.

2. REGIME EFETIVAMENTE DEMOCRÁTICO: eleições diretas em todos os níveis através do sufrágio universal, direto e secreto, sem discriminação de qualquer natureza e com representação proporcional dos partidos políticos. Inviolabilidade da pessoa humana e do domicílio, ampla liberdade de pensamento, de palavra, de reunião, de associação, de greve, de imprensa, de cátedra, de crença e culto religioso, de movimento e profissão. Supressão dos órgãos de repressão política, extinção do SNI (Serviço Nacional de Informação). Fórum Civil para julgamento de imputações de natureza política.

3. DEMOCRATIZAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS, hierarquicamente constituídas, obedecendo, porém, a normas democráticas e antielitistas, no sistema de promoções e escolha de seus comandantes, dedicadas à defesa do país e da independência nacional, à formação e preparação profissional dos quadros e dos efetivos militares. Enquanto instituição militar, as Forças Armadas não poderão intervir na vida política do país. Os golpes de Estado ou tentativas de golpe serão severamente punidos. Não cabe às Forças Armadas desempenhar atividades de cunho policial ou paramilitar. A segurança interna é da competência dos poderes públicos da União e dos estados.

4. JUSTIÇA RÁPIDA E GRATUITA administrada em nome do povo. Magistratura autônoma e independente dos demais poderes, com controle externo, financeiro, administrativo e funcional, do Conselho Nacional de Magistratura, composto por magistrados, advogados, membros do Ministério Público e representantes do Congresso Nacional. Justiça ordinária federalizada e unificada. Assistência jurídica e proteção ao menor abandonado ou carente. Reforma do sistema penitenciário e sua modernização; aos presidiários serão asseguradas condições humanas nos presídios, meios adequados à sua recuperação social, auxílio jurídico permanente.



5. DEFESA DOS INTERESSES NACIONAIS. Não pagamento da dívida externa. O país não deve pagar dívidas usurárias e espoliadoras arbitrariamente contraídas e lesivas à economia nacional. Liquidação de todas as formas de espoliação estrangeira. Os recursos minerais são propriedade da União e somente poderão ser explorados por brasileiros ou por empresas genuinamente nacionais. Em áreas de fronteira e nas reservas indígenas, exclusivamente por empresas estatais. Nas terras ocupadas pelos índios, a exploração de minerais só poderá ser efetuada quando houver carência absoluta no resto do país.

6. PROTEÇÃO EMPRESARIAL. Defesa da empresa estatal necessária ao desenvolvimento independente da economia. Não será permitida a participação de capital estrangeiro nas empresas estatais. Controle dessas empresas por órgãos representativos do povo e por conselhos de trabalhadores das mesmas. Garantia do monopólio estatal do petróleo em todos os seus aspectos: pesquisa, exploração e distribuição. Monopólio estatal dos minerais estratégicos. Defesa da pequena e média empresa.

7. REGIME FINANCEIRO. Medidas radicais em relação ao sistema bancário e financeiro, de modo a impedir o domínio desse sistema por grupos monopolistas estrangeiros e nacionais. A nacionalização, a estatização da rede financeira do país será necessária.

8. REFORMA AGRÁRIA. Será extinto o sistema do latifúndio, cujas terras passarão a constituir o Fundo Agrário Nacional. Estabelecer-se-ão limites máximos de propriedade rural, segundo as diferentes regiões do país. O Estado garantirá o acesso à terra e sua posse às famílias camponesas que nela queiram trabalhar, tanto para as famílias que não possuem terra como para as que a possuem em dimensões insuficientes, nas regiões em que vivem ou em lugares apropriados à sua atividade. Os poderes públicos ajudarão de todas as formas a tornar produtivo e compensador o trabalho camponês, fornecerão créditos, sementes, adubos e abrirão canais de irrigação de acordo com as necessidades do homem do campo e do desenvolvimento da agricultura. O cooperativismo dos pequenos e médios produtores contará com o amplo incentivo e apoio do Estado. Com o fim de manter a unidade econômica dos grandes estabelecimentos agropecuários e industriais de alta produtividade, o Estado entregará a terra e os pertences destes estabelecimentos aos trabalhadores agrícolas sob a forma de propriedade coletiva e criará fazendas-modelo de propriedade estatal.

9. DIREITOS SOCIAIS: redução da semana de trabalho para 40 horas, sem diminuição do salário; salário igual para trabalho igual sem distinção de sexo ou nacionalidade; escala móvel de salários a fim de impedir a deterioração do poder aquisitivo dos trabalhadores; salário-desemprego; estabilidade no emprego; sindicatos independentes em relação ao Estado e aos empregadores e liberdade sindical; direito de sindicalização dos funcionários públicos; justiça do trabalho democrática e com eleição dos juizes e vogais; previdência social dirigida e fiscalizada democraticamente pelas entidades de classe, melhoria dos benefícios assistenciais das aposentadorias e pensões; aos assalariados agrícolas serão assegurados os mesmos direitos dos trabalhadores urbanos quanto a salários, assistência social e previdenciária.

10. REFORMA URBANA, que assegure condições de moradia digna e acessível aos trabalhadores e às massas populares em locais saneados – as áreas melhor atendidas pelos poderes públicos não serão privilégio dos ricos. Os imóveis necessários à reforma urbana, visando à construção de moradias para o povo, serão desapropriados e pagos sem títulos da dívida pública. Combate à especulação imobiliária, defesa do inquilinato contra o encarecimento abusivo dos aluguéis; os impostos sobre a propriedade de imóveis e os ônus com a administração e conservação de prédios residenciais não competem aos inquilinos. Regularização da situação dos conjuntos habitacionais ocupados por trabalhadores, com garantia da posse dos terrenos e casas aos que neles habitam.

11. ENSINO PÚBLICO. Garantia do ensino público e gratuito, laico e de boa qualidade, em todos os níveis, que assegure a todos conhecimento técnico-científico universal. Expansão da rede escolar, extensiva às zonas rurais, visando à erradicação do analfabetismo. O Estado não subsidiará escolas privadas. Reforma universitária de caráter democrático e progressista, tornando a universidade instrumento do avanço social e cultural em favor da maioria hoje empobrecida e sem meios para instruir-se; organização de cursos matutinos, vespertinos e noturnos, possibilitando aos estudantes trabalhar, estagiar ou fazer trabalhos escolares extrauniversitários; aumento do número de vagas das universidades públicas a fim de acolher a juventude ansiosa de nelas ingressar; criação de instâncias democráticas nos estabelecimentos de ensino com a participação por eleição direta de professores, estudantes e funcionários.

12. SAÚDE. Direito à proteção da saúde em todos os níveis, mediante



a realização de reforma sanitária que garanta um sistema único, estatizado de saúde, e permita a todos acesso universal, igualitário e gratuito. Assegurar o monopólio estatal da indústria farmacêutica e de equipamentos. Garantir a gestão democrática do sistema de saúde, com participação das entidades populares.

13. CIÊNCIA, LITERATURA, ARTE. Estímulo às atividades científicas, literárias, artísticas, técnicas e à cultura em geral; liberdade de criação artística, apoio do Estado às manifestações da cultura e das artes em todos os terrenos; ajuda do poder público de modo a possibilitar o aparecimento e destaque de novos talentos e auxiliar os que encontram dificuldades para divulgar os seus trabalhos.

14. DIREITOS DA MULHER. Extinção das discriminações e de todas as desigualdades econômicas, sociais e jurídicas que pesam sobre a mulher; direitos iguais aos dos homens em casos de herança, casamento, divórcio, profissão, cargos públicos; idêntica responsabilidade do casal na criação e educação dos filhos; proteção especial e gratuita à maternidade e à infância, orientação e assistência gratuita às mulheres que não desejam ter filhos. Garantia do direito da mulher de interromper a gravidez indesejada.

15. CONTRA AS DISCRIMINAÇÕES. Abolição de todas as discriminações de raça, cor, religião e nacionalidade, e punição dos transgressores; defesa do negro e da cultura afro-brasileira. Respeito a todos os grupos e tribos aborígenes, às suas terras, aos seus hábitos e costumes, aos seus idiomas, à sua cultura; organização livre e autônoma dos indígenas e direito à representação em órgãos públicos.

16. ECOLOGIA. Defesa do meio ambiente e do ecossistema; contra a devastação dos recursos naturais. O aproveitamento das fontes energéticas deverá levar em conta o equilíbrio ecológico. Proibição da construção de usinas nucleares próximas dos centros urbanos populosos. Rigorosas medidas técnicas e de controle para proteger a população de efeitos radioativos de qualquer origem. Restrições legais à comercialização dos produtos e insumos agrícolas, que representem riscos ao ecossistema, em especial à vida humana. Defesa da Amazônia. Proibição de devastação das florestas; medidas contra a poluição de rios, lagos, mar e lugares habitados provocada por indústrias insalubres ou agrotóxicos.

17. **RELAÇÕES EXTERIORES.** Relações do Brasil com todos os países, especialmente com aqueles dispostos a cooperar à base da plena igualdade de direitos e de benefícios mútuos. O Brasil não manterá relações diplomáticas, comerciais e culturais com os países que adotem política racista ou realizem terrorismo contra o povo. Solidariedade aos trabalhadores de todo o mundo em luta por direitos e conquistas sociais; apoio aos movimentos de libertação nacional dos povos oprimidos, particularmente dos povos irmãos da América Latina. Defesa da paz, contra a corrida armamentista.

18. **O PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL** lutará, enfim, pela democratização da vida política brasileira em seus múltiplos aspectos, pela efetiva independência do Brasil, contra a interferência de governos estrangeiros nos negócios internos do país, pela elevação do nível de consciência e participação política da classe operária e das demais forças populares, pela justiça e o progresso social.

– III –

As grandes tarefas que se colocam diante do povo brasileiro somente poderão ser cumpridas com a união de amplas forças políticas e sociais decididas a levar à prática um programa de cunho nacional, democrático e popular, contra o imperialismo, contra o latifúndio e contra a grande burguesia ligada ao capital estrangeiro. Esta união, que não comporta exclusivismos partidários ou de grupos, e tampouco nega a identidade político-ideológica de seus aderentes, será construída no curso da luta contra a persistência do atraso e do obscurantismo em oposição às concepções reacionárias. Defenderá a cada momento os êxitos obtidos, repelirá quaisquer retrocessos políticos, condenará as manifestações de autoritarismo e de violência contra o povo.

O Partido Comunista do Brasil (PCdoB), que há longos anos propugna soluções progressistas para o país, envidará esforços por construir essa indispensável união. Considera seu dever aglutinar e fortalecer as organizações populares, contribuir para a unidade da classe operária como base da unidade popular, aproximar numa frente comum todas as correntes e forças democráticas animadas no propósito de edificar uma pátria florescente e culta, livre da opressão e do atraso.

Com o objetivo de lograr conquistas de maior alcance que facilitem a luta emancipadora do povo brasileiro, o Partido Comunista do Brasil



(PCdoB) promoverá sempre que necessário, alianças políticas, temporárias ou permanentes. Visa também, por esse meio, a reunir forças a fim de derrotar, em diferentes oportunidades, proposições ou coligações reacionárias, ameaças de fascistização e a evitar o isolamento das correntes progressistas.

Ao apresentar este Programa de Ação imediata ao povo brasileiro dando ênfase à democracia, ao progresso e à independência nacional, o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) está convicto de que as opiniões nele expressas correspondem aos sentimentos e aspirações da grande maioria da nação. Confia, por isso mesmo, merecer o apoio dos operários e assalariados em geral, dos camponeses, estudantes, profissionais liberais, intelectuais e artistas, professores, jornalistas, técnicos, funcionários públicos, sacerdotes ligados às massas, e de todos os verdadeiros democratas e patriotas.

Defensor resolutivo do socialismo, que é o futuro inevitável da nossa pátria, o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) julga que a luta pela realização das ideias contidas neste Programa tornará viável e mais próxima a passagem do Brasil ao novo estágio do desenvolvimento social.

O povo é o supremo construtor da História. Sob a direção da força mais revolucionária da sociedade – o proletariado organizado e consciente de sua missão –, milhões de brasileiros, homens e mulheres que querem ser livres hão de levar o país, nesta fase de tantas esperanças, a um destino de liberdade, independência, cultura, progresso e justiça social.

Informe sobre questões de organização

Dynéas Aguiar

Prezados camaradas delegados:

Chegamos ao nosso 7º Congresso com o Partido mais forte, unido e combativo, o que representa importante êxito na luta do proletariado e do povo brasileiro.

Nos cinco anos decorridos desde o 6º Congresso, o nosso Partido passou por grandes transformações na sua organização e no seu funcionamento.

Passamos da clandestinidade à legalidade, o Partido está estruturado em todos os estados, territórios e no Distrito Federal. A organização partidária estendeu-se a centenas de municípios do interior brasileiro, além de todas as capitais dos estados, milhares de Organizações de Base estão sendo constituídas, e alcançamos a cifra expressiva de 100mil filiados.

Essas mudanças na situação política e nas condições de atuação do Partido exigiram adaptações na política de organização para adequá-la às novas exigências.

Melhor armados com a correta concepção de Partido e das novas necessidades nas condições da legalidade, nos lançamos na campanha de filiação, cujos resultados foram amplamente discutidos e analisados no processo de preparação deste Congresso.

O balanço deste período é altamente positivo, o que não significa que todos os problemas estão resolvidos.

O debate sobre os problemas orgânicos e os Estatutos realizados, das Assembleias de Base às Conferências Regionais, demonstrou significativo



domínio dos nossos princípios e da política de organização. Concluímos, assim, que as premissas para dar um salto de qualidade na vida do Partido estão dadas.

Para que tal ocorra, algumas tarefas ganham especial significação: direcionar o processo de filiação para os centros vitais da luta de classes, melhorar a composição social do Partido com a filiação e incorporação de milhares de novos proletários urbanos e rurais, consolidar a organização e o funcionamento das bases e melhorar os métodos e estilos de direção.

1 — Como organizar

A política de organização deve responder de forma concreta aos problemas que surgem no processo de construção e desenvolvimento do Partido.

Ao atingirmos uma centena de milhar de filiados nos deparamos com a exigência de encontrar formas e meios para incorporar essa massa de novos membros às organizações de base.

É uma situação nova que requer diligência e tenacidade por parte das direções em todos os níveis.

Os nossos Estatutos definem de forma precisa que as OBs são estruturadas por local de trabalho, de estudo ou de moradia. É a primeira questão a que devemos nos ater.

A nossa estrutura celular avançou significativamente nos últimos anos, mas ainda é débil para absorver tal contingente de novos membros. Construir uma sólida rede de Organizações de Base é hoje a principal tarefa da frente de organização.

Lênin, o grande construtor e organizador do Partido Bolchevique, em 1905, quando o Partido conquistou maior liberdade de ação, conclamou seus quadros e militantes a incorporarem milhares de homens e mulheres que despertavam para a luta revolucionária. Eis o que escreveu Lênin no artigo *Novas Tarefas e Novas Forças*: “É necessário levar à prática, sem demora, a consigna de organizar, que os partidários da maioria queriam formular com toda precisão no 2º Congresso do Partido. Se não sabemos mostrar audácia e espírito de iniciativa na criação de novas organizações, teremos que renunciar às vãs pretensões de ser a vanguarda. Se nos deter-

mos impotentes, nos limites conseguidos, nas formas e nos marcos dos comitês, grupos, círculos e reuniões, não faremos outra coisa que demonstrar a nossa incapacidade. Milhares de círculos surgem agora por todas as partes, sem intervenção nossa, sem programas nem objetivos definidos, simplesmente no calor dos acontecimentos. Os socialdemocratas devem se propor como tarefa estabelecer e afiançar relações diretas com o maior número possível desses círculos, ajudá-los, ilustrá-los com seu conhecimento e experiência, estimulá-los com sua iniciativa revolucionária. Todos esses círculos, salvo os que conscientemente se mantenham à margem da socialdemocracia, devem ingressar de forma direta em nosso partido ou vincular-se com ele. No segundo caso, não devemos exigir-lhes que aceitem nosso programa nem se submetam a relações organizativas obrigatórias; basta o simples sentimento de protesto, a mera simpatia pela causa da socialdemocracia revolucionária internacional, para que estes círculos de simpatizantes, se os socialdemocratas influem energeticamente sobre eles, se convertam, sob a pressão dos acontecimentos, primeiro em auxiliares democráticos e depois em membros convictos de nosso partido.”

Em cada Comitê Distrital ou Municipal devemos planejar o processo de incorporação dos novos filiados, dando maior atenção às OBs de empresa. Em particular nas grandes fábricas e nas concentrações de assalariados agrícolas.

I – Construir o partido nas grandes empresas: a grande prioridade

A organização do Partido nas grandes empresas é, além da forma superior de organização da classe operária, o principal instrumento para o avanço de suas lutas específicas. Desempenha o papel de educador das massas para sua transformação de classe em si em classe para si, como nos ensinam Marx, Engels, Lênin e Stálin.

As grandes batalhas da classe operária, tanto no terreno econômico como no político, têm, via de regra, as grandes empresas como núcleo principal. É a partir da organização e mobilização desses centros vitais da luta de classes que o proletariado joga seu papel de vanguarda na luta de todo o povo.

Sem a sólida inserção do Partido, principalmente nas empresas que contam com mais de mil operários, dificilmente estenderemos nossa in-



fluência ao conjunto da classe, deixando assim o campo aberto para as correntes oportunistas tanto de direita como de “esquerda”.

O desenvolvimento do capitalismo no Brasil, mesmo dependente, ampliou significativamente o número de grandes empresas, criou grandes polos de concentração operária como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Até em longínquas regiões do interior existem indústrias de grande porte, como em Carajás, Açailândia etc., além de alguns centros importantes como Caxias, no Rio Grande do Sul, Camaçari e Aratu na Bahia, o Centro Industrial na Zona Franca de Manaus, entre outros. Igualmente no campo, a penetração capitalista transformou grandes massas de camponeses em proletários e semiproletários, que totalizam hoje cerca de 11 milhões de pessoas.

Esse aumento do contingente proletário e sua concentração colocam, em primeiro plano para o nosso Partido, a tarefa de ganhar os trabalhadores para as ideias do socialismo, atraí-los para o campo revolucionário.

Além da intensa propaganda que teremos de fazer das propostas do Partido e das ideias marxista-leninistas, é com a implantação do Partido nas fábricas e nas empresas agroindustriais que criaremos as condições para a transformação política e ideológica desses milhões de novos proletários.

Não há divergência no Partido quanto à importância desse papel da classe operária como vanguarda da luta do povo brasileiro para a conquista do socialismo. Mas na prática constata-se uma subestimação da tarefa de organização da classe operária, em particular da implantação dos organismos de base nas fábricas. Faltam espírito prático e decisão política para tomar as medidas necessárias ao cumprimento desta decisão estratégica que, por sua complexidade, exige atenção, estudo e sistematização especiais.

Milhares de operários, assalariados agrícolas e trabalhadores de grandes empresas filiaram-se ao Partido. Não podem ser vistos pelas direções apenas como simples filiados que precisam ser incorporados às fileiras partidárias. Esse deve ser o centro do trabalho de organização e da direção como um todo. Para ele devem convergir os principais recursos, a maior parte de nossa propaganda, a concentração dos melhores quadros. Aos militantes e quadros operários que atuam nas nossas fileiras devemos assegurar-lhes as condições para ampliarem e aprofundarem sua formação

política e ideológica, pois deverão ser os condutores e educadores dos que estão ingressando agora no Partido.

Quando falamos das grandes empresas, mesmo priorizando as indústrias e agroindústrias, não deixamos de compreender a importância daquelas ligadas ao setor de serviços e da administração estatal que, igualmente, jogam papel de destaque na economia brasileira e no processo da luta de classes. Bancários, comerciários, urbanitários, trabalhadores do setor de educação, saúde, transportes urbanos, formam hoje grandes contingentes que têm demonstrado combatividade e participação ativa nas lutas econômicas, sociais e políticas. Nossa presença tem sido ativa nessas categorias. Mas precisamos estruturar melhor o Partido, dar vida permanente às Organizações de Base existentes, ampliá-las e estender sua rede às empresas em que ainda não estamos organizados.

A construção das organizações partidárias nas empresas industriais não pode ser encarada de forma imediatista. Sua implantação e consolidação exigem que se leve em conta o clima de falta de liberdade e opressão existente no interior das fábricas, a vigilância patronal e a ação de agrupamentos que tudo fazem para impedir que o Partido venha a ser força hegemônica no seio da classe operária.

II – O Partido nas Universidades e nas Escolas

Podemos dizer que o Partido tem organizações em praticamente todas as universidades públicas, e em boa parte das particulares. São, no entanto, organizações pequenas ainda, com poucos militantes, concentradas em alguns cursos e escolas.

As dificuldades que encontramos, para a ampliação e consolidação das bases de estudantes nas universidades por suas particularidades, merecem atenção redobrada e de natureza variada: **Organizativa** – como reunir e fazer funcionar uma base com dezenas de membros; **Política** – pouco debate e estudo dos materiais do Partido e de nossa política; **Teórica** – insuficiente estudo e assimilação do marxismo-leninismo; **Ideológica** – necessidade de transformação profunda da concepção idealista de mundo adquirida na sociedade e que a universidade procura dar base de sustentação teórica.

Esse conjunto de fatores adversos tem sido o responsável pela flutuação dos militantes e, em grande parte, pelo seu afastamento do Partido após a conclusão dos cursos. As direções, em muitos estados e municípios não têm



a preocupação constante com os aspectos de deformação política e ideológica dos comunistas que atuam nas Universidades. O acompanhamento partidário tem sido falho e muitas vezes superficial, ocorrendo apenas nos momentos de Congressos, eleições nas entidades, ou quando surgem importantes lutas de massas. Essa prática leva ao isolamento das bases estudantis do conjunto do Partido, limita sua atividade, dificulta sua formação comunista.

Entendendo que os camaradas das Universidades estão presentes num setor importante, que tem jogado papel de relevo nas lutas anti-imperialistas e democráticas do nosso povo, devemos encontrar formas e meios que permitam sua maior inserção nas escolas e nos cursos, ampliem seus quadros e números de filiados para consolidar as nossas OBs.

Ao tratarmos das Universidades não devemos nos ater apenas aos estudantes. Professores e funcionários, que formam o corpo permanente dos trabalhadores nesses centros de ensino, merecem igual atenção do Partido. As bases que temos entre os professores são poucas e menores que as dos estudantes. O mesmo ocorre com os funcionários.

As direções regionais e municipais precisam dedicar maior atenção ao esforço de organizar bases nestes setores. Pela diversidade de interesses e papel específico que cada segmento desempenha, dentro da Universidade devem ser organizadas OBs para cada setor que se unifica organicamente através do Comitê de Empresa (da universidade).

Nos últimos anos, o Partido tem conseguido significativo crescimento entre os estudantes secundaristas. Indiscutivelmente a UJS tem representado correto instrumento de mobilização e organização dos jovens das escolas de grau médio, mas é a presença das Organizações de Base do Partido que deve assegurar a correta atuação tanto da UJS como dos comunistas que militam nessa área.

Os problemas de organização que apontamos entre os universitários existem em maior ou menor grau entre os secundaristas. Alguns dirigentes imaginam que quem deve enfrentá-los é a UJS, o que é um grave erro. Não levam em conta as características próprias da UJS e rebaixam o papel dirigente da organização partidária.

Entre os professores e funcionários das escolas de grau médio é maior a presença do Partido. É necessário reforçar sua organização criando

Comitê de Empresa nas grandes escolas para unificar a ação do Partido e potencializar nossa atividade nas organizações de massas correspondentes.

III – A Nossa Organização nos Bairros e Vilas

Na estruturação de OBs nos locais de moradia, o Partido tem maior experiência e sua rede é mais extensa.

Considerando que a maioria das filiações foram realizadas nos bairros e vilas, o nosso esforço deve ser de incorporá-las às bases existentes e formar novas onde não existam.

É uma tarefa complexa que não se resolve do dia para a noite. Exige a conjugação de um conjunto de medidas concretas: fazer chegar de forma permanente e assídua nossas publicações e nossos materiais de propaganda, visitas periódicas às suas casas, realização de reuniões amplas em locais que permitam a maior participação possível de filiados, debater temas vinculados aos seus interesses e aspirações, ciclos de conferências e palestras para a divulgação de nossa linha. Importante fator para a sua incorporação ao Partido é a participação nas lutas que se desenvolvem na área ou no município em torno dos problemas comunitários, daí o nosso empenho para que os filiados ingressem nas associações de moradores. Essas são algumas indicações que serão certamente acrescidas de muitas outras que a prática nos indicar.

No início de sua construção, a OB do local de moradia tende a congrega todos os filiados. No processo de sua ampliação com as novas filiações, deverá ser feita uma triagem, organizando os militantes por ramo de atividade profissional, e atuação de massas afins. Excepcionalmente pode haver a organização das mulheres, e da juventude, como seções de OB com a responsabilidade de implantação do trabalho nesses setores específicos. Num terceiro momento, de acordo com a estrutura organizativa do município ou Distrito, deve-se transferir os filiados, conforme for sua atividade específica, para as OBs de empresas, profissionais ou de escolas.

IV – Um Grande Partido entre os Assalariados Agrícolas e os Camponeses

É no campo, hoje, que se localiza a situação mais conflitiva na luta por mudanças estruturais na sociedade brasileira. Não raras vezes as lutas



têm tido um desfecho violento, com prisões, expulsão de posseiros e ocupantes das terras e assassinatos das lideranças.

A organização sindical dos assalariados e pequenos proprietários é ampla. Em termos numéricos constitui a maioria das entidades do movimento sindical nacional. Várias forças e correntes políticas procuram imprimir aos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais sua orientação e seus métodos de luta.

Em alguns estados, o Partido está se implantando no campo com boas Organizações de Base, com influência no movimento sindical e dirigentes capacitados. Mas ainda grande parte das Direções Regionais e Municipais dedica pouca atenção à construção do Partido no campo, não estuda a realidade e pouco compreende as transformações que estão se operando na zona rural.

Com a Campanha de Filiação, construímos o Partido em centenas de novos municípios. Em grande parte, esse crescimento deveu-se ao esforço de camponeses e dirigentes sindicais rurais.

Como organizar, dentro dos princípios estatutários, os melhores homens e mulheres do campo que ingressaram no Partido, é outro desafio que temos de enfrentar.

Nossa organização nessa área nem sempre pode restringir-se aos esquemas tradicionais de organização. Em geral são estruturadas por empresas, área de moradia ou trabalho. No entanto, pode surgir necessidade de uma OB congregar camaradas de mais de um município ou de atividades diferentes – camponeses e assalariados.

As secretarias de organização dos municípios e dos Regionais devem estudar as formas de organização que facilitem a participação dos filiados nas reuniões e na ação de massas que o Partido desenvolver.

Camaradas,

Por mais esforço, tempo e recursos materiais que exija a complexa tarefa de estruturar e consolidar as Organizações de Base, precisamos ter consciência de que só através desse processo funciona nossa organização. No presente, mais do que em qualquer outro período da vida do nosso Partido, ser direção concreta no terreno de organização significa concentrar todos os esforços nessa tarefa.

2 – Elevar o Nível Político e Ideológico dos Quadros e Militantes

O crescimento do Partido coloca na ordem do dia a necessidade de resolver, em escala ampliada, inúmeros problemas concretos de caráter organizativo, ideológico e de condução política. Nossa intervenção tende a abranger todos os campos: política geral, atividade nas entidades de massas, lutas econômicas e sociais. E, para que tal ocorra, é preciso elevar o nível de atuação e o funcionamento permanente das organizações partidárias.

A ação política do Partido está baseada e fundamentada na ciência marxista-leninista. Orienta-se pelos interesses supremos do proletariado que objetiva liquidar a sociedade de classes e construir a sociedade socialista. Com estes conceitos e princípios todos concordam, no entanto, muitas vezes só formalmente. É na condução da atividade prática, na ação concreta, que nos deparamos com a incompreensão sobre a importância da formação política e ideológica, do estudo sistemático não só da teoria marxista-leninista e dos documentos do Partido, mas igualmente da realidade objetiva sobre a qual atuamos e que precisamos transformar. Em contraposição ao método científico, utiliza-se ainda com frequência o empírico, o que reduz o campo de ação do Partido, limita seus objetivos, não lhe permite compreender os vínculos de cada atividade parcial com o desenvolvimento do processo geral da luta revolucionária.

O voluntarismo e o espontaneísmo, muitas vezes manifestados no planejamento e no encaminhamento das tarefas, refletem igualmente o descaço pela ação consciente, que deve estar calcada na realidade e corresponder ao nível de organização das massas e de nosso Partido.

O momento político que vivemos, a complexidade do seu desenvolvimento conjugado com o crescimento numérico, orgânico e político do Partido, exigem mais do que nunca que dediquemos grande atenção e recursos ao estudo e à formação de quadros.

O funcionamento regular dos organismos partidários, em todos os níveis, depende de uma correta condução por parte de seu núcleo dirigente. Este é o centro mobilizador e orientador do coletivo para a aplicação das políticas traçadas. A sua capacitação política e ideológica e sua disposição para a luta influenciam o conjunto dos militantes, dando-lhes



segurança e confiança sempre necessárias nas batalhas que travamos.

Necessitamos de bons quadros nas direções das Organizações de Base para que estas possam atuar com independência na sua área. A falta de núcleos dirigentes capacitados tem sido, na maioria dos casos, a causa principal da dispersão dos militantes, da ação ocasional da base e, fundamentalmente, da impossibilidade da incorporação dos novos filiados.

A consolidação das organizações partidárias, das bases aos órgãos dirigentes, pressupõe a existência de quadros e militantes com bom nível teórico e ideológico.

A formação política e ideológica dos militantes e quadros é um processo permanente na vida do Partido e deve sempre ter presente a necessidade objetiva gerada por suas atuações. Para que contemple essas finalidades deve ser corretamente planejada com prioridades e metas precisas.

Lênin, no artigo já citado, nos adverte: “Há tanta gente, e nos faltam homens: esta fórmula contraditória expressa há tempo as contradições da vida organizativa e as necessidades da socialdemocracia em matéria de organização. E esta contradição se destaca agora com uma força muito especial: frequentemente escutamos apaixonadas reclamações por novas forças e queixas sobre a escassez de forças nas organizações, ao mesmo tempo que em todas as partes inúmeras pessoas nos oferecem sua ajuda e forças jovens surgem constantemente, sobretudo na classe operária. O organizador prático que se queixa, nestas condições, da falta de homens se equivoca como se equivocava madame Roland, quando, em 1873, no momento culminante da grande revolução francesa, que escrevia que na França não tinha homens, que eram todos pigmeus. Aqueles que assim pensam não veem o bosque porque as árvores os impedem; reconhecem que lhes tiraram a visão, os acontecimentos, que em vez de dominar como revolucionários, com sua consciência e atividade, se deixam dominar e arrastar por eles. Semelhantes organizadores deveriam aposentar-se e dar espaço às forças jovens, cuja energia substitui amiúde com acréscimo o que lhes falta de experiência.”.

A formação no Partido não é elitista. Ao contrário, deve ser massiva. De sua abrangência e extensão depende o surgimento de novos e valorosos quadros que venham dar suas contribuições nos mais diversos campos de

nossa atividade. Neste particular aplica-se em sua totalidade uma das leis da dialética: a transformação quantitativa em qualitativa.

A utilização da imprensa partidária, as publicações dedicadas especificamente às frentes sindical, de mulheres e jovens, as palestras, os debates, os seminários e os cursos são as formas diretas de transmitir com profundidade a teoria marxista-leninista, as orientações programáticas, o estudo concreto da realidade objetiva, bem como a sistematização da experiência acumulada pela atividade partidária.

A história do movimento comunista é uma história de lutas de ideias, da negação de tudo que é retrógrado, reacionário, conservador. O novo não se afirma sem demolir as teorias que procuram justificar o domínio e a opressão que se abatem sobre as massas.

Além do funcionamento regular das organizações, **fator essencial à formação do militante**, é indispensável, para a elevação do nível teórico e ideológico dos membros do Partido, ampliar a difusão dos instrumentos de agitação e propaganda partidários e reforçar os cursos de capacitação.

“Sem teoria revolucionária não há ação revolucionária” (Lênin). Sem o estudo e a assimilação do marxismo-leninismo, o Partido não se consolida, pois o Partido é ação política de massas e organização leninista cimentadas pela teoria marxista.

3 – Melhorar os Métodos de Trabalho

Os métodos de trabalho e de direção não constituem aspectos secundários na vida partidária. Influem em toda a atividade do Partido, pois dizem respeito a como é orientado, organizado e dirigido o coletivo partidário em sua intervenção nas lutas políticas, econômicas e sociais.

Tais ou quais métodos empregados ajudam ou dificultam a ação dos militantes; podem ser fatores de dinamização de sua atividade ou de emperramento da máquina partidária.

Lênin sempre defendeu um método e estilo de trabalho revolucionário, dinâmico, renovador, totalmente avesso ao dogmatismo, ao conservadorismo e ao burocratismo. Eis o que diz Lênin: “Em tempos de guerra,



os recrutas devem obter seu adestramento diretamente nas operações militares. Utilizem, pois, com maior audácia os novos métodos de ensino, camaradas! Formem com maior energia novos grupos de luta, enviem-nos para o combate, recrutem mais operários jovens, ampliem os marcos habituais de todas as organizações do partido, desde os comitês até os grupos de fábrica, uniões sindicais e círculos de estudantes! Lembrem-se que cada atraso imputável a nós nestes assuntos favorece os inimigos da socialdemocracia, pois os novos córregos procuram com impaciência seu caminho, e se não encontram um canal socialdemocrata se precipitam para outro que não o seja. Lembrem-se de que todo passo prático do movimento revolucionário instruirá inevitável e indefectivelmente os jovens recrutas na ciência socialdemocrata, pois esta ciência se baseia na apreciação objetivamente correta das forças e tendências das distintas classes, e a revolução não é outra coisa que a destruição da antiga superestrutura e a ação independente de diferentes classes que tentam erguer. Extraíamos, pois, as conclusões: há que se ter em conta a existência de um movimento cem vezes mais forte que antes, o novo ritmo de trabalho, a atmosfera mais livre, maior amplitude do campo de ação. Necessitamos de um impulso muito diferente em todo o trabalho, é preciso deslocar o centro de gravidade do adestramento pacífico às ações de luta.”

O estágio de crescimento do nosso Partido exige, de forma categórica, que adaptemos os nossos métodos de direção às novas circunstâncias sob pena de desperdiçarmos os avanços quantitativos alcançados com a campanha de filiação.

O aspecto que presentemente exige maior atenção é como dirigir e orientar, em cada estado, um Partido com dezenas de Comitês Municipais, Distritais e centenas de Organizações de Base. Como evitar a dispersão política e ideológica? Como garantir a unidade de ação de seus milhares de membros?

Trata-se de aplicar corretamente métodos de direção que se completam e inter-relacionam, executar a direção geral, e simultaneamente a direção concreta.

A direção geral estabelece as linhas de atuação do Partido, as táticas correspondentes a cada frente de trabalho de acordo com a necessidade específica.

Os dirigentes se firmam perante o coletivo partidário e no seio do povo quando se mostram capazes de encontrar soluções corretas para os complexos problemas que a evolução da situação política e da luta de classes coloca a cada momento para o proletariado e as forças populares.

A omissão, desprezo ou falta de posição, frente aos acontecimentos marcantes que afetam o povo e a nação, rebaixam o papel dos dirigentes a meros espectadores e conduzem inevitavelmente ao reboquismo na ação política ou nas lutas das massas. Com o Partido legal, os dirigentes precisam estar presentes nas lutas mais importantes e nos atos significativos que se desenvolvem em sua área de atuação.

A elaboração da orientação geral é fundamental na atividade da direção, mas não garante a mobilização do coletivo partidário para a ação. Para que tal ocorra, torna-se necessário a direção concreta. Como levar para o conjunto partidário, e através dele para as amplas massas, nossas orientações e diretivas de ação?

A orientação geral precisa materializar-se em diretivas concretas. Cada secretário deve saber que medida tomar em sua frente específica visando a garantir a mobilização interna e externa para aplicar as decisões tomadas.

A descentralização das responsabilidades é o que garante de fato que a direção como um todo cumpra o seu papel. Precisamos, não raras vezes, atuar concomitantemente em várias frentes, estar presentes em várias lutas, congressos de entidades, eleições de diretorias de entidades populares etc. Como fazê-lo se a direção concreta estiver toda centralizada nas mãos de uns poucos dirigentes? A vida já demonstrou ser isso impossível.

Em todos os estados foram constituídos dezenas de Comitês Municipais e Distritais. Os dirigentes eleitos precisam com a máxima urgência dominar a nossa linha política e as particularidades de cada frente em que o Partido atua. Para tal, é muito importante o envio regular das orientações por correspondência. Mas, para que as direções conheçam realmente o Partido, cada secretário precisa descer aos organismos intermediários para transmitir-lhes a linha específica de sua frente: sindical, mulher, jovens, campo, além do político, organização e agitação e propaganda.



Esse método impede o espontaneísmo e o burocratismo no trabalho de direção, pois estabelece uma correta e permanente relação dos organismos superiores com os inferiores, entre os dirigentes e as bases.

Outro método correto de direção é dar maior autonomia aos organismos e militantes.

Um dos aspectos mais importantes do trabalho de direção é exatamente o de formar bons e capacitados dirigentes nos organismos existentes em sua área de atuação.

Uma vez transmitida a orientação, de forma viva e fundamentada, cada organismo deve ter autonomia na sua aplicação, elaborando os planos para a sua materialização.

Descer orientações muito detalhadas e tarefas especificadas castra o espírito de iniciativa dos dirigentes e militantes dos organismos inferiores, além de quase sempre cair numa visão burocrática da ação do Partido que não leva em conta a realidade viva e dinâmica em que este atua.

A última campanha de filiação nos deu um bom exemplo nesse sentido. As metas de filiação partiram de uma realidade concreta estabelecida de forma objetiva pela própria legislação eleitoral. Ao nível nacional, sabíamos que eram necessárias filiações em 20% dos municípios de cada estado. Cada Comitê Regional estabeleceu em quais municípios deveria fazer a filiação. Aos Comitês Municipais e Distritais coube definir precisamente onde e quantas pessoas filiar em cada área. Essa descentralização foi que, em grande parte, garantiu o êxito da campanha nos estados em que foi realizada.

A descentralização, autonomia e responsabilidade dos organismos e militantes não significam dispersão e anarquia na ação partidária. Os órgãos dirigentes devem exercer controle eficaz no cumprimento dos objetivos traçados, por organismo e frente de trabalho. Encontrar formas de generalizar as experiências que o Partido vai adquirindo na ação, criticar os erros e desvios que possam surgir. Enfim, exercer de forma concreta as suas funções de direção.

Evidentemente, os novos métodos de direção que precisamos adotar para consolidar a organização partidária e garantir o seu crescimento

permanente não se esgotam nos acima apontados. A dinâmica da vida e a riqueza de seu desenvolvimento apresentam, a cada momento, novos desafios que precisamos enfrentar de forma revolucionária contando com a nossa experiência prática, a base científica marxista-leninista e as orientações do nosso Partido.

4 – Sobre os Estatutos

Os Estatutos que apresentamos à consideração do 7º Congresso refletem a nova realidade do Partido e o direito, conquistado na luta, de reger-se legalmente de acordo com os princípios leninistas.

Em 1985, para obtermos o registro provisório, ainda nas condições da legislação autoritária, tivemos de adaptá-los às limitações vigentes. Conscientemente o fizemos, pois, naquele momento era fundamental a volta à legalidade, para ocuparmos o espaço que nos cabia no cenário político brasileiro.

Hoje, na Constituição que está sendo elaborada, foram aprovados dispositivos que garantem maior liberdade para o funcionamento e organização partidários. Elaboramos estes Estatutos abertamente de acordo com nossas normas partidárias tradicionais. Logo após a promulgação da Carta Magna, registraremos legalmente o texto aqui aprovado.

Os Estatutos fundamentam-se na concepção marxista-leninista de que o Partido é a vanguarda política da classe operária, seu Estado-Maior, que deve dirigi-la para a conquista do poder político. Eles dão forma à organização da estrutura partidária para assegurar uma correta e harmoniosa relação entre os vários níveis de organismos, e destes com os militantes.

Tratando dos interesses de classe do proletariado e de sua perspectiva futura, estabelecem os objetivos partidários a serem alcançados na primeira e na segunda etapa do processo revolucionário ao definir que: “Na presente etapa as tarefas principais do Partido Comunista do Brasil – PCdoB consistem em unir as mais amplas forças sociais e políticas para pôr fim ao sistema de dependência nacional, o domínio dos grupos monopolistas e o latifúndio e conquistar um governo de Democracia Popular, rumo ao socialismo.” .

Essa formulação corresponde aos objetivos programáticos do Partido e orienta a atividade dos militantes quanto ao seu caráter de classe, esta-



belecendo nítida diferenciação em relação aos demais partidos existentes.

Refletindo o sentido internacionalista da luta do proletariado e dos povos contra seus opressores comuns, o nosso Partido sempre deu grande importância aos acontecimentos na área internacional. Nossa presença tem sido ativa na solidariedade às lutas do proletariado contra o capital e dos povos em defesa da liberdade e da soberania nacional.

Particular importância damos ao processo da construção do socialismo. O PCdoB sempre foi trincheira segura contra toda forma de oportunismo, em particular à traição revisionista. A solidariedade à Albânia Socialista e a propaganda de seus êxitos ajudam os militantes e as massas a compreenderem o que é a real construção da nova sociedade, e desmascaram a propaganda antimarxista dos imperialistas e dos renegados tipo Gorbachev.

Os princípios do internacionalismo proletário incluídos nos nossos Estatutos mantêm a nossa tradição e servem de poderoso instrumento de educação para os militantes e as massas.

Nos Estatutos as relações internas entre os organismos e militantes orientam-se pelos princípios do centralismo democrático.

O centralismo democrático representou um salto de qualidade na história dos partidos proletários e tem sido a pedra de toque que os diferencia dos partidos oportunistas, socialdemocratas e revisionistas.

Ao estabelecer o centro único de direção, a subordinação do individual ao coletivo, da minoria à maioria e dos organismos inferiores aos superiores, apetrecha o Partido para enfrentar as batalhas da luta de classes.

O centralismo democrático garante igualmente a mais ampla participação dos quadros e militantes na vida interna do Partido. Este Congresso bem o demonstra. Foram realizadas milhares de reuniões desde as bases aos Comitês Regionais. A *Tribuna de Debates* publicou centenas de artigos. Em todas essas manifestações, foi garantida a mais ampla liberdade de opinião. Os documentos foram discutidos, analisados e votados. Muitas propostas e sugestões ajudaram na elaboração da política que está sendo aprovada. O Partido não impõe, educa seus membros, eleva seu nível teórico e ideológico para que possam cumprir seu papel de militantes de vanguarda.

Uma vez decididas no Congresso, a linha política e as orientações táticas transformam-se em lei interna que deve ser acatada e aplicada por todos, pois representa a vontade soberana do Partido e o esforço coletivo na sua elaboração.



Estatutos do Partido Comunista do Brasil

PCdoB

Fundado a 25 de março de 1922

Reestruturado a 18 de fevereiro de 1962

Registro Legal em maio de 1985

TÍTULO I

DO PARTIDO

CAPÍTULO I

DOS OBJETIVOS – EMBLEMA E SIGLA

Artigo 1º – O Partido Comunista do Brasil – PCdoB – é o Partido político da classe operária, sua vanguarda consciente e organizada, a sua mais elevada forma de organização. É a união voluntária e combativa dos comunistas e tem como objetivos finais o socialismo e a edificação da sociedade comunista. O Partido Comunista do Brasil educa seus membros no espírito do internacionalismo proletário e da solidariedade internacional dos trabalhadores de todos os países. Para cumprir, no interesse da classe operária e das massas exploradas e oprimidas, o seu Programa e atingir seus objetivos, o PCdoB guia-se pela teoria científica elaborada por Marx e Engels e desenvolvida por Lênin e Stálin. Na presente etapa as tarefas principais do Partido Comunista do Brasil consistem em unir as mais amplas forças sociais e políticas para pôr fim ao sistema de dependência nacional, ao domínio da grande burguesia ligada ao capital estrangeiro e do latifúndio, e conquistar um regime democrático e popular rumo ao socialismo.

Artigo 2º – O Partido Comunista do Brasil – PCdoB – se rege por uma disciplina consciente, livremente aceita e obrigatória para todos os seus membros;

Artigo 3º – O emblema do Partido Comunista do Brasil – PCdoB – é constituído pela representação de uma foice e um martelo cruzados, no



campo de um círculo, acima da legenda inscrita em quarto de coroa: PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL;

Artigo 4º – Desde sua reestruturação em 18 de fevereiro de 1962 o Partido Comunista do Brasil adota a sigla PCdoB;

Artigo 5º – O Partido Comunista do Brasil – PCdoB – defende o regime representativo e democrático, a soberania nacional, o pluralismo partidário e os direitos fundamentais da pessoa humana;

Artigo 6º – Para os efeitos legais, a sede do Partido Comunista do Brasil – PCdoB – será no Distrito Federal em Brasília.

CAPÍTULO II

DOS MEMBROS E DA FILIAÇÃO PARTIDÁRIA

Artigo 7º – Membro do Partido é todo aquele que, sendo maior de 18 (dezoito) anos, aceita seu Programa e os seus Estatutos, cumpre suas decisões, atua em um dos seus organismos e paga regularmente as contribuições estabelecidas;

Parágrafo único – A critério da Organização de Base, poderão, em caráter excepcional, filiar-se ao Partido maiores de 16 (dezesseis) anos;

Artigo 8º – A filiação ao Partido é individual e voluntária e se faz através de uma de suas organizações. A proposta de admissão, aprovada, será comunicada à organização imediatamente superior;

Artigo 9º – Considera-se automaticamente desligado do Partido todo membro que durante um ano deixe, sem razões justificadas, de participar de reuniões partidárias, de sua atividade política, de aplicar as decisões do Partido, de pagar as contribuições ou de manter qualquer vínculo com o Partido. Antes de vencer o prazo estabelecido, a organização a que pertença o militante deve chamá-lo para cumprir suas obrigações e, caso persista em sua atitude, desligá-lo de suas fileiras.

CAPÍTULO III

DOS DEVERES E DIREITOS

Artigo 10 – São deveres dos membros do Partido:

a) Salvar, por todos os meios, a unidade do Partido como condição principal de sua força;

b) Trabalhar constantemente para elevar o próprio nível político e ideológico e assimilar os princípios do marxismo-leninismo;

c) Manter estreita ligação com as massas e dedicar-se à defesa de suas reivindicações;

d) Pertencer ao sindicato de sua profissão ou entidade de massa relacionada com seu trabalho, atividade ou moradia respeitando as decisões democráticas que ali se tomem e concorrendo, por todas as formas possíveis, para o fortalecimento e desenvolvimento da entidade;

e) Observar a disciplina do Partido, igualmente obrigatória para todos os seus membros, independentemente de seus méritos ou dos cargos que ocupem;

f) Ser sincero e honesto para com o Partido, não permitir que se oculte ou desvirtue a verdade;

g) Desenvolver a crítica e a autocrítica, apontar os defeitos no trabalho do Partido, lutar contra os erros e debilidades e tudo fazer para eliminá-las;

h) Manifestar solidariedade às vítimas de perseguições políticas, por motivos ligados à luta democrática, popular ou socialista;

i) Hipotecar plena solidariedade à luta dos trabalhadores e povos por sua independência nacional e por sua emancipação social;

j) Pagar as mensalidades na forma estipulada pela Comissão Executiva Nacional;

l) Recrutar novos membros para as fileiras do Partido;



m) Desenvolver a propaganda das ideias, dos documentos, materiais e propostas do Partido.

Artigo 11 – São direitos dos membros do Partido:

a) Eleger e ser eleito para os órgãos dirigentes do Partido em todos os escalões;

b) Participar das discussões, de forma livre e responsável, acerca dos problemas teóricos, políticos e práticos da vida partidária, acatando as decisões da maioria;

c) Manter suas opiniões, se divergentes, e defendê-las quando a discussão sobre o assunto for reaberta, sem deixar de cumprir as decisões de que diverja;

d) Exigir sua participação pessoal sempre que se trate de resolver sobre sua posição ou conduta;

e) Apelar de decisão disciplinar a seu respeito para os órgãos superiores, inclusive o Congresso Nacional;

f) Encaminhar, através de seu organismo, sugestões e propostas a quaisquer das sucessivas instâncias partidárias.

CAPÍTULO IV

DA DISCIPLINA PARTIDÁRIA

Artigo 12 – O Partido defende sua unidade política e de ação através da disciplina consciente de seus membros, não permitindo atividade desagregadora em seu seio.

Artigo 13 – Qualquer membro do Partido que violar a disciplina partidária, infringir os princípios programáticos ou atacar sua linha política sofrerá, segundo a gravidade da falta, uma das seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Censura interna;
- c) Censura pública;
- d) Destituição dos cargos;

- e) Afastamento do Partido;
- f) Expulsão do Partido.

Parágrafo 1º – Será assegurado ao infrator amplo direito de defesa e sua participação na reunião que decidir a respeito das sanções a serem aplicadas;

Parágrafo 2º – As medidas disciplinares têm, sobretudo, caráter educativo e de preservação da unidade e integridade partidária. Serão aprovadas pela maioria dos membros do organismo a que pertença o filiado ou, em caso da omissão deste, pelo organismo imediatamente superior;

Parágrafo 3º – A expulsão do membro do Partido deverá ser ratificada pelo órgão dirigente imediatamente superior à organização que tomou a medida. No caso de membros do Comitê Central, a decisão só poderá ser tomada por 2/3 (dois terços) dos votos deste órgão dirigente.

Artigo 14 – As medidas disciplinares aplicáveis a uma organização do Partido são as seguintes:

- a) Advertência;
- b) Reorganização da direção;
- c) Dissolução do organismo.

Parágrafo único – Estas sanções serão adotadas por maioria de votos do órgão imediatamente superior.

Artigo 15 – O membro ou organização do Partido que julgue injusta a medida disciplinar pode pedir sua reconsideração, ou ainda apelar para os organismos superiores do Partido, inclusive o Congresso do Partido;

TÍTULO II

DOS ÓRGÃOS DO PARTIDO, SUA COMPETÊNCIA E FUNCIONAMENTO

CAPÍTULO I

DO CENTRALISMO DEMOCRÁTICO



Artigo 16 – O princípio diretor em que se baseia a estrutura orgânica do Partido é o centralismo democrático, que significa:

a) Eleição de todos os órgãos dirigentes do Partido, de baixo para cima;

b) Prestação de contas periódicas dos organismos dirigentes do Partido ante as respectivas organizações que os elegeram;

c) Disciplina rigorosa no Partido e submissão da minoria à maioria;

d) Caráter estritamente obrigatório das decisões dos organismos superiores para os organismos inferiores.

Artigo 17 – Os organismos do Partido trabalham segundo o princípio da direção coletiva. Todos os órgãos dirigentes devem discutir e decidir coletivamente os problemas que se colocam diante do Partido, as tarefas e os planos de trabalho. O princípio da direção coletiva não elimina a responsabilidade individual.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA

Artigo 18 – O Partido é organizado à base de território, de local de trabalho, de moradia e de estudo.

Artigo 19 – Para fins de organização do Partido será obedecida a divisão territorial do país: Estado, Território, Distrito Federal e Municípios.

Parágrafo único – Nos Municípios de grande população, em que existirem numerosas Organizações de Base e de militantes poderão ser criados Comitês Distritais.

Artigo 20 – Todas as organizações do Partido são autônomas no que se refere à decisão das questões locais, desde que estas decisões não contrariem a linha de orientação do Partido.

CAPÍTULO III

DOS ÓRGÃOS DO PARTIDO

Artigo 21 – São órgãos do Partido:

- a) O Congresso Nacional;
- b) A Conferência Nacional;
- c) As Conferências Regionais, Municipais e Distritais;
- d) As Assembleias das Organizações de Base.

Parágrafo único – Os Comitês poderão, para facilitar e agilizar sua atividade, criar Comissões auxiliares que terão sua ação restrita à área do respectivo Comitê.

CAPÍTULO IV

DOS ORGANISMOS SUPERIORES DO PARTIDO

Artigo 22 – O organismo supremo do Partido Comunista do Brasil – PCdoB – é o Congresso do Partido. Este deve reunir-se ordinariamente, de cinco em cinco anos, convocado pelo Comitê Central.

Artigo 23 – Compete ao Congresso:

- a) Discutir e votar os informes do Comitê Central do Partido e orientações sobre questões essenciais surgidas no curso da luta;
- b) Rever e modificar o Programa e os Estatutos do Partido;
- c) Determinar a linha tática do Partido sobre as questões fundamentais da atualidade política;
- d) Estabelecer o número de membros e eleger o Comitê Central do Partido.

Artigo 24 – Podem realizar-se Congressos extraordinários do Partido, por iniciativa do Comitê Central.



Artigo 25 – O Congresso do Partido é constituído pelos delegados eleitos nas Conferências Regionais – o número de delegados de cada Região depende do número de membros reunidos nas Assembleias de Base. O Comitê Central fixa as normas dessa representação. O Congresso decide a respeito da ordem do dia e elege seus organismos dirigentes. A direção do Congresso, na duração deste, exerce as funções de Comitê Central.

Parágrafo único – Os membros do Comitê Central, não eleitos delegados, participam do Congresso sem direito a voto.

Artigo 26 – O Congresso do Partido é considerado convocado com a publicação pelo Comitê Central, nos órgãos de imprensa partidária, dos documentos e temas básicos que deverão ser discutidos em todos os organismos partidários.

Artigo 27 – As decisões do Congresso são válidas e obrigatórias para todo o Partido e não podem ser modificadas, substituídas ou revogadas senão por outro Congresso. Todos os membros e organizações do Partido são obrigados a reconhecer a autoridade das decisões do Congresso e a direção do Partido eleita pelo mesmo.

Artigo 28 – O Comitê Central é o organismo dirigente máximo do Partido entre dois Congressos. É eleito pelo Congresso e constituído de militantes que tenham pelo menos cinco anos consecutivos de atividade partidária.

Parágrafo único – As vagas abertas no Comitê Central serão preenchidas pelos suplentes do Comitê Central eleitos pelo Congresso obedecendo-se a ordem estabelecida pela eleição.

Artigo 29 – Compete ao Comitê Central:

a) Eleger, dentre os seus membros, a Comissão Executiva Nacional e, quando julgar necessário, o Secretariado;

b) Convocar o Congresso do Partido e fixar as normas para seu funcionamento;

c) Reunir-se ordinariamente a cada quatro meses e extraordinariamente quando convocado pela Comissão Executiva Nacional ou pela maioria dos seus membros efetivos;

d) Traçar a orientação partidária de âmbito nacional a ser seguida pelos demais órgãos partidários e seus representantes;

e) Promover, junto aos órgãos competentes, o registro dos Estatutos e do Programa, bem como das alterações aprovadas no Congresso Nacional do Partido;

f) Decidir sobre todas as medidas concernentes a eleições em âmbito nacional, promover coligações e o registro dos respectivos candidatos. Aprovar os nomes dos candidatos em todas as instâncias indicadas pelos respectivos Comitês;

g) Dirigir a bancada parlamentar federal do Partido e decidir suas lideranças;

h) Fazer o controle dos Comitês Regionais e exercer ação disciplinar sobre os mesmos e, na omissão destes, dos Municipais e Distritais, decidindo sobre sua dissolução, intervenção e reorganização, para manter a integridade partidária;

i) Julgar os recursos que lhe sejam interpostos de atos da Comissão Executiva Nacional ou de Comitês Regionais;

j) Orientar e controlar a imprensa nacional do Partido. Nomear e substituir os responsáveis pelos órgãos centrais da imprensa do Partido;

l) Estipular, anualmente, por proposta da Comissão Executiva, as quotas de contribuição dos Comitês Regionais ao Comitê Central;

m) Administrar o patrimônio social, adquirir, alienar, arrendar ou hipotecar bens, bem como receber doações;

n) Manter a escrituração da receita e despesa em livros de contabilidade de acordo com a legislação em vigor.

Artigo 30 – A Conferência Nacional do Partido é convocada pelo Comitê Central no período entre dois Congressos, sempre que o Comitê Central julgue necessário.

Artigo 31 – A Conferência Nacional é constituída pelos membros do Comitê Central e por delegados eleitos pelos Comitês Regionais, segundo



as normas que o Comitê Central estabelecer.

Artigo 32 – As resoluções da Conferência Nacional, para que sejam válidas e obrigatórias para todo o Partido, devem ser ratificadas pelo Comitê Central.

Artigo 33 – Em casos excepcionais, quando o Congresso não puder reunir-se, a Conferência Nacional poderá tomar decisões válidas em lugar do Congresso do Partido.

Parágrafo único – Nestes casos, não se aplicam o disposto no artigo anterior.

CAPÍTULO V

DOS ORGANISMOS DIRIGENTES REGIONAIS DO PARTIDO

Artigo 34 – O Organismo superior da organização do Partido nos Estados, Territórios e no Distrito Federal é a Conferência Regional.

Artigo 35 – A Conferência Regional é constituída, segundo as normas que o Comitê Central estabelecer, por delegados eleitos nas Conferências Municipais, Distritais onde não houver Comitê Municipal ou Assembleias das Organizações de Base diretamente subordinadas ao Comitê Regional.

Parágrafo único – Os membros do Comitê Regional, não eleitos delegados, participam da Conferência sem direito a voto.

Artigo 36 – A Conferência Regional é convocada ordinariamente pelo Comitê Regional a cada dois anos e meio para eleger o Comitê Regional e discutir os assuntos constantes da ordem do dia.

Artigo 37 – A Conferência Regional pode ser convocada extraordinariamente pelo Comitê Central ou pelo Comitê Regional.

Artigo 38 – Compete à Conferência Regional:

a) Analisar a situação política no âmbito da região, estabelecer as diretrizes de ação partidária de acordo com a orientação dos Congressos e do Comitê Central do Partido;

b) Tomar conhecimento e decidir sobre recursos contra atos do Comitê Regional ou Distrital;

c) Estabelecer o número de membros e eleger o Comitê Regional. O número de delegados ao Congresso e os respectivos suplentes obedecerão à proporcionalidade estabelecida pelo Comitê Central.

Artigo 39 – O Comitê Regional, eleito pela Conferência Regional, dirige a atividade de todas as organizações do Partido existentes no território sob sua jurisdição. Seu mandato tem, em regra, a duração de dois anos e meio.

Artigo 40 – Ao Comitê Regional compete:

a) Eleger, dentre os seus membros, a Comissão executiva Regional e, quando julgar necessário, o seu secretariado, para cuidar do trabalho permanente de direção entre uma e outra reunião do Comitê Regional;

b) Convocar a Conferência Regional;

c) Fazer aplicar as decisões dos órgãos superiores do Partido e da Conferência Regional, orientando nesse sentido a ação dos filiados e dos demais Diretórios do Partido na região;

d) Traçar a orientação política de âmbito regional a ser seguida pelos demais órgãos partidários;

e) Promover o registro dos candidatos aos postos eletivos do Estado e do Congresso Nacional;

f) Fiscalizar as eleições que se realizarem no Estado;

g) Dirigir a bancada parlamentar estadual e, nas Capitais dos Estados, as bancadas de Vereadores, bem como decidir sobre suas lideranças;

h) Decidir sobre coligação com outros Partidos para as eleições estaduais, *ad referendum* do Comitê Central;

i) Indicar candidatos aos postos eletivos, executivos e legislati-



vos no Estado, e ao Congresso Nacional, submetendo as indicações à aprovação do Comitê Central;

j) Julgar os recursos interpostos a decisões da Comissão Executiva Regional;

l) Fazer o controle da atividade dos Comitês Municipais e exercer ação disciplinar sobre os mesmos e, na omissão destes, dos Comitês Distritais, decidindo sobre sua dissolução, intervenção e reorganização, para manter a integridade partidária;

m) Constituir, por proposta da Comissão Executiva Regional, Departamentos e Comissões que facilitem a ação política de seus filiados junto à população;

n) Receber doações de acordo com a legislação em vigor;

o) Manter a escrituração de sua receita e despesa em livros de contabilidade;

p) Enviar regularmente contribuições ao Comitê Central.

CAPÍTULO VI

DOS ORGANISMOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DO PARTIDO

Artigo 41 – O organismo superior da organização do Partido no Município é a Conferência Municipal.

Artigo 42 – A Conferência Municipal é constituída segundo as normas que o Comitê Regional decidir, por delegados eleitos nas Organizações de Base, e, quando houver, pelas Conferências Distritais.

Artigo 43 – A Conferência Municipal é convocada ordinariamente pelo Comitê Municipal a cada dois anos e meio para eleger o Comitê Municipal e discutir os assuntos constantes da ordem do dia.

Artigo 44 – A Conferência Municipal pode ser convocada extraordinariamente pelo Comitê Central, pelo Comitê Regional e pelo Comitê Municipal.

Artigo 45 – À Conferência Municipal compete:

- a) Estabelecer as diretrizes de ação partidária de acordo com a orientação dos órgãos superiores do Partido e das resoluções do Congresso;
- b) Tomar conhecimento e decidir dos recursos contra atos do Comitê Municipal, Distrital ou de Organização de Base;
- c) Estabelecer o número de membros do Comitê Municipal e elegê-lo. Eleger os delegados à Conferência Regional e os respectivos suplentes. O número de delegados obedecerá à proporcionalidade estabelecida pelo Comitê Regional.

Artigo 46 – O Comitê Municipal, eleito pela Conferência Municipal, dirige a atividade de todas as organizações do Partido existentes no âmbito de sua jurisdição. Seu mandato tem, em regra, a duração de dois anos e meio.

Artigo 47 – O Comitê Municipal elege, dentre os seus membros, uma Comissão Executiva Municipal ou um secretariado para cuidar do trabalho permanente da Direção entre uma e outra reunião do Comitê Municipal.

Artigo 48 – Ao Comitê Municipal compete:

- a) Convocar a Conferência Municipal;
- b) Fazer aplicar as decisões da Conferência municipal e dos órgãos superiores do Partido na área de sua jurisdição;
- c) Traçar a orientação política de âmbito municipal a ser seguida pelos demais órgãos partidários e seus representantes;
- d) Promover o registro, perante o Juiz Eleitoral da respectiva Zona, dos candidatos aos postos eletivos municipais;
- e) Fiscalizar as eleições que se realizarem no Município;
- f) Decidir sobre coligação com outros partidos para as eleições municipais *ad referendum* do Comitê Regional;
- g) Indicar ao Comitê Regional os candidatos aos postos eletivos do Município;



h) Dirigir a bancada de vereadores e decidir de suas lideranças;

i) Fazer o controle da atividade dos Comitês Distritais e exercer ação disciplinar sobre os mesmos e, na ausência ou omissão destes, das Organizações de Base, decidindo sobre sua dissolução, intervenção e reorganização, para manter a integridade partidária;

j) Julgar os recursos interpostos a decisões da Comissão Executiva Municipal;

l) Constituir, por proposta da Comissão Executiva Municipal, Departamento e Comissões que facilitem a ação política de seus filiados junto à população;

m) Receber doações de acordo com a legislação em vigor;

n) Enviar, regularmente, contribuições aos órgãos Superiores.

CAPÍTULO VII

DOS ORGANISMOS DIRIGENTES DISTRITAIS DO PARTIDO

Artigo 49 – O organismo superior da organização do Partido no Distrito é a Conferência Distrital.

Artigo 50 – A Conferência Distrital é convocada ordinariamente ou extraordinariamente pelo Comitê Distrital ou pelo Comitê Regional a cada dois anos e meio para eleger o Comitê Distrital e discutir os assuntos da ordem do dia.

Artigo 51 – A Conferência Distrital é constituída pelos delegados eleitos pelas Organizações de Base de acordo com as normas estabelecidas pelo Comitê Municipal.

Artigo 52 – À Conferência Distrital compete:

a) Estabelecer as diretrizes de ação partidária de acordo com a orientação dos órgãos superiores do Partido e das resoluções do Congresso;

b) Tomar conhecimento e decidir dos recursos contra atos do Comitê Distrital ou de Organização de Base;

c) Estabelecer o número de membros do Comitê Distrital e elegê-lo. Eleger os delegados e os respectivos suplentes à Conferência Municipal ou Regional conforme o organismo superior a que estiver ligada. O número de delegados obedecerá à proporcionalidade estabelecida pelo Comitê Municipal ou Regional.

Artigo 53 – Os Comitês Distritais são órgãos intermediários entre o Comitê Municipal ou Regional e a Organização de Base.

Artigo 54 – A criação ou dissolução do Comitê Distrital é de competência do Comitê Municipal ou do Comitê Regional, de acordo com sua política organizativa e as necessidades de ampliação da ação política.

Artigo 55 – O Comitê Distrital dirige as Organizações de Base em sua área de atuação, orientando-as para a aplicação das decisões dos organismos superiores, a formação ideológica dos militantes, a ação junto às entidades de massas e a filiação permanente de novos membros.

Artigo 56 – O Comitê Distrital elege, dentre os membros, a Comissão Executiva e, quando necessário, o seu secretariado responsável pela condução permanente do trabalho de direção.

Artigo 57 – O Comitê Distrital recebe contribuições das Organizações de Base sob sua responsabilidade e envia regularmente uma quota aos órgãos Superiores.

CAPÍTULO VIII

DAS ORGANIZAÇÕES DE BASE

Artigo 58 – As organizações de Base são os alicerces do Partido e são constituídas onde houver 3 (três) ou mais membros filiados ao Partido.

Artigo 59 – As Organizações de Base poderão ser estruturadas por base territorial, local de trabalho, de moradia ou de estudo.

Artigo 60 – Compete às Organizações de Base:

a) Organizar os membros do Partido em sua área de atuação;



b) Fixar e receber as contribuições mensais de seus membros, de acordo com as normas estipuladas pela Comissão Executiva Nacional;

c) Enviar regularmente contribuições aos órgãos Superiores;

d) Desenvolver a propaganda das ideias, dos documentos, materiais e propostas do Partido;

e) Contribuir para a elevação do nível político e cultural da população através de atividades afins;

f) Divulgar e aplicar a política do Partido, assim como recolher junto à população subsídios para a formulação dos programas de ação e da linha política;

g) Manter estreita ligação com as massas e defender seus interesses;

h) Apoiar a atividade das entidades não partidárias orientando seus membros nesse sentido;

i) Desenvolver permanente campanha de filiação de novos membros para o Partido;

j) Difundir entre seus membros a prática do estudo sistemático da realidade brasileira e do socialismo científico;

l) Zelar pela unidade do Partido, não permitindo em seu seio atividade desagregadora.

Artigo 61 – Para coordenar sua atividade, a Organização de Base deverá eleger entre seus membros um Secretariado.

Parágrafo 1º – A eleição do Secretariado da Organização de Base se fará em Assembleia Geral de seus militantes.

Parágrafo 2º – O número de membros do secretariado e suas funções serão fixados pela Assembleia que o eleger.

Artigo 62 – Nas Organizações de Base de local de trabalho, sempre

que for necessário, podem ser criadas seções da Organização de Base a critério do organismo imediatamente superior.

Artigo 63 – Nas grandes empresas, fábricas etc., podem ser criados, pelo Comitê Municipal ou Comitê Regional, Comitês de Empresa que a ele ficarão ligados. Neste caso, as seções das Organizações de Base passam a gozar dos direitos de uma Organização de Base do Partido.

Parágrafo único – Nas grandes empresas que tenham âmbito nacional o Comitê Central poderá criar Comitês, que ficarão a ele diretamente ligados, para dirigir e coordenar o trabalho partidário.

CAPÍTULO IX

DAS FRAÇÕES DO PARTIDO NAS ENTIDADES DE MASSAS

Artigo 64 – Para conduzir o trabalho nas entidades de massas e nos órgãos legislativos em que o Partido tenha presença funcionarão as frações integradas pelos comunistas que ali atuam.

Artigo 65 – As Frações do Partido e suas coordenações, conforme o âmbito das organizações de massas ou dos órgãos legislativos em que atuem, ficarão sob a direção e o controle dos Comitês correspondentes do Partido e, em todos os assuntos, deverão aplicar as decisões por estes adotadas.

Artigo 66 – Cada fração terá uma direção designada pelo Comitê do Partido que a dirige.

Parágrafo único – A Fração não equivale a uma Organização de Base do Partido. Seus membros participarão e atuarão, obrigatoriamente, nas Organizações de Bases de sua empresa, escola ou local de moradia.

CAPÍTULO X

DO INSTITUTO DE ESTUDOS POLÍTICOS, ECONÔMICOS E SOCIAIS

Artigo 67 – É criado o Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais Maurício Grabois, órgão de Cooperação do Partido Comunista do



Brasil, com o objetivo de:

a) Realizar estudos e pesquisas sobre os problemas econômicos, sociais, políticos e culturais da realidade brasileira;

b) Contribuir para a elaboração de matéria básica para os cursos de formação e atualização política;

c) Organizar temas para ciclo de estudos, fórum de debates, conferências, seminários e simpósios;

d) Assessorar, quando solicitado, a direção do Partido e as bancadas parlamentares no desempenho de suas atribuições.

Artigo 68 – O Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais Maurício Grabois tem sua sede e domicílio jurídico na Capital do Estado de São Paulo, sendo sua duração por tempo indeterminado.

Parágrafo 1º – Para a realização de seus objetivos, o Instituto poderá celebrar convênios ou contratos com terceiros.

Parágrafo 2º – Os membros da direção e administração do Instituto serão designados pela Comissão Executiva Nacional, no âmbito nacional, e, nos Estados e Municípios, pelas respectivas Comissões Executivas, por tempo coincidente com o mandato da Comissão Executiva que os designou.

TÍTULO III

DO ACERVO PATRIMONIAL E DA ORGANIZAÇÃO CONTÁBIL DO PARTIDO

CAPÍTULO I

DO PATRIMÔNIO DO PARTIDO

Artigo 69 – O Patrimônio do Partido será constituído por:

a) Contribuições dos filiados;

b) Contribuição dos que estiverem no exercício de cargos eletivos;

- c) Campanhas financeiras realizadas pelo Partido;
- d) Recursos do Fundo Partidário;
- e) Renda patrimonial;
- f) Doações e legados;
- g) Bens móveis, imóveis de sua propriedade.

Parágrafo 1º – As contribuições a que se refere a alínea “b” serão fixadas pelo Comitê Central.

Parágrafo 2º – O Comitê Central elaborará um regulamento financeiro que estipulará as quotas que caberão aos demais Diretórios do montante arrecadado de acordo com as alíneas “b” e “d”.

Artigo 70 – Os membros do Partido não responderão subsidiariamente pelas obrigações contraídas em nome da Organização partidária.

CAPÍTULO II

DA CONTABILIDADE

Artigo 71 – Os Comitês manterão escrituração de sua receita e despesa, precisando a origem daquela e aplicação desta, e em livros próprios, de acordo com a legislação em vigor.

Artigo 72 – Elaborar-se-ão balancetes mensais e anualmente, balanços gerais, para serem submetidos ao exame e à apreciação dos respectivos Comitês.

Parágrafo único – O Partido prestará contas anualmente ao Tribunal de Contas da União da aplicação dos recursos do Fundo Partidário, devendo a respectiva documentação ser remetida àquele órgão por intermédio da Comissão Executiva Nacional. As contas que não sejam do Fundo Partidário serão remetidas à justiça eleitoral, nos termos da lei.



TÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Artigo 73 – Os presentes Estatutos entrarão em vigor após a promulgação da Constituição. Até então continuarão a ser aplicados os Estatutos Registrados no Tribunal Superior Eleitoral em 1985.

Organizar e elevar a luta de ideias a um novo patamar

Rogério Lustosa

1 – Por que fazer propaganda e agitação

O proletariado enfrenta atualmente uma campanha anticomunista de proporções gigantescas. Através de meios de comunicação poderosíssimos, e com especialistas altamente qualificados, a burguesia internacional desencadeia uma ofensiva furiosa contra o socialismo científico. Difunde a falsa ideia de que o pensamento moderno superou o marxismo. Afirma que a revolução saiu de moda e que o Partido leninista virou peça de museu.

Em consonância com esta empreitada, os revisionistas colocam em cartaz a sua última invenção, a “Perestroika”, anunciada aos quatro ventos como uma revolução nas concepções e na prática socialistas.

Enquanto a classe dominante investe frontalmente contra as ideias revolucionárias, seus agentes infiltrados no movimento operário tratam de deformá-las e torná-las inúteis para o combate.

As massas populares são empurradas para a luta pelo agravamento acelerado de suas condições de vida sob a exploração capitalista. Mas, confundidas pelo emaranhado de falsas alternativas que lhes são apresentadas pela burguesia e as correntes oportunistas, ainda não têm uma perspectiva clara de mudanças radicais na sociedade. Nas ruas, nos locais de trabalho, nas atividades de lazer, por todo lado, o cidadão é achacado pelas mensagens enganosas das classes dominantes, pelos modismos da pequena burguesia e pelas tergiversações dos oportunistas de vários matizes, a soldo da burguesia.

Vale destacar que os militantes do Partido não estão imunes a este bombardeio. A cada momento se defrontam com os apelos ou, de acordo com as circunstâncias, com as ameaças dos poderosos. Este fato chama a



nossa atenção particularmente agora, quando mais de cem mil combatentes estão em nossas fileiras, cheios de entusiasmo, mas, na maioria, com pouca experiência e dando os primeiros passos na assimilação da teoria científica do proletariado.

Diante deste quadro, merece um cuidado redobrado a atividade de agitação e propaganda da teoria marxista-leninista e da política revolucionária do Partido.

A luta de ideias tornou-se uma das mais complexas formas da luta de classes, pela variedade dos meios utilizados e pela multiplicidade de disfarces com que as concepções da burguesia e de seus agentes se apresentam. É tarefa de primeira ordem denunciar cada manifestação da opressão capitalista, em todos os aspectos da vida, e rebater intransigentemente as falsas soluções com que os dominantes tentam desviar as massas da revolução.

Só com ampla difusão de conhecimentos políticos é possível elevar as manifestações de protesto popular, que explodem por todo lado, a um novo patamar. Marx assinalava que “a força material deve ser dominada pela força material, mas a teoria transforma-se, ela também, em força material, quando penetra nas massas.” A teoria revolucionária é que permite transformar a resistência instintiva dos trabalhadores à exploração em movimento revolucionário.

2 – Onde Reside a Força da Propaganda Revolucionária

Muitos camaradas se perguntarão como enfrentar o gigantesco arsenal de propaganda dos donos do poder. Especialmente quando se percebe que a monopolização do capital se refletiu também nos meios de comunicação. E que a tecnologia mais moderna – satélites artificiais, computadores eletrônicos, raios laser – é mobilizada para impor o modo de pensar capitalista. Mas se os canhões são de alta potência, devemos notar que a munição é, em sua essência, débil. Embora repetidas milhares de vezes, com as embalagens mais atraentes, as ideias burguesas entram em contradição com a realidade do trabalhador, explorado cada dia de forma mais brutal.

Em contrapartida, é exatamente aí que reside a força do pensamento revolucionário. As ideias e a política marxista-leninistas correspondem, objetivamente, às necessidades das massas oprimidas. É este o alicerce fundamental da nossa agitação e propaganda. Embora não se possa subestimar

a importância da base material, a batalha ideológica não será decidida no terreno da competição capitalista. Devemos, sempre que possível, procurar os meios mais modernos para nosso trabalho, mas sabendo que não estão neles e sim no conteúdo de nossos argumentos a chave para conquistar e mobilizar os trabalhadores.

3 – Muita Criatividade

Para que o povo assimile as novas ideias, impõe-se que o Partido estabeleça com ele laços estreitos. E que conheça em profundidade a realidade. Não se pode convencer o trabalhador sem ligar a teoria com os problemas concretos da vida. Não existe receita de agitação e propaganda. De acordo com a situação e de acordo com o público a que se destina é que são definidos os instrumentos, a abordagem e a linguagem adequadas. Se a nossa política é uma só, as formas de agitação e propaganda são muito variadas e particularizadas.

Não se pode ter êxito nesta atividade com um comportamento esquemático. O jornal do Partido, por exemplo, é um instrumento de grande valia. Mas é preciso reconhecer que determinadas camadas de trabalhadores têm dificuldade até de leitura. Pode ser que para estes seja necessário elaborar um folheto, mais simples, mais direto. Ou talvez uma cartilha ou um mural, com muitas ilustrações e poucas frases. E, se for possível, recorrer ao videocassete. “A arte de cada propagandista, de cada agitador” – diz Lênin – “consiste em saber influenciar do melhor modo um dado auditório, fazendo com que a verdade seja mais acessível, mais visual e mais memorizável para este.”

Aqui, vale advertir, é preciso muita iniciativa, mas não se pode cair no rebaixamento da teoria ou das denúncias. Se é fundamental partir do nível de consciência das massas, isto não significa abdicar do papel de vanguarda dos comunistas, que é o de elevar a compreensão dos trabalhadores e não prostrar-se diante da espontaneidade. A preocupação justa de simplificar o vocabulário não pode conduzir à simplificação da própria ciência social.

Neste sentido, é indispensável não apenas encontrar os meios imediatos de comunicação com o povo. Mas ter sempre presente a preocupação de ligar cada questão local e específica com a luta política e com o socialismo. Se determinado livro apresenta alguma dificuldade para chegar ao povo, quem sabe a sua edição em folhetos facilite a sua divulgação? Se um documento é muito complexo, dezenas de artigos menores explorando cada



uma de suas partes, reuniões, debates, conferências e outros mil artificios podem ser empregados para traduzir sua mensagem. Sem perder a perspectiva de despertar o interesse do público para a leitura e para os ensinamentos políticos mais gerais.

Lênin advertia que “num jornal que seja o órgão do partido haverá artigos que o operário médio não conseguirá compreender, ou questões teóricas e práticas complexas que não apreenderá completamente. Isto não significa de modo algum que o jornal deve rebaixar-se ao nível dessa massa de leitores.”.

4 – Unir o Partido

A agitação e propaganda interna, para as próprias fileiras partidárias, ganha hoje importância particular. Como orientar, mobilizar e manter a unidade de um contingente de 100 mil filiados sem uma intensa atividade de divulgação da teoria e das orientações partidárias? As normas de organização não são capazes, por si só, de colocar em movimento um contingente tão grande. O Estado-Maior do proletariado é composto de organizações ativas, com militantes conscientes, que atuam como elementos de vanguarda.

É indispensável, por isto, manter a ligação das direções com as bases, armando-as com opiniões que demonstrem a política revolucionária do Partido. Precisamos de documentos, jornais, reuniões, cursos, que desvendem para o coletivo os meandros da luta de classes, expliquem as orientações táticas em cada conjuntura e a ligação destas com os objetivos estratégicos. Esta atividade de agitação e propaganda nas próprias fileiras comunistas reforça constantemente a unidade do Partido e mantém afiada a ferramenta do proletariado para fazer a revolução. Sem isto, os militantes são levados pelo ativismo cego e o funcionamento orgânico se deforma pelo autoritarismo

Para cumprir este objetivo, urge adotar uma atitude ideológica de acordo com a nova realidade.

Os 100 mil filiados trazem, no próprio gesto de adesão ao Partido, o ímpeto revolucionário de quem não suporta mais a opressão. E, em geral, o espírito prático aprendido no trabalho e no enfrentamento com as dificuldades do dia a dia. As direções têm que se preocupar em abrir espaço para

que esta gente manifeste suas opiniões e aponte este ou aquele obstáculo que sinta para incorporar-se na militância partidária. E, com disposição para analisar de forma autocrítica os antigos métodos de direção, encontrar os caminhos para unir a combatividade destes homens e mulheres avançados com o marxismo-leninismo.

5 – Organizar a luta de ideias

O PCdoB acumulou uma rica experiência de luta ideológica. Principalmente nos últimos 30 anos. Durante largo período, após sua fundação em 25 de março de 1922, sofreu de grande debilidade na assimilação do marxismo-leninismo. Mas, na década de 1950, o domínio da teoria se impôs como necessidade imperiosa. O programa aprovado no 4º Congresso em 1954 foi uma indicação deste esforço. O Partido caminhava para um nível mais elevado na sua atividade revolucionária.

Na batalha contra o revisionismo os comunistas deram um salto de qualidade em sua compreensão da ciência social do proletariado. Isto se refletiu na reorganização do Partido, em 1962, no programa então aprovado e no avanço de toda nossa atividade revolucionária.

O Partido desenvolveu também uma polêmica acirrada contra as concepções foquistas, numa época em que a figura de Guevara atraía o ardor revolucionário da juventude em toda a América Latina. Na década de 1970 os marxista-leninistas brasileiros destacaram-se no desmascaramento do maoísmo. O PCdoB tem contribuído no combate ao trotskismo e à social-democracia. E particularmente ricas têm sido suas análises dos problemas da tática leninista, como forma concreta de abordar a revolução – questão candente no movimento comunista internacional. O programa elaborado em 1985, e submetido a este Congresso, representa também valioso aprofundamento da teoria e de sua aplicação nas condições concretas do Brasil. Podemos dizer, sem medo de errar, que são sólidas e profundas as bases marxista-leninistas em que se apoia o PCdoB.

Tal afirmação não esconde, entretanto, o fato de que temos pela frente um grande esforço autocrítico no tratamento da luta de ideias e, em particular, na difusão de nossa política. Carregamos ainda, neste terreno, uma pesada carga de espontaneísmo. O balanço apresentado pelo Comitê Central reconhece, com razão, que “o setor de agitação e propaganda é o mais débil das diversas frentes de trabalho.”



Isto se manifesta, principalmente, na falta de um trabalho permanente, organizado e controlado no terreno da agitação e propaganda. Não estudamos e não sistematizamos, em plano nacional, as inúmeras iniciativas, muitas de bom nível e criatividade, vindas das bases e dos organismos intermediários. Não tiramos as lições e não generalizamos as experiências de cada frente de trabalho e de cada local.

Uma demonstração disso é que não fomos capazes, até o momento, de estruturar uma comissão nacional para orientar esta frente tão importante. E o camarada da Comissão Executiva responsável pela tarefa esteve preso ao trabalho junto à redação do jornal de massas, como preocupação principal, subordinando assim o todo à parte.

O fato de termos uma linha marxista-leninista não diminui a importância, em todos os níveis, e principalmente nas direções, dos comunistas estudarem, escreverem, produzirem, para o Partido e para o povo, materiais com argumentos e análises bem fundamentados. A teoria é uma arma poderosa. Mas se fica confinada nas fronteiras do Partido e, às vezes, a uns poucos dirigentes, perde eficácia, enferruja. Embora corresponda aos interesses da imensa maioria, não brota espontaneamente entre as massas. Exige um esforço permanente para que seja levada ao povo.

Marx afirma, no *Manifesto do Partido Comunista*, que em nenhum momento pode-se descuidar de “despertar nos operários a consciência do violento antagonismo que existe entre o proletariado e a burguesia, para que, na hora precisa, eles saibam converter as condições sociais e políticas criadas pelo regime burguês em tantas outras armas contra a burguesia.”.

6 – Novo Patamar na Propaganda

Cabe lembrar que a luta de ideias não se resume à afirmação da política em geral. É essencial enfrentar a polêmica em torno de cada batalha e comprovar a justeza das posições revolucionárias sobre os problemas diários que a realidade apresenta.

O *Manifesto* mostra que os comunistas têm, sobre o resto do proletariado, “a vantagem de uma compreensão nítida das condições, da marcha e dos fins gerais do movimento operário.” E, ainda, que o verdadeiro resultado das lutas operárias “não é o êxito imediato, mas a união cada vez mais ampla dos trabalhadores.”.

Isto significa que em cada embate os comunistas devem ter em vista a revolução e devem transmitir esta consciência para as massas trabalhadoras. Tal tarefa não se realiza apenas com materiais locais, dirigidos para as questões imediatas.

O papel do Partido não se restringe a dirigir greves ou batalhas pela moradia, o que poderia ser feito pelas organizações que espontaneamente os trabalhadores constroem para resistir aos poderosos – sindicatos e associações de moradores.

Os comunistas devem fazer agitação ligando cada uma destas lutas com a exploração capitalista e despertando a chama da revolução. Os folhetos e jornais específicos e regionais são importantes, mas não podem substituir as orientações nacionais.

Veza por outra nota-se, entretanto, uma tendência a dar preferência às respostas simplificadas e às indicações práticas sobre as próximas tarefas, em detrimento das diretrizes mais gerais. Esta inversão de valores puxa para o rebaixamento da teoria e da atividade revolucionária.

Para elevar a nossa atividade de agitação e propaganda a um novo patamar, impõe-se dar mais atenção aos documentos e orientações nacionais, em particular à imprensa. Eles é que compõem os alicerces fundamentais para que, nas múltiplas tarefas de cada dia e em cada local, apesar da diversidade de situações, o Partido atue de fato como vanguarda e mantenha sua unidade monolítica. Não se trata de desprezar os materiais locais e específicos. Pelo contrário, devemos dar a maior atenção a eles. Mas, em primeiro lugar, assegurar que eles se apoiem nas orientações nacionais, que constituem a viga mestra de toda a agitação e propaganda em todos os níveis. Com esta preocupação, devemos dar um tratamento diferente, de imediato, ao Programa e aos demais documentos aprovados neste Congresso. Todos os organismos precisam divulgá-las da forma mais ampla e organizar a sua discussão – não apenas nas fileiras comunistas. Todos os instrumentos de propaganda e agitação devem estar impregnados com as ideias aqui discutidas.

Por todo lado devem se multiplicar “mil artigos e discursos”, folhetos e palestras. Urge que o coletivo partidário e os trabalhadores tomem conhecimento das nossas orientações táticas, mas que compreendam que objetivos estratégicos elas perseguem.



A luta ideológica, tendo como base o Congresso, ganha um novo impulso. A própria divulgação desta reunião, representando cem mil filiados, deve estar associada com a defesa dos fundamentos do Partido de vanguarda da classe operária, com a propaganda do caminho revolucionário e com o desmascaramento da “Perestroika” como traição ao socialismo.

7 – Quadros Especializados

É sabido que um bom exército não se forma apenas com lutadores aguerridos. Sem dominar a arte da guerra, a coragem não produz bons resultados. O exército da propaganda burguesa tem objetivos historicamente condenados. Mas é poderosamente apetrechado. E paga a peso de ouro gente treinada em torcer a verdade e jogar areia nos olhos dos outros. Nosso Partido necessita dispor de um bom número de camaradas que se dediquem permanentemente à tarefa de agitação e propaganda. Que se especializem neste terreno. Propagar as ideias proletárias é tarefa de todo comunista. Mas, para que isto não se faça com métodos amadores, precisamos de quadros, em todos os níveis, que estudem o assunto e orientem o coletivo.

Se a burguesia penetra em nossos lares com a TV (são quase 18 milhões de aparelhos instalados atualmente), temos que, além de multiplicar o número e elevar a qualidade de nossos materiais, capacitar os 100 mil filiados para que, junto aos seus companheiros de trabalho e de estudo, nos bairros e povoados, desmascarem as concepções burguesas e apontem os rumos do movimento revolucionário.

A própria *Tribuna de Debates* revelou uma situação nova em nosso Partido. Muitos camaradas colocaram no papel seus pensamentos. E ficou patente que temos um enorme potencial de propagandistas. Esta atividade precisa ser estimulada e orientada. Por que parar de escrever? A pesquisa, a elaboração teórica, o enriquecimento da linha política do Partido são assuntos permanentes.

8 – Rápido Balanço da Imprensa

Uma justa preocupação de todo o Partido atualmente, revelada inclusive na preparação do Congresso, é o fortalecimento da imprensa central. Inclusive alguns camaradas, analisando as debilidades do nosso jornal de massas, se deixaram levar por certa visão unilateral do problema. Tomaram a imprensa como se fosse todo, ou quase todo, o universo de agitação

e propaganda. Caíram assim em avaliações negativistas, vendo defeito em tudo. Mesmo na apreciação do jornal, supervalorizaram as suas virtudes anteriores para justificar a negação de qualquer papel positivo por ele cumprido neste período recente.

Uma análise ponderada do assunto nos mostra que a agitação e propaganda do Partido cresceu. Apesar do espontaneísmo com que foi tratada e do acompanhamento superficial que recebeu em plano nacional. E, em função disto, de métodos amadorísticos muitas vezes usados na produção dos materiais.

Mesmo assim, a revista feminina vem vencendo as dificuldades e se firmando como polarizadora de uma corrente de opinião. A revista sindical dá também seus primeiros passos, apesar do mínimo de recursos materiais e humanos que a ela pudemos dispensar. E, mesmo saindo irregularmente, mostrou um imenso potencial. Os jovens fizeram a experiência com dois números de seu jornal, com boa repercussão. O *Boletim da Liderança* cumpre papel importante na Constituinte – e ainda tem servido como informativo para os camaradas nas diversas regiões.

Realizamos três programas de TV e, através deles, o Partido se dirigiu, com muito boa aceitação, a milhões de pessoas. Basta dizer que o anúncio do dia nacional de filiação, no último programa, resultou no ingresso de aproximadamente 5 mil lutadores em nossas fileiras.

Em plano regional, além de diversos jornais internos, e de boletins onde os recursos são menores, uma enorme variedade de publicações e materiais de todo tipo é dirigida ao povo. Muitas delas com bom nível técnico e artístico. Nas campanhas eleitorais foram produzidos programas de TV de boa qualidade.

No terreno da formação – que será motivo de análise à parte – centenas de camaradas passaram pela escola nacional e os cursos regionais se desenvolvem.

A debilidade principal, e mais grave, localiza-se nos órgãos centrais, tanto **A Classe Operária** como **A Tribuna**. A causa, no fundo, é o tratamento espontaneísta dado à agitação e propaganda em geral. Devido à importância do assunto, mesmo não sendo aqui o lugar para uma análise exaustiva das particularidades da imprensa, precisamos indicar as linhas gerais do que pensamos para o futuro imediato.



9 – Uma “Nova” Classe

A **TO** surgiu numa fase de reorganização do Partido. A situação do país permitia que os comunistas atuassem na semiclandestinidade. O jornal foi instrumento de inestimável valor, capaz de levar a política revolucionária tanto para os militantes como para uma vasta área de ativistas ao nosso redor, sedentos de informações e orientações. Serviu também para conquistar, para as posições marxistas, muitos combatentes que surgiam das lutas de massas, independentes ou equivocadamente ligados a grupos de todo tipo que proliferavam.

O Partido cresceu, ligou-se a inúmeras frentes de trabalho, passou a contar com líderes respeitados no movimento popular e sindical, além de parlamentares de prestígio. Os próprios dirigentes comunistas passaram a dirigir-se diretamente às massas. Uma infinidade de instrumentos de agitação e propaganda foi surgindo. O Partido conquistou a legalidade e incorporou em suas fileiras combatentes que hoje ultrapassam o número de 100 mil.

Evidentemente, as exigências colocadas para um órgão de imprensa do Partido se modificaram muito. Entretanto, o jornal não mudou, no fundamental, as características com que foi fundado em 1979. E, pelas condições que dispomos, **A Classe**, neste período, saiu irregularmente, voltada quase exclusivamente para divulgar os documentos oficiais.

Precisamos de um órgão central para orientar o Partido, ajudar a incorporar os milhares de novos membros, consolidar a unidade desse enorme contingente de 100 mil filiados, destrinchar os complexos problemas da luta de classes, explicar a estratégia e a tática marxista-leninistas, abordar os “malditos problemas cotidianos” do ponto de vista revolucionário do proletariado.

Um jornal opinativo tendo como alvo as fileiras comunistas e suas áreas próximas. Mas que desperte o interesse também dos lutadores do povo, independente da filiação a qualquer legenda.

Temos necessidade também de um jornal de reportagens e de denúncias políticas, dirigido principalmente às novas camadas de trabalhadores que despertam para a luta política, os setores progressistas, líderes sindicais e populares, os ativistas das massas muitas vezes sem nenhuma vinculação partidária.

Esse duplo desafio não pode evidentemente ser respondido por um único órgão de imprensa. E, para enfrentá-lo, precisamos ter noção das prioridades. A **TO**, de certo tempo para cá, dividida entre essas alternativas, não se adaptou ao momento, ficou superada.

Hoje, a tarefa principal é desenvolver o órgão central do Partido, onde os documentos da direção têm lugar obrigatório. Mas este é apenas um aspecto. Deve ser um jornal ágil, que espelhe a opinião dos comunistas sobre todos os acontecimentos importantes da luta de classes, que tire lições de cada batalha, que estude a vida nas fábricas. Na linguagem a que nos acostumamos, uma “nova Classe”. O mesmo tradicional órgão dos comunistas, mas adequado à situação atual.

No último Ativo, realizado no início de 1987, embora tenhamos recolhido importantíssimas contribuições a respeito da elaboração propriamente dita do jornal, fomos levados a conclusões incorretas sobre onde centrar nossas preocupações. Além do rumo incorreto, acabamos chegando a um projeto sobre um novo jornal de massas muito acima das nossas possibilidades atuais. E, com avaliações superficiais, imaginávamos alcançar em três meses as bases materiais para o seu lançamento. Até hoje alguns camaradas pensam que faltou apenas “decisão política”.

A conclusão de colocar em primeiro plano **A Classe Operária** não invalida a necessidade de um jornal de massas. Mas tal projeto deve ser estudado com mais tempo e maior profundidade e apoiar-se numa avaliação realista das bases materiais de sua realização. Precisamos considerar, além de nossa vontade, as condições objetivas e os mecanismos que o monopólio criou para o funcionamento desse tipo de imprensa.

Para se ter uma ideia, na publicidade, que hoje praticamente sustenta os meios de comunicação burgueses, estão sendo empregados neste ano dois bilhões de dólares.

De imediato, no plano de massas, a experiência tem mostrado que devemos fortalecer e desenvolver os jornais e revistas específicos, dos jovens, das mulheres e sindical, principalmente. Os universitários também estão articulando sua imprensa. Estes instrumentos têm revelado capacidade de atuar como polo aglutinador de uma opinião pública razoavelmente ampla sob influência dos comunistas nas diversas frentes.



Estes veículos precisam, para cumprirem seu papel, de recursos humanos e materiais. E de uma ampla rede de colaboradores em todo o país. Muitos intelectuais progressistas, sindicalistas, parlamentares, podem ser mobilizados para viabilizar o cumprimento de tarefas tão importantes. Em especial, os milhares de novos filiados representam de imediato um público privilegiado e, ao mesmo tempo, propagandistas do material publicado.

10 – Um Campo Muito Vasto

Não podemos aqui tratar de cada uma das tão diversificadas possibilidades desse campo tão vasto da luta de ideias. Mas temos diante de nós o desafio de não abandonar qualquer área do pensamento e das artes ao domínio burguês.

Hoje adquire especial importância a televisão. Este poderoso instrumento influencia de forma marcante toda a linguagem da comunicação. Ela, nas mãos da burguesia, acostuma os espectadores com a informação rápida, em cima do lance, superficial, e com a padronização “global”.

De tudo um pouco e, na verdade, nada de tudo. Mas, nas mãos dos revolucionários, permite despertar milhões de trabalhadores para uma nova compreensão da sua luta cotidiana. E permite aos brasileiros conhecer melhor o que é o Partido, dismantando a imagem mentirosa cultivada pela burguesia.

Para os comunistas, é um veículo de difícil acesso. Mas as poucas oportunidades precisam ser tratadas com o máximo carinho. Temos pouco conhecimento sistematizado, mas uma razoável experiência adquirida com os programas de propaganda eleitoral nos diversos estados e em três programas nacionais.

Também o rádio precisa ser aproveitado. No interior principalmente, mas também nas capitais, tem enorme penetração. Fizemos muito pouco nesta área.

Temos poucas notícias de uma ou outra iniciativa regional. Precisamos estudar o assunto com urgência.

As possibilidades de utilizar o videocassete são bem maiores. A cada dia essa linguagem ganha maior importância. Tanto para a agitação nas

portas de fábricas e nas praças públicas como para exibição em recinto fechado, para debates e mesmo para o lazer.

Precisamos abrir caminho para o seu emprego na multiplicação de cursos. Temos alguns camaradas que são profissionais nesta área, e muitos amigos, ainda pouco mobilizados. Além da produção diretamente de materiais partidários, existem muitos filmes de conteúdo político educativo, já copiados em vídeo. E está aberto o campo para a elaboração de documentários e reprodução de manifestações da cultura popular de caráter progressista.

Na área cultural, temos duas tarefas pela frente. Em primeiro lugar incentivar, divulgar e generalizar as diversas iniciativas de camaradas, muitas vezes sem o devido acompanhamento partidário, em grupos de teatro amador, poesia, música e literatura, cineclubes etc.

Depois, estreitar especificamente o relacionamento com a intelectualidade progressista, artistas, pesquisadores. Existe um verdadeiro cerco da burguesia, e uma campanha feroz, para incompatibilizar os comunistas com esta área. Nas universidades consomem-se montanhas de papel para contrapor o moderno ao marxismo, e em particular qualquer militância política com o pensador. E, temos que reconhecer, não tem existido de nossa parte um esforço adequado para quebrar as barreiras. Urge romper esses obstáculos. Não pode existir nada mais moderno que a ciência do proletariado e não pode haver posição mais apropriada a um cientista que lutar pelo progresso.

O êxito desse desafio, como aliás de toda tarefa de agitação e propaganda, depende em boa parte duma correta articulação entre as diversas atividades correlatas, como a de formação e a do Instituto Maurício Grabois (que começa a tomar forma) e dos centros de estudos e pesquisas de vários estados já em funcionamento.

Por último, não em importância, a envergadura dos problemas teóricos que se apresentam para o Partido e para os trabalhadores exige uma definição sobre os rumos da revista **Princípios**, acompanhada de providências sobre uma equipe mínima para sua edição. E, no mesmo sentido, um planejamento para a reestruturação da Editora, já iniciada, mas ainda nos primeiros passos.



Tudo o que foi dito acima tem, indissolivelmente, laços com a questão de finanças. É uma dificuldade permanente dos revolucionários, própria da sua situação na sociedade. Mas existem meios de enfrentar o problema ao menos no nível indispensável para aparelhar o Partido. Não se pode imaginar uma imprensa e um trabalho de propaganda em geral sem uma infraestrutura razoável. Ainda mais numa situação em que os grandes meios de comunicação se transformaram em gigantescas empresas monopolistas – associados aos bancos e ao capital estrangeiro.

Mas, sobretudo a vitória, nesta e em todas as múltiplas tarefas dos comunistas, está vinculada com a ligação do Partido com a ela se operária, com as bases científicas de seu pensamento marxista-leninista e com a disposição revolucionária de “tomar os céus de assalto” e construir um novo mundo.

11 – Tarefas Urgentes

Reorganizar e aparelhar a seção de agitação e propaganda do Comitê Central. Sistematizar as experiências do Partido e examinar novas formas e novos métodos de levar nossas ideias de forma mais atraente e mais acessível ao povo. Estudar materiais destinados a setores específicos, principalmente aos operários e camponeses.

Divulgar amplamente a linha política e o programa do Partido e aprofundar a propaganda do socialismo científico.

Reorganizar a imprensa partidária de maneira a colocá-la de acordo com as exigências da realidade e com as possibilidades do Partido. Dar atenção aos recursos humanos e materiais necessários.

Assegurar a periodicidade de **A Classe Operária** e da revista **Princípios**, melhorando sua apresentação e o seu conteúdo. Fortalecer e desenvolver os órgãos específicos de imprensa dos jovens, das mulheres e sindical.

Regularizar a atividade editorial do Partido, com a publicação de livros e folhetos que sirvam à educação dos militantes e à propaganda das ideias progressistas.

Sobre o trabalho de educação dos comunistas

Walter Sorrentino

Calorosas saudações revolucionárias aos delegados e convidados ao nosso 7º Congresso, cuja realização vai se afigurando como grande êxito partidário,

Dentre os ricos debates travados neste processo, surge com força o tema da educação dos comunistas. Desde as Assembleias de Base até as Conferências Regionais, dos recém-filiados aos dirigentes mais experimentados, se formou um consenso acerca da necessidade de elevar o nível político e teórico do coletivo partidário para fazer frente às agudas necessidades da luta revolucionária em desenvolvimento no Brasil e no mundo.

Este anseio das fileiras partidárias é por si só altamente salutar. Demonstra amadurecimento do coletivo, que vai compreendendo mais e mais o destacado papel das ideias na luta de classes e a necessidade de enfrentar os desafios teóricos colocados perante o marxismo. Representa também poderoso estímulo para impulsionarmos a educação dos comunistas.

O 7º Congresso representa, assim, um marco na compreensão da necessidade de elevar o trabalho de educação a um novo patamar. O desenvolvimento desse trabalho, nas condições atuais da legalidade, afigura-se como um elemento estratégico no plano de construção do Partido. Deve, por isso, ser alvo de atenção especial. Cabe aqui examinar as premissas e as bases para esse trabalho, partindo dos significativos êxitos obtidos nesse terreno desde o 6º Congresso, particularmente com a criação da Escola Nacional e o desenvolvimento de vários cursos em alguns estados.

Precisamos sistematizar a experiência vivida, colocando a capacitação política e teórica no devido posto em nossas preocupações. A par disso,



necessitamos compreender o caráter mais geral de nossa formação como revolucionários-proletários, o conteúdo e as formas de promover a educação de nossas fileiras.

Forjar uma sólida consciência socialista revolucionária

O marxismo-leninismo, a ciência e doutrina do proletariado revolucionário, é arma indispensável aos comunistas. Kalinin, infatigável educador dos bolcheviques russos, comparava o papel da teoria para nós, comunistas, ao papel que desempenha um poderoso telescópio para o astrônomo: “Somente armados com a filosofia do materialismo dialético podemos compreender cientificamente o passado e o presente, bem como estabelecer em bases científicas os caminhos e os métodos de luta pelo futuro. É do materialismo dialético que decorre o socialismo proletário.”

Marx afirmava que “assim como a filosofia encontra no proletariado sua arma material, também o proletariado encontra na filosofia sua arma espiritual.” Ou seja, ao ganhar as massas, as ideias da filosofia marxista se tornam uma força material. O materialismo dialético – e sua aplicação ao estudo dos fenômenos sociais, o materialismo histórico – serve de poderoso instrumento de influência prática sobre o mundo, instrumento de conhecimento e transformação do mundo. É não apenas a única concepção científica do mundo, mas também um método de ação revolucionária, encarnando assim a unidade viva e orgânica entre a teoria e a prática revolucionárias.

Somos comunistas porque somos portadores de uma consciência socialista revolucionária. Essa consciência não deriva simplesmente dos embates da luta espontânea do proletariado. Oprimida e explorada, a classe operária não tem tempo nem meios para assimilar os conhecimentos científicos reclamados para a elaboração de uma teoria científica revolucionária. Objetivamente ela está condicionada pela vida na sociedade burguesa, onde predomina a ideologia dos capitalistas. A consciência socialista – a compreensão dos interesses vitais do proletariado e de sua missão histórica – é elaborada por quem domina a ciência social, e transmitida aos operários pelo Partido de vanguarda. De posse dessa consciência socialista, o operário compreende que o caminho da emancipação é a revolução e a ditadura do proletariado, isto é, sua classe organizada como a classe dominante na sociedade, dona do poder político. Com esta compreensão o operário se torna militante do partido político de sua classe, o Partido Comunista. Nada o poderá abater – ele é um operário consciente.

Para chegar a essa condição, os membros da vanguarda precisam dominar a teoria marxista-leninista, mediante um paciente e perseverante esforço. Engels – que junto com Marx foi o criador dessa genial teoria científica – afirmava que “o socialismo, desde que se tornou uma ciência, precisa ser tratado como tal, isto é, precisa ser estudado.” Por isso, nós comunistas unimos a mais ardente combatividade revolucionária à apreciação profunda, marxista, científica dos fenômenos histórico-sociais. Somos intelectuais revolucionários de nossa classe. Disso nos orgulhamos, a isso dedicamos permanentes esforços.

Subestimar o papel da teoria é subestimar o papel do Partido na revolução, é desarmar espiritualmente a classe frente à ideologia burguesa. Assim, a questão de dominar a teoria está vinculada à preparação dos fatores subjetivos da revolução – a existência de homens e mulheres portadores da consciência socialista revolucionária, que constroem a organização política de vanguarda da classe operária. Para dizê-lo com as palavras de Enver Hoxha, “um partido da classe operária só se converte realmente em um destacamento organizado desta, em seu Estado-Maior, quando se educa na teoria marxista-leninista e a assimila, e quando esta poderosa e insubstituível arma é utilizada (...) na luta de classes pelo triunfo da revolução, pela instauração da ditadura do proletariado e a construção do socialismo.”

A questão de dominar a teoria não deve ser compreendida formalmente.

Não se trata de conhecer os aspectos exteriores da teoria, nem de aprendê-la como fórmula para “demonstrar conhecimentos”. Ser marxista significa saber adotar uma linha correta – e isso exige impregnar a teoria de vida, vincular o trabalho cotidiano com a teoria. Aprender o marxismo-leninismo é captar a sua essência, saber abordar, uma vez dominado o método dialético, todos os problemas ligados com o nosso trabalho. Por isso estudamos o marxismo-leninismo como um método, como um instrumento que nos ajuda a determinar corretamente nossa conduta política, social e individual. O marxismo-leninismo representa a chave que nos dá a possibilidade de resolver tal ou qual problema. Mas não o resolve; ele só dá a possibilidade de abordar com acerto a solução da questão, mas não é fórmula acabada. É na maneira de abordar a solução dos problemas vitais que se distingue o verdadeiro marxista do pedante, do acadêmico diletante.



Disso depreende que elevar nosso domínio da teoria exige bem mais que o conhecimento das obras dos clássicos marxistas. Exige ser um especialista na frente em que atuamos, que estudemos o fenômeno que nos ocupa, a realidade concreta que nos cerca, sobre a qual aplicamos o método marxista. Exige uma ampla cultura, amplos conhecimentos gerais, pois a cultura é um fator que aumenta a fecundidade de nosso trabalho. Por isso nós, comunistas, damos muita importância, ao lado do estudo das obras dos clássicos, ao estudo da história de nosso país, do movimento operário e popular no Brasil e no mundo, aos clássicos da literatura universal, e às ciências nos vários campos do conhecimento. Almejamos ser homens e mulheres de cultura, com sede de saber, armados com o que de mais avançado produziu a humanidade, para colocar todo esse conhecimento a serviço da revolução, da construção de uma nova sociedade, socialista. Com isso forjamos nosso espírito entusiástico de combatentes clarividentes que nada temem. Ao destacar o papel do domínio da teoria na formação de nossa consciência revolucionária, não podemos perder de vista que a formação dessa consciência é um processo muito complexo, que leva em conta fatores de ordem social e pessoal. A educação do comunista não visa apenas ao domínio da teoria. Vai muito além, visa a formar o novo homem e a nova mulher, forjados nos combates de classe com as elevadas qualidades da camaradagem e do coletivismo, da simplicidade e honradez, da paixão pelo trabalho revolucionário e do carinho pelo trabalho junto às massas... Uma sólida formação teórica favorece, regula e acelera o processo dessa consciência. É o alicerce de nossa ideologia comunista.

Elevar a capacitação política de quadros e militantes

A formação teórica objetiva capacitar-nos politicamente. Assimilar em profundidade a linha partidária é questão urgente indispensável à construção política, ideológica e orgânica de nosso Partido.

No plano político, os temas apresentados ao debate do 7º Congresso apontam a existência de uma crise estrutural no Brasil, que exige soluções profundas para abrir caminho à liberdade, à independência e ao progresso, no rumo do socialismo. A questão de fazer prevalecer as saídas revolucionárias para essa encruzilhada histórica exige um Partido apto a conquistar a maioria da nação para essas saídas, apto a se apresentar como alternativa política; exige um coletivo que assimile em profundidade o pensamento tático e estratégico da revolução brasileira, cuja síntese

encontra-se no Programa e nos documentos táticos do Partido. O Partido só está consolidado revolucionariamente se o coletivo **no conjunto** assimila a sua linha política, se se esforça por levá-la conseqüentemente à prática, se sabe deslindar as formas, os meios de abordar as massas populares para a revolução. O balanço da justa tática aplicada pelo Partido desde o 6º Congresso é bem uma amostra disso. Quanta inventividade ela exigiu, nas diferentes condições do período e em cada situação concreta! Somente armados com a dialética materialista podemos compreender os acontecimentos em permanente movimento, tomados em seu encadeamento multilateral, analisá-los em conjunto e “tomar pé” da situação. E tivemos que aprender que o que é válido aqui não pode ser copiado mecanicamente acolá; que a decisão que tomamos em cada caso é sempre uma decisão nova.

Há necessidade de uma enorme preparação marxista para deslindar teoricamente questões de alcance estratégico. A socialdemocracia, por exemplo, velho contrabando burguês no interior do movimento operário, reveste-se no Brasil de formas novas, de matizes diferenciados, o que é obrigatório levar em conta não só no aspecto ideológico, mas também na atuação política prática. A burguesia brasileira, outro exemplo, sofreu uma série de transformações nas últimas décadas, apresenta-se dominada politicamente pelo setor monopolista, é essencialmente reacionária. Seu regime político, a «Nova República», faliu completamente, abre caminho à direitização e ao militarismo. Está claro que se não apreciássemos devidamente esse fenômeno em seu desenvolvimento, perderíamos de vista questões vitais para a revolução no Brasil, como o entrelaçamento crescente entre a primeira e segunda etapas estratégicas da revolução, sua perspectiva socialista e a inviabilidade de alianças estratégicas com a burguesia brasileira. A dominação imperialista, sempre crescente no Brasil, se revestiu nas últimas décadas de formas novas, neocolonialistas, constituindo-se em outro exemplo das exigências de aprofundamento do exame marxista da realidade contemporânea do Brasil e do mundo.

No campo da política prática, cotidiana, são evidentes a todos nós as exigências de estarmos capacitados política e teoricamente. Quer seja nas fábricas e empresas, no campo, nas universidades, nas escolas e nos bairros, nas entidades populares, intenso debate se trava sobre os problemas brasileiros e as formas de solucioná-los. As massas vão fazendo sua própria experiência política. Conquistá-las para as saídas revolucionárias apontadas pelo Partido, conscientizá-las e organizá-las não é absolutamen-



te uma questão de apelo doutrinário, vazio e míope, desligado da vida real e da psicologia social e individual de nosso povo. É questão que exige dos comunistas respostas políticas profundas e claras, apontadas de maneira inteligente, com base em uma argumentação sólida e convincente, capazes de mobilizar concretamente as energias populares. É necessário, portanto, um grande esforço do coletivo para dominar a linha política do Partido. Quem não a estuda não a assimila, tende, na prática, a uma atuação estreita e dogmática, que é um fator de esterilidade no trabalho político junto às massas.

No plano ideológico é patente também a exigência de uma sólida base teórica para enfrentar a ferrenha campanha anticomunista mundial. A estúpida burguesia, em sua louca convulsão de agonia, investe pesadamente para desestruturar nossa teoria de vanguarda. “Enterra” o marxismo tantas vezes quantas ele ressurge, redivivo; opõe Lênin a Marx, Stálin a Lênin; utiliza à saciedade o engodo burguês da “Perestroika” e da “Glasnost” revisionista; propaga o misticismo e o ceticismo entre as forças revolucionárias. Nos *Temas políticos e ideológicos*, apresentados ao 7º Congresso, analisa-se esse fenômeno. Lá se conclui: “essa conduta reacionária da classe exploradora resulta numa forte pressão política e ideológica sobre a sociedade em seu conjunto, atingindo inclusive as forças progressistas e revolucionárias. Resistir a essa pressão, apoiados na ciência, é fundamental ao avanço do movimento revolucionário... Impõe-se a defesa do socialismo, do materialismo histórico, da teoria imortal de Marx e Engels. “Se não compreendermos isso, desarmamos as fileiras revolucionárias diante do assédio das concepções burguesas e pequeno-burguesas. Nestas questões” – continua a análise apresentada ao Congresso –, “manifesta-se um dos aspectos mais salientes da luta de classes na atualidade.”

No plano organizativo, o desafio é evidente aos olhos de todos nós. O informe apresentado pelo camarada Dynéas Aguiar descortina, em certo sentido, um novo Partido, com cem mil filiados, dez mil dirigentes intermediários e centenas de quadros mais antigos e experientes.

Formar essa nova geração é uma tarefa tão grata quanto gigantesca. A construção orgânica demanda novos métodos de direção que, por sua vez, pressupõem direções consolidadas em todos os níveis, com camaradas que dominem a política nas várias frentes de atuação. Essa consolidação passa pela elevação do nível político e teórico de cada um desses

dirigentes. Além disso, o próprio crescimento orgânico nos centros vitais exige capacitação teórica para o estudo científico da realidade do local de atuação, do perfil dos segmentos sociais com os quais se trabalha, da história e experiência do movimento popular naquela determinada frente etc.

Precisamos de homens e mulheres capazes, organizadores práticos, e é preciso formá-los aos milhares.

Desenvolver a educação dos comunistas de forma metódica

É evidente, pois, a necessidade de um vasto e meticuloso trabalho de educação vinculado à solução dessas exigências. Há um longo caminho a percorrer. Os avanços obtidos nesse setor da atividade partidária enchem-nos de alegria, mas são insuficientes, quantitativa e qualitativamente. Afora a atividade regular da Escola Nacional neste último período, ressentimo-nos do espontaneísmo na tarefa: pouco se organiza a atividade nos estados, poucos quadros são destacados e formados para essa frente, não se sistematizam as experiências isoladas.

O Seminário Nacional sobre Educação só foi realizado em 1987. No afã de responder às necessidades, aborda-se o problema frequentemente de maneira unilateral e rígida, pouco adaptada à realidade e às exigências. Um exemplo disso é encarar o trabalho de educação tão-somente como cursos a serem ministrados e, pior, limitar-se a reproduzir o Curso Nacional em nível das bases. É evidente que nestes casos não se levam na devida conta os alvos e objetivos a atingir, o que em boa medida gera insucessos e frustração. O Curso Nacional, mesmo, torna-se muito difícil de ser frequentado por quadros operários, camponeses e trabalhadores em geral, devido a seu esquema concentrado de 30 dias em São Paulo. Na indicação dos que frequentarão esse curso, os Diretórios Regionais nem sempre cuidam de uma seleção e preparação cuidadosa.

No plano da militância da base, reina a falta de orientação quanto ao que se deve ler e estudar e como fazê-lo; é grande a dispersão dos esforços. No plano das direções, é pequeno ainda o estudo marxista dos problemas brasileiros, como prática regular. Os artigos teóricos e políticos são escritos por uma faixa muito reduzida de quadros. Não se travam devidamente debates sobre temas da atualidade, pouco se utiliza polêmica como instrumento para uma compreensão maior dos fenômenos.



De particular importância é a autocrítica de que pouco estudamos os documentos partidários. Essa constatação, já feita nos debates do 6º Congresso em artigo do camarada João Amazonas à **Tribuna de Debates**, permanece atual. No mais das vezes, os documentos são lidos de relance, quando publicados, e a seguir deixados de lado. Nem sempre são debatidos nos organismos partidários. Isto é tanto mais grave porquanto tais documentos, e mais os artigos teóricos do camarada Amazonas, denotam um elevado grau de amadurecimento marxista-leninista na elaboração dos caminhos da revolução brasileira, com ampla repercussão no movimento comunista internacional. Se não trabalharmos em profundidade e permanentemente com esses materiais, situando as contribuições teóricas e políticas neles contidas, dificulta-se a unidade de ação do coletivo partidário. O ocorrido em São Paulo, particularmente em 1986, é bem uma amostra disso. Quando não se domina a linha, aplica-se mal a orientação ou então aplica-se outra orientação – a que está em nossa cabeça. Se assim procedermos no nível das direções, não fazemos uma rica e permanente propaganda de nossa linha política e ideológica entre as bases partidárias. O resultado será a dispersão dos esforços, um coletivo desarmado e vulnerável, que subestima o papel das ideias na luta de classes, que subestima o valor da agitação e da propaganda entre as massas. Abre-se campo à praga do praticismo mesquinho, que nos limita a ação, nos embota, nos desarma política e ideologicamente.

Necessitamos partir de um enfoque abrangente e multilateral para elevar o trabalho de educação a um novo patamar e superar as debilidades que enfrentamos.

A **primeira e decisiva questão** da educação dos comunistas diz respeito ao **estudo individual**. Na formação de nossa consciência socialista revolucionária essa é a forma insubstituível e determinante. O autodidatismo, o estudo individual planejado, permanente e metódico, é a base de toda a nossa educação comunista.

Já dissemos acima o caráter e o conteúdo de nosso estudo, bem como seu objetivo. Resta dizer que é indispensável nos lançarmos a essa tarefa com espírito militante, organizar a atividade de maneira que se possa dedicar um tempo ao estudo. Nesse terreno, camaradas, é onde mais devemos nos bater; trata-se de uma sadia batalha que precisamos travar dentro de cada um de nós e no interior de nossos organismos partidários. Tomada isoladamente, a questão de organizar o estudo individual é a mais importante

de todas para elevar o nível político e teórico do coletivo. Está a exigir de nós uma verdadeira reviravolta ideológica.

A **segunda questão** diz respeito à vida orgânica regular. Nós, comunistas, dizemos, justamente, que o partido é a nossa escola. Mas o Partido não é algo abstrato, senão um sistema de organizações estruturadas. É militando num organismo que aprendemos a desenvolver as elevadas qualidades da educação comunista. Lutando, estudando e aplicando a linha do Partido, ligando-nos às massas, praticando a crítica e a autocrítica, assumindo crescentes responsabilidades e delas prestando contas ao coletivo, fazemos o nosso aprendizado revolucionário. A vida dos organismos, fundamentalmente das Organizações de Base, é nossa escola. Por isso, precisamos cuidar com muito afinho e carinho para que as reuniões das OBs sejam vivas, onde se possa praticar o estudo e o debate coletivo de textos marxistas e documentos partidários, onde se realizem pequenas palestras sobre temas da atualidade, se promovam debates, exposições de filmes etc. É preciso dizer que, em boa parte, o reclamo da militância por cursos está relacionado a uma deficiência no funcionamento dos organismos partidários.

A **terceira questão** diz respeito aos **curros**. É indubitável que jogam um papel de enorme importância, porque sistematizam o conhecimento teórico e político para os que os frequentam. Seu papel, entretanto, é relativo. Está diretamente subordinado à continuidade do estudo regular, de forma individual, pelos alunos.

Nas condições novas de nosso Partido, precisamos organizar os cursos de maneira regular, variada e massiva, com o envolvimento de todas as instâncias partidárias, desde as OBs até o Diretório Nacional. As responsabilidades precisam ser bem definidas e distribuídas e deve-se ter objetivos e metas bem determinados.

Um primeiro objetivo é formar como militantes os que ingressam no Partido. Necessitamos armá-los com a compreensão do Programa do Partido e os princípios de organização, bem como introduzi-los ao estudo da teoria socialista. Temos 100 mil filiados e outros tantos se filiarão. A condição de militante não é, nem pode ser, formal, cada camarada é o Partido e, portanto, precisa ser realizado um grande esforço para sua formação.

Um segundo objetivo é formar os dirigentes intermediários. Um grande avanço na atividade do Partido está na existência de cerca de 10 mil cama-



radas nessa condição, em sua esmagadora maioria novos no Partido. A eles devemos dedicar o melhor de nossos esforços. Porque, se compreendemos em profundidade o papel e a importância da Organização de Base, precisamos reconhecer que não haverá OBs ativas sem dirigentes de base formados; não haverá sustentação da atividade dessa OB e desse dirigente sem apoio de dirigentes distritais e municipais com suficiente domínio da linha partidária; enfim, não há efetiva ação política sem direções intermediárias formadas.

Finalmente, um terceiro objetivo é potencializar o papel de centenas de quadros mais experientes de Partido, mais maduros, política e ideologicamente, constituindo as direções regionais e municipais mais estratégicas. A eles precisamos dedicar um esforço especial, pois sobre os seus ombros recaem hoje novas e mais pesadas responsabilidades. Eles, sobretudo, necessitam se instruir cada vez mais, dominar a teoria e a realidade concreta em profundidade, terem amplo descortino de sua frente de atuação a par de um grande domínio do conjunto da política do Partido nas várias frentes de atuação. Necessitam ser auxiliados para se livrarem de todo o escolho do praticismo e do empirismo, terem mais tempo para o estudo e a produção teórica, para escreverem com maior frequência à imprensa partidária, enfim, para terem um papel mais fecundo teórica e ideologicamente. É evidente que isso exige um trabalho diferenciado.

Tem grande destaque a organização – com planejamento e controle – do estudo marxista dos problemas brasileiros, de seminários sobre temas teóricos e de cursos especiais, de nível superior, entre outras iniciativas. Isso será fator de liberação de grande energia, enriquecendo o trabalho partidário. Ademais, esses dirigentes são os principais educadores do Partido, pelos conhecimentos que transmitem ao coletivo. São referências para o conjunto da militância, e como tal precisam estar preparados para dar um bom exemplo de conduta pessoal de luta e de estudo.

Um desafio tão vasto e complexo deve mobilizar nossas energias para um trabalho de educação permanente, planejado e controlado em todos os níveis, desde a Organização de Base até a Direção Nacional. Algumas indicações práticas podem ser úteis à abordagem desse trabalho hoje:

1) Organizar o estudo individual e coletivo:

Essa é tarefa de todos os organismos e militantes, das bases às direções. Destacam-se aqui os documentos partidários e uma correta utiliza-

ção das reuniões dos organismos para promover esse estudo. É necessário elaborar de forma centralizada roteiros e indicações bibliográficas, o que dá ensejo à organização de bibliotecas básicas coletivas em cada nível de organização, com textos do Partido e obras marxistas. Tanto quanto todas as demais tarefas militantes, o estudo precisa ser controlado, com carinho e paciência. Principalmente os camaradas que já fizeram o Curso Nacional precisam ser acompanhados no seu estudo pelos organismos regionais. Também os que têm por tarefa dar aulas precisam continuamente se aprimorar.

Uma importante iniciativa, igualmente, é organizar seminários político-teóricos, com programação de estudo dirigido e debate. Este é um importante instrumento para dominar, de uma ótica marxista-leninista, aspectos da formação econômico-social brasileira.

2) Organizar os cursos:

É necessário organizar os programas de cursos elementares, médios e superiores, de maneira a permitir uma ampla descentralização dos dois primeiros níveis, que devem ser ministrados nas bases e direções intermediárias, sob responsabilidade dessas organizações. Aos Diretórios Regionais cabe auxiliar, com quadros e diretivas concretas, o trabalho a ser realizado pelas diversas organizações intermediárias. À Direção Nacional cabe organizar curso especial superior.

Precisamos desenvolver pequenos cursos de capacitação política e teórica, curtos e ágeis, voltados para a formação de ativistas do movimento operário e sindical, do movimento camponês, de secundaristas e universitários, de mulheres e de bairros.

Devemos privilegiar, no nível elementar, os cursos para células e, no nível médio, cursos para dirigentes de células e de organismos distritais e municipais. A secretaria de organização em cada nível precisa selecionar cuidadosamente os que serão inscritos nesses cursos, bem como controlar a participação dos convocados.

Precisamos ampliar a atividade da Escola Nacional, estendendo seu alcance para outros estados, montar escolas regionais nos principais estados e formar professores em quantidade suficiente, sem esquecer que os dirigentes regionais também são professores dos cursos, pois eles é que



têm melhores condições de focar os problemas da aplicação concreta da linha partidária.

3) Utilizar amplamente a atividade de propaganda para promover a educação:

Devemos dar destaque à realização de palestras públicas e regulares nas sedes, confeccionar cartilhas e vídeos, ampliar e diversificar a linha editorial do Partido, utilizar mais profunda e constantemente a imprensa partidária para promover a educação. No nosso órgão central A CLASSE OPERÁRIA, precisamos ter uma coluna fixa tratando do tema da educação dos comunistas.

Neste campo se destaca o papel do Instituto de Estudos, como o Instituto Maurício Grabois, o CEPS/SP e o IPAS/RJ. Mais ou menos ativos em alguns estados, seu papel precisa ser ampliado, procurando promover atividades amplas, seminários, conferências etc., que atuam como extensão da formação de nossos militantes, e sobretudo para referenciar um pensamento avançado entre a intelectualidade progressista.

Os militantes precisam ser estimulados a escrever com regularidade ao órgão de sua associação, às revistas científicas e culturais. Aproveitar devidamente a contribuição de numerosos camaradas que atuam no meio acadêmico universitário ou entre a intelectualidade em geral. Muitos desses camaradas têm importantes produções nos vários campos do saber, em geral desconhecidas do coletivo. Podemos organizar conferências sobre esses temas, envolver esses camaradas no trabalho de nosso Instituto em nível de cada estado.

4) Organizar a seção de educação:

Para desenvolver esse trabalho é necessário haver responsáveis nos vários níveis da estrutura partidária, particularmente nos Diretórios Regionais. A esse responsável pela frente de trabalho de educação vincula-se a Comissão de Educação e a equipe de professores. O trabalho de educação está intimamente associado à organização – do qual depende para fixar as tarefas no campo da formação dos quadros militantes – bem como à agitação e propaganda. No entanto, tem sua especificidade. Ao responsável do DR cabe o controle da atividade da Escola do Partido.

Nos principais diretórios distritais e municipais devemos procurar indicar responsáveis pelo trabalho de educação, para que o DR tenha base de apoio para desenvolver um trabalho coordenado, multilateral e descentralizado.

Camaradas,

Vivemos uma fase mais elevada da existência do nosso Partido. O coletivo partidário mostra-se disposto a enfrentar o impulso revolucionário, os desafios da luta pelo socialismo no país. O Partido Comunista do Brasil vai, assim, rompendo as dificuldades e se consolidando como organização revolucionária que sabe o que quer e o que deve fazer para alcançar os objetivos. Compreende-se hoje, melhor que em nenhuma outra época de sua existência, a importância da fidelidade ao marxismo-leninismo, dando combate sem tréguas ao revisionismo de direita e de “esquerda”; assimila mais e mais a dialética da luta de classes e da construção partidária; atua permanentemente nas lutas de nosso povo, em todas as frentes de acordo com as condições em que se desenvolvem, visando a abordar as transformações revolucionárias. Está, portanto, em consonância com a vida, com as aspirações e ideais da classe operária e das massas populares.

Maduro como organização revolucionária, conta com uma militância jovem que tem um longo caminho a percorrer, dotando sua combatividade revolucionária de sólidos conhecimentos políticos e teóricos, indispensáveis aos comunistas. Empreender esse caminho, formar essas novas gerações vermelhas é tarefa a que nos devemos dedicar com entusiasmo e energia. Vamos empreender esse trabalho! Todos e cada um de nós têm seu posto nesse combate! Que o 7º Congresso do Partido fique gravado para sempre nas mentes e nos corações dos comunistas e do povo brasileiro como marco da consolidação revolucionária de nosso Partido, e como impulsionador decisivo de um mais elevado, profundo e profícuo trabalho de educação revolucionária de nossas fileiras combatentes.



A frente sindical e nossas tarefas

Ronald Freitas

Camaradas:

Saúdo os participantes do 7º Congresso do nosso Partido. Apresento, em nome do Comitê Central, um balanço de nossa atividade sindical entre o 6º e 7º Congressos, os elementos norteadores de nossa concepção e ação sindical, bem como as nossas principais tarefas nessa frente.

É inquestionável que o PCdoB aumentou sua influência e cresceu no movimento sindical brasileiro. Quando da realização da 1ª Conclat, em 1981, contávamos apenas com um reduzido número de aguerridos dirigentes e ativistas sindicais. Nossa inserção nas empresas e nos sindicatos era débil. Nosso poder de interferência nos rumos do sindicalismo era pequeno.

Hoje o quadro é diferente. Somos uma força combativa e respeitada no movimento sindical, onde jogamos um papel saliente. Temos presença significativa, seja em nível das bases, seja em nível das direções, em vários sindicatos do país. Em certos estados participamos ativamente da vida sindical, noutros influímos com destaque, e em alguns somos força dirigente do movimento. Não é por menos que várias correntes, seja de direita ou da pretensa esquerda, nos elegeram como alvo principal de seus ataques, na imprensa burguesa e na atividade sindical em geral.

Esse crescimento se deve fundamentalmente ao acerto da nossa linha sindical. O 6º Congresso do nosso Partido, em 1983, insistiu na necessidade de os comunistas estreitarem seus vínculos com o movimento de massas, rompendo com o espírito de pequenos círculos, e contribuírem de forma decisiva para impulsionar as lutas dos trabalhadores e fortalecer suas organizações. Antes do 6º Congresso, no importante documento *Por um Mo-*



vimento Operário Combativo, Unido e Consciente, elaborado em 1981, o Partido já havia traçado os princípios norteadores da nossa ação sindical. Nos seus aspectos centrais, esse documento permanece atual.

Munido dessa linha revolucionária, o PCdoB participou ativamente, na medida de suas forças, dos embates travados pelo sindicalismo e pelos trabalhadores brasileiros. A marca da nossa atuação foi sempre a da combatividade e a da defesa da unidade dos trabalhadores. Procuramos sempre dar ao movimento uma direção política acertada, que resultasse em vitórias e no acúmulo de forças.

Não vacilamos em combater o economicismo, o apoliticismo e outros desvios imperantes nos meios sindicais. Esforçamo-nos para vincular as lutas econômicas específicas às lutas políticas do povo brasileiro por transformações na sociedade. Ainda na fase do regime militar, o Partido indicou a necessidade de o movimento sindical ocupar seu lugar na luta pela democratização do país, pelo fim do autoritarismo dos generais. Posteriormente, no início da Nova República, mostrou a importância de unir forças na batalha pela ampliação da democracia, demonstrando que esse caminho permitiria novos avanços nas lutas dos trabalhadores com vistas aos confrontos futuros. Foi com esse espírito que os comunistas participaram ativamente das três greves gerais realizadas e em outras importantes campanhas, como a das diretas-já, por uma Constituinte democrática e progressista etc.

No terreno das articulações intersindicais, o Partido também ocupou seu espaço. Desde a sua retomada, quando dos preparativos da 1ª Conclat, lutamos decididamente pela formação de uma central unitária no país. Apontamos a necessidade de se superar o corporativismo do movimento sindical. Combatemos as concepções apelegadas, que pretendiam restringir essas articulações aos marcos da atual estrutura sindical, e o exclusivismo de “esquerda”, que negava qualquer critério de representação sindical. Mesmo após a divisão do sindicalismo, promovida pela CUT, mantivemos a bandeira da unidade de ação e a luta pela reunificação orgânica do sindicalismo.

O Partido soube se portar com amplitude e flexibilidade. Não trilhou o caminho do isolamento. Desenvolveu uma política de alianças ampla que, sem ferir sua independência, teve como critério básico a unidade de fazer avançar as lutas dos trabalhadores. Evitando esquemas pré-estabelecidos, realizamos alianças ora no campo da CGT, ora no campo da CUT, ora fora

deles, obtendo assim vitórias em importantes pleitos sindicais. Em decorrência disso desenvolvemos inúmeros contatos na área sindical, sentimos as aspirações das bases, aprofundamos a análise sobre a real composição de forças nas direções sindicais. Essa mesma visão predominou nas articulações intersindicais, onde procuramos sempre somar forças para combater o reformismo e as correntes esquerdistas.

O PCdoB avançou no movimento sindical, mas também apresentou debilidades. Algumas fruto da inexperiência, outras da má aplicação da nossa própria linha e outras ainda devido a uma certa subestimação da nossa ação nos sindicatos.

Ainda notamos certo espontaneísmo na nossa atuação sindical. Não dominamos suficientemente a realidade das categorias e dos órgãos de classe onde temos presença. Pouco nos dedicamos ao estudo da teoria e a pesquisa sobre as mudanças operadas no país e no sindicalismo brasileiro.

Observa-se, inclusive, certas incompreensões da nossa própria linha sindical. Em decorrência disso, pouco planejamos nossa atividade, nem sempre estabelecemos prioridades, controlamos de forma insuficiente nossa ação no meio sindical.

Essa situação adquire tons mais preocupantes nas entidades em que os comunistas participam de suas direções. Mesmo em sindicatos onde somos força destacada, no geral não conseguimos imprimir uma marca diferente ao trabalho sindical, de acordo com a nossa concepção revolucionária. Apesar da grande dedicação dos comunistas, acaba-se caindo num praticismo que dá poucos resultados. Não investimos o suficiente na imprensa sindical, na formação de novos quadros, no enraizamento da entidade nas empresas.

Outro problema grave é a nossa ainda frágil penetração nas grandes fábricas e empresas. Nos estados mais industrializados do país, como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, nossa inserção nos locais de trabalho está muito aquém das possibilidades e necessidades. Temos poucas células nas grandes empresas. Mesmo o estudo sobre as novas formas de organização interna dos trabalhadores, como as Cipas e as Comissões de Fábricas, é pequeno entre nós. Essa falha tem consequências profundas. Sem um trabalho organizado no interior das empresas é difícil impulsionar as lutas dos trabalhadores e, de um ponto de vista mais imediato, pioram nossas



condições para ocupar os postos de direção nos sindicatos e interferir nos rumos do sindicalismo.

Nesse período também se constatou em determinadas ocasiões um certo comprometimento de nossa independência na atuação sindical. Esse desvio ficou mais patente na composição de algumas chapas para pleitos sindicais, que nos levaram a atitudes reboquistas e mesmo direitistas. Particularmente em São Paulo, na fase em que a direção regional resvalou no oportunismo, essa conduta gerou graves prejuízos – inclusive confusão entre os trabalhadores. Noutros casos, numa visão esquemática, tivemos atitudes exclusivistas e nos isolamos.

O acompanhamento das várias frentes, pela Comissão Nacional, deixa a desejar. Particularmente débil tem sido nossa articulação do movimento sindical de trabalhadores rurais, e na área do funcionalismo público. A própria constituição da Comissão do Comitê Central não se completou.

Essas e outras debilidades dificultaram um crescimento maior na frente sindical. Evidentemente, precisam ser superadas com um trabalho sério, persistente e paciente do coletivo partidário.

Hoje não somos força hegemônica no movimento sindical, como já o fomos em outras épocas. As causas disso extrapolam em muito as debilidades acima apontadas. Não podemos esquecer o prejuízo causado à nossa ação sindical, pela feroz repressão militar. Valorosos quadros comunistas, como Arroyo, Guilhardini, Danielli, entre outros, com rica experiência no campo sindical, tombaram na luta contra a ditadura. Durante toda a fase mais dura do regime militar, os comunistas tiveram enormes dificuldades de acesso aos sindicatos. Enquanto éramos perseguidos, presos, proibidos de participar em chapas eleitorais, sindicalistas reformistas, pelegos e esquerdistas ocupavam espaço no movimento sindical e eram promovidos a “grandes líderes” dos trabalhadores pela imprensa burguesa.

A traição do revisionismo contemporâneo também trouxe incalculáveis danos ao nosso trabalho de massas. Essa praga, que nos levou a reorganizar o Partido em 1962, gerou grande confusão entre os trabalhadores. Até hoje a reação, os socialdemocratas e os trotskistas tentam nos confundir ao podre PCB, com sua política conciliadora, cupulista e de traição aos ideais da classe operária. Além disso, a traição do revisionis-

mo abriu espaço e deu fôlego para várias correntes políticas divisionistas, que já haviam sido derrotadas politicamente no passado, e agora reaparecem com certa força.

Atualmente o movimento sindical é um campo minado pela ação de tendências socialdemocratas, trotskistas, anarcossindicalistas e outras. A Igreja, com sua concepção exclusivista e reformista, aumentou sua influência no sindicalismo e conta com uma poderosa estrutura para disseminar seu veneno anticomunista. A disputa na frente sindical é muito mais complexa do que antigamente. Todas essas correntes pretendem alcançar a hegemonia sindical e procuram de todas as formas dificultar nossa ação. Para isso, recebem polpudos financiamentos de centrais sindicais e entidades sob controle governamental estrangeiro.

A própria realidade econômica do país se alterou nos últimos anos. Qualquer análise que vise a superar nossas debilidades na frente sindical deve levar isso em conta. Com o desenvolvimento do capitalismo dependente, surgiu uma indústria moderna de grande porte e de padrões internacionais. A composição da classe operária brasileira, em decorrência disso, sofreu mudanças. Formou-se uma camada de operários, melhor remunerados, que têm novas exigências diante do movimento sindical. Surge uma aristocracia operária que, embora pequena, tem uma influência significativa. Dessa camada é que sai a maioria dos dirigentes dos principais sindicatos operários do país. O patronato sofisticou seus métodos de repressão e cooptação dos trabalhadores. Desestimula a vida sindical. Através da corrupção procura cooptar qualquer liderança que desponte e, caso essa não ceda, a demite. Através dos CCQ's procura envolver o proletariado em metas de aumento de produtividade.

Sobre Centrais Sindicais

É tendo em conta toda essa situação que devemos analisar o quadro atual das centrais sindicais no Brasil. Questão que tem gerado grande discussão nas fileiras partidárias. Mas para que possamos dar passos acertados nesse campo é preciso estudá-la de forma multilateral. Qualquer avaliação simplista, que negue a própria complexidade da situação, pode nos conduzir a erros graves.

No essencial, nossa linha com relação às centrais sindicais contribuiu para o fortalecimento dos comunistas no sindicalismo, abriu espaços, per-



mitiu alianças e possibilitou avanços nas lutas dos trabalhadores. Equívocos foram cometidos durante essa trajetória, mas sem afetar a fundo nossa orientação e nosso crescimento.

Participamos ativamente do processo de retomada das articulações intersindicais no país. Mesmo com pouca força, o Partido insistiu na necessidade de se romper com o corporativismo e de se formar uma central sindical unitária. Não titubeou em polemizar com as concepções equivocadas que se manifestaram nesse período. Comprou a briga com os pelegos e os divisionistas. Fez de tudo para garantir a unidade de ação e a unidade orgânica do sindicalismo. Na greve geral de julho de 1983, quando já se manifestavam sintomas da cisão sindical, o Partido fez esforços para evitar o racha.

A fundação da CUT, em agosto de 1983, consumou a divisão. O PCdoB ocupou seu lugar no combate às ideias exclusivistas e antissindicais que geraram essa central. Foi grande nossa contribuição no sentido de desmascarar essa articulação, de demonstrar seu caráter partidarizado – a serviço do PT. Denunciamos sua política de defesa do pluralismo sindical, mostramos o sentido real da Convenção 87 da OIT. Criticamos sua conduta aventureira, sua participação vacilante na campanha das Diretas-Já, sua ausência na construção da frente democrática que elegeu Tancredo e derrotou o regime militar, sua postura inconsequente diante da Nova República, e mais recentemente sua defesa do presidencialismo e seus acenos de pacto social, através do chamado “acordo nacional”. Deixamos claro que a CUT havia sido o instrumento principal da divisão do sindicalismo brasileiro, contribuindo para tornar realidade um velho sonho das classes dominantes.

A CUT cumpriu assim o papel estratégico da socialdemocracia de dividir o movimento sindical e dificultar-lhe uma ação revolucionária. Serve de valhacouto dos trotskistas, renegados do marxismo e anticomunistas de toda espécie. Por tudo isso, ela não se transformou em uma central capaz de unificar e representar o conjunto do movimento sindical.

Cristalizada a cisão, continuamos na trincheira da luta pela unidade. Enfrentando os pelegos e sua conduta igualmente divisionista, evitamos o surgimento de uma outra central naquela fase. Participamos da articulação da Conclat, que tinha como principal objetivo conquistar a reunificação do movimento sindical.

Inviabilizado esse caminho, o Partido decidiu participar da fundação da CGT. Desde o início deixou claro que a composição de forças no interior dessa central seria delicada. Que por refletir o movimento sindical real do país, participariam dela inúmeras correntes sindicais com concepções conflitantes. O Partido não estava disposto a servir de esteio para o peleguismo e engajou-se no processo de construção da CGT disposto a dar uma marca combativa e unitária para a nova central.

No primeiro embate entre essas concepções, obtivemos importantes vitórias. No Congresso de fundação da CGT, em março de 1986, tivemos um papel decisivo no sentido de aprovar um programa avançado para a nova central – um programa combativo, unitário e que a colocava participando de forma avançada da luta de classes da sociedade brasileira. Ela nasce baseada em critérios de representação sindical real, que poderia permitir a existência de um amplo e democrático debate. Mas na eleição da sua primeira direção, o mesmo não ocorreu. Esta não expressou a composição progressista do Congresso, mas sim a correlação de forças existente na cúpula do sindicalismo. A direção eleita ficou em flagrante antagonismo com as resoluções dos congressistas. Predominaram em sua Executiva Nacional dirigentes imobilistas e notórios pelegos.

Mesmo assim, respaldado no programa central, o Partido se esforçou para construir uma entidade dinâmica, comprometida com as lutas dos trabalhadores e capaz de se tornar um polo aglutinador do movimento sindical. Com esse objetivo, os comunistas demarcaram campo com os sindicalistas de direita e engajaram-se na construção de CGT's estaduais combativas. Também aí o Partido alcançou relativo sucesso, ajudando a eleger direções estaduais progressistas, de luta, consoantes com as resoluções do Congresso de fundação. A última greve geral, realizada em agosto de 1987, comprovou o acerto dessa nossa orientação. Exatamente nos locais onde foram formadas direções amplas e combativas para as CGT's estaduais é que o movimento teve maior adesão.

A luta entre esses dois blocos no interior da CGT evoluiu e se acirrou. A sua cúpula imobilista não correspondia à situação política dinâmica, em rápida mutação, que exigia ação, determinação e compromisso com as lutas dos trabalhadores. Por seu turno, nos estados, nas bases, o movimento sindical reagia. Apoiando-se nas CGT's Estaduais, os sindicalistas progressistas derrotaram em várias ocasiões as tentativas da maioria da Executiva de conciliar com o governo e os patrões. Esse antagonismo se aprofundou continuamente.



Os acontecimentos que se sucederam a partir da greve geral de 20 de agosto de 1987 mostram um processo de assalto da direção da CGT pela direita, que culminou na Plenária Nacional do dia 30 de janeiro de 1988. Esse processo foi um reflexo no campo sindical de mudanças na situação política e sindical. Os setores conservadores, se recompondo com o governo Sarney, necessitavam de um instrumento no movimento sindical que lhes fosse dócil. A vitória de Luiz Medeiros no Sindicato do Metalúrgicos de São Paulo propiciou à direita sindical uma representatividade que não dispunha e, em decorrência, a formação da corrente do sindicalismo autointitulado “de resultados”. Esta, com base no apoio governamental e patronal, usando métodos fascistas, assaltou a plenária da CGT, rasgou seus estatutos, mudou os critérios de representação sindical e alterou sua política.

Essa situação tornou inviável a coexistência nessa central, de concepções e práticas sindicais tão excludentes. Decidimos romper com a cúpula da CGT.

Nosso Partido, embora tenha retardado o tratamento dessa crise, não compactuou, não se imobilizou diante dessa situação, e articulou os setores progressistas e independentes da CGT. Estimulou a realização de uma série de reuniões que culminaram na Plenária Nacional de Entidades Sindicais em 9 de abril deste ano. Aí foi criada a Corrente Classista da CGT, rompendo com sua direção nacional e abrindo novas perspectivas para o movimento.

O surgimento da Corrente Classista, além de ser uma resposta ao avanço da direita na CGT, significa um avanço e amadurecimento do movimento sindical como um todo. Várias outras tentativas já haviam sido realizadas com esse objetivo, porém malograram. Foi necessário que o acirramento da luta política e sindical exigisse maior definição de posição, forçando com isso o desmascaramento de certos círculos. Corresponde também a uma presença maior do nosso Partido no movimento sindical, capaz, dessa forma, de estimular e ser sua força catalizadora.

Camaradas:

A concepção sindical que norteou e deverá continuar norteando nossa atuação nessa frente se baseia na compreensão de que o centro do nosso trabalho sindical é transformar o sindicalismo numa força revolucionária,

que jogue importante papel no processo de emancipação política, econômica e social do proletariado e do povo brasileiro. Para cumprir esse papel o sindicalismo tem que ter necessariamente um ponto de vista classista em sua atuação. O caráter de classe que o movimento sindical necessita ter decorre dos objetivos estratégicos da classe operária no processo da luta emancipacionista, e corresponde ao desenvolvimento político e teórico desta.

Um sindicalismo de luta e não de conciliação, unitário e não divisionista, independente, democrático e politizado são as características essenciais do sindicalismo classista. A luta em defesa de suas reivindicações econômicas e políticas, e não a conciliação e a busca de harmonia com o capital, é característica básica do sindicalismo que defendemos. A história ensina que só através da luta organizada e consciente conseguem a classe operária e o movimento sindical obter vitórias. Isso não é sinônimo de sectarismo, de não buscar conversações e negociações a fim de obter vitórias parciais e minimizar as duras condições de vida e trabalho dos assalariados. Mas essa negociação sindical é subordinada à luta, e não à conciliação com os patrões e o governo.

A defesa da unidade sindical, um só sindicato por ramo de produção, base territorial, estado e país é condição decisiva para a existência de um movimento de luta e classista. A unidade sindical que defendemos tem caráter de classe, decorre da necessidade da classe operária de agir unida na luta contra a burguesia, seja nas lutas reivindicatórias econômicas, seja na disputa política. Não defendemos a unidade sem princípios, que serve para arranjos oportunistas sejam de direita, sejam de esquerda. Não defendemos a unidade exclusivamente em torno de um partido ou agrupamento político. Não defendemos a unidade das cúpulas, mas sim como resultado da articulação do trabalho de base e de direção. A unidade que defendemos é a unidade classista do movimento. Que respeita a pluralidade de ideias, de concepções políticas, religiosas e culturais entre os trabalhadores, mas que compreende que, enquanto classe, eles são “unitariamente” explorados pela burguesia, pelo capital. Daí a necessidade dessa unidade orgânica e de ação, para lutar e obter êxito contra o patronato.

Um sindicalismo independente do governo e dos patrões é outra característica do movimento sindical classista. É não aceitar a ingerência do governo, através do Ministério do Trabalho ou outros agentes, na vida sindical. Defendemos um sindicalismo que democraticamente elabore seus es-



tatutos, defina as regras de suas eleições, destine a aplicação de suas finanças, estabeleça seus vínculos confederativos, e não seja objeto de pressões e intervenções governamentais em sua diretora,

Um sindicalismo democrático e politizado, que considere o sindicato como representante de toda a categoria de todos os trabalhadores, e não de segmentos e grupos, é outra característica importante do sindicalismo classista. É necessário politizar, o mais profundamente possível, o movimento sindical. Limitado às lutas reivindicatórias econômicas, por mais combativo e radical que se apresente, não passa de um auxiliar valoroso da burguesia, de um sindicalismo reformista, de “resultado” ou de “conquistas”. Politizar o Movimento Sindical é integrá-lo na luta da classe operária pela sua emancipação política e social, pela revolução. É levá-lo a atuar na área política de um ponto de vista de classe, do operariado. Isso implicará uma ação política ampla, flexível, de acordo com a correlação de forças existente na sociedade. E não a uma ação política estreita, sectária, principista, que só sabe repetir os princípios gerais da revolução, mas não sabe inseri-los na vida e transformá-los em ação política transformadora.

Camaradas:

Definidos os rumos de nossa atuação, apresentamos as nossas tarefas centrais para a frente sindical.

. Continuar decididamente a luta pela unidade do movimento. Só unido o movimento sindical poderá cumprir seu papel no processo de luta do povo brasileiro. A CGT, a CUT e a USI não são articulações sindicais que possam cumprir esse papel unificador. Os seus objetivos e a sua prática o demonstraram. O surgimento da Corrente Classista abre novas perspectivas nesse campo e devemos fortalecer e estimular todas as iniciativas tendentes a criar a Unidade Classista do Movimento. Como coloca o Informe Político do camarada Amazonas: “Por uma central única, classista, democrática, voltada para a defesa dos interesses da classe operária contra o patronato e pelo avanço do país.”

- Implantar o Partido nas fábricas e nos locais de trabalho. Essa é indiscutivelmente a chave para uma mudança significativa na nossa atuação sindical. Enquanto não estivermos presentes nas grandes fábricas e nas grandes concentrações operárias, sempre teremos uma debilidade estrutural na nossa atuação sindical. Teremos dificuldades para dirigir os grandes

sindicatos, e também para interferir nos rumos das articulações intersindicais.

Para isso se faz necessário um trabalho organizado e planejado. Que estabeleça prioridades, que use métodos adequados e que não permita represálias patronais. Que conheça a realidade onde se desenvolve ou se desenvolverá.

- Desenvolver e elevar o nível político e organizativo do movimento sindical. Aqui, os comunistas têm um papel destacado de primeiro plano. Os recentes avanços do sindicalismo reformista, seja de direita, seja de esquerda, colocam uma imperiosa necessidade de desmascará-lo, e de mostrar que só participando ativamente da luta política, de um ponto de vista classista, estará o movimento sindical cumprindo seu papel histórico.

Aos comunistas compete envidar todos os esforços para que o sindicalismo participe ativamente da luta do operariado e do povo brasileiro, para sairmos da profunda crise que atravessamos e criarmos uma pátria livre, independente, democrática e progressista.

- Lutar pela existência de um sindicalismo independente e autônomo do governo e dos patrões. Nesse campo, a Assembleia Nacional Constituinte aprovou em primeiro turno uma nova estrutura sindical para o país. Torna-se necessário garantir a aprovação em definitivo dessas normas, e lutar para aplicá-las à realidade sindical existente. Incentivar reuniões intersindicais unitárias, que estabeleçam os mecanismos e as formas de implantação dessa nova estrutura sindical.

- Travar a luta teórica e combater as concepções sindicais reformistas, divisionistas, anarcossindicalistas, trotskistas etc..., que campeiam no movimento. Reativar o CES e consolidar a revista *Debate Sindical*. Sem efetuar uma crítica em profundidade às concepções não proletárias, não teremos condições de definir campos e fazer avançar a concepção classista.

- Dar continuidade às reivindicações imediatas dos operários e do movimento na luta por estabilidade no emprego; jornada semanal de 40 horas; contra o arrocho salarial e pela escala móvel a 10% da inflação; por um salário-mínimo nacional de acordo com os cálculos do DIEESE, entre outros.



Camaradas:

A realização do nosso 7º Congresso é uma prova do nosso avanço e de nossas vitórias. Munidos de suas resoluções e por elas unificados, estaremos prontos para novas batalhas e novas vitórias.

Viva o 7º Congresso!

Viva a classe operária!

Viva o internacionalismo proletário!

Viva o PCdoB!

A propósito da experiência dos comunistas na Constituinte brasileira de 1987-1988

Haroldo Lima

Os comunistas sempre consideraram necessária a participação na frente parlamentar de luta. Não aceitam a opinião de que esta é a frente decisiva nem muito menos a única, como a encaram os partidos burgueses. Desde Lênin, compreendem que, se o “parlamentarismo caducou historicamente, do ponto de vista histórico-universal, isto é, se a época do parlamentarismo burguês terminou”, entretanto ele “não caducou politicamente.” Não se deve – como acentuou Lênin – “julgar que o caduco para nós tenha caducado para a classe, para a massa”, razão pela qual, até que se tenha condições de tornar caduco na prática o parlamento, os comunistas têm, como disse Lênin, “a obrigação de atuar no seio destas instituições” (*Esquerdismo, doença infantil do Comunismo*, Lênin).

O Partido Operário Socialdemocrata da antiga Rússia foi quem abordou pela primeira vez, de um ponto de vista marxista, a questão da Constituinte. Já em 1904-1905, o Partido levantara o objetivo de luta pela convocação de uma “Assembleia Constituinte eleita por todo o povo”. Foi o primeiro partido político a defender uma constituinte na antiga Rússia, bem antes do período em que quase todos os demais partidos passaram a levantar semelhante bandeira. Mas Lênin foi cuidadoso em especificar, reiteradas vezes, quais eram os pressupostos da Constituinte pela qual lutavam os comunistas ou, em outras palavras, em que condições a Constituinte deveria se realizar.

Duas condições básicas eram identificadas por Lênin como indispensáveis à Constituinte: 1) Eleições livres para a escolha dos constituintes; e 2) que a assembleia assim eleita tivesse o poder de “constituir” uma nova situação para o país. Para que essas duas condições pudessem prevalecer, em um país então submetido a um governo autocrático e liberticida, só ha-



via um meio: o afastamento preliminar da autocracia, o fim do czarismo e a emergência de um governo provisório e democrático. Daí todo o esforço de Lênin em destacar a necessidade de a Constituinte ser convocada por um governo provisório e democrático que presidisse eleições livres e que lhe respeitasse o poder de “constituir”.

O PC do Brasil, em sua 6ª Conferência realizada em junho de 1966, examinou a situação do país após o golpe de 1964 e traçou a linha tática de seu comportamento. O Partido propôs a criação de uma frente de grande amplitude que defenderia uma plataforma comum, com bandeiras nacionais e democráticas adaptadas ao momento, a exemplo daquelas que a resolução da Conferência apontava. Foi nessa oportunidade, dois anos e três meses após o golpe de 1964, que o PCdoB levantou, pela primeira vez no Brasil pós-golpe, a necessidade de uma luta pela “convocação de uma Assembleia Constituinte livremente eleita”. Desnecessário dizer que nenhuma força política brasileira enxergou com tanta antecedência a importância e a oportunidade dessa bandeira de mobilização.

O PCdoB dá novo passo importante na sua formulação tática em janeiro de 1975, quando, na mais dura clandestinidade, o Comitê Central aprovou uma mensagem aos brasileiros intitulada *Levar adiante e até o fim a luta contra a ditadura*.

Nessa mensagem, o CC detalha e propõe aos brasileiros três palavras de ordem básicas para o momento: “a convocação de uma Assembleia Constituinte livremente eleita, a abolição de todos os Atos e Leis de exceção e a anistia geral”. A mensagem aos brasileiros trata também das condições que a Constituinte aludida deve satisfazer: 1) que seja “livremente eleita” através de eleições em que, diz a mensagem, “exista liberdade de organização e de manifestação de pensamento, ideias e programas em confronto, candidatos indicados pelas diversas correntes de opinião”; e 2) que “disponha de real poder (...), que tenha “autoridade para criar um sistema de governo que emane do povo.”.

Mais à frente, em setembro de 1978, o Partido divulgou nota sobre as eleições que se avizinhavam. A nota recomenda, no seu quinto ponto, o apoio a ser dado “aos candidatos que defendam firmemente a abolição de todos os Atos e Leis de exceção, a anistia geral e irrestrita e a convocação, por um governo democrático e provisório, de uma Constituinte livremente eleita.”.

O PCdoB, dessa forma, sempre apresentou a luta pela convocação da Constituinte como intimamente ligada à batalha pelo fim do regime militar, pelo fim das leis de exceção e pela liberdade. Quando os militares, depois de 21 anos, foram apeados do poder, quando as liberdades se ampliaram, o voto dos analfabetos foi estabelecido, os partidos clandestinos legalizados, as centrais sindicais e a UNE reconhecidas, a censura prévia suspensa e a repressão em geral contida, o PCdoB apoiou, então, a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte a ser eleita em 1986, expressamente reconhecida no art. 1º da Emenda Constitucional nº 26, de novembro de 1985, que a convocava como “livre e soberana”.

Todavia, a eleição de 1986 para a Constituinte realizou-se num quadro de sérias limitações. Em primeiro lugar, houve coincidência da eleição para a Constituinte com o pleito para os governos dos estados, o que quer dizer que houve a subordinação da eleição para a Constituinte à eleição majoritária dos governadores. Ou seja, a eleição dos governadores foi a que polarizou a opinião pública e, com isso, a eleição dos constituintes teve caráter secundário. Relaciona-se com este fato o grande número de votos brancos e nulos, cerca de 40% dos computados para os deputados federais constituintes. Essa foi a primeira deformação do processo eleitoral da Constituinte.

Como se isso não bastasse, as normas eleitorais do regime autoritário restringiram a representatividade eleitoral dos estados mais populosos e, conseqüentemente, do eleitorado mais progressista, e valorizavam a dos estados menos populosos, politicamente mais atrasados – os conhecidos “grotões”. Essa engenharia política do autoritarismo levava a que 499.800 pessoas fossem representadas por um deputado federal em São Paulo, enquanto no Acre, bastam 46.625 pessoas para que haja um deputado federal representando-as no Congresso Nacional. Ou seja, um eleitor do Acre vale dez vezes mais que um eleitor de São Paulo. Essa foi outra distorção que influiu negativamente na composição da Constituinte.

Apesar da aparente liberdade de organização partidária e de expressão no processo eleitoral, houve limitações inequívocas no grau dessa liberdade. Por exemplo, foram grandes as distorções havidas no acesso dos partidos ao horário gratuito destinado à propaganda dos candidatos no rádio e na televisão. Dito acesso só foi permitido aos partidos políticos com representação no Congresso Nacional. A livre manifestação de pensamento foi, assim, na prática, dificultada. Além disso, ao distribuir o tempo de propaganda eleitoral gratuita, a legislação privilegiou, de maneira exorbi-



tante, os chamados grandes partidos, que se transformaram em “grandes” na época em que a liberdade era cerceada pela ditadura, em detrimento dos pequenos partidos, que foram mantidos pequenos graças à perseguição tenaz do regime militar.

Nós, comunistas, sabemos que toda eleição em regime burguês sofre a deformação básica do predomínio das classes dominantes sobre os meios que condicionam os resultados eleitorais. Por isso mesmo é que não temos ilusões nessas eleições fundamentalmente viciadas que, entretanto, são chamadas, na sociedade burguesa, de “eleições livres”. As distorções do pleito de 1986, porém, dão-lhe uma conotação especialmente fraudulenta, fazendo com que a “Constituinte livremente eleita” pela qual se lutava não o tivesse sido.

Essa situação não poderia deixar de se refletir na composição da Constituinte. Segundo uma pesquisa publicada pelo jornal *Folha de S.Paulo*, na sua edição de 19 de janeiro de 1987, a composição ideológica dos constituintes era a seguinte: 12,3% de **direita**; 23,4% de **centro-direita**, 32,5% de **centro**; 22,5% **centro-esquerda**; e apenas 9,3% de **esquerda**. Outra pesquisa, publicada pela empresa Semprel, de propriedade do ex-ministro Said Farhat, apontava: 22,5% de **esquerda**; 49,9% de **centro** e 27,6% de **direita**. Independentemente da precisão dos números, pode-se concluir que a grande maioria dos constituintes, cerca de 70%, compunha um bloco de **centro** e de **centro-direita**, como analisou corretamente o PCdoB logo após a divulgação dos resultados da eleição de 1986. Do ponto de vista de sua composição de classes, a situação é igualmente esclarecedora. Dos 559 constituintes, apenas seis são de origem operária, enquanto 80 são empresários e 40 empresários rurais, num total de 120 constituintes diretamente ligados ao capital, segundo dados do jornal *Folha de S.Paulo*. Foi nesse contexto que o PCdoB formou uma bancada de cinco deputados que, evidentemente, não podiam alimentar maiores ilusões em relação à Constituinte.

Mudanças eventuais de importância só seriam alcançadas na Constituinte com base na pressão popular e na habilidade e firmeza dos setores progressistas. A Constituinte se orientaria presumivelmente apenas para votar mudanças modernizadoras tímidas e discretas, na estrutura capitalista brasileira.

Com o início dos trabalhos da Constituinte, um tema avultou desde os primeiros instantes: o questionamento ao poder soberano da instituição.

A participação na Constituinte dos senadores eleitos em 1982, admitida pelos constituintes eleitos em 1986, foi a primeira derrota da soberania da Constituinte.

Ao discutir e aprovar o seu Regimento Interno, travou-se importante batalha sobre a soberania da Constituinte. A bancada do PCdoB, com o apoio de 30 constituintes de outros partidos, apresentou uma Proposta de Decisão Constitucional que objetivava retirar do texto constitucional vigente todos os instrumentos discricionários do regime militar. Era fundamental que a Constituinte revogasse os dispositivos autoritários vigentes, como as Medidas de Emergência que poderiam limitar seu trabalho livre.

Esta primeira batalha foi perdida. A maioria dos constituintes aprovou um Regimento Interno que não reafirmava claramente a soberania da Constituinte! A fórmula adotada previa a possibilidade de a Constituinte apenas “sobrestar medidas que possam ameaçar os seus trabalhos.”. A Constituinte deixou de limpar o “entulho autoritário” que permaneceu intocado e que é uma ameaça latente à sua soberania.

Ao abrir mão da reafirmação incondicional de sua própria soberania, a Constituinte pavimentou o caminho para que a sua legitimidade fosse colocada em questão permanentemente.

Por inspiração de Saulo Ramos, Consultor-Geral da República, passa a existir uma polêmica em torno da Constituinte como poder “originário” ou como poder “derivado”, arguindo-se os poderes limitados do que seria uma Constituinte derivada: respeitar a Constituição que a convocou. A Constituinte, por esse raciocínio, guardaria respeito ao texto constitucional atual outorgado pelos generais. Todo esse arrazoado levava à tese de que a Constituinte não tinha poderes para alterar o sistema de governo presidencialista imperante, nem definir o mandato do atual presidente da República.

Durante todo o período de seu funcionamento a Constituinte viveu permanentemente sob as pressões, ameaças e intromissões de representantes do Executivo, das multinacionais e do latifúndio. Os ministros militares, seja através de declarações à imprensa, seja através de publicações dirigidas a constituintes, diziam constantemente o que a Constituinte deveria ou não fazer e o que eles aceitariam ou não. O imperialismo americano também se fez presente nas pressões à Constituinte. O *Jornal de Brasília*, em sua edição do dia 26 de junho de 1987, publicou matéria intitulada *EUA*



fazem pressão sobre Constituinte, onde denunciava a formação de um grupo para pressionar a Constituinte a aprovar teses de interesse de empresas norte-americanas, grupo esse coordenado pelo próprio embaixador dos Estados Unidos no Brasil, senhor Harry Shlaudeman. Tal notícia provocou a apresentação de um Requerimento de Informações, de autoria do Líder do PCdoB na Constituinte, solicitando a confirmação dessas informações. Como de praxe, não obtivemos nenhuma resposta por parte do governo.

Mas a pressão maior sobre a Constituinte veio em maio de 1987, pelas palavras do próprio presidente da República, senhor José Sarney, que ocupou uma cadeia de rádio e televisão para “comunicar” que já havia decidido permanecer no poder até 1990 e que não abriria mão da aprovação do sistema presidencialista de governo. A intervenção na Constituinte era aberta e deslavada.

Todas essas pressões, chantagens e ameaças provocaram prontos e enérgicos protestos dos comunistas e de progressistas na Constituinte. Porém não despertaram uma reação firme e rápida por parte do conjunto da Constituinte, especialmente de sua autoridade maior, o presidente Ulysses Guimarães.

Dessa maneira, tendo a Constituinte sofrido injunções deformadoras no processo de sua eleição e estando com sua soberania sob o fogo cerrado das forças reacionárias, passou a demonstrar capacidade limitada de “constituir”. Mais do que isso, passou a “constituir” sob vigilância, a decidir sob pressão e sob ameaça e, no que respeita a setores fisiológicos e de direita, a negociar sua soberania escancaradamente. Em certos momentos a Constituinte abrigou um verdadeiro “balcão de negócios”, onde um voto valia concessões de canais de rádio e televisão, cargos no segundo escalão do governo e, algumas vezes, pelo que se diz, dinheiro vivo.

Os comunistas estiveram vigilantes na defesa dos interesses democráticos e populares na Constituinte. Desde a campanha eleitoral, o PCdoB apresentou ao povo suas propostas concretas para a futura constituição, divididas em dezesseis grandes subitens. Essas propostas que orientaram a campanha dos candidatos comunistas à Constituinte serviram de base, também, para as trinta e quatro sugestões constitucionais encaminhadas oficialmente pela bancada comunista à Mesa da Assembleia Nacional Constituinte. Num trabalho constante, a bancada comunista participou ativamente de todo o processo constitucional, desde as subcomissões temá-

ticas, a Comissão de Sistematização e o plenário. Em todo esse processo, segundo o Prodasen, nosso Partido apresentou um total de 1.003 emendas, abordando os principais pontos em debate na Constituinte, das quais 204 foram aprovadas.

Na fase final das votações em plenário, no primeiro turno, os comunistas participaram, até agora, diretamente ou através de mecanismo regimental de fusão de emendas, da aprovação de onze importantes dispositivos constitucionais, a saber: o que estabelece a casa como asilo inviolável do cidadão; o que permite a qualquer cidadão poder propor ação popular; o que define o piso salarial proporcional à complexidade do trabalho realizado; o que fixa a jornada de 6 horas para turnos ininterruptos de trabalho; o que assegura a liberdade e a unicidade sindical; o que amplia o número de vereadores nos municípios com até cinco milhões de habitantes; o que garante que a revisão da remuneração dos servidores públicos civis e militares será feita na mesma época e com os mesmos índices; o que dá direito de voto aos maiores de 16 anos; o que afirma direito de greve para os trabalhadores; o que estabelece normas para a reforma urbana; e o que define o conceito de empresa brasileira de capital nacional.

Ao lado da apresentação e da defesa de suas propostas, os comunistas tiveram papel destacado na articulação política na Constituinte, incorporando-se vigorosamente às articulações dos setores que ali defendiam, em geral, posições progressistas, como o PT, o PDT, o PSB, a esquerda do PMDB e outros, no sentido de enfrentar a direita e a reação. Nesse processo, o PCdoB nunca se recusou a dialogar, a negociar, mas igualmente, nunca admitiu qualquer negociação que levasse à aprovação de propostas atrasadas ou conservadoras. O trabalho da nossa bancada nesse ano e meio de atividades foi árduo, até estafante. Todo ele foi acompanhado de perto pelo CC de nosso Partido que, em todas as suas reuniões no período, recebeu uma informação atualizada do que estava sendo feito na Constituinte. Além disso, foi e está sendo uma tarefa dirigida direta e escrupulosamente pelo secretariado do CC e de forma pessoal e minuciosa pelo camarada Amazonas. Amazonas não somente esteve em Brasília grande parte do tempo constituinte, não somente participou da elaboração da multidão de emendas que fizemos, não somente acompanhou dentro do plenário a evolução de discussões importantes, como também fez elevado número de articulações com destacadas lideranças, participou de debates oficiais dentro da Constituinte e fez das mais fecundas intervenções na subcomissão que tratou do sistema de governo. O PCdoB se destacou na Constituinte até



agora pela força com que levantou a luta pelo parlamentarismo, contra o voto distrital, pela redefinição do papel das Forças Armadas, em defesa da soberania nacional, da reforma agrária e do direito dos trabalhadores.

Em muitas batalhas importantes e na conquista de algumas vitórias na Constituinte foi fundamental a aliança entre o PCdoB e os partidos e os setores referidos, PT, PDT, PSB, a esquerda do PMDB e outros. A unidade desse grupo, chamado de “Articulação Progressista”, em geral facilitou o objetivo de ganhar o apoio do centro e, assim, viabilizar vitórias. Contudo, nem sempre essas forças estiveram unidas, mas marcharam com posições opostas em algumas questões de grande significado. O PT e o PDT apoiaram o sistema presidencialista de governo, uma das duas proposições mais ardorosamente defendidas pelo governo Sarney. Votaram ao lado do maior esquema direitista de pressão contra a Constituinte articulado pelo Planalto, e facilitaram, com o apoio ao presidencialismo do governo, a primeira vitória de Sarney nas suas pretensões de mandato de cinco anos. O PDT e o PCB votaram pela manutenção do chamado Estado de Defesa, mecanismo autoritário que nem as duas Constituições outorgadas pelos generais, a de 1967 e a de 1969, ousaram impor. O Estado de Defesa só tem precedente na constituição de 1937, a “polaca”, e foi introduzido no atual texto constitucional através de uma emenda em 1978. Numa situação em que o Centrão propunha a unicidade sindical para os patrões e pluralidade sindical para os trabalhadores, o PT votou a pluralidade. Em todos esses casos, nosso Partido sustentou firmemente sua justa posição, criticando com vigor as opiniões contrárias.

Importante também foi o papel desempenhado pelo movimento popular e democrático no processo constituinte. Embora, num primeiro momento, essa participação tenha deixado a desejar, houve num instante seguinte uma certa mobilização popular por uma Constituinte democrática e progressista. Capítulo especial dessa mobilização foram as “Emendas Populares”, mecanismo regimental pelo qual o povo, pela voz de entidades representativas da sociedade civil e pela assinatura de milhões de eleitores, apresentou à Constituinte algumas de suas propostas. No total foram apresentadas 122 emendas populares subscritas por 12.277.433 brasileiros, num processo inédito na história republicana. Ao mesmo tempo, o movimento popular soube reagir com altivez à articulação direitista e reacionária denominada “Centrão”, denunciando os constituintes que votaram contra os interesses populares, contribuindo, dessa maneira, para ajudar na desarticulação desse agrupamento.

Todo esse processo permitiu que a Constituinte, apesar da correlação de forças adversas, das pressões e das ameaças, promovesse avanços em diversas questões importantes, embora não decisivas.

Assim, no capítulo dos Direitos e Garantias Individuais, importantes conquistas foram alcançadas, notadamente a condenação do racismo como crime inafiançável, a liberdade de expressão e pensamento com o fim da censura, o mandado de segurança coletivo, o *habeas data*, a ação popular proposta por qualquer cidadão, a definição da tortura como crime inafiançável, imprescritível e não passível de anistia, e o instituto do mandado de injunção para garantir o cumprimento de direitos e liberdades constitucionais.

Igualmente, em relação aos Direitos Sociais obtiveram-se alguns avanços. As reivindicações básicas do movimento sindical, como a estabilidade no emprego e a jornada de 40 horas de trabalho, não foram conquistadas, mas aprovaram-se fórmulas intermediárias que representam vantagens, embora limitadas. Nessa relação estão: a proteção contra despedida arbitrária, as 44 horas de trabalho semanais, a jornada máxima de 6 horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos, a remuneração das horas-extras em 50% a mais, o pagamento de férias em 1/3 a mais, a licença remunerada de 120 dias para as gestantes, o prazo de 5 anos para prescrição dos direitos trabalhistas, a extensão desses direitos aos trabalhadores domésticos, a liberdade e a unicidade sindical, direito de greve e de sindicalização aos servidores públicos, entre outros.

No terreno dos Direitos Políticos, obtiveram-se importantes conquistas como o direito de voto aos maiores de 16 anos, a liberdade de organização partidária e a manutenção do voto proporcional, afastando definitivamente as ameaças antidemocráticas do voto distrital e as restrições ao livre funcionamento dos partidos políticos.

Em relação às mudanças na estrutura do Poder Legislativo, a Constituinte, embora não tenha tocado na questão fundamental levantada pelos comunistas – o fim do Senado e a implantação do unicameralismo –, conseguiu promover alguns avanços, que representam certo fortalecimento dos poderes e das prerrogativas do Legislativo. O mais importante deles foi o fim do instrumento vergonhoso do decurso de prazo e do instituto do decreto-lei, embora ainda se admita a adoção pelo governo de medidas provisórias com força de lei que, no entanto, se não forem aprovadas pelo



Congresso em 30 dias, deixam de existir. Já em relação ao Poder Judiciário, quase nada mudou. Foi mantida a essência antidemocrática da Justiça, embora se conseguisse a criação dos juizados de pequenas causas e a valorização das atribuições do Supremo Tribunal Federal que, com a instituição do mandado de injunção, assume características semelhantes às de um tribunal constitucional.

Em contrapartida, a Constituinte deixou de promover a transformação mais importante que poderia fazer na estrutura política do país, ao aprovar por 344 votos contra 212 o sistema presidencialista de governo. A derrota em plenário foi fruto da maior ofensiva política e intimidatória exercida pelo governo sobre a Constituinte. Esta era uma questão-chave para o Planalto, os militares e as forças reacionárias que se mobilizaram intensamente. Foi, sem dúvida, a maior vitória política do governo Sarney e do esquema de forças que o sustenta obtida até agora na Constituinte. No bojo da aprovação do presidencialismo, ficou aberto o caminho que levou à aprovação do mandato permanente de 5 anos para os próximos presidentes da República.

A aprovação do presidencialismo representou, também, a mais direta ameaça de intervenção das Forças Armadas no país de que se tem notícia, após o fim do regime militar. No dia 24 de março de 1988, dois dias depois da votação do sistema de governo pela Constituinte, o *Jornal do Brasil* publicava em manchete a notícia de que o sistema de governo foi votado sob ameaça direta de um golpe militar. A matéria dava conta de um plano golpista articulado pelos ministros militares para ser posto em prática logo após a aprovação pela Constituinte do parlamentarismo e do mandato de 4 anos para os presidentes da República. O plano, segundo a matéria, consistia em uma nota conjunta dos ministros militares afirmando que as Forças Armadas não aceitavam a decisão tomada pela Constituinte, criando o confronto aberto com o Legislativo e as condições para assumirem o governo, dissolverem a Constituinte e convocarem eleições gerais. Ainda segundo a matéria, o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, teria tomado conhecimento do plano, além de diversos constituintes. A simples divulgação dessa sinistra operação foi um poderoso instrumento para assegurar a vitória do governo, provocando, inclusive, ao que consta, a mudança de voto de aproximadamente 40 constituintes tidos como parlamentaristas. A imprensa registrou também a informação de que o general Olavo Guimarães, chefe do Centro de Comunicação Social do Exército, declarou abertamente que a aprovação do parlamentarismo e dos 4 anos de mandato para os presidentes da República representaria uma ameaça “à lei e à ordem” e que,

portanto, diante disso, os militares seriam forçados a intervir, numa clara alusão à ameaça golpista. A crítica ao militarismo, a denúncia da ingerência estruturada e abusiva das Forças Armadas na vida do país, como um partido político armado, distinguiu o nosso Partido dentro da Constituinte desde o início. Poucas forças políticas partilharam dessa crítica no grau em que a formulávamos. O Exército publicou uma brochura contendo “as propostas do Exército sobre assuntos considerados dignos de análise” (p. 2). A simples existência de “propostas do Exército”, dentro da Constituinte, assumidos formalmente, já nos mostra o braço do militarismo intervindo arrogantemente na elaboração constitucional em curso. E, o que é mais grave, todas as importantes “propostas do Exército” prevaleceram no texto constitucional. Aliás, é curioso observar a destinação igual e o percurso diferenciado que tiveram o tópico sobre sistema de governo e aquele sobre o papel das Forças Armadas. O parlamentarismo teve a maioria desde o início, em todas as etapas de elaboração da Constituinte, subcomissão, comissão temática, comissão de sistematização. Só perdeu na última, a de plenário – a decisiva. Com a questão das Forças Armadas foi diferente: nenhuma proposta que não fosse vinculada “às do Exército” jamais ganhou em nenhuma etapa, em nenhum momento. O militarismo passou incólume pela Constituinte de 1988.

Quatro questões básicas polarizaram as discussões sobre a Ordem Econômica até agora: conceito de empresa nacional, a possibilidade de reserva de mercado, as condições para a exploração de jazidas minerais no país e a reforma agrária. As contradições eram agudas em todas as questões. Mas a unidade entre os setores conservadores era débil, sua articulação e liderança incertas e a burguesia dividiu-se mais de uma vez, principalmente no tocante à participação do capital estrangeiro em explorações minerais. Em decorrência, conseguiu-se manter a possibilidade de reserva de mercado para setores estratégicos da economia e estabeleceram-se limites às empresas de capital estrangeiro no Brasil. Foram derrotas dos grupos entreguistas. Mas onde chegou a haver certa efervescência nacionalista na Constituinte foi na votação a respeito da exploração de jazidas minerais no território nacional. Material de denúncia sobre o verdadeiro assalto que o capital estrangeiro estava fazendo no campo brasileiro, requerendo e conseguindo concessões para pesquisa e lavra de minerais em milhares de pontos do Brasil, foi levantado pela entidade nacional dos geólogos e, bem apresentado, calou fundo no meio dos constituintes. Setores da burguesia brasileira definiram-se em defesa da soberania nacional no tocante à exploração mineral. O próprio Conselho de Segurança Nacional inclinou-se pela defesa nacional nesse terreno. E o que se viu foi que a Constituinte



terminou aprovando a nacionalização da exploração de todas as jazidas minerais do país, vitória significativa nunca registrada nestes termos nas Constituições brasileiras desde a de 1891.

A reforma agrária foi o tema que mais tempo consumiu da Constituinte, até agora. Durante todo o período de funcionamento da Assembleia, a organização direitista UDR manteve-se mobilizada, pressionando os Constituintes de forma afrontosa e ousada. Aí não só campeou a pressão como até a corrupção. Posições como a de limitar o tamanho das propriedades agrárias não tiveram maior repercussão entre os constituintes. Finalmente, polarização maior se estabeleceu em dois pontos básicos: primeiro – exigir que a função social de uma propriedade seja estabelecida pela satisfação de um dos quatro critérios estabelecidos ou dos quatro ao mesmo tempo; segundo – a propriedade produtiva seria insusceptível de ser desapropriada, ainda que não cumprisse função social, ou poderia, neste caso, ser objeto da reforma agrária? A experiência acumulada pelos comunistas durante sua atuação na Constituinte nos permite tirar lições. A primeira é a de que, mesmo em circunstâncias aparentemente definidas e adversas, é proveitoso batalhar, articular, detectar as contradições, ainda que secundárias, existentes entre os diversos setores e, com flexibilidade, não abrir mão da firmeza. A segunda é a de que as classes dominantes, frequentemente e em assuntos importantes, não têm um comportamento monolítico, mas dividem-se em função de interesses de grupos. Essas contradições podem ser exploradas em benefício do povo. A terceira é de que em todas as situações é fundamental a pressão popular, a mais diversificada e intensa possível, nos estados e no centro das decisões. E a quarta diz respeito ao caráter das mudanças até agora obtidas. Conseguiram-se avanços em questões significativas, mas não houve alteração em questões decisivas, realmente estruturais, da sociedade brasileira.

Por tudo isso, revelou-se inteiramente correto o PCdoB ter levantado a bandeira da convocação da Constituinte livre e soberana, e identicamente acertado ter, dentro dela, lutado pelas mudanças necessárias no quadro atual brasileiro. A impossibilidade de, através da Constituinte, alcançar-se as transformações de fundo que nosso povo exige e necessita, acentua mais uma lição do Lênin: a de que a experiência da Constituinte também serve para “acabar com certas ilusões do povo” – que, certamente, não irá abrir mão da conquista de seus objetivos.

Socialismo para a juventude, juventude para o Socialismo

Aldo Rebelo

Camaradas,

Apreciar o esforço dos comunistas para organizar a juventude na luta pela liberdade e o socialismo é contemplar uma vasta e rica experiência do movimento comunista internacional e do nosso Partido – o Partido Comunista do Brasil.

Os comunistas ajudaram a juventude a criar suas primeiras organizações independentes e de massas, compreenderam que sem a participação da juventude a libertação da classe operária enfrentaria obstáculos intransponíveis. Dar consciência revolucionária e organizar os jovens operários, camponeses e estudantes é sempre um desafio que se ergue à frente dos que buscam no socialismo a esperança de um mundo melhor.

No Brasil temos procurado construir o movimento da juventude sob condições muito concretas, considerando a experiência internacional e a nossa, mas compreendendo que cada geração é formada em situações diferentes das outras. Os jovens recebem a influência direta das transformações políticas e econômicas ocorridas na sociedade, incorporam novos valores culturais e costumes em sua formação. E assim, mesmo a grande massa da juventude explorada e oprimida, a partir de como vê a sociedade e suas instituições, exige formas próprias para se organizar e lutar por seus direitos.

Se é verdade que a juventude rejeita e repudia a sociedade burguesa, injusta e hipócrita, pois dentro dela não observa a mínima expectativa de realização de suas esperanças, não é menos verdadeiro que a classe dominante tem ao seu alcance vastos meios para corromper as gerações mais novas. As poderosas redes de televisão e demais meios de comunicação, o tóxico, a pornografia, transformados em indústria de alienação, formam a



última barreira das oligarquias na tentativa de impedir que os jovens des-cortinem o caminho da realização de suas aspirações.

Em tais condições, os comunistas só conseguirão atrair a juventude para o socialismo se souberem se conduzir com firmeza e habilidade na difícil batalha ideológica, o que só conseguirão participando da vida e do dia a dia da juventude no trabalho, na escola, no lazer, e principalmente em suas lutas.

I

O Brasil conta com tradicionais e conhecidas entidades da juventude. A União Nacional dos Estudantes (UNE) e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) somam já mais de cinquenta e quarenta anos de existência, respectivamente. Tanto universitários quanto secundaristas acumulam uma trajetória cheia de episódios significativos e heroicos em defesa da liberdade, da independência nacional e dos direitos do povo. O PC do Brasil procurou estimular a vocação democrática e anti-imperialista dessas entidades; compreendeu e compreende a necessidade de se firmarem como entidades unitárias, combatendo qualquer tentativa de dividi-las; respeitou e respeita suas instâncias de decisão. Esta conduta faz nosso Partido influente e respeitado em tais organizações.

Em 1984 foi fundada a União da Juventude Socialista (UJS). Pensamos que se fazia necessário a criação de uma entidade ampla e abrangente, de união dos jovens da cidade e do campo, trabalhadores e estudantes, que teriam na UJS uma organização de apoio para a luta por seus direitos e uma escola de educação revolucionária e socialista.

As condições para o surgimento da UJS estavam dadas: um programa mínimo e uma plataforma de lutas para a juventude; um considerável número de jovens quadros com experiência neste movimento, e uma base de massas de onde se partir para construir a entidade.

Tínhamos convicção de que não deveríamos criar uma organização apenas dos jovens comunistas. A experiência passada do Partido e as condições de hoje nos fizeram pensar em um movimento amplo, sob a inspiração e direção do Partido, mas tendo como objetivo organizar a juventude em largos contingentes, através de uma organização de massas da juventude, de luta por seus direitos e pelo socialismo.

Os jovens militantes receberam com entusiasmo a novidade. Procuraram espontaneamente dar início ao trabalho de estruturação da entidade que surgia, mas, com raras exceções, encontraram vacilação e a indiferença das direções partidárias. Algumas direções regionais quase não tomaram conhecimento da decisão do Comitê Central de orientar um grupo de jovens militantes, entre os mais experientes, para organizar a UJS; outras encaminharam por simples formalidade, sem criar condições para que o trabalho, de fato, fosse iniciado.

O surgimento do manifesto da entidade e seu primeiro Encontro Nacional despertaram certo interesse, mas ainda momentâneo e deformado. Era o imediatismo, praga que consome parte das energias partidárias em esforços iniciados e logo deixados de lado, e que se manifestou de corpo inteiro no trabalho da juventude. Os militantes deslocados para o trabalho da UJS eram logo transferidos dessa atividade caso não produzissem “grandes resultados” – que, como devíamos saber por experiência própria e coletiva, não são fáceis de serem alcançados sem algum tempo de perseverança.

O esforço da Direção Nacional do Partido e da própria Coordenação da UJS modificou pouco a pouco essa fisionomia. Nossa imprensa publicou uma série de artigos sobre o tema, o Comitê Central dele tratou em mais de uma reunião, e o Partido foi compreendendo que a nova organização da juventude em muito poderia contribuir para ampliar as reservas de forças da revolução.

II

A UJS encontrou mais facilidade para se organizar entre os estudantes secundaristas, nos bairros de periferia das grandes cidades, e nas cidades do interior. Tem buscado as formas criativas de organização da juventude operária e camponesa. Jovens operários já participam de sua Coordenação, inclusive sindicalistas, e os primeiros encontros de juventude operária estão marcados para acontecer. O mesmo caminho é percorrido para a ação entre os jovens camponeses e assalariados rurais. Mas se estamos convencidos da importância de se conquistar o coração e consciência dos jovens para a causa da transformação social, precisamos, antes de tudo, aperfeiçoar os métodos de direção para educar e formar a nova geração de revolucionários.

A juventude, advertia Dimitrov, é uma fase de transição entre a adolescência e a idade adulta. Não se pode, portanto, usar os mesmos métodos



com que se orientam comunistas adultos, na direção de jovens que pouco conheceram e aprenderam sobre a vida partidária.

O resultado prático da atividade é o critério mais correto da avaliação da atuação juvenil. Precisamos considerar que boa parte dos problemas enfrentados na atividade dos jovens não será resolvida em reuniões prolongadas e cansativas, podendo ser corrigidos com a experiência viva e o amadurecimento dos militantes.

Ordinariamente, os dirigentes conhecem pouco e superficialmente as condições de atuação e a psicologia da juventude. Pensam, muitas vezes, com a cabeça dos jovens que foram, sem levar em conta que mudanças e transformações estabeleceram situações novas para a luta das gerações de hoje. O mais importante na juventude é o impulso revolucionário natural, próprio da fase de transição em que se encontra na vida. A partir daí é que se inicia a batalha para derrotar as ilusões burguesas e formá-la numa concepção de mundo e de vida nova e avançada.

Procuremos, pois, conhecer em profundidade a juventude, ajudá-la não apenas com orientações gerais, mas acompanhar de perto o esforço que se faz para construir e acertar. A experiência ainda pequena não a impede de realizar feitos, pois tem a seu favor a colossal generosidade com que abraça a causa dos explorados.

O dirigente deve ter em muita conta o seu papel de educador, que vê a formação do jovem militante como um processo; que sabe distinguir atitudes próprias da idade e do pouco amadurecimento; da degenerescência que marca a sociedade burguesa, mas que não pode ser tomada como definitiva em quem ainda está nascendo para a vida adulta.

Na ação revolucionária e no Partido os jovens combatentes vão formando seu caráter, educando-se no companheirismo e na camaradagem, compreendendo que não só uma política, mas também uma ideologia, separam os oprimidos dos opressores.

Em sua curta trajetória, a UJS conseguiu vitórias importantes. Inscreve já mais de 30 mil jovens em suas fileiras; tem uma plataforma de reivindicações que lhe dá uma inconfundível fisionomia juvenil; promoveu campanhas nacionais e regionais, entre as quais a mais importante, a do voto aos 16 anos, tornou-a nacionalmente conhecida.

Hoje a UJS é a única entidade de juventude com atuação política nacional organizada. A combatividade e amplitude são marcas registradas de sua atuação, o que a faz conquistar, com facilidade e rapidez, novos contingentes de adeptos e o respeito crescente entre as correntes e personalidades progressistas.

Da aplicação de métodos avançados de direção, e da resposta às exigências concretas definidas pela atual fase de seu desenvolvimento, depende o sucesso do nosso trabalho entre a juventude.

1) Consolidar nas direções da entidade (nacional, regional e municipal) um número de quadros que possa adquirir domínio e experiência dos problemas e desafios que envolvem a construção do movimento e de suas leis próprias, o que só pode ser adquirido depois de certo período de atividade. Muitas vezes transferimos de atividade o camarada que mais tinha condições de dar continuidade ao trabalho iniciado, com prejuízo para a consolidação do movimento.

2) Organizar a UJS onde houver o Partido organizado, destacando membros da direção Regional, Municipal e Distrital, que devem se especializar e conhecer em profundidade o movimento da juventude.

3) Multiplicar a propaganda da UJS, de suas bandeiras, campanhas e seu programa, atingindo o maior número possível de jovens. A edição de revistas, jornais, boletins e murais é uma das medidas e iniciativas que devem ser tomadas.

4) Intensificar a divulgação do socialismo entre a juventude, a denúncia do imperialismo e do latifúndio como inimigos dos jovens e de seus direitos. Levantar a bandeira da ecologia, tema de grande atração para a juventude, diretamente castigada pela deterioração das condições de vida sob o capitalismo.

III

A juventude secundarista é onde tem mais crescido a influência do Partido. A UBES foi reorganizada em 1981, e então contávamos com uma atividade reduzida entre os estudantes secundaristas. A partir daí ampliou-se nossa influência, até conseguirmos a hegemonia nos últimos congressos da entidade.



O movimento secundarista ainda não alcançou um grau de organização que lhe permita mobilizar em grande escala. Poucas entidades lograram conseguir um grau razoável de organização, padecendo de condições precárias de existência e funcionamento. As principais mobilizações, como as ocorridas no ano passado e este ano contra o aumento das mensalidades, envolvem ainda um número pequeno de escolas, embora algumas delas tenham conseguido repercussão regional e nacional.

A entidade enfrenta uma tentativa de divisão promovida por um grupo do MR-8, ligado ao governo, mas bastante isolado e desmoralizado entre as entidades e os próprios estudantes. O Partido, atuando através da UJS, busca elevar o nível das lutas dos secundaristas, e manter o caráter combativo, unitário e apartidário do movimento secundarista.

Precisamos fazer avançar nossa influência e aperfeiçoar as formas de mobilização. A preocupação com o movimento secundarista não pode se limitar às épocas de congresso e eleições das entidades. A forte tradição de politização e luta ideológica entre os secundaristas explica, em parte, a dificuldade enfrentada pelo PT para ocupar trincheiras com sua plataforma despolitizada e economicista, e alerta o Partido para acompanhar os quadros que aí atuam.

Os estudantes secundaristas já demonstraram que podem erguer uma poderosa entidade nacional, construir entidades estaduais e municipais. Muitos deles, ao terminarem seus cursos, ajudam no trabalho de direção da UJS, entram nas Universidades, ou seguem ocupando destacado papel na vida partidária.

IV

O movimento universitário é o que mais acumulou organização e experiência de luta dentre os movimentos de juventude no Brasil. Sua presença no cenário político confunde-se com o surgimento das primeiras escolas superiores no país, ganhando organização e atuação nacional com a fundação da UNE em 1937.

Com raras exceções, os estudantes universitários carregam consigo uma longa história de lutas democráticas e anti-imperialistas. Marcaram com sua presença a derrubada das oligarquias da República Velha, o fim do Estado Novo e do regime militar em 1964. Participaram de memoráveis

campanhas em defesa da soberania nacional, entre elas a que conquistou o monopólio estatal do petróleo.

O Partido Comunista do Brasil desenvolve, no meio universitário, uma rica e vitoriosa atuação. Foi força decisiva na reorganização da UNE, em 1979. Ajudou a reerguer os Centros Acadêmicos, DCE's, UEE's; contribuiu para dar ao movimento estudantil uma linha de combate contra o regime militar e em defesa da liberdade.

Desde a reconstrução (1979) até o último congresso (1987), o Partido teve participação destacada em todas as diretorias da UNE. Nesse período, a UNE dirigiu grandes mobilizações de massa, duas greves gerais (1980 e 1981), participou da campanha das diretas e pelo fim do regime militar, após o que reconquistou a legalização, o reconhecimento e a sede da entidade no Rio de Janeiro.

A forte influência do Partido na UNE mobilizou os círculos conservadores em uma tentativa desesperada de desmoralização da entidade. A reação não toleraria, sem reagir, que os comunistas dirigissem uma entidade com a expressão e a tradição da União Nacional dos Estudantes.

A UNE era apresentada pela imprensa conservadora como “apêndice” do PCdoB, tentativa de descaracterizá-la enquanto entidade de massas e representativa, e de isolamento da direção da entidade das lideranças estudantis não comunistas e dos meios democráticos em geral.

Tal campanha acumulou forças do próprio movimento estudantil, vocacionadas para a divisão e a desagregação da UNE. Trotskistas, autonomistas e outros grupos camuflados sob as asas do Partido dos Trabalhadores, sem qualquer cerimônia, passavam a fazer eco à orquestração da *Folha de S.Paulo* e de outros órgãos de imprensa para desacreditar e dividir a entidade. Para tais grupos a regra era a sabotagem a qualquer ação ou iniciativa da entidade. Acusavam a diretoria da UNE de aventureira quando esta propunha a mobilização dos estudantes em condições favoráveis, e atacavam a diretoria como imobilista quando não havia condições para mobilização.

A derrota no último congresso em muito se deveu a esta situação, mas o Partido precisa fazer um exame autocrítico de sua atividade se quiser aprender com erros cometidos a retomar com vigor a atuação entre os estudantes universitários. Fator decisivo para a perda de terreno no movimento



estudantil, e conseqüente derrota na UNE, foi o fenômeno de defensismo, que imobilizou o Partido dentro das Universidades, em fuga constante do embate político e ideológico contra as correntes autonomistas e trotskistas.

O defensismo não contagiou inexplicavelmente nossos militantes universitários. Surgiu quando estes se sentiram inseguros para dar o combate a um adversário adestrado para nos enfrentar nas salas de aulas, nas assembleias etc.

Para compreendê-lo se faz necessário retornar à fase de diversificação da atuação partidária – na fase mais dura da luta antiditatorial muito concentrada dentro das universidades – e ao advento da semilegalidade, quando o trabalho entre os universitários foi parcialmente relegado em algumas regiões, e completamente abandonado em outras.

Exigidos num duelo corpo a corpo e diário no campo político e ideológico, mas sem a capacitação permanente exigida pelo embate, nossos militantes resistiram em trabalhar nas escolas, buscando qualquer outra atividade que os livrasse de uma luta para a qual não se consideravam preparados. Assim, perdiam influência de massa, não recrutavam, comprometendo a ação do Partido.

Acrescentam-se a isso certos preconceitos contra o movimento estudantil ou militantes vindos desta atividade. Confunde-se o combate a concepções e práticas nocivas do movimento estudantil com a negação do bloco do próprio movimento. É a crítica pequeno-burguesa contra os vícios da pequena burguesia. Confundir o movimento estudantil com práticas daninhas existentes no seu interior é o mesmo que tomar os métodos do sindicalismo de direita de Luís Antonio Medeiros e Magri pelo conjunto do movimento sindical e operário.

A reorganização da corrente *Viração*, com uma Coordenação nacional, abre novos horizontes para a ação no plano de massas. A *Viração* deve ser criada em todas as faculdades, Universidades e nos estados.

Mas é ao Partido que cabe tomar as medidas de fundo que revigorem nossa capacidade de intervenção no movimento estudantil. Os jovens universitários que aderem ao Partido do proletariado, se ganham uma consciência socialista sólida, podem em muito contribuir para os objetivos de transformação social e da revolução.

V

A burguesia inunda os lares operários com sua propaganda, mas é particularmente a juventude que ela procura atingir. O burguês é o próprio diabo tentando provar que o inferno compensa. E se, como na obra de Goethe, há sempre alguém disposto a ser convencido, é cada vez menor o número daqueles que alimentam qualquer simpatia ou ilusão com o inferno capitalista.

Ao contrário, tangida pela incerteza do mundo capitalista, a juventude facilmente se convence de que o socialismo pode realizar o sonho de uma sociedade harmoniosa e feliz.

Por mais que o contrário insinue a propaganda do Capital, milhões de jovens operários sentem, no violento arrocho salarial, na repressão dentro das fábricas e nas duras condições de trabalho, todo o peso da exploração capitalista. A juventude camponesa vê diante de si o drama de uma existência esvaziada pela falta de perspectiva, numa sociedade que não lhe reserva um lugar à sombra. Milhões de estudantes enfrentam dia a dia a decadência do ensino burguês, o desperdício das inteligências. Nada no mundo os convencerá das virtudes desse sistema.

É ao socialismo que aspira a juventude; e quando sua força colossal se levantar nas fábricas, nos campos, nas escolas e quartéis, nenhum poder de capitalistas, latifundiários e generais será capaz de barrar o nascimento de um novo tempo, de sonhos realizados, de justiça, de direitos.



A luta pela emancipação da mulher

Jó Moraes

A luta pela emancipação da mulher é tarefa de todo o Partido

Presencia-se hoje, em todo o mundo, o avanço da participação da mulher em vários campos da atividade humana. Na integração no mercado de trabalho, passando pelos movimentos antinucleares, até as lutas de libertação, as mulheres estão presentes. Muitos avanços foram conquistados, particularmente nos últimos anos quando se viveu um período de iniciativas institucionais. De 1975 a 1985 comemorou-se a Década da Mulher, estabelecida em fórum da Organização das Nações Unidas. Vários países, entre os quais o Brasil, subscritaram a Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher, datada de dezembro de 1979.

Os avanços obtidos foram fruto da grande pressão desenvolvida pelos movimentos de mulheres. A consciência de que existe uma opressão específica que atinge metade da população do mundo cresceu e se desenvolveu na sociedade como um todo. Um número incalculável de organizações que congregam mulheres, inspirados em objetivos os mais diferenciados, se alastra em todo o mundo e mais particularmente em nosso país.

Ao nos debruçarmos sobre estes avanços obtidos, poderíamos supor que a luta para pôr fim à situação de subalternidade da mulher perdeu sua atualidade. Que hoje, numa sociedade moderna, tecnologicamente desenvolvida, onde a mulher trabalha, participa social e politicamente, já não teria mais sentido o brado de milhões de mulheres pela igualdade.

No entanto, o quadro que se apresenta diante de nós demonstra muito bem que o simples desenvolvimento das nações não leva à libertação da



mulher. Num mundo onde a quase totalidade dos países vive sob o sistema capitalista ou de capitalismo restaurado, a mulher ainda enfrenta uma situação de inferioridade em todos os campos.

Cidadã de segunda categoria no mundo

Às vésperas do novo século, a mulher, enquanto trabalhadora, enquanto cidadã e enquanto responsável pela reprodução e continuação da espécie, ainda enfrenta problemas que, no seu conteúdo, são semelhantes aos de suas irmãs de há cem anos atrás.

Respondendo por dois terços das horas trabalhadas no mundo, as mulheres recebem apenas 10% dos salários e possuem 1% dos bens, segundo a Organização Internacional do Trabalho. Em 1980, de 1.800 milhões de trabalhadores, as mulheres representavam 600 milhões, dados esses referentes ao trabalho remunerado. Mas milhões de mulheres que realizam a pequena produção domiciliar, que trabalham em algumas regiões do campo ou que se envolvem nas invisíveis tarefas domésticas, não são computadas nas estatísticas oficiais de muitos países, embora trabalhem mais horas do que o fazem seus companheiros homens.

Absorvendo a mulher no mercado de trabalho, integrando-a na produção social por exigência do seu desenvolvimento, o capitalismo o faz aproveitando-se da sua situação de inferioridade. E usa a mão de obra feminina desqualificada e mal remunerada para pressionar e desvalorizar o trabalho como um todo.

As mulheres ganham, em média, 60% dos salários dos homens. Mas têm a enfrentar a dupla jornada que passou a ser uma forma de exploração legal aceita, sem constrangimento, pelos países ditos civilizados, em todo o mundo capitalista. Na maioria das nações desenvolvidas os assalariados trabalham 40 horas. Para a mulher, essa não é a referência. Estatísticas do Mercado Comum indicam que uma mulher trabalha de 22 a 90 horas semanais, dependendo do número de filhos, unicamente nas tarefas domésticas. Somem-se a isso as horas investidas no trabalho formal – e imaginemos o esgotamento físico dessas trabalhadoras.

Para realizar a sua função social de mãe e continuadora da espécie, a mulher se encontra à mercê do descaso e da indiferença dos governantes dos países capitalistas ante a necessidade de uma política de apoio à

maternidade. As iniciativas que existem nesse terreno são as inspiradas pelos monopólios internacionais que procuram ditar uma política controlista às nações menos desenvolvidas. Com isso, as mulheres sofrem cotidianamente as consequências desse descaso. Falta-lhes assistência, negam-se-lhes informações, penaliza-se-lhes a interrupção de uma gravidez indesejada.

As estatísticas são um cruel retrato dessa situação. Demonstrando o grau de desinformação sobre a sua maternidade, uma terça parte dos partos no mundo é de mães que têm menos de 20 e mais de 34 anos. Cinquenta milhões de abortos são feitos a cada ano, a maioria em péssimas condições de ilegalidade – o que leva a graves consequências. Em Santiago do Chile, por exemplo, a metade das mortes relacionadas com a maternidade é por complicações com abortos ilegais. E no Brasil, em 1981, um quarto das parturientes não teve qualquer atendimento pré-natal. E por mais impressionante que seja, a mulher americana não conta com uma legislação federal que lhe assegure a licença maternidade. “O resultado disso”, diz a economista americana Sylvia Ann Hewlett, “é que 60% das mulheres não têm a menor proteção quando dão à luz.”

Mas as chagas do capitalismo não param por aí. Hoje, uma mulher é espancada pelo seu marido ou companheiro a cada 18 segundos, e violada a cada 3 segundos. No Irã, como é ilegal executar uma mulher que é virgem, sentenciadas por atividades anti-islâmicas, se são virgens, são violadas e depois executadas.

Dados da ONU assinalam que 50 milhões de pessoas vivem em regime de escravidão, sendo a maioria delas mulheres e meninas dedicadas à prostituição.

Enquanto cidadã, basta nos debruçarmos sobre sua representação política para sentirmos as imensas barreiras postas diante das mulheres para impedir o seu acesso aos postos de decisão. As poucas que chegaram ao escalão mais alto de poder, como Margareth Thatcher e Indira Gandhi, expressavam a continuidade do projeto socialmente explorador e patriarcal. A presença da mulher no Congresso americano, por exemplo, é semelhante à do Brasil – pouco menos de 5% dos Congressistas.

A dimensão que vem assumindo a luta pela igualdade jurídica em vários países do mundo é uma demonstração das barreiras que a sociedade



de classes impõe à luta pela libertação da mulher, procurando impedir até mesmo a igualdade formal.

As mulheres se organizam e resistem

Um número incalculável de organizações, sob as mais diversas formas e com diferentes objetivos, surgiu em todo o mundo. Quer sejam organizações democráticas, quer sejam organizações específicas, elas expressam o desejo generalizado das mulheres de romperem com as cadeias que as mantêm na rotina do tanque e da cozinha, e de resistirem às discriminações de que são vítimas.

Nesse processo de crescimento das organizações, aparecem como fenômeno novo os fóruns internacionais que, apesar de muitas vezes manipulados e controlados pelo sexismo, servem de microfone para a denúncia dos males que afligem a metade do gênero humano. Vale registrar o Fórum Não Governamental, de Nairóbi, em 1985, para o balanço da década, e os quatro Encontros Feministas Latino-Americanos já realizados. Embora autoritariamente coordenados por feministas sexistas que conduzem à sua despolitização, estes encontros vêm atraindo um número crescente de mulheres que buscam neles novas perspectivas para a sua luta, particularmente aquelas envolvidas nas lutas de libertação na América Central.

O feminismo burguês de caráter sexista entrou em profunda crise organizativa. As necessidades das lutas presentes e o seu caráter massivo superaram historicamente os “grupos de reflexão”. Estes, em grande número na Inglaterra, tiveram que integrar as massivas movimentações antinucleares. E o segregacionismo das sexistas alemãs – que defendem, entre outras coisas, espaços de lazer só para mulheres – convive com o surgimento de movimentos de autoajuda e organizações de diferentes objetivos.

Acompanhando o crescimento das organizações feministas, intensa disputa vem se desenvolvendo sobre essa movimentação. Não apenas os setores progressistas vêm entrando em cena.

É incalculável o investimento em dólares realizado pela Fundação Ford em projetos dos grupos sexistas na América Latina, particularmente nos seus encontros. A Federação Mundial de Mulheres, sob a influência dos revisionistas soviéticos, realiza constantes encontros no sentido de atrair os movimentos progressistas.

Vozes conservadoras reagem ante a ofensiva feminina que ocupa a cada dia maiores espaços. O Papa João Paulo II vem insistentemente levantando em suas viagens ao exterior, particularmente na Polônia e nos Estados Unidos, que o papel da mulher é “ter e educar os filhos.” E Gorbachev teve o descaramento de afirmar: “Envolvidas em pesquisas científicas, trabalhando em obras de construção, na produção, serviços públicos e dedicando-se a outras atividades criativas, as mulheres não encontram mais tempo para executar suas tarefas cotidianas no lar – o serviço de casa, a criação dos filhos e a formação de uma boa atmosfera doméstica.” E promete às mulheres soviéticas que, “com a implantação da Perestroika, começaremos a superar esta falha.”

Uma produção literária sem precedentes vem chegando às livrarias do mundo, veiculando ora o pensamento sexista, ora o pensamento tradicional americano, tentando responsabilizar a resistência das mulheres pelo nível de infelicidade em que a sociedade capitalista, em crise, jogou as relações entre homens e mulheres.

No meio dessa produção ganha corpo o combate cerrado feito pelo feminismo sexista à concepção marxista sobre a origem da opressão da mulher. A vasta literatura, de caráter conceitual, na sua maioria tem como ponto comum a polarização com o pensamento marxista. As principais críticas feitas são que o marxismo reduz a questão da mulher a uma questão de classes, que o marxismo defende a superada tese do matriarcado e que o marxismo, ao deixar de lado a análise da família no modo de produção asiático, comprometeu sua abordagem sobre a origem do patriarcado e as formas de superá-lo.

A tergiversação do pensamento marxista não é privilégio do feminismo burguês. Presenciamos isso a cada dia em relação a diferentes entendimentos da ciência proletária.

Em sua vasta literatura, os marxistas reconhecem o caráter específico da opressão sexual. Compreendem-na como um fenômeno diverso da opressão de classe, embora surgida no mesmo contexto histórico. Diz Engels: “O primeiro antagonismo de classes surge ao mesmo tempo em que surge o antagonismo entre o homem e a mulher.” As críticas feitas aos marxistas, em especial ao teórico alemão quanto ao matriarcado e à questão do modo de produção asiático, não passam de mais uma faceta da dura batalha que os reacionários travam para negar o que está na origem



da opressão social e opressão sexual, que é o surgimento da propriedade privada.

Ao se contrapor ao ponto de vista marxista, o feminismo burguês cai inevitavelmente no fatalismo biológico e leva a luta da mulher a impasses e à falta de perspectiva. Mas o movimento ditado pela vida confirma, a cada dia, a justeza da ciência proletária. E novos avanços surgem.

Crescem no Brasil a participação e organização das mulheres

Há um novo Brasil surgindo do trabalho e da luta de sua metade mulher.

É o Brasil do momento pré-Constituinte onde centenas de encontros se realizaram para se discutir as plataformas femininas e chegar à histórica conquista de se ter, escrevendo a Carta Magna, 25 mulheres, na sua maioria comprometidas com o progresso.

É o Brasil dos grandes encontros de mulheres trabalhadoras, buscando a melhor forma de assegurarem a igualdade no trabalho e integrarem a luta de seus companheiros para pôr fim à exploração.

É o Brasil das camponesas que participam intensamente da resistência contra a violência do latifúndio e, por isso mesmo, vêm sendo assassinadas como Margarida Maria Alves. Das boias-frias que se destacam nas greves dos assalariados rurais, com a mesma coragem de seus companheiros; das trabalhadoras rurais que, em especial no sul do país, realizam seus encontros de milhares, reivindicando igualdade.

Esse Brasil que resiste e luta é o desenhista maior de sua nova face.

Somos um terço dos assalariados, 36,9% dos brasileiros que integram o mercado de trabalho. Do efetivo de 800 diplomatas, as mulheres participam com um total de 128 vagas. Já pilotamos os mais modernos aviões, dirigimos times de futebol, escolas de samba, trens de metrô. Somos a metade da população universitária.

Mas tudo isso não obscurece o longo caminho que ainda temos de percorrer.

Com a crise em desenvolvimento em nosso país, cresceram os problemas enfrentados pelas mulheres. As primeiras demitidas com a recessão, perseguidas por serem mães, as mulheres enfrentam a falta de creches, a desqualificação profissional e as barreiras à sua promoção funcional. Quatro milhões de famílias hoje são chefiadas por mulheres.

Diante desse quadro surge, no Brasil inteiro, milhares de organizações que agregam mulheres na luta por seus direitos. São os Clubes de Mães, associações feministas, cooperativas para a pequena produção domiciliar. Ampliam-se e se estruturam os departamentos femininos de sindicatos, as associações de domésticas, as pequenas proprietárias do sul do país, os movimentos das donas de casa.

Nessa esteira, também os setores da direita se articulam. A reacionária União Democrática Ruralista (UDR) vem estruturando suas seções femininas, e surgiu recentemente em encontro em São Paulo, o Movimento das Mulheres pela Livre Iniciativa. As Federações de Mulheres, criadas pelo MR-8, por serem integradas por empresárias e setores de direita, como as janistas em São Paulo, engrossam essa corrente.

Nesse processo, surge um fenômeno novo: as entidades emancipacionistas de mulheres.

Avança a corrente emancipacionista

O crescimento da corrente emancipacionista é um fenômeno dos últimos anos. Amplia-se o número de atividades que já se encontram espalhadas em todo o país. Consolida-se a revista que é o seu principal porta-voz. Suas lideranças jogam papel decisivo em todos os acontecimentos relacionados com a luta da mulher. Mas o que mais se destaca é a penetração, no movimento espontâneo e na sociedade como um todo, de suas ideias sobre os caminhos da libertação da mulher. Isso porque a prática emancipacionista tira a luta feminista do gueto e da caricaturagem a que o sexismo havia levado. Ao romper com a distorcida visão de luta entre homens e mulheres, a corrente emancipacionista abre perspectivas para que diferentes setores apoiem e integrem as reivindicações femininas.

O emancipacionismo reconhece a opressão específica da mulher, procura compreender como ela se manifesta e desenvolve cerrado ataque contra ela. Mas a analisa como um fenômeno social, com raízes históricas



na origem da propriedade e, por isso, intimamente relacionada e reforçada nas sociedades de classe. Como decorrência dessa análise, as emancipacionistas procuram desenvolver o combate à opressão específica juntamente com a luta geral para pôr fim ao regime capitalista que a sustenta. Isso as diferencia do feminismo sexista que põe no centro de sua ação a luta pelo direito ao controle do corpo, levando ao tratamento exclusivo dos problemas relativos à sexualidade e às questões das relações entre os homens e mulheres. Diferencia-se, também, do feminismo reformista burguês que limita as conquistas no patamar das desigualdades legais.

A linha fundamental desenvolvida pelo movimento operário consciente indica a integração na produção, como passo inicial, para a recuperação do seu papel social, embora aponte a impossibilidade de que isso se realize, de forma plena, nos marcos do capitalismo.

O primeiro passo nesse rumo é a garantia do direito ao trabalho.

Nesse sentido, a corrente emancipacionista levanta com destaque as reivindicações que assegurem condições de trabalho para a mulher. Entre elas, assume importância a luta por creches, por igualdade salarial, pelo reconhecimento e valorização das profissionais domésticas e das camponesas, por medidas que apoiem a trabalhadora gestante, entre outras.

No seu esforço de mobilizar as mulheres, a corrente emancipacionista procura combater, com ousadia, todas as chagas que a sociedade capitalista provoca no seu cotidiano.

Hoje, joga importante papel nessa mobilização a reivindicação da atenção especial à saúde da mulher. Enfrentando preconceitos, desprovidas de informações sobre o funcionamento de seu corpo, as brasileiras enfrentam riscos permanentes. Cresce a gravidez precoce que põe em risco a vida da mãe e a saúde do filho gerado e as sequelas do aborto realizado nas péssimas condições da ilegalidade. Por isso mantêm sua atualidade a defesa do exposto no Plano de Assistência Integral à Saúde da Mulher, engavetado pelo governo Sarney, e a luta pela descriminalização do aborto.

A violência sexual e a violência doméstica são hoje, em nosso país, um fenômeno social e a expressão mais aguda da opressão da mulher. É preciso defender e aperfeiçoar as conquistas realizadas nesse terreno, como as Delegacias Especializadas, ameaçadas pela atual safra de governadores.

E desenvolver intensa campanha junto à opinião pública em defesa da imagem social da mulher e contra a impunidade.

Particular atenção merece a luta das mulheres negras contra as declaradas ou disfarçadas discriminações de que são vítimas. É revelador o fato de 50% das negras terem apenas até um ano de estudo. Negra sim, Discriminação não continua sendo o nosso lema, de afirmação da negritude e de negação da perseguição.

Como vem acontecendo desde o seu surgimento, a corrente emancipacionista integrará, com vigor, as lutas democráticas e nacionais desenvolvidas pelo nosso povo, para assegurar um regime de liberdade e a soberania do país.

O trabalho das entidades

Compreendendo o conteúdo de sua luta, as bandeiras a serem levantadas, a corrente emancipacionista precisa dar atenção especial às suas organizações. Apesar do seu crescimento numérico, essas entidades ainda enfrentam problemas. O mais importante deles é o seu caráter massivo e a sua organização e funcionamento.

Cabe aqui dar destaque especial às tarefas centrais a serem desenvolvidas pelas entidades no rumo de sua consolidação.

Mobilizar, estruturar, formar, divulgar

1- Desenvolver e intensificar a ação de massas. Colocar as mulheres em movimento deve ser o centro das preocupações para o avanço das entidades emancipacionistas. A ação concreta na luta por seus interesses é a forma mais eficaz para que as mulheres rompam as cadeias que as cercam e integrem o processo de transformação da sociedade.

2- A Estruturação da entidade passa pela regularização de seu funcionamento, da diretoria, organização dos núcleos e ampliação do número de filiadas, com base numa estrutura material mínima que sustente a sua ação. É importante ter presente que as novas filiações e os novos núcleos devem ter em conta a prioridade de nossa ação junto às trabalhadoras do campo e da cidade.



3- E, para consolidar o seu caráter emancipacionista, é necessário que se desenvolva intenso trabalho de formação junto às lideranças do movimento para que possam compreender as reais razões de sua opressão e engossem a corrente por um novo regime social.

4- No sentido de ampliar a penetração das ideias emancipacionistas no movimento espontâneo que envolve milhões de mulheres, é decisiva a divulgação dos materiais da corrente, em especial de sua revista, dando destaque à divulgação dos materiais junto às trabalhadoras, no movimento sindical e camponês.

Atenção especial merece o trabalho de articulação em torno de bandeiras comuns. O esforço por realizar grandes campanhas unitárias, como a recente defesa da licença maternidade de 120 dias, é de fundamental importância.

O trabalho partidário

Por fim, queremos nos referir a alguns aspectos do debate e do tratamento sobre essa questão desenvolvidos no seio do Partido.

Sem dúvida, o grande êxito para a luta das mulheres brasileiras que significou o surgimento e fortalecimento da corrente emancipacionista é uma vitória de nosso Partido. Deve-se à sua direção, que impulsionou a elaboração de sua concepção, e às centenas de camaradas mulheres que, em difíceis situações e enfrentando incompreensões, levaram com ousadia e firmeza as tarefas dela decorrentes.

Mas é preciso enfrentar e superar as incompreensões ainda existentes. As tarefas relativas à mobilização e organização da mulher, e de igual modo as referentes à juventude, dizem respeito aos destinos da revolução no Brasil. Não se levará à frente o processo de transformação radical da sociedade, sem envolver nele a metade da população oprimida em nosso país. Como afirmava Clara Zetkin, «a causa da mulher e a causa da classe operária se copertencem inseparavelmente e encontram sua solução definitiva na sociedade socialista.”.A atmosfera de atraso e desinformação que envolve parcelas ponderáveis da população feminina é um empecilho ao crescimento da luta e da organização do povo. Portanto, a conquista de nossos objetivos estratégicos está intimamente vinculada às vitórias obtidas na atuação junto às mulheres. Levá-las à consciência socialista é tarefa

imperiosa ao avanço da revolução brasileira. Nesse sentido, cabe ao nosso Partido a tarefa fundamental de abrir os verdadeiros caminhos para a libertação da mulher. Às suas fileiras acorrem mulheres operárias, trabalhadoras etc., demonstrando sua adesão às ideias do socialismo. As comunistas vêm jogando papel de destaque nas campanhas de filiação e nas lutas que o Partido enfrenta para se consolidar como vanguarda proletária.

Aos comunistas, particularmente os que assumem as tarefas de direção, torna-se imperioso compreender a nossa política para essa frente conduzindo concretamente sua aplicação. A intensificação do debate interno e a circulação de material partidário sobre a questão da mulher são o meio mais eficaz para romper as incompreensões.

As tarefas de mobilização das mulheres não podem se restringir às companheiras que atuam nas entidades. Todas as organizações de base devem traçar planos concretos para levarem as ideias emancipacionistas em sua frente específica. Deve-se ter responsáveis específicos em todos os níveis de organização partidária. Em especial agora que teremos de desenvolver um intenso trabalho para levar às mulheres do povo as acertadas resoluções do nosso 7º Congresso.

Perseguiamos nesse momento uma das mais importantes conquistas para a revolução em nosso país: o objetivo de tornar a luta pela emancipação da mulher uma tarefa de todo o Partido.



Mensagens de solidariedade

Mensagem do Partido do Trabalho da Albânia

Ao 7º Congresso do Partido Comunista do Brasil

**Querido camarada Amazonas,
Queridos camaradas delegados,**

A realização do 7º Congresso do irmão Partido Comunista do Brasil representa acontecimento de grande importância, que dará novo impulso à atividade revolucionária do Partido em defesa dos interesses e dos direitos da classe operária e do povo, pela democracia e a soberania nacional, pela libertação social dos trabalhadores e do desenvolvimento progressista do país. Como primeiro Congresso realizado na legalidade, este marca uma destacada vitória, alcançada com luta e esforços de muitos anos, enfrentando com heroísmo muitas provas e tempestades.

O Partido do Trabalho da Albânia saúda e valoriza altamente os êxitos alcançados pelo Partido Comunista do Brasil desde o 6º Congresso no fortalecimento do Partido e no crescimento de suas fileiras, na ampliação dos laços com a classe operária e com outras camadas trabalhadoras e progressistas, no aumento da sua presença e influência na vida do país. O atual Congresso é um testemunho a comprovar que vosso Partido, atravessando muitas e difíceis lutas, saiu mais forte, mais forjado, com uma rica experiência, disposto e firme para assumir novas e maiores tarefas a fim de levar mais adiante a causa da classe operária.

O Partido Comunista do Brasil, sob a direção do destacado marxista-leninista, camarada João Amazonas, defendeu com decisão os princípios da nossa doutrina revolucionária, na luta irreconciliável com várias correntes e vários desvios oportunistas e revisionistas de direita ou de “esquerda”



e sectárias. Ele soube aplicá-los de maneira dialética criativa, de acordo com as particularidades nacionais do Brasil, com as situações e circunstâncias concretas que sempre mudam, com os novos problemas que a vida ensina e a prática da luta de classes em seu ininterrupto desenvolvimento apresenta.

Nas atuais condições internacionais, quando a crise do sistema capitalista e imperialista aprofundou todas as suas contradições, quando as lutas da classe operária e outras camadas trabalhadoras, dos povos amantes da liberdade e das forças progressistas assumiram maior desenvolvimento e deparam-se com muitos problemas, o Partido Comunista do Brasil dá uma contribuição valiosa nos esforços conjuntos de todos os marxista-leninistas e revolucionários. Ele sempre participou ativamente no combate à burguesia e ao imperialismo, à política e às atividades perigosas, saqueadoras, opressivas e agressivas das duas superpotências – o imperialismo norte-americano e o social-imperialismo soviético –, contra a atual campanha anticomunista da reação e contra a demagogia revisionista de Gorbachev e seu grupo. Com as suas posições externas e internas corretas, com a sua experiência valorosa, com o apoio internacionalista que dá às lutas dos trabalhadores e dos povos em outros países, o Partido Comunista do Brasil contribui para o fortalecimento do movimento revolucionário e marxista-leninista no mundo e por sua unidade.

A causa comum pela qual lutam os nossos partidos irmãos segue adiante com o passo seguro da Albânia socialista. A classe operária, o campesinato cooperativista, a juventude e as mulheres, a intelectualidade popular, todo o povo albanês, com os comunistas à frente, trabalham com elevado espírito de mobilização revolucionária para levar à prática os objetivos e as tarefas apresentados pelo 9º Congresso do Partido, para a construção socialista do país. Com nossas forças e nossos esforços persistentes, o nosso Partido e o nosso povo, juntos em sua unidade de aço, iluminados e dirigidos pelo marxismo-leninismo e pelos ensinamentos do nosso inesquecível dirigente e mestre, o camarada Enver Hoxha, para defender e enaltecer a sua brilhante obra, alcançaram marcantes resultados em todos os campos da constituição econômica e cultural do país. Nestes anos a Albânia socialista, que desconhece a exploração e a desigualdade social, a crise e a estagnação, o desemprego e a carestia de vida, nem dependência estrangeira e dívidas externas, tornou-se mais forte, mais bela, mais capaz de apresentar e solucionar as novas, maiores e audaciosas tarefas.

No campo internacional, a Albânia socialista seguiu e seguirá com consequência a imutável linha de luta pelos ideais revolucionários e amantes da liberdade, do desenvolvimento de relações de amizade, de igualdade, de respeito recíproco e de colaboração sincera com todos os países que o desejem. Ela se opõe com decisão ao imperialismo, especialmente à perigosa política hegemônica do imperialismo norte-americano e do social-imperialismo soviético, inimigos jurados da liberdade e da independência dos povos, da paz e da segurança. O PTA concedeu e concede seu apoio internacionalista aos povos amantes da liberdade, às forças revolucionárias e progressistas, aos autênticos partidos marxista-leninistas.

Como até hoje, também no futuro o Partido do Trabalho da Albânia apoiará de todo o coração a justa e heroica luta do irmão Partido Comunista do Brasil. Ele expressa os seus sentimentos de amizade e de fraternal solidariedade internacionalista e deseja novas vitórias ainda maiores em toda a sua atividade destacada para o bem do proletariado e do povo brasileiro, pelos ideais da liberdade, democracia e do socialismo.

Ao enviar as nossas saudações combativas ao vosso congresso e desejando pleno êxito, expressamos a inabalável convicção de que os íntimos laços de amizade e de colaboração internacionalista entre os nossos dois partidos se desenvolverão e fortalecerão ainda mais na luta comum pela causa da classe operária e do comunismo, pelo triunfo do marxismo-leninismo.

Viva o Partido Comunista do Brasil!

Viva a amizade internacionalista entre o Partido do Trabalho da Albânia e o Partido Comunista do Brasil!

Glória ao marxismo-leninismo

Ramiz Alia,

Primeiro Secretário do Comitê Central do Partido do Trabalho da Albânia



Mensagem do Partido Comunista da Alemanha (m-l)

**Queridos Camaradas,
Querido Camarada Amazonas,**

Em nome do Comitê Central do Partido Comunista da Alemanha (m-l), envio ao 7º Congresso do revolucionário Partido Comunista do Brasil fraternais saudações revolucionárias.

O PCdoB é um grande Partido com 66 anos de tradição, um partido de vigorosa luta contra a ditadura da burguesia e contra o imperialismo, um partido experiente na luta legal e ilegal, um partido que se forjou na fidelidade ao marxismo-leninismo.

O PCdoB dirigirá a classe operária e o campesinato brasileiros no caminho seguro da revolução e na libertação do jugo do imperialismo.

A amizade entre o PCdoB e o Partido Comunista da Alemanha data de décadas. O PC da Alemanha (m-l) realizará este ano o seu 7º Congresso e comemorará seu 70º aniversário.

Desejamos-lhes radioso e vitorioso futuro. Estamos convencidos de que aplicarão as decisões do 7º Congresso.

Viva o 7º Congresso do PCdoB com o camarada João Amazonas à frente!

Viva o internacionalismo proletário!

Viva o marxismo-leninismo!

Viva o movimento marxista-leninista internacional, com o PTA e o camarada Ramiz Alia à frente!

Saudações comunistas,

Wolfgang Eggers

Primeiro Secretário do Comitê Central do Partido Comunista da Alemanha (marxista-leninista)

Mensagem do PCR da Grã-Bretanha (m-1)

**Queridos camaradas do Comitê Central,
Querido camarada Amazonas,
Queridos delegados,**

Em nome do Comitê Central do Partido Comunista Revolucionário da Inglaterra (marxista-leninista) e de todos os militantes de nosso partido, gostaria de estender calorosas e fraternais saudações ao 7º Congresso de vosso partido. É para nós um grande prazer e muita honra participar do mais importante evento da vida do vosso partido, da classe operária e do povo brasileiro.

É para nós um prazer especial, visto que esta é a primeira visita de nosso partido ao vosso país, a primeira vez que estamos tendo a oportunidade de ver o trabalho e as lutas do vosso partido. Tivemos anteriormente o prazer de encontrar vossa delegação e o camarada João Amazonas no exterior, e soubemos e compartilhamos do elevado respeito de que o camarada Amazonas e o vosso partido gozam entre os genuínos marxista-leninistas de todo o mundo, sentimentos baseados nas heroicas lutas do vosso partido contra a burguesia, o imperialismo e a reação, contra todas as formas de revisionismo e oportunismo, no seu grande trabalho de colocar-se como a vanguarda da classe operária brasileira, dirigindo-a com capacidade para que seja completada sua missão histórica.

Nos nossos poucos dias aqui estamos muito impressionados com tudo o que temos visto e ouvido, sobre o glorioso passado do partido, sobre seu verdadeiro espírito revolucionário, pela sua grande unidade em torno de sua linha e de seus líderes. Vosso partido vem para seu 7º Congresso num momento crucial da história do país, e vem se afirmando no cenário nacional como uma força política importante, a única força que apresenta alternativas claras e soluções para os problemas nacionais.

Nós concordamos com o informe apresentado pelo camarada João Amazonas, e gostaríamos de expressar nossa firme solidariedade com a linha e o trabalho de vosso partido.

Na Inglaterra nosso povo tem assistido a uma séria situação imposta pela burguesia, que joga as consequências da crise nas costas da classe operária e do povo, tentando enfraquecer sua resistência. O governo Thatcher



anuncia uma recuperação da economia, mas esse crescimento é apenas dos lucros, e não aumento de empregos ou de produção. Mais de 4 milhões estão desempregados, e a pressão sobre aqueles que trabalham aumenta semana a semana.

Os serviços essenciais foram cortados drasticamente e os direitos e as liberdades do povo estão constantemente sob ataques. Atentados são feitos para incitar a divisão do povo. Camadas particulares, como a juventude, têm sido alvo desses ataques.

As preparações para a guerra continuam, sob a égide dos Estados Unidos na OTAN, e o país está cada vez mais sendo colocado sob o jugo dos ditames dos Estados Unidos, tornando-se assim um Estado vassalo. A Inglaterra continua com suas posições reacionárias quanto aos assuntos mundiais, e continua a interferir em outros países, para ocupar seus territórios e instalar regimes reacionários. Na própria Inglaterra, a educação, a arte, as ciências e todos os valores civilizados estão sob ataque. Enquanto isso, os revisionistas e os oportunistas tentam sabotar a resistência dos povos pela capitulação ou tentando dividir os movimentos com suas posições sectárias. Apesar da aparência que isso dá aos movimentos, existe de fato um crescente e profundo descontentamento entre os trabalhadores. Os trabalhadores e vastos setores da sociedade estão entrando em ação.

Existe uma preocupação generalizada com questões como o desemprego, saúde, o futuro negro reservado à juventude, o perigo de guerra, as ameaças ao meio ambiente, a questão da soberania e do papel da Grã-Bretanha no mundo, a decadência espiritual da sociedade. Estão se acumulando forças para um movimento amplo em busca de uma alternativa, e isso coloca grandes responsabilidades sobre o nosso partido, que é o único capaz de oferecer essa alternativa. O nosso 2º Congresso, realizado no ano passado, apontou as tarefas de aumentar a influência e os laços do partido nas lutas de classe e do povo, e em especial o de fortalecer o seu trabalho no movimento operário.

Queridos camaradas, a presente situação mundial é tensa e problemática, com grandes perigos para os povos que têm sua principal causa na política hegemônica das duas superpotências.

Os povos estão em movimento em todos os lugares, brigando por seus direitos, sua independência e por uma sociedade melhor. É o nosso

movimento marxista-leninista e a crescente unidade de nossos partidos marxista-leninistas, uma unidade baseada na luta comum contra nossos inimigos comuns em nossos países, baseada no marxismo-leninismo e no internacionalismo proletário, que nos indica as soluções para esses problemas. Porém, o central dessa unidade é a defesa da Albânia Socialista e do PTA, este grande partido que, sob a liderança do camarada Enver Hoxha, conquistou a liberdade do heroico povo albanês, levando à construção do que é hoje o único país socialista, travando a luta contra o revisionismo moderno e defendendo bravamente o marxismo-leninismo e que, agora com a direção do camarada Ramiz Alia, continua, de vitória em vitória, levantando a bandeira do marxismo-leninismo e das lutas do povo.

Queridos camaradas, nós vos agradecemos novamente por terem nos convidado para dividir com vocês o grande triunfo deste congresso histórico. Desejamos do fundo de nossos corações todo sucesso no grande trabalho de implementar suas decisões.

Viva o 7º Congresso do Partido Comunista do Brasil!
Longa vida ao Partido Comunista do Brasil!
Longa vida à unidade entre nossos dois partidos!
Glória ao marxismo-leninismo!



Mensagem Partido Comunista do Canadá (m-l)

**Camarada João Amazonas,
Camaradas dirigentes do PCdoB,
Camaradas dos partidos marxista-leninistas irmãos,
Camaradas delegados,**

Em nome do Comitê Central do Partido Comunista do Canadá (m-l) e dos comunistas canadenses, expresso as calorosas saudações revolucionárias na importante ocasião do 7º Congresso. Nós sinceramente agradecemos ao nosso partido irmão por nos dar esta oportunidade de partilhar esta ocasião com vocês. Esta oportunidade permite-nos trocar experiências e opiniões, aprofundar nossa unidade para a luta e expressar o profundo carinho e o afeto dos marxista-leninistas canadenses pelo nosso partido irmão, por sua direção e particularmente pelo camarada João Amazonas.

Camaradas,

Em dezembro do ano passado, quando realizamos nosso Congresso, em clima de entusiasmo e participação, um dos mais alegres momentos para nós foi a chegada do camarada Amazonas, que representou vosso partido naquele evento. O profundo respeito e carinho que sempre dedicamos ao Partido Comunista do Brasil aprofundou-se em cada dia que o camarada Amazonas ficou conosco. Queremos agradecer aos camaradas por tê-lo enviado ao Canadá, bem como por nos terem convidado ao Brasil para partilhar esta importante ocasião.

Permitam-nos também transmitir nossos sinceros agradecimentos pelo apoio do PCdoB em nossa luta contra a perseguição política ao camarada Hardial Bains, primeiro secretário do Comitê Central do nosso Partido.

Esta perseguição constitui um ataque não apenas contra o nosso Partido e suas lideranças, mas também contra todo o povo canadense. Nós saudamos o apoio do nosso Partido irmão ainda mais porque, na sua própria luta contra a reação política e a repressão, ele sempre se portou sem vacilação e nós sabemos que em nosso Partido irmão, como em todos os demais partidos irmãos marxista-leninistas, temos verdadeiros amigos. Em nenhuma circunstância as forças progressistas podem deixar sem resposta os ataques contra a verdadeira democracia, as liberdades populares e os mais caros princípios do povo.

Nós agradecemos imensamente pelo apoio que vocês nos têm dado.

Camaradas,

Vocês estão realizando seu congresso sob as condições de aguda e multifacética crise da burguesia mundial e seu sistema, o sistema capitalista-revisionista, com a crise de sua base econômica. Como resultado dessa crise os povos de toda parte estão testemunhando os mais bárbaros crimes cometidos por ambas as superpotências, outras potências imperialistas, a reação mundial, o revisionismo e o oportunismo de todos os matizes contra os povos. Não menos do que estes, estão os autointitulados “new wave” da estirpe de Gorbachev, a degeneração do revisionismo contemporâneo, a socialdemocracia, na sua desesperada tentativa de tirar o regime revisionista soviético da profunda crise na qual se encontra, os povos em toda parte estão participando de uma luta de vida ou morte por sua libertação, independência e progresso social.

Nessa luta de vida ou morte que tem tomado proporções mundiais, a luta da classe operária e do povo brasileiro, com o PCdoB à frente, é inegável. Suas conquistas, tanto dentro das condições de ilegalidade como sua inabalável defesa dos princípios do marxismo-leninismo, o sucesso que vocês têm alcançado na sua implantação, enchem nossos corações de alegria e nos inspiram no nosso trabalho para realizar nossos objetivos comuns.

Nós estamos certos, dentro do desenvolvimento social internacional concreto que existe hoje, de que as decisões do seu 7º Congresso serão a fonte de força para a classe operária e o povo do Brasil e inspirarão em todos confiança na vitória.

Estamos certos de que, com estas decisões, os trabalhadores, a juventude, as mulheres, os intelectuais e outras camadas encontrarão soluções para problemas importantes da revolução.

Nós vemos na correta linha do PCdoB a defesa dos interesses vitais da classe operária e das amplas massas do povo brasileiro. No seu resolutivo trabalho e na luta para superar os problemas concretos que enfrenta, que o PCdoB, sob a direção do seu Comitê Central, com o camarada João Amazonas à frente, aplica esta correta linha no dia a dia.

Com clareza, o PCdoB mantém bem no alto os princípios do mar-



xismo-leninismo sob todas as condições e circunstâncias. Por isso, tem conquistado o carinho e o respeito de nosso Partido e de todos os partidos irmãos e, mais importante que tudo, a confiança do povo brasileiro.

Camaradas,

Quando vemos o trabalho teórico do PCdoB, em especial do camarada João Amazonas, quando vemos sua intransigente defesa dos nossos gloriosos princípios, contra as distorções e os diversionismos do revisionismo contemporâneo, e a maneira pela qual o PCdoB aborda os problemas da revolução no Brasil e em nível internacional, sempre impulsionando a causa da revolução e do socialismo, nossos corações se enchem de alegria com a contribuição que vocês têm dado à nossa causa comum.

Hoje, o acirramento da luta ideológica e a degeneração do revisionismo contemporâneo em socialdemocracia colocam para nós muitas tarefas concretas.

Mas no nosso modo de pensar a tarefa mais importante é aumentar o prestígio do marxismo-leninismo aos olhos dos trabalhadores de toda parte, colocando-o no mesmo nível, ou mais alto, que no tempo de Lênin e Stálin. A comprovação de nosso trabalho, as tarefas que estabelecemos para nós mesmos no nosso 5º Congresso, será nos organizarmos de tal forma a garantir que as massas abracem nossa teoria, atuem com base nos nossos princípios e tomem em suas mãos a solução dos problemas e da revolução. Com base nesta experiência, expressamos nossa valorização do trabalho que o PCdoB, com o camarada João Amazonas à frente, tem levado.

Esse trabalho nos enche de orgulho, assim como o do glorioso Partido do Trabalho da Albânia, com o camarada Ramiz Alia à frente, a gloriosa contribuição do camarada Enver Hoxha e a atividade de todos os partidos marxista-leninistas irmãos.

Nós desejamos todo sucesso nas suas deliberações. Desejamos a vocês todo sucesso no trabalho que desenvolverão para implementar as decisões de seu glorioso 7º Congresso.

Viva o 7º Congresso do PCdoB!

Viva a unidade na luta entre nossos dois partidos!

Glória ao marxismo-leninismo!

Mensagem do Partido Comunista chileno (Ação Proletária)

**Ao Comitê Central do Partido Comunista do Brasil,
Ao Camarada João Amazonas,
Aos Camaradas delegados ao 7º Congresso do Partido Comunista
do Brasil,**

A todo o Partido!

Queridos camaradas,

Em pleno desenvolvimento deste evento máximo na vida de vosso Partido, recebam a fraternal saudação do Partido Comunista Chileno (Ação Proletária).

O 7º Congresso do PCdoB acontece em condições particulares da luta de classes no Brasil e no mundo, e é ao mesmo tempo a expressão do grande desenvolvimento que os marxista-leninistas do Brasil alcançaram na aplicação da política proletária frente aos grandes problemas da sociedade brasileira.

Todo o trabalho que tem realizado em torno do 7º Congresso, como foi o de chegar aos 100 mil filiados e o desenvolvimento de uma profunda participação nos debates internos, ficou expresso nos materiais publicados em **A CLASSE OPERÁRIA**, o que é uma manifestação concreta do entusiasmo revolucionário e da democracia interna do Partido irmão, o Partido Comunista do Brasil.

Camaradas,

O 7º Congresso de vosso Partido acontece também em um momento histórico em que se acentuam a agressão e a pressão ideológica da burguesia e dos revisionistas sobre os comunistas, a classe operária e os povos. Hoje não há nada que escape da tensão e da ingerência dos reacionários e de seus apologistas. Isto não é estranho à aguda crise que o mundo capitalista-revisionista atravessa e à necessidade que eles têm de desviar a luta da classe operária e dos povos do justo caminho democrático, anti-imperialista e pela revolução socialista.

Hoje, como ontem, o revisionismo se expressa de diversas formas: vai desde posições “esquerdistas” aparentemente marxista-leninistas, até posições direitistas que atacam abertamente os fundamentos de nossa ideologia.



A luta entre os oportunistas de todas as cores e os marxista-leninistas se acirrou com a ação abertamente anticomunista de Gorbachev, que já não se incomoda em manter as aparências, como fizeram seus antecessores, reabilita todos os tipos de traidores e ataca a construção socialista, a ditadura do proletariado, com o particular ódio a todas as teses leninistas e ao camarada José Stálin, um de seus principais defensores. Essa luta está tomando e vai tomar novas dimensões. A existência e a combatividade dos autênticos partidos marxista-leninistas e a experiência vitoriosa da construção do socialismo na Albânia são elementos que garantem o triunfo do proletariado e dos povos.

Nós, marxista-leninistas, devemos persistir sem vacilações na luta pelos objetivos socialistas, apoiar-nos mutuamente e com atenção em nossos princípios e normas, resolver as questões que interferem na unidade do movimento comunista internacional.

O 7º Congresso de vosso Partido assumiu corretamente o necessário trabalho internacionalista de todo Partido Comunista: somos várias delegações estrangeiras que se encontram aqui hoje e com a alegria desse grande triunfo dos marxista-leninistas do Brasil, discutimos e trocamos opiniões sobre nossa luta comum.

Camaradas,

Desejamos que vosso Congresso seja um grande passo adiante na luta pela emancipação da classe operária e do povo do Brasil, e que, a partir deste, o movimento comunista internacional saia fortalecido em torno de nossa ideologia marxista-leninista, no apoio à luta de todos os povos contra as superpotências imperialistas e pela libertação nacional e o socialismo, assim como pela defesa da Albânia Socialista e o heroico Partido do Trabalho da Albânia, que tem o camarada Ramiz Alia à frente.

Viva o 7º Congresso do glorioso Partido Comunista do Brasil!

Viva a amizade entre o Partido Comunista Chileno (Ação Proletária) e o Partido Comunista do Brasil!

Viva o marxismo-leninismo!

Mensagem do Partido Comunista da Colômbia

Camaradas do Comitê Central e delegados ao 7º Congresso do Partido Comunista do Brasil,

Saudamos o memorável acontecimento dos comunistas brasileiros. Desejamos importantes êxitos no desenvolvimento da revolução em luta contra o imperialismo e a burguesia à base dos princípios universais do proletariado. Integrados na realidade concreta e lutando contra o revisionismo e o oportunismo de todo tipo, avançaremos para a libertação nacional e social, o socialismo e o comunismo. Desejamos que o vitorioso 7º Congresso fortaleça a revolução brasileira e latino-americana. Lutando em todos os terrenos contra os inimigos comuns, expressamos solidariedade militante com o partido irmão.

O Comitê Central do Partido Comunista da Colômbia (marxista-leninista)

Mensagem do Partido do Trabalho do Irã

Ao Partido Comunista do Brasil,

Desejamos pleno sucesso ao 7º Congresso do PCdoB.
O Partido do Trabalho do Irã

Mensagem do PC da República Dominicana

Camarada João Amazonas,

Lamentamos a ausência ao 7º Congresso. Saudações internacionalistas aos delegados e convidados. Êxitos. Viva nossa amizade.

Rafael Chaljub Mejía
Secretário-geral do Partido Comunista da República Dominicana



Mensagem do Partido Comunista do Daomé

**Ao Comitê Central do Partido Comunista do Brasil,
Ao 7º Congresso!
Queridos camaradas,**

O Partido Comunista do Daomé traz sua saudação internacionalista ao 7º Congresso do Partido Comunista do Brasil.

O 7º Congresso de vosso partido acontece num momento em que ele passa a ganhar definitivamente a batalha por sua legalidade.

Este congresso, o primeiro a acontecer legalmente depois da criação de vosso partido, em 1922, ficará marcado como uma etapa importante no seu desenvolvimento e no seu papel de vanguarda do povo brasileiro.

Lamentamos sinceramente não poder assistir a este histórico congresso.

No Daomé, também chamado de Benin, o poder autocrático de Kerekou, conduziu o país à beira do abismo. Depois de ter desorganizado a economia do país e levar as empresas públicas à falência, ele age atualmente pela sua liquidação através da sabotagem pura e simples, ou pela venda para as empresas estrangeiras. Esta situação leva à demissão de milhares de trabalhadores, com a benção do Fundo Monetário Internacional, que acabou de se encarregar da questão econômica e financeira do país. Para impedir os trabalhadores de exprimir seu descontentamento, o poder de Kerekou pratica uma verdadeira caça às bruxas com uma repressão massiva. É assim que atualmente perto de 300 trabalhadores, estudantes e camponeses, são presos e acusados de serem comunistas ou simpatizantes do Partido Comunista do Daomé.

É assim que ele se apressa em querer julgar, perante uma Corte de Execução pomposamente chamada «Corte de Defesa do Estado», os presos políticos acusados de acarretarem perigo à segurança do Estado. É por isso que nós conclamamos todas as forças revolucionárias e democráticas do mundo para denunciar esta farsa do poder de Kerekou.

Queridos camaradas,

Os povos brasileiros e daomeense são ligados por laços históricos

muito particulares e nós não esqueceremos jamais o papel que vosso partido jogou no crescimento do nosso partido.

Eis por que desejamos pleno sucesso ao 7º Congresso do PC do Brasil.

Viva a solidariedade internacionalista entre o Partido Comunista do Brasil e o Partido Comunista do Daomé!

Viva a amizade entre os povos do Daomé e do Brasil!

Contonou, 1º de maio de 1988.

O Comitê Central do Partido Comunista do Daomé

Mensagem do Partido Comunista da Dinamarca [m-1]

Queridos Camaradas,

É um grande prazer e uma honra estar presente neste evento histórico para os comunistas brasileiros, para a classe operária e para o povo – o 7º Congresso do Partido Comunista do Brasil.

Transmitimos a vocês as mais ardentes saudações revolucionárias em nome do Partido Comunista da Dinamarca (marxista-leninista), de todos os seus militantes, da combativa classe operária e do povo da Dinamarca, desejando-lhes pleno sucesso na realização do Congresso.

Juntamente com vocês nos regozijamos com o grande êxito e as grandes vitórias que têm sido alcançados pelos comunistas brasileiros, desde os anos de duros combates e muitos sacrifícios nas difíceis circunstâncias da ditadura militar e da ilegalidade, até os dias de hoje.

O Partido Comunista do Brasil tem estado sempre na frente das lutas pela completa independência nacional e o progresso social, por um governo popular e verdadeiramente democrático; tem estado sempre na vanguarda das batalhas pela defesa dos direitos dos trabalhadores, dos camponeses, das amplas massas e do povo contra a exploração e a dominação impos-



tas pelo imperialismo, a grande burguesia e os latifundiários, abrindo uma clara e brilhante perspectiva no caminho para o socialismo e o comunismo no Brasil.

O Partido Comunista do Brasil, com o camarada João Amazonas à frente, tem defendido com grande coragem nossa grande doutrina do marxismo-leninismo contra todos os ataques das diferentes formas do revisionismo contemporâneo, aplicando o marxismo-leninismo de maneira criativa e em conformidade com as circunstâncias concretas nacionais e internacionais, com grande destaque no movimento comunista marxista-leninista internacional.

Estamos convencidos de que as decisões deste congresso e sua implementação irão pavimentar o caminho para novos avanços e sucessos no futuro e também para dar uma vigorosa contribuição para o aprofundamento da luta revolucionária da classe operária e do povo brasileiro.

Camaradas,

O mundo capitalista e revisionista está passando por momentos difíceis de grandes crises, que têm englobado todas as esferas da vida. Nenhum remédio pode ser encontrado para curá-lo e nenhuma quantidade de demagogia da burguesia será capaz de evitar a falência de um sistema social em decadência.

Nosso país, a Dinamarca, costuma ser proclamado como um modelo do chamado Estado do bem-estar geral para todos, um modelo socialdemocrata burguês de colaboração de classes, autointitulado de regime que beneficia as classes trabalhadoras e as massas. Esta fraude é constantemente desmascarada.

A dura realidade dessa sociedade-modelo tem sido a de uma constante venda dos interesses nacionais e total integração e submissão à aliança imperialista da OTAN e do Mercado Comum Europeu, a “Europa Unida” dos monopólios. Isto tem significado uma constante deterioração dos salários e do nível de vida dos operários e do povo trabalhador que se levantam em número cada vez maior para resistir, no sentido de que as consequências não sejam jogadas sobre as suas costas, exigindo empregos e melhores salários, o fim do brutal corte no sistema de saúde, educação, segurança social etc.

A mobilização defende também a soberania nacional e a resistência à penetração dos monopólios multinacionais.

O recente 4º Congresso do Partido Comunista da Dinamarca (marxista-leninista) foi convocado para aprofundar essa luta multifacética, para intensificar a resistência contra as alianças imperialistas e pela retirada da Dinamarca dessas alianças.

O Congresso conclamou o Partido a aprofundar seus laços com a classe operária e aumentar o espectro do trabalho no seio da juventude e para elevar o trabalho pela construção de uma frente popular contra a crise, a guerra e a reação.

Camaradas,

Na conturbada situação internacional de crise e tensão, os chefes das superpotências, o imperialismo norte-americano e o social-imperialismo soviético, têm andado juntos para barganhar sobre a luta dos povos, proclamando a paz demagógica, tentando encobrir os inúmeros crimes que têm cometido, utilizando testas de ferro. Mas essa demagogia não engana ninguém.

Os povos estão sabendo que as mãos dos chefes das superpotências estão sujas de sangue e que a maior traição à paz e à independência dos povos parte das superpotências imperialistas e de suas alianças agressivas.

A socialdemocracia e o revisionismo contemporâneo de todos os matizes estão profundamente afetados pela crise do capitalismo. Os esforços de Gorbachev para renovar o revisionismo soviético e a autointitulada política da “Perestroika” e da “Glasnost” também não serão capazes de salvar o revisionismo contemporâneo da sua completa falência, como está acontecendo com o revisionismo chinês, o titismo e o eurocomunismo.

Em gritante contraste com esse quadro horripilante do mundo capitalista-revisionista, está a Albânia socialista, levantando bem alto a bandeira de Enver Hoxha, a bandeira do marxismo-leninismo, obtendo sempre grandes êxitos no caminho do verdadeiro socialismo, sob a direção do Partido do Trabalho da Albânia com o camarada Ramiz Alia à frente. Hoje, o movimento comunista marxista-leninista internacional está crescendo e se fortalecendo em todos os continentes, está unido sobre as



bases do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário, unido na defesa do trabalho imortal do camarada Enver Hoxha e da Albânia socialista, constituindo a força de vanguarda da causa da revolução e do socialismo. Permitam-nos mais uma vez, queridos camaradas, expressar nossos calorosos desejos de completo sucesso do 7º Congresso do Partido Comunista do Brasil e de avanços e vitórias que advirão do seu grande trabalho revolucionário.

Viva o 7º Congresso do Partido Comunista do Brasil!

Viva a unidade e a amizade entre o Partido Comunista da Dinamarca (marxista-leninista) e o Partido Comunista do Brasil!

Viva o internacionalismo proletário!

Organização (m-l) dos Estados Unidos

Queridos camaradas,

Em nome do Comitê Central da Organização Marxista-Leninista dos Estados Unidos trago a todos vocês nossas calorosas saudações revolucionárias. É uma alegria especial para nós estarmos aqui entre vocês nesta importante e histórica ocasião para o vosso partido – um partido com uma história tão grande e militante.

O seu partido tem vivido 66 anos de luta firme e consistente na teoria marxista-leninista. O seu partido combateu a influência do revisionismo kruschevista, o maoísmo e toda sorte de oportunismo. Vocês chegam aqui hoje com outra importante vitória: realizam seu congresso em plena legalidade. Esta é uma importante vitória para o movimento da classe operária de seu país, o qual, sem dúvida, avançará ainda mais no sentido da revolução e do socialismo.

Sua história e suas vitórias mostram que o seu partido sabe como enfrentar as tarefas que a vida coloca diante dele e, consistentemente, organiza-se para salvaguardar os interesses da classe operária e do povo brasileiro. Nós apoiamos sua luta para libertar a classe operária e o povo nos embates por seus direitos, por liberdades democráticas, contra a exploração capitalista, pela soberania nacional, pela paz e pelo socialismo. Nós nos unimos a vocês na luta contra o gangsterismo e a dominação imposta ao seu país pelo imperialismo norte-americano e na luta contra a opressão e interferência de ambas as superpotências, da burguesia e de toda a reação. Nós lhes desejamos vitórias na continuação da luta contra o revisionismo contemporâneo e em defesa do marxismo-leninismo. É neste processo de luta e trabalho que seu partido aprofundará seus laços com as massas e terá sua experiência revolucionária e suas lideranças enriquecidas.

Camaradas,

Nesta ocasião de vosso 7º Congresso nós desejamos sabedoria e coragem na determinação de suas tarefas e para sua aplicação à vida concreta. Nós temos toda confiança de que alcançarão maiores vitórias no rumo do marxismo-leninismo e do socialismo.

Gostaríamos de aproveitar esta oportunidade para falar rapidamente sobre a luta em nosso país. Nosso país, como o de vocês, possui uma grande



e desenvolvida classe operária. Nosso povo tem uma rica tradição de luta. Mas, diferentemente do seu país, o nosso não tem tido as vantagens de possuir durante 66 anos um partido marxista-leninista em seu meio. Como resultado da traição revisionista, nosso partido foi roubado da sua liderança revolucionária e até mesmo do conhecimento das suas próprias tradições de luta de classe.

Por exemplo, muitos trabalhadores nunca sequer ouviram falar do 1º de Maio que, é bom saber, começou nos Estados Unidos. Os principais líderes sindicais são tão podres que se recusam a realizar qualquer ação no 1º de Maio. Recusam-se até a reconhecer este dia como o Dia Internacional da Classe Operária. A sabotagem destes agentes da burguesia, dos líderes sindicais, dos revisionistas e oportunistas, junto com todas as pressões, mentiras massificadas, e a propaganda contra o socialismo significam que uma grande discussão e a luta ideológica serão necessárias para reeducar e organizar nossa classe operária, tornar os trabalhadores familiarizados com sua própria ideologia, com o marxismo-leninismo e com o comunismo. Esta vigorosa luta ideológica contra as amarras das ideias e ilusões da burguesia é uma das importantes tarefas sobre a qual temos avançado.

A severa estagnação econômica e a multifacética crise nos Estados Unidos estão se aprofundando. Para escapar da crise, a burguesia está aumentando sua brutal agressão mundial, como mostram os recentes ataques contra o Irã, o Panamá e a Nicarágua. A despeito do que disseram Reagan e Gorbachev, as duas superpotências não podem esconder o aumento da rivalidade entre elas e que elas são as promotoras da guerra e não da paz.

O povo americano é solidário com as lutas dos povos, demonstrando sua posição contra a agressão imperialista. Cada vez é maior o número dos que veem que na luta pela paz é necessário combater ambas as superpotências imperialistas – os EUA e a URSS.

Com uma típica arrogância imperialista, os monopólios capitalistas norte-americanos tentam apresentar o nosso país como um paraíso, onde todos são ricos e felizes. Mas os fatos contam uma história muito diferente. Mais de 50 milhões de pessoas vivem na pobreza nos EUA, a maioria mulheres e crianças, e muitas trabalham o tempo todo. Uma em cada cinco crianças vive na pobreza. E entre as crianças negras, mais de 50% são pobres. Mais de 85 milhões de pessoas vivem sem atendimento médico, por terem um seguro muito pequeno ou simplesmente por não o terem. O

permanente exército de desempregados cresceu em pelo menos mais de 7 milhões de pessoas e cerca de 20 milhões estão sem emprego.

Para a juventude, as taxas de desemprego chegam a cerca de 50% nas grandes cidades. As drogas, a pornografia e uma cultura desumana devastam espiritualmente a nossa juventude.

Para os trabalhadores tem sido tremendo o crescimento da exploração, em péssimas condições de trabalho e sem segurança, além das pressões por cortes salariais. O salário hoje compra menos do que comprava há 25 anos. O salário médio caiu 10% desde 1980. O resultado é que mais de 52% dos trabalhadores vivem na pobreza. Ao mesmo tempo, os lucros aumentaram 51% em 1987.

O nosso país é como qualquer outro país capitalista, no qual os ricos ficam cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres. Os 10% mais ricos controlam mais de 70% da riqueza, enquanto, destes, 1% dos mais ricos detém 42%, e seu controle sobre a riqueza está crescendo. Esta realidade e os contínuos ataques sobre o povo estão gerando grande descontentamento. A burguesia está enfrentando crescentes dificuldades para levar adiante suas mentiras e impor sua política. O período recente tem sido de agudo crescimento da crise da burguesia.

Mesmo nos espetaculares debates das eleições deste ano entre os candidatos, a burguesia tem tido grandes dificuldades para apresentar o Partido Democrata e o Republicano como dois partidos diferentes. Está claro para todos que ambos são partidos dos ricos e que existem para a agressão, para a crescente reação e para maiores ataques sobre o povo dos EUA e de todo o mundo.

O crescente sentimento entre muitos setores de trabalhadores metalúrgicos, mineiros e outros é de que “é tudo ou nada». Uma expressão disso são as greves e lutas que têm sido travadas. O povo está se levantando contra as tentativas de usar o racismo e a política do terror para dividir e enfraquecer sua luta. Trabalhadores e jovens têm se manifestado, aos milhares, contra a repressão policial e seus crimes, contra as gangues organizadas pelo Estado, como a Ku Klux Klan, e a favor de emprego e moradia. O povo está reivindicando mudanças e está disposto a encontrar reais soluções.

Nós, americanos marxista-leninistas, estamos nos organizando para



responder a essa exigência por mudanças, por verdadeiras respostas e para construir verdadeiras lideranças que sirvam aos interesses da classe operária.

A burguesia está fazendo de tudo para tentar evitar a emergência de um forte e unido movimento marxista-leninista em nosso país. Está utilizando seus agentes, os revisionistas e os oportunistas, para desviar e paralisar a luta de classes, inculcar o pessimismo e o derrotismo.

Nós estamos nos organizando contra as infiltrações, que estes agentes têm feito no seio da classe operária. Estamos decididos a avançar na luta e alcançar vitórias no nosso trabalho, para construir e desenvolver o movimento marxista-leninista e levar o partido para sua classe, um genuíno partido marxista-leninista. Com grande ardor condenamos os monopólios capitalistas dos EUA por todos os seus crimes contra o nosso próprio povo e contra todos os povos do mundo. Na nossa luta sustentamos firmemente os grandes ensinamentos de Marx, Engels, Lênin e Stálin. Nós tomamos como questão de princípios a defesa e o apoio à Albânia Socialista e ao PTA, com o camarada Ramiz Alia à frente. Louvamos grandemente a vida e o trabalho do camarada Enver Hoxha.

Sabemos que o futuro da classe operária, que é o nosso futuro, está embasado no marxismo-leninismo. Temos a responsabilidade de organizar passo a passo, construir e desenvolver a liderança marxista-leninista necessária para a unidade da nossa classe e ter certeza de jogar o papel correto e para sempre enterrar o imperialismo norte-americano. Nós continuaremos o desenvolvimento das nossas tarefas para satisfazer as necessidades da classe operária norte-americana, para organizar a revolução e o socialismo nos EUA. Esta é a nossa obrigação e a maior contribuição que podemos dar a todas as lutas pela liberdade.

Camaradas, hoje e no futuro nós levantamos com vocês, como se fôssemos um só partido, a luta pela vitória do marxismo-leninismo, da revolução e do socialismo em cada país.

Saudações vermelhas ao PCdoB!
Nossos melhores votos de sucesso em seu trabalho!
Proletários de todos os países, uni-vos!

Mensagem do Partido Comunista (m-l) do Equador

Ao Comitê Central do PC do Brasil,

Queridos camaradas,

Em nome do Partido Comunista Marxista-Leninista do Equador recebiam vocês, os militantes, simpatizantes e amigos de vosso partido, nossa calorosa saudação e nossos melhores desejos de que as deliberações do vosso 7º Congresso tenham completo êxito.

Uma longa, complexa e difícil história de luta do Partido, da classe operária e do povo brasileiro – que inclui a necessária depuração, a afirmação da ideologia marxista-leninista, a prática política revolucionária e o heroísmo de muitos quadros militantes, o constante trabalho de organização dos trabalhadores, operários e camponeses, assim como da juventude, da mulher, dos estudantes universitários, dos professores – antecede estes momentos.

A odiada ditadura militar, que durante tantos anos esmagou, em nome da burguesia e do imperialismo, os anseios de liberdade, democracia e progresso do povo do Brasil, foi profundamente golpeada pelo ímpeto transformador, pela luta indobrável do vosso povo, que exige transformações profundas na política e na economia, melhorias notáveis em sua vida, uma posição anti-imperialista firme para enfrentar as pressões e brutais medidas que o imperialismo lança contra a nação, o mesmo inimigo que atormenta os demais países dependentes com o peso da dívida externa impagável.

Os avanços e conquistas democráticas no Brasil não são dádivas de ninguém, senão o fruto do combate persistente da classe operária e do povo; os representantes políticos da reação, que inclusive gostam de amparar-se numa fraseologia pseudodemocrática para enganar as massas, buscam escamotear esse fato político. E, a um só tempo, as conquistas democráticas abriram novos caminhos, novas perspectivas para a ação revolucionária do Partido da classe operária e do povo.

A experiência política vivida pelo Brasil é uma mostra de como se manifestam as contradições que sacodem a época do imperialismo e da revolução proletária. Uma profunda e multilateral crise estremece os ci-



mentos mesmo do sistema capitalista e, contra os brutais efeitos desta crise lançada contra os povos do mundo, se levantam – em todas as partes – as ações democráticas, anti-imperialistas, revolucionárias, da classe operária e dos povos oprimidos e explorados. A luta revolucionária do proletariado, que tem como objetivo central a tomada do poder e a construção de nova sociedade socialista e comunista, exige, com urgência, a afirmação e o desenvolvimento das vanguardas marxista-leninistas, dos partidos comunistas de novo tipo que temos que colocar à altura das necessidades históricas, assimilando e pondo em prática, de maneira criadora e firme, a doutrina elaborada pelos grandes mestres do proletariado: Marx, Engels, Lênin e Stálin.

A situação atual demanda também de todos nós os melhores esforços pelo fortalecimento e desenvolvimento multilateral da ação conjunta à escala internacional do movimento comunista internacional (marxista-leninista). A unidade baseada nos princípios marxista-leninistas e o esforço coletivo mundial dos marxista-leninistas, à frente da classe operária e dos povos, configuram uma justa compreensão e prática do papel histórico do Partido Comunista, do papel histórico da classe operária, o caráter de vanguarda, a assimilação do papel dirigente dos revolucionários proletários. O internacionalismo proletário, assim concebido, queridos camaradas, se constrói dia após dia, em meio à luta por converter em fatos os grandes objetivos de transformação econômico-política e social que constituem nossa causa comum: a causa do comunismo.

Valorizamos vosso 7º Congresso como um evento muito importante em que serão sintetizadas e extraídas as valiosas experiências desde o 6º Congresso, uma etapa de ricos acontecimentos políticos. E estamos seguros de que os debates darão os resultados positivos que se espera e determinarão novos e mais altos momentos na luta revolucionária da classe operária e do povo do Brasil.

Nossos partidos mantêm laços de amizade desde há vários anos, temos compartilhado experiências importantes nos momentos em que temos estado juntos. Contamos com que esta amizade se aprofundará no futuro.

Viva o 7º Congresso do Partido Comunista do Brasil!
Viva a amizade entre os nossos dois Partidos!
Viva o internacionalismo proletário!
Viva o marxismo-leninismo!

Mensagem do Partido Comunista da Espanha

**Camarada João Amazonas,
Camaradas do Partido Comunista do Brasil,**

Em primeiro lugar, quero saudar a celebração do 7º Congresso do Partido Comunista do Brasil, em nome do nosso primeiro secretário, Raul Marco, em nome do Comitê Central e de todos os camaradas do Partido Comunista da Espanha (marxista-leninista).

É para mim uma grande honra estar em seu país, em representação do meu partido, na celebração deste 7º Congresso do PCdoB. Congresso que, sem lugar a dúvidas, será um êxito em todos os terrenos, para a classe operária e o povo brasileiro, e redundará em benefícios para todos os comunistas do mundo.

Indubitavelmente, o fato de celebrar este 7º Congresso em plena legalidade já é uma vitória de seu partido frente à reação nacional e internacional. Mais ainda, quando o imperialismo e a reação estão levando a cabo uma grande campanha anticomunista em todo o mundo. Estamos conscientes do que vocês têm conseguido, graças à sua coragem revolucionária, com a aplicação concreta dos princípios do marxista-leninistas à atual situação política do Brasil.

Assim como em outros países, a conquista, frente a uma ditadura fascista, de direitos democráticos para a classe operária e povo, portanto, também para sua organização de vanguarda, tem sido possível no Brasil graças à luta dos combatentes antifascistas, entre os quais há 66 anos têm estado na linha de frente os militantes do Partido Comunista do Brasil. Isto é demonstrado pelo fato de que a multidão de camaradas que deram até as suas vidas é hoje um exemplo de combate contra a burguesia e o imperialismo.

Vocês têm sabido preservar a unidade do Partido, na defesa do marxismo-leninismo, frente a todos os ataques da reação e a todas as tentativas de fracionismo. A luta contra toda tentativa de dividir ou fracionar o Partido ou solapar o centralismo democrático tem de ser, como vocês têm demonstrado, uma luta sem vacilações, e nela sempre terão nosso apoio e colaboração.

As fraternas relações entre nossos partidos vêm desde muito tempo e têm se baseado sempre no respeito mútuo e na defesa do marxismo-leninismo.



mo. Hoje alguns dos camaradas que iniciaram esta relação enriquecedora e de camaradagem não se encontram entre nós, e com grande emoção quero recordar nossa querida camarada, dirigente e uma das fundadoras do nosso Partido, Elena Odena, que tão importante legado teórico e prático deixou aos comunistas espanhóis.

Nossos dois partidos têm lutado unidos contra o revisionismo em todas as suas variantes, o kruschevismo e o maoísmo, e têm-se ajudado mutuamente em situações muito difíceis para ambos. Não poderia ser de outra forma, já que o internacionalismo proletário é para nós comunistas um dever e um princípio vivo, que estamos dispostos a defender em todo momento. A defesa e o reforçamento dos partidos marxista-leninistas no mundo passam às vezes por situações difíceis e cabe a todos nós vencer as dificuldades e a pressão do inimigo para, por todos os meios ao nosso alcance, fortalecer e desenvolver criativamente os princípios marxista-leninistas e o próprio movimento comunista internacional (marxista-leninista), que a cada dia dará novos passos para fazer ouvir a sua voz na arena internacional. Frente ao imperialismo e às burguesias em cada país os povos do mundo se rebelam e protagonizam inúmeras batalhas pela libertação nacional e a conquista do socialismo e o comunismo. Nesta luta, os partidos marxista-leninistas do mundo estamos intervindo ativamente.

Nosso partido impulsiona em nosso país a luta contra o regime monárquico instaurado pela própria ditadura franquista. De igual maneira lutamos contra a dominação imperialista dos Estados Unidos e outras potências sobre o nosso solo. Nesta luta cobra particular importância a denúncia da socialdemocracia (hoje no governo) e do revisionismo como instrumentos a favor da oligarquia e do imperialismo no seio da classe operária e do povo.

Estamos certos de que o Partido Comunista do Brasil, fiel aos princípios marxista-leninistas, seguirá vitoriosamente a luta em defesa do proletariado brasileiro e do conjunto do seu povo. O exemplo heroico de vossos militantes e dirigentes comunistas, Grabois, Danielli, Oest, Arroyo, Pomar, Arruda, será sem dúvida um pilar a mais na luta pela construção de um regime socialista para o Brasil e pela defesa do comunismo.

Viva o 7º Congresso do Partido Comunista do Brasil!
Viva o internacionalismo proletário!
O marxismo-leninismo vencerá!

Mensagem do Partido Comunista Ghadar da Índia

**Querido camarada Amazonas,
Camaradas do partido marxista-leninista irmão,
Camaradas delegados ao congresso,**

Em nome do Comitê Central do Partido Comunista Ghadar da Índia eu vos trago saudações revolucionárias nesta histórica ocasião do 7º Congresso. É motivo de grande prazer e honra para nós estarmos aqui nesta ocasião. Este congresso, que é o primeiro desde que sua legalidade foi conquistada, tem uma grande importância para o seu partido.

O Partido Comunista do Brasil é muito considerado e tem muito prestígio nos corações dos marxista-leninistas indianos, porque nos últimos 66 anos vossos camaradas têm travado uma batalha após outra, têm dirigido a combativa classe operária e o povo do Brasil na sua luta por liberdade e justiça, democracia e socialismo. Durante esses anos vocês têm defendido a pureza do marxismo-leninismo contra as distorções feitas pelo revisionismo moderno, o revisionismo chinês e os oportunistas de todos os matizes. Esta fidelidade do povo brasileiro ao marxismo-leninismo é motivo de grande inspiração para nós. Vocês nunca hesitaram em fazer qualquer sacrifício pela causa do povo e pela emancipação da classe operária. Do fundo dos nossos corações saudamos este espírito combativo do Partido Comunista do Brasil e sua incomensurável fidelidade ao marxismo-leninismo. Como vocês, viemos a este congresso com os corações repletos de alegria e entusiasmo.

Camaradas,

Uma grave situação prevalece em nosso país. Por trás da capa de “maior democracia do mundo”, as classes dominantes da Índia, compostas por grandes latifundiários e grandes capitalistas, estão transformando em sangue as lutas do nosso povo pela liberdade e pelo progresso. Todos os dias novas leis draconianas são promulgadas. Cada vez mais o Exército é mobilizado para resolver questões civis. Grande parte de nosso país é pisoteada pelas botas do Exército e de grupos paramilitares. Por trás da fraude da lei e da ordem prevalece a brutalidade da cúpula governante.

Milhares de jovens têm sido assassinados em falsas batidas policiais e o Estado tem desencadeado a violência comunal e o terror fascista para



dividir e atacar o povo. Nos últimos 40 anos de independência formal, não foi resolvido nenhum dos problemas básicos do povo. Na “República Democrática Socialista e Secular da Índia” as grandes massas estão privadas dos seus direitos econômicos e políticos, nacionais e sociais.

Para enriquecer, a burguesia indiana enreda nosso país nas intrigas das duas superpotências e o está transformando numa arena da rivalidade destas duas superpotências. Ao mesmo tempo, as classes dominantes hindus ameaçam e intimidam nossos países vizinhos. A ocupação do Sikkin e do Sri Lanka é um dos exemplos. Esta situação coloca em grave perigo a paz na nossa região.

O bravo povo da Índia está se revoltando contra essas condições de miséria e escravidão. Sendo assim, está na ordem do dia e é uma necessidade dos nossos tempos a transformação revolucionária da sociedade com a força das armas. O povo indiano está rejeitando as velhas forças e sua política. Rejeita a política de slogans vazios e de falsas promessas de que tem sido vítima nos últimos 40 anos. Rejeita a política de todos os velhos partidos. Procura novas forças. Procura a solução de seus problemas.

Nesta situação, nosso partido está organizando a classe operária indiana, que tem amadurecido nas barricadas da luta de classes. Está organizando o heroico campesinato, que tem uma longa e gloriosa história de lutas contra a opressão. Está organizando as mulheres, os jovens, os estudantes e os profissionais para o triunfo da revolução democrática anti-imperialista, para a construção do socialismo e do comunismo. Está unindo todas as forças patrióticas e democráticas para defender os direitos do povo.

Camaradas,

A República Popular Socialista da Albânia é um brilhante exemplo de onde o sistema de exploração foi eliminado, onde a classe operária e o povo gozam uma vida feliz. Essas vitórias foram atingidas sob a liderança do Partido do Trabalho da Albânia. A fundação do PTA, a guerra antifascista de libertação nacional, esmagando os inimigos externos e internos e seus complôs, a construção da sociedade socialista – tudo isto carrega a marca inapagável dos atos imortais do camarada Enver Hoxha, o mais destacado marxista-leninista dos nossos tempos. Hoje, o PTA, com o camarada Ramiz Alia à frente, marcha no caminho traçado por Enver Hoxha. Nosso partido considera que a defesa do socialismo na Albânia contra os

ataques do imperialismo e do revisionismo é um dever internacionalista sagrado. Para concluir, desejamos todo sucesso na grande tarefa que vocês traçaram. Nosso partido luta ombro a ombro com vocês e com todos os partidos marxista-leninistas autênticos, pelos mesmos princípios e pela mesma causa.

Suas vitórias são também vitórias nossas!

Viva o Partido Comunista do Brasil!

Viva a unidade entre nossos dois partidos!

Glória ao Marxismo-Leninismo!

Viva o internacionalismo proletário!

Operários de todos os países, uni-vos!

Mensagem do Partido Comunista Peruano (m-l)

**Querido camarada João Amazonas,
Queridos camaradas do Diretório Nacional do Partido Comunista do Brasil,**

Na ocasião do 7º Congresso do glorioso Partido Comunista do Brasil, tenho a imensa satisfação de transmitir a fraterna e calorosa saudação do Partido Comunista Peruano (marxista-leninista) a todos e a cada um dos seus militantes, e em especial ao seu Diretório Nacional, que o camarada João Amazonas encabeça corretamente. Esta saudação nós a fazemos extensivamente à heroica classe operária, ao combativo campesinato e à pungente juventude revolucionária e a todo o povo trabalhador do Brasil.

Os 66 anos de existência do Partido Comunista do Brasil – transcorridos no processo da dura luta de classes contra os exploradores e opressores do povo trabalhador, por caminhos cheios de dificuldades e muitas vezes tingidos pelo sangue vermelho de seus mais queridos dirigentes e militantes, sempre defendendo os interesses da classe operária e os princípios revolucionários do marxismo-leninismo – são uma demonstração de sua grande vitalidade que se nutre e se fortalece com sua vinculação ativa com as grandes jornadas das massas populares do Brasil.



Fortalecido pelos muitos anos de luta nas condições de uma cruel clandestinidade, com um brevíssimo período de legalidade, o Partido Comunista do Brasil tem sabido também vencer seus inimigos internos, cujos agentes enviados pelas classes dominantes sempre têm sido desmascarados. O PCdoB, com a sua heroica luta em todos os terrenos, incluindo no terreno ideológico essas valiosas contribuições para o fortalecimento do movimento comunista internacional, tem sabido também vencer as manifestações do sectarismo e do dogmatismo pequeno-burgueses, tendências estranhas ao proletariado que se não liquidadas a tempo podem pôr em perigo a existência de muitos partidos irmãos.

Este 7º Congresso do PC do Brasil se realiza no momento em que é colocado em sua plena legalidade. O Partido Comunista Peruano (marxista-leninista) se alegra com essa situação alcançada pelo PC do Brasil porque considera que é uma importante vitória conquistada pelos comunistas brasileiros e pelo mais avançado da classe operária e do irmão povo trabalhador do Brasil.

O Partido Comunista Peruano (marxista-leninista) expressa ao Partido irmão revolucionário do Brasil todo o seu apoio e sua plena confiança de que vai utilizar esta legalidade para difundir em grande escala as imortais ideias dos mestres do proletariado internacional de Marx e Engels, de Lênin e Stálin, assim como as valiosas contribuições do camarada Enver Hoxha, grande amigo do heroico povo brasileiro, assim como de todos os povos e nações oprimidos do mundo, sob cujos ensinamentos floresce com grande pujança a Albânia Socialista.

Os comunistas não são partidários da clandestinidade por um afã de heroísmo. As reacionárias classes dominantes com seus aparatos estatais de repressão nos obrigam à luta clandestina. Mas nestas condições temos que aproveitar qualquer vestígio de legalidade para nos vincularmos com as massas populares e nos colocarmos à frente de suas lutas. Por isso, Lênin nos ensinou a utilizar e combinar todas as formas de luta. O PCdoB chega ao seu 7º Congresso fortalecido por muitos anos de luta revolucionária, se tem intimamente ligado ao proletariado, ao campesinato e a todo o povo trabalhador. Seu 7º Congresso representa uma vitória histórica na vida do trabalhador e combativo povo do Brasil.

Para os comunistas peruanos, as vitórias do PCdoB servem de estímulo nos momentos em que o explorado povo do Peru é vítima do terroris-

mo estatal e do terrorismo do movimento armado do “Sendero Luminoso”. Este duplo terrorismo que afeta as massas populares do Peru e que já causou mais de 10 mil mortes, principalmente de camponeses, trata também de liquidar o Partido Comunista Peruano (marxista-leninista). Muitos de seus militantes têm sido assassinados. Mas essas dificuldades e esses sacrifícios fortalecem nosso espírito de luta, e é por ele que o Partido Comunista Peruano (marxista-leninista), sabendo conservar e desenvolver suas próprias forças no processo da luta, vencerá à frente da classe operária do povo peruano.

O PC do Brasil e o Partido Comunista Peruano (marxista-leninista) são dois partidos irmãos, de grande amizade revolucionária, seguirão apoiando-se e aprendendo um do outro, assim como os demais partidos irmãos.

Reiteramos nossa fraterna saudação e nossos desejos sinceros de que os trabalhos do 7º Congresso do PCdoB obtenham grandes vitórias em sua prolongada luta pela democracia popular, o socialismo e o comunismo.

Viva a amizade revolucionária dos povos do Brasil e do Peru!
 Viva o 7º Congresso do Partido Comunista do Brasil!
 Viva a Direção Nacional do PCdoB encabeçada pelo camarada João Amazonas!
 Glória ao marxismo-leninismo!

Partido Comunista (R) de Portugal

Querido camarada João Amazonas,
 Queridos Camaradas Delegados ao 7º Congresso do Partido Comunista do Brasil,

É com profunda emoção que vos trago em nome do Comitê Central do Partido Comunista (Reconstruído) de Portugal as saudações mais calorosas, mais alegres, mais respeitosamente fraternais de todos os comunistas, dos revolucionários e dos amigos de Portugal.

O nosso Partido, desde que iniciou os seus primeiros passos, aprendeu a ver e a ter no Partido Comunista do Brasil um irmão. Um irmão de ideais e de coração mais experiente. Um irmão que sobretudo nos ajudou a



compreender, e ensinou na prática que os princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário são, para além da concepção científica do mundo, um guia para a ação criadora e revolucionária das massas. São vida. Ao saudarmos esta magnífica 7ª assembleia máxima dos comunistas brasileiros, queremos saudar os exatos representantes da classe operária e do povo brasileiro, que de maneira exemplar, têm sabido, através destes 66 anos de história viva, apontar os caminhos e mesmo dirigir alguns dos mais poderosos movimentos populares progressistas que já abalaram o mundo atual, sempre na procura da resolução das mais altas aspirações do povo à liberdade e independência da pátria brasileira na busca constante dos caminhos apontados para o socialismo.

Saudamos o Partido Comunista do Brasil que ontem e hoje tem sempre preferido lutar e mesmo morrer quando necessário para defender a dignidade humana individual, a dignidade nacional do povo brasileiro e dos superiores ideais do socialismo e comunismo, porque profundamente consciente de que estas não podem ser alcançadas sem liberdade completa de uma pátria independente, sem amarras.

Saudamos o Partido Comunista do Brasil, sempre rejuvenescido não só pela teoria marxista-leninista sempre jovem que o alimenta e dirige, como pelo sangue derramado por heróis e mártires sem conta na luta para quebrar as grilhetas do Estado Novo, das polícias fascistas, da odienta e cruel ditadura militar. Saudamos o Partido Comunista do Brasil representante e herdeiro exclusivo da elevada moral revolucionária, da pureza ideológica, do capital teórico e prático marxista-leninista dos eminentes comunistas, verdadeiras legendas não só do Brasil como do movimento comunista e operário mundial, como Maurício Grabois, Pomar e o nosso saudoso Arruda. Saudamos o Partido Comunista do Brasil que tanto respeito, carinho e entusiasmo despertava nos grandes dirigentes do movimento comunista internacional, como Stálin, Dimitrov e Enver Hoxha.

Saudamos o Partido Comunista do Brasil que em todos os grandes momentos e as grandes lutas pela defesa da pureza da ideologia proletária e dos princípios do comunismo soube enfrentar o oportunismo, fosse ele sob a face aventureira do anarquismo, ou do refinado e perigoso revisionismo moderno, do foquismo, do guevarismo, ou do maoísmo oportunista e traiçoeiro, do individualismo que avilta e amesquinha. Saindo sempre desses embates mais forte, mais coeso, mais puro.

Queridos Camaradas,

É uma grande honra participar convosco ao lado dos Partidos marxista-leninistas irmãos do 7º Congresso do Partido Comunista do Brasil, que é a maior, a mais madura, a mais elevada e importante realização feita por comunistas em todo o mundo capitalista, desde que há mais de 25 anos a contrarrevolução revisionista usurpou o poder na primeira pátria do socialismo, a União Soviética.

O partido que foi capaz de chegar a este 7º Congresso com todas essas realizações, com todas estas vitórias ímpares, com esta força militante e organizada imensa e ainda em crescimento em nível de toda a nação brasileira, dirigido por um Comitê Central experiente, maduro, inflexível nos princípios, felino e ágil na tática, à frente do qual está o nosso querido e grande dirigente marxista-leninista, que é o nosso camarada Amazonas.

É um partido que dá todas as condições para a classe operária e o povo brasileiro terem uma confiança inabalável de alcançar os grandes objetivos democráticos e imediatos, assim como a independência da pátria e o socialismo, única solução capaz de resolver as grandes contradições que abalam este último estertor do capitalismo em sua fase imperialista, do revisionismo em sua fase de desagregação, em que a Albânia Socialista de Enver e Ramiz Alia, por contraste, aparece cada vez mais exemplar, cada vez mais brilhante.

Querido camarada João Amazonas,
Queridos camaradas delegados,

Renovo as saudações mais calorosas e sentidas e que todos os objetivos e tarefas traçados para este inolvidável e histórico 7º Congresso se realizem, para ainda melhor alcançar um Brasil democrático, livre e independente, que abra ao povo brasileiro a estrada da sociedade por todos aspirada: o socialismo.

Viva o camarada João Amazonas!
Viva o 7º Congresso do Partido Comunista do Brasil!
Viva o internacionalismo proletário!
Viva a nossa amizade profunda!

Comitê Central do Partido Comunista (Reconstruído), 8 de maio de 1988.

Eduardo da Silva Pires



Mensagem do Partido Comunista do Suriname

Queridos camaradas delegados ao 7º Congresso do Partido Comunista do Brasil,

Querido camarada João Amazonas,

Queridos camaradas delegados do Partido do Trabalho da Albânia e dos outros partidos marxista-leninistas,

Na ocasião do 7º Congresso do Partido Comunista do Brasil, esse grande evento na história da vida do proletariado e do povo do Brasil, o Partido Comunista do Suriname envia-lhes calorosas saudações revolucionárias e deseja expressar completa solidariedade à sua gigantesca batalha por um Brasil novo, democrático, genuinamente independente e progressista – um Brasil marchando pela estrada que leva ao socialismo.

As ações e demonstrações de massa do povo brasileiro amigo contra a ditadura militar, por liberdade e progresso, não beneficiaram apenas o desenvolvimento progressista do Brasil, mas também as lutas democráticas do povo de nosso país. O vigoroso movimento de massas por eleições diretas e outras ações por democracia, nas quais o PCdoB teve um papel importante, foram uma inspiração para as lutas de nosso povo contra o regime de Bouterse, que tem sido armado e treinado pelos generais brasileiros. Em dezembro de 1982, esse regime antidemocrático e antipopular fez um covarde ataque contra as forças oposicionistas de nosso país, e em especial contra o nosso partido, que naquela época tinha apenas um ano de existência. Torturaram e executaram um dos principais líderes fundadores do nosso partido, o camarada Bram Behr. Proibiram a circulação de nosso órgão central – o *Mokro* – e forçaram vários camaradas ao exílio.

Mas a reação sangrenta do regime militar não conseguiu destruir nosso partido, não conseguiu barrar o espírito amante da liberdade do nosso povo.

Fortes greves e demonstrações forçaram o regime militar a se retratar e a entrar em um processo de democratização. Nas eleições do ano passado, que foram muito restritas e sem liberdades, o partido do exército foi denunciado por nosso povo. Embora eles possuíssem o monopólio do Estado e da mídia, tiveram menos que 10% dos votos.

É claro que como chefes das forças armadas, os militares continuam no poder, mas perderam posições no governo e na Assembleia Nacional.

Eles sofreram importantes derrotas, tanto morais quanto políticas. Esta nova situação criou novas possibilidades para que o nosso povo tomasse a iniciativa e avançasse na luta por uma verdadeira democracia, verdadeira independência e uma nova vida.

Queridos camaradas,

Os comunistas e as forças progressistas do nosso país acompanham o movimento revolucionário no Brasil com especial atenção e crescente interesse. Nós estamos muito felizes e estimulados pelo tremendo avanço que o fraternal PCdoB desempenhou na unificação do povo do Brasil. O importante fato deste congresso estar acontecendo na legalidade é o testemunho das vitórias dos comunistas brasileiros, é o testemunho do enorme potencial democrático e revolucionário da classe operária brasileira.

A luta pela suspensão do pagamento da dívida externa, o heroico movimento camponês pela reforma agrária e a crescente revolta contra o governo, que tem provado ser servil ao imperialismo e aos monopólios, todas estas lutas fundamentais inevitavelmente crescerão e ganharão mais e mais espaço, porque o capitalismo traz a miséria para as massas, enquanto elas anseiam por uma nova vida, com dignidade, liberdade e justiça social. Este congresso do partido de vanguarda do proletariado brasileiro demonstra a vitalidade e capacidade do PCdoB, do marxismo-leninismo.

O Partido Comunista do Suriname compartilha sua firme convicção de que este baluarte do proletariado revolucionário dos comunistas do Brasil dará uma enorme contribuição ao avanço do processo revolucionário no Brasil.

Ao mesmo tempo, o sucesso dos comunistas brasileiros contribuiu para o aprofundamento do movimento dos trabalhadores em escala internacional.

Os comunistas do Suriname muito apreciam os 66 anos de tradição internacionalista do PCdoB, seu esforço para aprofundar o movimento marxista-leninista internacional e sua firme defesa da Albânia socialista.

Vosso partido lutou de armas na mão, é o partido do Araguaia, o partido de Mauricio Grabois, Carlos Danielli, Lincoln Oest, Ângelo Arroyo,



Pedro Pomar, o partido de Paulo Fontelles, de milhares de mártires e heróis do proletariado e do povo brasileiro.

Fortalecer vosso partido significa tornar mais próximo o futuro socialista.

Viva o 7º Congresso do PCdoB!
Viva o marxismo-leninismo!
Liberdade e progresso para o povo brasileiro irmão!
Viva o internacionalismo proletário!

O CC do PC do Suriname

Mensagem da Liga Marxista-Leninista do Tigray

Neste histórico 7º Congresso do Partido Comunista do Brasil, a Liga Marxista-Leninista do Tigray e as massas combatentes do Tigray enviam suas saudações revolucionárias, cheias de entusiasmo e espírito internacionalista proletário.

Camaradas,

O povo brasileiro tem uma secular e rica tradição de luta contra a opressão e a agressão colonialista. Em sua árdua luta, as massas trabalhadoras do Brasil têm conquistado múltiplas vitórias históricas contra diferentes potências colonialistas. Certamente esta gloriosa experiência de luta do povo brasileiro enriquecerá mais a sua luta contra os arqui-inimigos imperialistas.

Atualmente o povo brasileiro sofre com a insuportável, enorme crise, resultante da dívida externa, com desemprego em massa, com a falta de serviços essenciais, o abandono de crianças de tenra idade, analfabetismo, doenças etc. Isto mostra que cresce mais do que nunca o abismo entre as duas classes que Marx chama de “possuidores e despossuídos”.

O capital financeiro internacional e a burguesia compradora, que constituem menos de 5% da população, controlam todos os principais meios de produção e uma abundante e barata força de trabalho. Estes vam-

piros sedentos de sangue extraem muitos lucros do trabalho dos explorados. Enquanto os exploradores gozam de uma vida de luxo e extravagância, a classe operária e as massas trabalhadoras estão sujeitas a uma feroz repressão, não têm qualquer segurança ou perspectiva de futuro dentro do sistema capitalista.

Esta situação agravou a contradição entre a classe operária e a burguesia compradora, e, conseqüentemente, obriga a classe operária a intensificar a sua luta contra a burguesia e o capital financeiro internacional. A classe operária “não tem nada a perder senão seus grilhões.” Assim, a classe operária e as massas trabalhadoras do Brasil não têm outra alternativa senão desenvolver, sob a orientação do marxismo-leninismo, a inevitável luta de classes até a revolução.

Nós estamos certos de que este congresso, através de uma correta e objetiva avaliação da situação nacional e internacional, adotará princípios estratégicos e táticos que impulsionarão a atividade dos comunistas brasileiros e possibilitarão à classe operária o cumprimento de sua missão histórica. A adoção de uma correta linha marxista-leninista e a tomada de resoluções que conduzam a revolução até a vitória no Brasil significarão um grande incentivo à solidariedade internacional da classe operária em particular e, em geral, à luta das massas oprimidas. Será uma grande contribuição ao movimento comunista internacional.

Camaradas,

O povo oprimido do Tigray está organizado numa entidade democrática e revolucionária, a Frente de Libertação do Povo do Tigray (TPLF), dirigida pela Liga Marxista-Leninista do Tigray (MLLT). Até o momento, o nosso movimento já conquistou em todas as frentes de luta, importantes vitórias, que garantem o triunfo da revolução democrática.

Nas áreas já libertadas do Tigray, fundamentais mudanças sociais, econômicas e políticas foram efetivadas. Foi implantada uma reforma agrária radical e justa. Nas mãos do antigo sistema feudal, o povo jamais verá um sistema de saúde, não obstante os impostos que eram arrecadados. Hoje, nas áreas libertadas, há mais de 60 hospitais. Também foram abertas escolas. Mas estas mudanças só foram possíveis graças à conquista e à consolidação do poder político. Nas áreas libertadas foram criados conselhos de administração local, chamados baitos, à maneira dos soviets leninistas.



Mais de 90% dos membros eleitos para estes conselhos são camponeses pobres, povos anteriormente oprimidos e mulheres.

Camaradas,

O regime fascista da Etiópia não tem o apoio das massas. Só lhe dão sustentação os militares e os agentes dos serviços secretos. Há uma gravíssima crise econômica, precipitada pelas desastradas políticas agroindustriais. Os fascistas exploram cada vez mais a população para custear suas guerras injustas e para manter o luxuoso estilo de vida dos burocratas, enquanto todos os setores do campesinato e da classe operária vivem na miséria. E as questões democráticas, tais como o problema das nacionalidades, permanecem sem solução porque o regime, pela sua própria natureza, é incapaz de resolvê-las. Até mesmo a sua base militar é hoje cada vez mais insegura. São frequentes os motins e os conflitos entre os soldados e os oficiais. Mais de 60% do produto interno bruto são consumidos no orçamento militar. Atualmente o regime tem, ante a União Soviética, uma dívida de 3 bilhões de dólares, resultante da compra de armas de guerra.

Camaradas,

A revolução na Etiópia tem ganhado grande impulso. Nos últimos meses o inimigo sofreu um pesado golpe: três divisões do Exército da Etiópia foram destruídas, em Tigray, pelo Exército da Frente de Libertação do Povo do Tigray, dirigida pela Liga Marxista-Leninista do Tigray, e, na Eritreia, pela Frente de Libertação da Eritreia. Atualmente, em Tigray, o inimigo está confinado a Mekelle, a capital, e a poucas outras cidades do sul de Mekelle. Na Eritreia, o inimigo também foi obrigado a abandonar diversas áreas estratégicas.

O imperialismo norte-americano e as potências ocidentais, como era de se esperar, não se entusiasmarão com nossas vitórias. Lançaram uma campanha de propaganda contra a Frente de Libertação do Povo do Tigray e contra a Liga Marxista-Leninista do Tigray, acusando-nos de promover uma escalada de guerra a fim de obstaculizar o trabalho de ajuda às vítimas da fome e condenando-nos como “comunistas irresponsáveis”. A revolução na Etiópia se desenvolve irregularmente. No norte a luta está muito avançada, enquanto no resto do país está ainda atrasada. A inexistência de um partido proletário que abranja toda a Etiópia é uma grande debilidade da

revolução que dificulta a consecução dos objetivos revolucionários e que aumenta desproporcionalmente o trabalho da revolução em Tigray.

Depois de uma avaliação cuidadosa, a Liga Marxista-Leninista do Tigray está confiante de que a revolução avançará através da consolidação das vitórias no Norte, assim como avançará a revolução de todo o povo etíope através da intensificação da luta ideológica e política que permitirá a formação de um partido proletário na Etiópia. A situação no país requer dos comunistas etíopes grande maturidade e consistência marxista-leninista para assegurar o triunfo do marxismo-leninismo.

Camaradas,

Ainda que estejamos geograficamente separados, nós temos deveres e responsabilidades internacionais comuns. Como todos sabem, o marxismo-leninismo não tem fronteiras. A nossa cooperação é vital e crucial para a vitória da classe operária.

A responsabilidade que a história põe sobre os nossos ombros é muito pesada. É uma tarefa muito complexa. Porém, armados com a ideologia invencível do marxismo-leninismo, nós superaremos todos os obstáculos e seguiremos juntos no caminho da revolução internacional. As massas espalharão as chamadas da revolução e desferirão golpes mortais em todas as forças reacionárias. Suplantarão a burguesia e todas as classes exploradoras. Estabelecerão, ao invés da ditadura da burguesia, a ditadura do proletariado. Assegurarão o triunfo do socialismo sobre o capitalismo e, posteriormente, a construção do comunismo.

Viva o 7º Congresso do Partido Comunista do Brasil!

Glória ao marxismo-leninismo!

Viva o internacionalismo proletário!

A vitória é nossa!

Liga Marxista-Leninista do Tigray, 8 de maio de 1988.

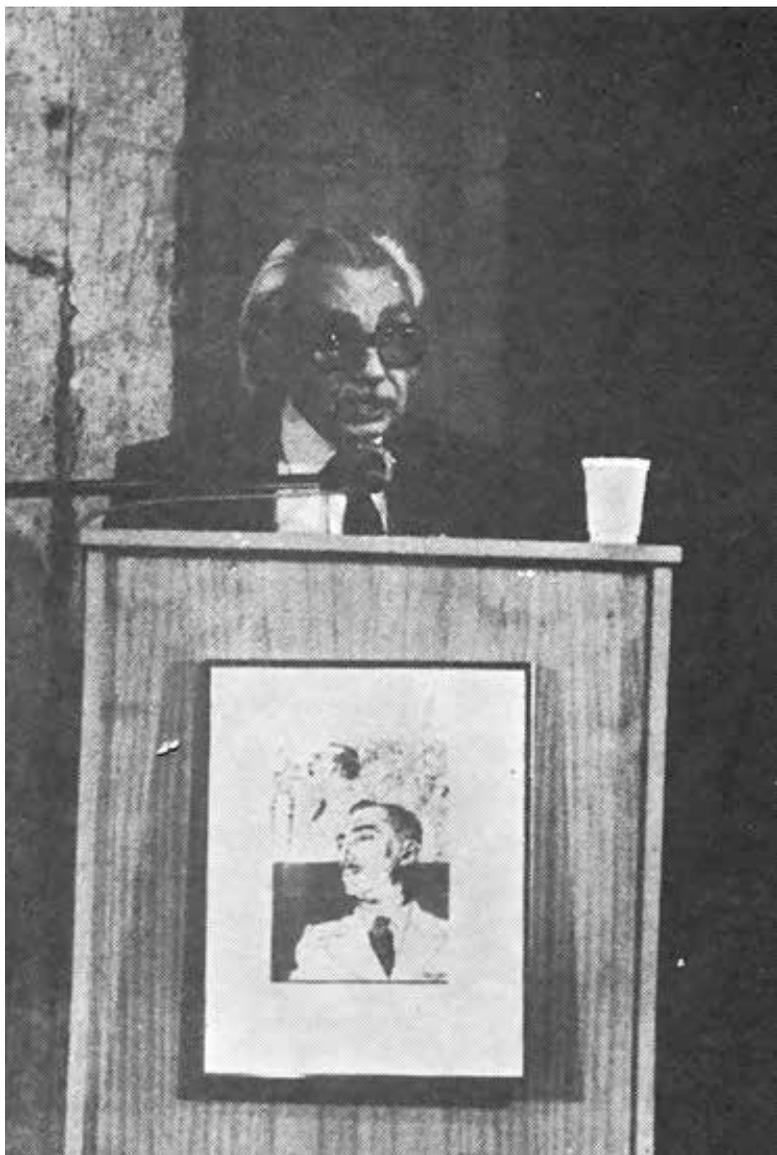




Plenária do Congresso. 500 delegados no Centro de Convenções Rebouças



Fotos: Iolanda Huzak



Fotos: Iolanda Huzak

João Amazonas apresenta o Informe Político



Fotos: Iolanda Huzak

Mesa dirigente dos trabalhos



Operários delegados



Fotos: Iolanda Huzak

Maria Trindade, veterana militante comunista, Jandira e Elza Monerat



Mulheres delegadas



Fotos: Iolanda Huzak

Elza com Doza, velho militante camponês (à direita) e outro delegado



Jovens delegados



Fotos: Iolanda Huzak

Representante da OLP, Ali Al-Khatib, no ato de encerramento



Aldo Arantes, à direita, com camaradas num intervalo



Fotos: Iolanda Huzak

João Amazonas, Piro Kondi (PTA) e Eduardo Pires (PCR), de Portugal



João Amazonas, D. Cordolina (mãe de Paulo Fonteles) e Piro Kondi, do PTA



Mesa do ato de encerramento



Plenária de encerramento



Fotos: Iolanda Huzak

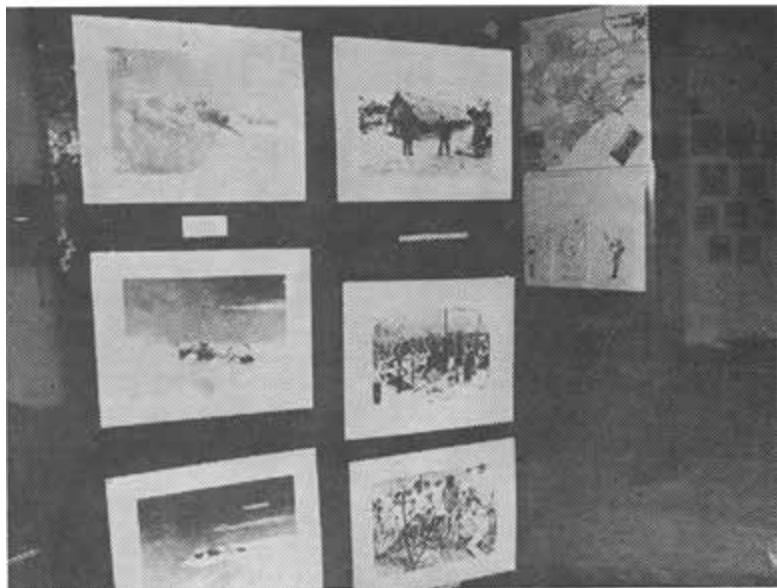


Benito Juarez rege a Orquestra Municipal de Campinas, no encerramento



Fotos: Iolanda Huzak

Decoração do ato de encerramento, no Clube Espéria



Exposição de fotos



Fotos: Iolanda Huzak

Venda de livros e materiais do Partido



A volta, para as frentes de luta

Neste volume está reunido todo o material discutido e aprovado no 7º Congresso do PC do B, realizado em maio de 1988, em São Paulo, com a presença de 500 delegados de todo o país e representantes de partidos comunistas de várias partes do mundo.

Os documentos apresentados abordam importantes problemas teóricos da atualidade, orientações estratégicas da revolução e, em particular, questões táticas, diante da "encruzilhada histórica" em que o Brasil se encontra.

Publicamos também as mensagens das delegações comunistas estrangeiras.

Informes:

- . O Brasil numa encruzilhada histórica João Amazonas
- . Sobre o Programa do Partido..... Renato Rabelo
- . Programa do PC do B
- . Sobre questões de organização..... Dynéas Aguiar
- . Estatutos do PC do B

Intervenções Especiais

- . Organizar e elevar a luta de idéias
a um novo patamar..... Rogério Lustosa
- . Sobre o trabalho de educação
dos comunistas..... Walter Sorrentino
- . A frente sindical e nossas tarefas Ronald de Freitas
- . A experiência dos comunistas na
Constituinte de 1987/88..... Haroldo Lima
- . Socialismo para a juventude, juventude
para o socialismo..... Aldo Rebelo
- . A luta pela emancipação da mulher..... Jô Moraes



Editora Anita Garibaldi

Rua Bororós, 51 - 1º andar
Cep 01320 - Bela Vista - São Paulo/SP
Fone: (011) 278-3220

